



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

HENRIQUE BOSSO DA COSTA

**UM LUGAR AO SOL:
Utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**

CAMPINAS
2022

HENRIQUE BOSSO DA COSTA

UM LUGAR AO SOL: Utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: ANGELA MARIA CARNEIRO ARAÚJO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO HENRIQUE BOSSO DA
COSTA, E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. ANGELA MARIA CARNEIRO
ARAÚJO.

CAMPINAS
2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

C823u Costa, Henrique Bosso da, 1982-
Um lugar ao sol : utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano / Henrique Bosso da Costa. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Angela Maria Carneiro Araújo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Empreendedorismo. 2. Trabalho e família. 3. Cultura popular. 4. Periferias. 5. Pentecostalismo. 6. Relações entre gerações. I. Araújo, Angela Maria Carneiro, 1952-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A place in the sun : utopia and sorrow in popular entrepreneurship in São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Entrepreneurship

Work and family

Popular culture

Peripheries

Pentecostalism

Intergenerational relations

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Angela Maria Carneiro Araújo [Orientador]

Nadya Araújo Guimarães

Taniele Cristina Rui

Cibele Saliba Rizek

Carolina de Roig Catini

Data de defesa: 08-04-2022

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1966-8388>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/8920361818866457>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de *Tese de Doutorado*, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 8 de abril de 2022, considerou o candidato Henrique Bosso da Costa aprovado.

Profa. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (presidente)

Profa. Dra. Nadya Araújo Guimarães (membro)

Profa. Dra. Taniele Cristina Rui (membro)

Profa. Dra. Carolina de Roig Catini (membro)

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (membro)

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para Sue

AGRADECIMENTOS

O longo caminho para a publicação de uma tese de doutorado não se faz sem apoio e ensinamentos alheios. O percurso traçado encontra sempre obstáculos mais ou menos hercúleos, mas é justamente pela convivência com professores, colegas universitários e amigos de longa data que eles deixam de ser intransponíveis. Um deles, a pandemia de Covid-19, de fato impediu, por exemplo, planos acadêmicos em outras paragens, mas também tive sorte de não atravessá-la sozinho. Aqui expresso meus agradecimentos àqueles que com paciência e/ou interesse, acompanharam minha trajetória ao longo dos cinco anos que esta pesquisa tomou.

Meu começo na Unicamp foi de curiosidade e admiração pela instituição, mas nos primeiros meses tive que lidar com certos imprevistos. Contudo, pude contar com a então coordenadora do PPGCS, a professora Angela Araújo, que com muita generosidade assumiu minha orientação e me acompanhou até aqui. A ela agradeço pela relação profissional e afetiva que construímos.

Sinto muito orgulho pelas pessoas que em diversas oportunidades avaliaram minha pesquisa. Nas inconstâncias que cercam o trabalho acadêmico, euforia e ceticismo se alternam, e graças a essas orientações se encontra uma síntese. Assim, agradeço imensamente às professoras Vera da Silva Telles e Carolina Catini pelas preciosas observações por ocasião da minha qualificação. Por sorte, em mais de uma oportunidade pude ouvir as palavras de Vera; e a Carol agradeço, além de tudo, pela parceria que começamos. Na minha banca de doutorado, tive ainda a satisfação de contar com as professoras Nadya Araújo Guimarães, Cibele Rizek e Taniele Rui, a quem agradeço imensamente pela generosidade e pelo interesse por este trabalho. Na Unicamp, estendo meus reconhecimentos à professora Marcia de Paula Leite.

Certamente esta tese não teria tomado a direção que tomou sem a interlocução com Paulo Arantes. Desde minha primeira participação no Seminário das Quartas em 2015, ainda com minha dissertação de mestrado saída do forno, as reflexões de Paulo em seminários e palestras foram fundamentais. Agradeço a ele e aos colegas do seminário pelo ambiente saturado de ideias brilhantes.

Aos meus colegas do PPGCS-Unicamp, pesquisadores do trabalho com quem conheci Barão Geraldo entre bares e bandejões: Raquel Lindoso, Rafael Beverari, Flávia Ribeiro, João Gabriel e Amanda Menconi. No programa, sempre tive o apoio competente de Beatriz Suyama. Na secretária de eventos do IFCH, Ricardo Cioldin e Valério Paiva foram também grandes parceiros. Precisei contar com uma assessoria técnica com as transcrições e revisões, e Rani

Teles, Sol Medeiros e Daniel Haberli fizeram um ótimo trabalho. Meus agradecimentos a todos vocês.

Em plena pandemia tive o prazer de começar uma excelente troca com Livia de Tommasi, a quem já lia com muito interesse. Além da afinidade imediata, tivemos reuniões muito proveitosas sobre esse tema espinhoso chamado empreendedorismo. Meus agradecimentos a ela se estendem também para Gleicy Silva, Felipe Campos, Guilherme Aderaldo e Gabriel Silva. Ainda nas minhas parcerias acadêmicas, agradeço a Renata Macedo pelas trocas sempre produtivas e por me apresentar o trabalho de Paul Willis quando eu mal tinha começado o doutorado. À disposição de Thais Pavez de ler e conversar sobre o meu trabalho, a quem agradeço pelas considerações. E a Caio Barbosa pelas dicas quanto a abordagem do mundo evangélico.

Desde que dividimos o mestrado na USP, o trabalho de Camila Rocha influenciou minha escolha pela etnografia. Com Francisco Brito Cruz e Vinícius Valle nos reunimos para compartilhar impressões do mundo contemporâneo. A eles agradeço pelo fluxo contínuo de reflexões.

À turma de tempos atrás. Maíra Kubík Mano, Renato Florentino, Pilar Veras, Fábio Senne, Tomás Arruda, Renato Godoy, Tica Moreno e Vitor Flynn. Aiko Amaral tem sido amiga além-mar e parceira de projetos futuros. Aos amigos do editorial, que acompanharam intensamente as minhas descobertas, dilemas e frustrações. Pela parceria e pela paciência, meus agradecimentos a Georges Kormikiaris, Amanda Voivodic, Carol Evangelista, Carol Massuia, Gisele Meleiro, Bel Perez, Leandro Alves e Junior Carvalho.

À todos os meus interlocutores, a quem gostaria de dar o devido reconhecimento. Pessoas que disponibilizaram não só seu tempo, mas principalmente sua intimidade. Nenhum reconhecimento será suficiente, afinal sem eles esta tese não existiria. Mas não se trata de um agradecimento utilitarista. Nos meses que passei redigindo o texto, me vi novamente mergulhando em suas vidas, entre a angústia e a gratidão, momentos que, sem exagero, me transformaram como pesquisador e como indivíduo. Mando um salve especial para Thiago Vinícius de Paula, que além de tudo me abriu uma dúzia de portas na quebrada, assim como Fernando Bike e seus contatos em Vargem Grande. Um imenso agradecimento a eles e ao mundo popular.

Agradeço a minha mãe Josane, meu pai Egidio, minha avó Pompeia, minha tia Rose e às famílias Bosso e Costa pelo carinho incondicional. Minha gratidão vai também para a família Iamamoto pelo enorme carinho com que me acolheu – Yassuko, Harumi, Eduardo, Ayla, Serra, Bia e Bernardo.

Por fim, agradeço ao deus do reencontro, cuja insistência venceu minhas vacilações no momento mais importante. Sue viu cada gota de agonia escorrer pelo meu rosto e me pôs novamente de pé. Em São Paulo ou Salvador você foi minha companheira, e ainda temos muito pela frente. Obrigado por *tudo*.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Lá dentro, era tudo paredes brancas, ladrilhado de musgo, iluminado pela lua. Tudo cheirava a chuva recente. O sacerdote magro dormia num colchão na varanda de pedra elevada. Um pires de latão para moedas ao lado de seu travesseiro como uma ilustração de quadrinhos daquilo com que sonhava. O conjunto estava coalhado de luas, uma em cada poça de lama. Kochu Thomban tinha encerrado suas funções cerimoniais e estava acorrentado a uma estaca de madeira perto de um monte fumarento de seu próprio esterco. Estava dormindo, o trabalho feito, a bexiga vazia, uma presa pousada na terra, a outra apontando para as estrelas. Rahel aproximou-se silenciosamente. Viu que a pele dele estava mais solta do que na sua lembrança. Não mais Kochu Thomban. Suas presas tinham crescido. Agora era Vellya Thomban. O Presas Grandes. Ela colocou o coco no chão ao lado dele. Uma ruga coriácea se abriu para revelar um brilho líquido de olho de elefante. Tornou a se fechar, e os cílios longos, curvos, retomaram o sono. Uma presa voltada para as estrelas.

Arundhati Roy, O Deus das pequenas coisas

Da intimidação física do estado fascista até repetições agonizantes da neurose, a ideia de liberdade toma a mesma forma temporal: uma percepção repentina de um presente intolerável que é, ao mesmo tempo, mas implicitamente e não importa quão obscuramente formulado, o vislumbre de um outro estado em nome do qual o primeiro é julgado. Assim, a ideia de liberdade envolve uma espécie de superposição perceptual; é um modo de ler o presente, mas é uma leitura que parece mais a reconstrução de uma língua extinta.

Fredric Jameson, Marxismo e forma

RESUMO

As várias crises que afligiram o Brasil nos últimos anos descortinaram relações de insegurança no mercado de trabalho e trouxeram para o primeiro plano a noção de “empreendedorismo”. Especialmente a partir dos anos 2010, o tema tem polarizado opiniões que não se limitam à economia, em que tanto aparecem a defesa de um modo de vida autônomo, quanto a denúncia de formas de desregulamentação do trabalho. O empreendedorismo, seja por necessidade ou por convicção, passou a ser percebido em diferentes contextos, como a escola, a família e a indústria cultural, interligados por representar uma alternativa para situações de desemprego e uma renovada subjetividade popular por vezes insubmissa. De modo que, a uma cultura popular historicamente movida por soluções individualistas para situações de sobrevivência ou busca por autonomia, reúnem-se preceitos globalizados de empreendedorismo enquanto *racionalização*. O objetivo desta tese é descrever o processo em curso de formação de um empreendedorismo de caráter popular, em que elementos de experiência da vida sem salário estruturam modos de vida e estabelecem relações ambíguas com as imposições de modernização. No choque entre a mobilidade social dos últimos anos e a consciência da precariedade do mercado de trabalho, sob o guarda-chuva do anseio contemporâneo por autorrealização, técnicas de autoajuda fomentam a individualização do sofrimento, conformando assim uma *estrutura de sentimentos* de alcance global em que o avanço da tecnologia revigora e viabiliza formas sofisticadas de autogerenciamento. Dando consequência ao discurso, a formação socioeducativa para os mais jovens estimula a ruptura com o espaço de experiência popular, baseado nos saberes práticos, e ressignifica a noção de mérito, que deixa de assentar-se em critérios objetivos para consagrar atributos abstratos. Por outro lado, o discurso atinge também uma geração anterior de pessoas exauridas por uma vida de trabalho subordinado e receosas quanto ao futuro; estas veem no empreendedorismo uma nova oportunidade de autorrealização, mas cuja adaptação aos novos parâmetros frequentemente lhes traz frustração. Dois vetores de estímulo ao empreendedorismo especialmente destacados aqui são os *negócios de impacto social* e a *Teologia da Prosperidade*, que fazem adaptações discursivas específicas para seus públicos. O empreendedorismo popular se posiciona assim no âmago das contradições envolvendo a conservação da família e dos costumes e a renovação da utopia do trabalho através da racionalidade empreendedora. A abordagem metodológica do problema de pesquisa se baseou em etnografia conduzida entre 2017 e 2021 na zona sul de São Paulo em eventos, cultos religiosos e ruas de comércio; entrevistas em profundidade com trabalhadores por conta própria, assalariados que exerciam também outras atividades para complementar a renda e empreendedores; e acompanhamento de redes sociais e mercadorias culturais, reunindo extensa pesquisa empírica e utilização da teoria para identificar modos de vida e seus conflitos, cujas referências se encontram nos trabalhos de E. P. Thompson, Raymond Williams, entre outros. Como conclusão, afirma-se que o autogerenciamento aponta tanto para a recusa do sofrimento quanto para uma renovada utopia de liberdade às custas da cidadania regulada, fomentando uma sociedade de empreendedores.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Trabalho e família; Cultura popular; Periferias; Pentecostalismo; Relações entre gerações

ABSTRACT

The several crises that have afflicted Brazil in recent years have revealed relations of insecurity in the labor market and brought to the fore the notion of “entrepreneurship”. Especially since 2010s, this topic has polarized opinions that are not limited to the economy, in which both the defense of an autonomous way of life and the denunciation of forms of deregulation of work appear. Entrepreneurship, whether out of necessity or out of conviction, came to be perceived in different interconnected contexts, such as school, family and the cultural industry, as they represent an alternative to situations of unemployment and a renewed, sometimes unsubmitive, popular subjectivity. Thus, a popular culture historically moved by individualistic solutions to situations of survival or search for autonomy is joined by globalized precepts of entrepreneurship as *rationalization*. The objective of this thesis is to describe the ongoing process of formation of an entrepreneurship of popular character, in which elements of the experience of wageless life structure ways of life and establish ambiguous relationships with the impositions of modernization. In the clash between the social mobility of recent years and the awareness of the precariousness of the job market, under the umbrella of the contemporary yearning for self-realization, self-help techniques foster the individualization of suffering, thus forming a *structure of feelings* of global reach in which the advances in technology reinvigorate and enable sophisticated forms of self-management. Giving consequence to the discourse, socio-educational training for the youngest encourages a rupture with the space of popular experience, based on practical knowledge, and gives new meaning to the notion of merit, which is no longer based on objective criteria to and starts to promote abstract attributes. On the other hand, the discourse also reaches a previous generation of people exhausted by a life of subordinate work and fearful about the future; they see in entrepreneurship a new opportunity for self-realization, but whose adaptation to the new parameters often brings them frustration. Two vectors to encourage entrepreneurship especially highlighted here are *social businesses* and *Prosperity Theology*, which make specific discursive adaptations for their audiences. Popular entrepreneurship is thus positioned at the heart of the contradictions involving the conservation of family and customs and the renewal of the utopia of work through entrepreneurial rationality. The methodological approach to the research issue was based on an ethnography developed between 2017 and 2021 in the south periphery of São Paulo at events, religious services and shopping streets; in-depth interviews with self-employed workers, waged employees who also performed other activities to supplement their income and entrepreneurs; and monitoring of social networks and cultural commodities, bringing together extensive empirical research and the use of theory to identify ways of life and their conflicts, whose references are found in the works of E. P. Thompson, Raymond Williams among others. As a conclusion, this thesis states that self-management points both to the refusal of suffering and to a renewed utopia of freedom at the expense of regulated citizenship, fostering a society of entrepreneurs.

Keywords: Entrepreneurship; Work and family; Popular culture; Peripheries; Pentecostalism; Intergenerational relations

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Questões de aproximação	45
Roteiro dos capítulos	54
Parte 1 / ETNOGRAFIA	
1 / O SOL BRILHA PARA TODOS.....	58
2 / ENTRE LUZES E SOMBRAS	114
3 / MIRAGENS	168
Parte 2 / SÍNTESES	
4 / RECONFIGURAÇÕES	228
4.1 / Modos de vida: família, comunidade e classes sociais.....	230
4.2 / O <i>ethos</i> empreendedor popular	235
5 / UTOPIA E SOFRIMENTO	243
5.1 / Sofrimento e autoajuda	244
5.2 / Reinterpretando trajetórias pela narrativa terapêutica	250
Considerações finais / POLÍTICA NA SOCIEDADE DOS EMPREENDEDORES	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265

INTRODUÇÃO

Nas primeiras vezes em que estive na zona sul de São Paulo para esta pesquisa, tinha comigo uma infinidade de pressupostos e palpites sobre o empreendedorismo dos pobres. Fui para a periferia desse pedaço da cidade, moradia de mais de dois milhões de pessoas, animado em mergulhar na vibrante cultura local, nos cancioneiros e poetas dos saraus e nas realidades que seus *rappers* narravam com a intensidade em carne viva de suas contradições. Por um lado, procurava aquele sentido de revolta contra as desigualdades e a violência policial; por outro lado, me ressabiava com os relatos de um universo “pacificado”, onde o mundo do crime se autorregulava e as igrejas evangélicas geriam números cada vez maiores de trabalhadores precários, em um equilíbrio a todo tempo ameaçado. De fato, estavam todos lá. Mas o que repousava ali, como um velho e preguiçoso elefante de um circo em frangalhos, era uma cultura popular que reunia esses personagens, e também muitos outros, trabalhadores sem salário vivendo suas incertezas e lidando com elas. Pessoas ao mesmo tempo com os pés fincados na realidade concreta e com um olhar de soslaio para uma ansiada emancipação, em que se depositavam tanto esperança quanto sofrimento.

O empreendedorismo não pode ser visto como um fenômeno isolado. Acima de tudo, ele traz embutido uma utopia de *liberdade*, mesmo quando esta é sentida simplesmente como uma fuga provisória do trabalho alienado, mal remunerado e, eventualmente, indigno. Tanto a tradicional *viração*, a ocupação sem forma que satura o cotidiano popular do trabalho por conta própria e dos pequenos comerciantes; quanto a sua variante moderna, propriamente “empreendedora”, reúnem características comuns ao cotidiano popular e periférico, e que nesta altura da história nacional se combinam na formação de uma nova subjetividade. Assim, busquei pela etnografia nas ruas e comércios populares da zona sul paulistana e nos espaços de divulgação do empreendedorismo (organizações não governamentais, projetos sociais, aparelhos públicos e privados e igrejas evangélicas) um gradiente que abrange desde o indivíduo sem grandes ambições que toca seu negócio sozinho até a jovem empreendedora nascida nessa lógica e que vê no discurso terapêutico a saída para uma emancipação longe do mercado de trabalho convencional. Entre eles, sujeitos saturados de experiência popular que batalham, mas sentem tendências racionalizadoras lhes coagirem a romper com seus costumes em nome de uma prometida e, na maioria da vezes, não cumprida ascensão social. Estes conformam o que interpreto como o *empreendedorismo popular* da periferia paulistana.

O trabalho por conta própria e o empreendedorismo são maneiras de ganhar a vida

que têm sua dimensão histórica, e nas quais as dinâmicas contemporâneas atuam para reforçar, no aspecto propriamente econômico, e recrudescer, no aspecto moral, conformando uma versão popular contemporânea de *individualismo*. Os pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos que, sozinhos ou em família, administram seus negócios com determinação e astúcia, no limite entre a sobrevivência e algum conforto para a manutenção familiar, ostentam exatamente o que o ideário contemporâneo tenta subjugar: o conhecimento prático e o apego à realidade concreta. Nesses dois fatores esses comerciantes baseiam seus costumes e o ceticismo com que encaram o trabalho intelectual e tudo aquilo que se distancia de sua realidade, como a política (cf. HOGGART, 2009; THOMPSON, 1998).

Experiências de desemprego prolongado, gravidez não planejada, morte precoce de um familiar por violência policial ou envolvimento dele no mundo do crime, adição a álcool ou drogas, além das exigências crescentes de qualificação para o trabalho, são exemplos concretos de como a incerteza se somam a ansiedade e o sofrimento. Para muitos que viveram a experiência do assalariamento, certas obrigações impostas pelos patrões ferem dolorosamente os valores do trabalho bem feito, do sentido da responsabilidade e da ética profissional, como observou Christophe Dejours (1999). Isso se dá por uma neutralização do *reconhecimento* do trabalhador, do qual depende o sentido do seu sofrimento. Assim, num mundo visto como em constante transformação, homens, mulheres e suas famílias vivem “pendurados por um fio”, na expressão de Robert Castel (2015), em que horizontes limitados e por vezes ameaçadores os comprimem no apego aos costumes e na confiança exclusiva em si mesmos e na família, entendida como fortaleza.

Do reconhecimento depende na verdade o sentido do sofrimento. Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas também fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento. O reconhecimento do trabalho, ou mesmo da obra, pode depois ser reconduzido pelo sujeito ao plano da construção da identidade. [...] Não podendo gozar os benefícios do reconhecimento de seu trabalho nem alcançar assim o sentido de sua relação para com o trabalho, o sujeito se vê reconduzido ao seu sofrimento e somente a ele (DEJOURS, 1999, pp. 34-35).

Ao desentranhar a dimensão utópica do empreendedorismo, pretendo salientar uma outra aspiração das classes populares que por muito tempo foi considerada a verdadeira utopia brasileira, a do acesso à cidadania regulada e a expectativa da proteção social, que alimentavam a *promessa* de integração. Adalberto Cardoso (2019, p. 226) viu no modelo de desenvolvimento varguista a semente de uma identidade social e política inspirada nessa utopia, possível porque

trajetórias reais de ascensão social criavam entre os excluídos a aspiração ao mundo dos direitos, “desde que fizessem por isso”. Afinal, como parte de um projeto autoritário, o Estado circunscrevia e regulava essa integração, e com isso estimulava diferenciações no interior da classe trabalhadora. “Vargas enquadrou, pela violência física e simbólica, o horizonte de expectativas e a vida cotidiana dos trabalhadores, limitando-os às fronteiras mesquinhas da sociabilidade capitalista, ao prometer acesso ao mundo do consumo e aos bens da civilização liberal” (CARDOSO, 2019, p. 226), simbolizados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).¹ Essa utopia de “boa vida” persiste, *em parte*. De fato, o sujeito popular preza por uma vida que não lhe seja exaustiva e abusiva, mas em numerosos casos, mesmo a CLT não garante mais isso. Para seus filhos, empregos de baixa remuneração e qualificação frustram a ambos, que não veem seus investimentos darem retorno, e a distância que separava os possuidores da cidadania regulada dos demais se torna cada vez menor e mais instável. É na liberdade agora prometida para quem trabalha apenas para si que se encontra sua nova utopia.

Esta tese se refere às práticas e modos de vida de pessoas pobres, *mas não tão pobres*. Pessoas cuja plasticidade é a marca de suas trajetórias, assim como as relações que estabelecem tanto no plano individual, quanto no plano familiar. Aqui o que de fato conta são as condições concretas de reprodução da vida na periferia de São Paulo, o que inclui a incerteza e a instabilidade provocadas pelos novos processos de trabalho; a introdução de novas tecnologias no cotidiano; a sociabilidade cada vez mais violenta; a intensificação da religiosidade; as novas formas de microcrédito e consumo; a onipresença do mercado; a expansão do acesso ao ensino superior e a distribuição diferencial da presença do Estado. Como respondem indivíduos com pouca margem de negociação a transformações nos níveis mais básicos de suas existências?

A partir dessas considerações, portanto, são formas culturais *determinadas*, não como um mecanismo em que um conteúdo é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa preexistente, em que a superestrutura seria apenas um reflexo ou imitação da realidade da base, mas no sentido de “fixar limites e exercer pressões” conforme a definição de Raymond Williams (2011, 1977). Para o historiador, na relação entre os termos a base não é um objeto estático e uniforme ou uma abstração econômica, mas um *processo* em que “atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais” são sempre

¹ Como definiu Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p. 75), “tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece [...]. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico”.

dinâmicas.² Assim, Williams (2011, pp. 47-49) remonta à noção de forças produtivas enfatizando que “a coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica mais ampla dos homens produzindo-se a si mesmos e a sua história”, isto é, a produção e reprodução da vida real.

Para o propósito desta tese, o termo “empreendedorismo” tem duas funções principais, das quais depende a legibilidade do próprio objeto. Trata-se, primeiramente, de uma categoria nativa, isto é, está *incorporada* ao cotidiano da periferia, organizando discursos institucionais e referências individuais. Não é algo aplicado de fora a indivíduos sem agência, um mascaramento ideológico de atividades econômicas consideradas precárias: ao longo do texto, termos oriundos do mundo empresarial como “CEO” (*chief executive officer*), “pitch”, “prototipar” e “performar” se manifestarão das vozes dos próprios interlocutores – portanto, se justifica etnograficamente. Trata-se de uma tentativa de sujeitos em situação de incerteza de reinterpretar a própria história de maneira a se encaixar na narrativa empreendedora, filiando-se a uma cultura vista como moderna. De modo que uma segunda função do termo empreendedorismo deriva exatamente dessa incorporação e da qual emerge minha principal reflexão: a de que surge nas periferias das grandes cidades – a partir do individualismo encravado na experiência popular e que remete a uma remota e persistente vida sem salário – uma nova composição que contrapõe à cultura popular uma onda global de afirmação da racionalidade instrumental, via discurso do empreendedorismo, com repercussões para além de seus aspectos econômicos *stricto sensu* e que impactam diretamente os modos de vida dos indivíduos.

Essa consideração parte de inspiração em Reinhart Koselleck (2006, p. 313), para quem “as experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa”.

Vida sem salário

O conceito de experiência se aplica aqui tanto em sentido thompsoniano, que remete à oralidade presente nos relatos históricos e sua permanência mesmo diante do aumento da

² Remeto também à afirmação de Paul Willis (1981, p. 171) de que “só porque existem o que podemos chamar de determinantes estruturais e econômicos, isso não significa que as pessoas irão obedecê-los sem problemas”. De modo que, se em diversas sociedades existem métodos coercitivos de obediência, em contextos democráticos, liberdades aparentes são construídas através do poder *simbólico* da determinação estrutural.

alfabetização³ – no caso a Inglaterra do século XVIII –, mas também segundo a definição de Koselleck, em que “um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”, isto é, tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida alheia, transmitida por gerações e instituições (KOSELLECK, 2006, p. 311). Para Koselleck, o que se distingue no espaço de experiência é sua qualidade de *passado atual*, “aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. Na experiência, diz o historiador, “se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento” (KOSELLECK, 2006, p. 309).

Tal experiência é essencialmente preenchida pela precedência normativa de uma *vida sem salário* (*wageless life*). Para Michael Denning (2010), a vida sem salário se define pelo pressuposto de que o “desemprego precede o emprego, e a economia informal precede a formal, tanto historicamente quanto conceitualmente”, e que a condição proletária deve ser vista como sinônimo para “desposseção, expropriação e dependência radical do mercado” (DENNING, 2010, p. 81, tradução minha). Na “viração”, na “correria” e em outras formas incertas, imprevisíveis e não assalariadas de ganhar a vida, os sujeitos das classes trabalhadoras permutam de *status*: fazem “bicos” ou “frilas” e compartilham na família e na comunidade situações de transitoriedade, como no caso muito comum de assalariados que precisam de um biscate para complementar a renda ou que convivem com o desemprego do cônjuge ou com a ruptura geracional da filha que ultrapassou a barreira do ensino universitário e deseja uma vida sem salário pela promessa do empreendedorismo. A vida sem salário é, portanto, um *modo de vida*.⁴

Como repete insistentemente um interlocutor, morador de Heliópolis, “o sol brilha para todos”. Viver sem salário é também abdicar da administração do tempo imposto pelo empregador e que, frequentemente, entra em conflito com outras temporalidades de indivíduos e famílias, o que permite visualizar a configuração de uma categoria para além do “econômico”, visto exclusivamente como planejamento, racionalização e cálculo de custo-benefício, abrindo

³ Como observa E. P. Thompson, isto é, como “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertórios de anedotas e narrativas exemplares. Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação [...] tendem a se sujeitar a expectativas da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções” (THOMPSON, 1998, p. 18).

⁴ Utilizo neste trabalho “modo de vida” (*way of life*) como parte de “uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidades”, que se baseia, portanto, na experiência subjetiva daqueles que vivenciam determinados processos sociais. Na definição de Thompson (2012, p. 43), o modo de vida se diferencia do “padrão de vida” (*standard of life*), que se refere a aspectos objetivos e quantitativamente mensuráveis.

espaço para a experiência.⁵ O *cálculo*, algumas vezes, faz o raciocínio do interlocutor pender para a segurança da carteira assinada, até que ele repense suas escolhas. Nesta pesquisa aparecem desde o vigia noturno que deixou o emprego formal para ser camelô com a esposa até a gerente de restaurante popular que escolheu ser diarista para ter mais tempo para o filho pequeno. Dignidade e uma rotina menos estafante parecem, no fim, a escolha acertada.⁶ Também as relações pessoais se veem em alta conta, pois quando o dinheiro é curto – o que nas periferias é a regra, com ou sem salário –, ele é contado para as despesas imediatas e é nos vínculos pessoais que os indivíduos se apoiam em eventuais contratemplos. Dificilmente se faz poupança, e mesmo comprar a crédito é visto com desconfiança e há certa apreensão com o risco do endividamento. De modo que família, amigos e o reconhecimento pela comunidade podem ser mobilizados para a solução de uma pendência futura, enquanto o dinheiro é importante para sustentar a casa e as necessidades básicas, fazendo com que planos de folgas ou “férias” sejam indefinidamente adiados.

Na expressão de Karl Marx (2011, p. 502), ao colocarem-se disponíveis para a venda de sua força de trabalho, indivíduos são inseridos no mercado de trabalho na situação de “virtualmente pobres”, pois sua reprodução não depende de si mesmos, mas das necessidades da acumulação e da disposição do capitalista em empregá-las. Nas periferias das grandes cidades brasileiras essa é uma situação incontornável, não apenas porque, historicamente, a ocupação não assalariada continua sendo a realidade da imensa maioria dos trabalhadores. Também o trabalho autônomo dos pequenos comércios, dos botequins, dos vendedores ambulantes, das costureiras e de outras dezenas de ocupações, são não apenas saídas de emergência, mas também maneiras de ganhar a vida, construir relações, lidar com as incertezas e esperar por melhores dias (cf. DE L’ESTOILE, 2020). Mesmo quando a carteira assinada faz parte de suas biografias, ela nunca foi a regra.

Como observa Benoît de L’Estoile (2020), esta liberdade se relaciona com um diferencial de poder, ou seja, com uma capacidade ansiada de “governar o tempo”, o que pode

⁵ Ao recuperar o sentido aristotélico de *oikonomia* (governo da casa), De L’Estoile pensa “as preocupações de ‘manter a casa’ ao proporcionar recursos materiais e sociais e ‘seguridade’”, o que para ele implica assimilar dimensões de “autonomia, moralidades, religião, reprodução, política e capacidade de manobrar em um mundo complexo e fluido (DE L’ESTOILE, 2020, p. 64, tradução minha). De L’Estoile realizou etnografia em três engenhos açucareiros convertidos em projetos de assentamento na Zona da Mata, em Pernambuco.

⁶ Marilena Chauí também fez essa observação acerca do trabalho de Machado da Silva sobre os botequins, em que ele identifica nos frequentadores uma incapacidade de projetos e planos como resultado de uma rígida rotina ofuscando a percepção do tempo. Para Chauí (1989, p. 69), nos cabe indagar se “para tais homens, [tempo] teria necessariamente que possuir o mesmo sentido que lhe deu Benjamin Franklin”. Felipe Rangel também identificou uma ansiedade por autonomia entre comerciantes da Feirinha da Madrugada, que se realiza no Brás. No caso, diz Rangel (2019, p. 104), “o trabalho, quando percebido como um sacrifício necessário para se viver uma vida digna, é valorizado na medida em que atinja esse objetivo”.

ser visto como uma tendência à insubordinação. Há na experiência popular uma diferença sutil, porém nada irrelevante, entre querer *ser* patrão, e querer *não ter* patrão: o legítimo anseio por autonomia não pode ser confundido com uma exótica “razão neoliberal” que governaria o indivíduo rumo a dessocialização.⁷ Não apenas porque o trabalhador brasileiro por conta própria, e mesmo o pequeno comerciante, frequentemente não tem condições nem intenção de empregar funcionários, mas porque sua ética *individualista* vem saturada de uma experiência popular e lastreada historicamente na necessidade de subsistência, caracterizada por padrões mínimos ou miseráveis de vida (cf. CANDIDO, 2017; DE L’ESTOILE, 2020). A referência à cosmologia nos relatos orais que vemos aqui remonta, ainda que de maneira mitigada, a esse passado atemporal, que resiste na linguagem popular arraigada na experiência. Dela deriva a expectativa da redenção ou do fim dos tempos na noção católica, firmemente ancorada na tradição e numa ética hostil ao capitalismo como máquina racional e impessoal (cf. LÖWY, 2014).

O empreendedorismo contemporâneo é uma promessa de rompimento não com o individualismo, com o qual dialoga, mas com a *experiência* do individualismo popular, baseada no conhecimento prático. É essa separação, em parte analisada por Harry Braverman (1980) entre concepção e execução, teoria e prática, que preenche o desejo de uma geração de indivíduos periféricos em busca de mobilidade ascendente. Paul Willis observou na cultura contraescolar da Inglaterra industrial de fins da década de 1970, fundamentalmente influenciada pela cultura do chão de fábrica (*shopfloor*), que imperava entre os trabalhadores manuais uma profunda convicção de que habilidades e conhecimentos práticos são uma *condição* para as demais habilidades. Assim, “enquanto na cultura da classe média, o conhecimento e as qualificações são vistos como uma forma de elevar todo o modo de alternativas práticas abertas ao indivíduo, aos olhos da classe trabalhadora a teoria está fixada em práticas produtivas particulares” (WILLIS, 1981, p. 56, tradução minha).

Tanto o trabalho por conta própria, em seu sentido tradicional e arraigado na cultura popular, quanto o empreendedorismo e seus valores e prescrições a forçar o trabalhador da periferia ao “autogerenciamento”, são formas culturais que resistem na experiência ou lhe são hostis – por sinal, Karl Polanyi (2000) insiste que a imposição de um sistema de mercado

⁷ Remeto aqui especialmente aos trabalhos de Veronica Gago (2015), Christian Laval e Pierre Dardot (2013), Wendy Brown (2019) e do próprio Michel Foucault (2004). Afasto-me assim do entendimento corrente de matriz foucaultiana que vê no empreendedorismo uma manifestação de neoliberalismo, cuja “governamentalidade” penetraria nas subjetividades fazendo deles “empresários de si”, mesmo que esse elemento apareça em certos momentos da análise. Retomarei esse ponto mais à frente.

totalmente auto-regulável não acontece sem consequências.⁸ A compreensão de como duas forças ancoradas na produção e reprodução da vida e que se expressam pela mediação da cultura é diretamente inspirada nos trabalhos de E. P. Thompson (1998, 2012) e Richard Hoggart (2009). Estas persistem como formidáveis narrativas na quais pessoas socialmente desqualificadas vivenciam o desmanche dos seus modos de vida, exploradas sob o jugo de forças econômicas e políticas intransigentes e que aos poucos redescobrem uma cultura das cinzas, frequentemente contraditória ou deformada em relação aos próprios valores que existiam no seu universo antigo.

O trabalho por conta própria no Brasil

Na formação do trabalho por conta própria no Brasil, são os termos trazidos pelo passado que saturam o espaço de experiência: a moradia, a família, a comunidade e o trabalho em sua temporalidade tradicional, incluindo seus períodos de reprodução. Sob um ideal de liberdade se abrigam dois valores essenciais, o individualismo e o mérito na forma de retribuição pelo esforço pessoal. Alguns elementos característicos dessa experiência se encontram difundidos pelas classes populares, que historicamente transitam pelo trabalho assalariado e por fora dele.

Da perspectiva da acumulação capitalista, se observa que, se o capital se alimenta da extração do mais-valor pelo assalariamento, o “auto-emprego” também cumpre uma função de rebaixar, direta ou indiretamente, o custo da reprodução da força de trabalho, como população latente. Quando atinge uma magnitude que possa ameaçar o ritmo da acumulação de capital, ele vai sendo paulatinamente incorporado como assalariado. Com as inovações tecnológicas e as transformações nos processos de trabalho, ao ser submetido à competição com as empresas capitalistas de maior porte o autônomo permanece apenas como categoria complementar ao regime de acumulação, fornecendo produtos e serviços de baixo valor agregado que não interessam a elas. Como o capital não tem interesse em assumir todas as funções necessárias para a reprodução social, ele “permite” a existência dessas atividades (cf.

⁸ Para Polanyi, dois princípios organizadores agem na sociedade, cada um deles determinando seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios: o princípio do liberalismo econômico, “que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre comércio como seus métodos”; e o princípio da proteção social, “cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos” (POLANYI, 2000, p. 164).

PRANDI, 1978).

Por muito tempo, as atividades não regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram categorizadas sob o rótulo da informalidade, cuja longa história remonta à década de 1960 no contexto internacional e baseou boa parte do pensamento social brasileiro, inspirado pelas teorias da modernização e pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (cf. OLIVEIRA, [1972] 2003); no caso, subordinando a informalidade à centralidade analítica do trabalho assalariado e vendo-o como distorção da incorporação ao processo produtivo. O trabalho assalariado seria tanto a condição “normal” do trabalhador, associando a ele uma dignidade que o trabalho não regulado pelo Estado não teria (cf. MACHADO DA SILVA, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2018), quanto seu paradigma, baseado nas sociedades salariais do Norte global. A reestruturação produtiva do capitalismo e seu modo de regulação, entretanto, introduziriam a “flexibilidade” no léxico do processo produtivo e toda uma gama de desregulamentações no mundo do trabalho, agora globalizado (cf. HARVEY, 2008; ANTUNES, 2015). Diante das ambiguidades que esvaziaram o conteúdo do trabalho por contra própria conforme seu uso se banalizava ao se tornar sinônimo de flexibilização e desregulação, a noção de “informalidade” seria em parte substituída pelo par empregabilidade/empreendedorismo como “quase-conceito”, nos termos de Machado da Silva (2018, p. 279).

Quanto mais adentramos o século XXI e menor se torna a classe operária *stricto sensu*, mais diversas as formas de ganhar a vida. Quanto mais se desenvolvem a tecnologia e as técnicas de autogerenciamento, mais intenso se mostra o ceticismo e mais real se torna a constatação de que não existe “lugar no sistema produtivo” que efetivamente seja capaz de formar uma cultura proletária ou uma consciência de classe, condição que se exprime assim na cultura popular contemporânea. Pilar de uma experiência arraigada no individualismo que eventualmente submerge na história brasileira, mas não desaparece, o trabalhador autônomo é a representação que sustenta o modelo ideológico do sucesso econômico e social, “o empreendedor virtual que se transformará idealmente no futuro empresário ou que logrará ocupar algum lugar de destaque no seio da pequena burguesia urbana” (PRANDI, 1978, p. 61).

O impulso individualista da experiência popular se vincula à própria história do trabalho por conta própria no Brasil, que remete ao antigo sistema colonial e à massa expropriada que só crescia conforme se abandonava o sistema escravocrata. Uma população sobrando que não era aproveitada no trabalho produtivo, pois “tida e havida pelos potentados como indolente e vadia” (KOWARICK, [1987] 2019, p. 40), e que seria apenas em parte incorporada ao trabalho formal ao longo do século XX. Contudo, como “o capitalismo começa

não com a oferta de trabalho, mas com o imperativo de ganhar a vida” (DENNING, 2010, p. 80, tradução minha), assim seria também com a viração e a precariedade constitutiva da reprodução social nas classes populares do Brasil, dos “inorgânicos” descritos por Caio Prado Jr. ([1942] 2011),⁹ passando pelos homens e mulheres livres e pobres na ordem escravocrata, examinados por Maria Sylvia Carvalho Franco e Lúcio Kowarick, até a integração do negro na sociedade de classes nos termos de Florestan Fernandes, entre outros.

Por sinal, a população negra alforriada, sobretudo em regiões de grande dinamismo econômico como Minas Gerais durante o auge da mineração, a partir de meados do século XVIII, formaram, segundo Reginaldo Prandi (1978), os primeiros representantes do trabalho por conta própria no Brasil, exercendo desde o artesanato até a extração de ouro e diamantes, e logo depois como “profissionais liberais” em alguns casos. Em busca de meios de vida em um sistema econômico que os queria expulsos ou eliminados, que os via como desocupados e onerosos ao sistema colonial, outra massa de libertos e brancos pobres perambulava entre diferentes regiões e atividades precárias. Laura de Mello e Souza os identificou como *desclassificados sociais*, pois a pobreza lhes conferia uma mácula que os deixava alijados das classificações que importavam naquele sistema. Próximo do vadio, Mello e Souza (1982, p. 66) ressalta que ele poderia ser desde “o pequeno proprietário que não conseguia se manter à sombra do senhor de engenho; o artesão que não encontrava meio propício para o exercício de sua profissão”, e o mestiço que não queria ser confundido com o negro escravizado, mas se via repellido da sociedade branca, além do criminoso e do ladrão.

Como observou Kowarick (2019, p. 136), a população livre despossuída no país em 1864 alcançava cerca de 7,5 milhões de pessoas, estimativa que se centra “no posseiro, no produtor de precária economia de subsistência complementada pela caça e coleta e no andarilho que habitava casebres em estadas temporárias”. Sertanejos e libertos vivendo ao deus-dará entre as fazendas decadentes de café e a urbanização acelerada, “que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram [...] homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (FRANCO, [1969] 1997, p. 14), isto é, que não dispunham de meios de produção nem serviam de mão de obra na agricultura mercantil, portanto aproveitados apenas *residualmente*.

A chegada do imigrante europeu impulsionaria o trabalho por conta própria entendido como negação do assalariamento, portanto como um componente essencial da ideologia da ascensão social pelo mérito do esforço individual. Muitos, de fato, acumularam

⁹ Para um resumo de estudos historiográficos sobre a passagem do “inorgânico” ao informal, ver Secco (2020).

capital e se tornaram grandes empresários em São Paulo, como Francisco Matarazzo. Assim que se viam livres do contrato de trabalho na lavoura cafeeira, muitas vezes com toda a família, se tornavam autônomos fazendo uso de suas próprias ferramentas e aproveitando o aumento da demanda nas cidades por produtos e serviços que não eram atendidos pelo grande capital (cf. PRANDI, 1978). Próximos no tempo e separados no espaço, negros alforriados conheciam a exploração da força de trabalho. Eles viriam a se tornar parte do proletariado paulistano e formariam a futura periferia da cidade nas condições mais precárias, por muito tempo desprovidas da presença do Estado (cf. KOWARICK, 1980; FERNANDES, [1964] 2008).¹⁰ A passagem do tempo aproximaria essas categorias, assim como agregaria imigrantes europeus e sobretudo nordestinos na formação das classes populares de São Paulo, a ocupar as margens da cidade em loteamentos quase sempre clandestinos e regularizados tardiamente (cf. CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2000; FONTES, 2002).¹¹

Em sua análise das *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, Antonio Candido (1970, p. 84) identificou em personagens que circulavam pelas ruas do Império formas de socialização próprias de um universo de desclassificados sociais, em que maneiras de driblar tanto o trabalho quanto a falta dele moldavam os arranjos possíveis nesse “mundo sem culpa”, que o autor contrapõe ao puritanismo norte-americano e sua moral estrita e conduta regrada. Na “dialética da ordem e da desordem”, que Candido propõe e que organiza a vida social dos indivíduos livres e pobres dos séculos XVIII e XIX no Brasil, se manifesta uma espécie de equilíbrio entre o bem e o mal típico de “uma sociedade meio caótica”, onde os “extremos se anulam e a moral dos fatos é tão equilibrada quanto as relações dos homens”.

O sentido profundo das *Memórias* está ligado ao fato delas não se enquadrarem em nenhuma das racionalizações ideológicas reinantes na literatura brasileira de então [...]. Na sua estrutura mais íntima e na sua visão latente das coisas, elas exprimem a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das ideias, das atitudes mais dispares, criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime (CANDIDO, 1970, p. 87).

Não por acaso, ganhar a vida, na linguagem popular cotidiana, se expressa

¹⁰ Junto da criação do Ministério do Trabalho, umas das primeiras iniciativas do governo Vargas foi a nacionalização da mão de obra através o Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931, conhecida como Lei dos 2/3, que obrigava as empresas a empregarem essa proporção de brasileiros natos, depois incorporada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. O ato abriria espaço para a absorção de parte da população negra na indústria.

¹¹ No Capão Redondo, por exemplo, ainda hoje se combinam precariedade e políticas públicas. Lá habitam 275 mil pessoas, seu Índice de Desenvolvimento Humano é apenas o 79º da cidade (0,782). Ao mesmo tempo, conta com terminal de ônibus, uma ETEC, um Centro Educacional Unificado (CEU) e uma Fábrica de Cultura (projeto cultural do Governo do Estado).

frequentemente pelo verbo *batalhar* – não necessariamente em tom de amargura, mas também sem disfarçar seu sentido de desafio individual (ou “rixa”, na expressão de Otsuka, 2007). Se a periferia foi até muito recentemente sinônimo de precariedade e ausência,¹² é justo afirmar que características típicas do sujeito individualista anteriores à sociedade de massas do século XX estejam ali presentes, como a criatividade¹³ na luta contra a escassez, como observou Alexis de Tocqueville entre outros, mas também sua forma adulterada na “glorificação do pequeno, da privacidade e autolimitação” (MARCUSE, 1999, p. 98) em luta contra a sociedade, povoada de competidores e opressores. Candido (2017) viu na dimensão econômica de decadência do campo e avanço da industrialização e da urbanização seu aviltamento e desequilíbrio final. A expansão do mercado capitalista, tenderia a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho, com consequências deletérias para a sociabilidade e para a cultura do caipira. “Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se” (CANDIDO, 2017, p. 194).¹⁴

Nesse rígido quadro de submissão, a revolta, quando existente, não conduz a parte alguma: ela é individual, solitária e isolada. Ela não almeja nem é conduzida para a trilha de contestação da ordem senhorial-escravocrata. Trata-se de uma consciência que não enxerga aquele que se encontra na mesma situação de subalternidade, nem, muito menos, o outro a que ele se opõe. Neste quadro social esmagado pela opressão, a revolta só poderia dirigir-se para eliminar o seu igual. Para os livres despossuídos, o destino não pode ser outro que o da exclusão e submissão (KOWARICK, 2019, p. 138).

Para o imigrante nordestino que se instalou em São Paulo a partir da década de 1950,¹⁵ atraído pela intensa industrialização da cidade e pela sociedade de consumo que emergia dali, à comunidade que caracterizava sua vida entre parceiros oriundos da mesma região contrapunha-se a querela e desconfiança com nordestinos de outros estados e sobretudo

¹² Para Herbert Marcuse (1999), a cultura de massa é uma manifestação da escassez e da frustração e representa apenas o *potencial* de abundância diante da pobreza real.

¹³ Há, evidentemente, uma apropriação dessa realidade popular na exaltação ideológica da “criatividade” dos pobres, presente, por exemplo, em Vianna (2006). A sentença de Chauí (1989, p. 44) de que “a cultura dos dominados exprime a barbárie a que estão submetidos”, reinterpreta a famosa tese de Walter Benjamin, contudo, de modo algum minimiza a dignidade dessas atividades.

¹⁴ Candido (2017, p. 252-256) observa que, ademais esta seja uma característica do mundo rural em decadência, a transição que inclui a migração para os centros urbanos é marcada “não apenas por uma conservação relativa de traços, mas verdadeiras regressões, que mostram a vitalidade da cultura tradicional”. Assim, a cultura das cidades vai absorvendo as “variedades culturais rústicas”, desempenhando cada vez mais papel de cultura dominante, “impondo as suas técnicas, padrões e valores”. Isso significa, entre outras coisas, uma adaptação penosa à nova situação “por meio de técnicas materiais e sociais que tinham sido elaboradas para uma situação geral desaparecida”. Mariana Côrtes (2017) notou a atual situação do caipira, a quem a inadequação levou ao diagnóstico médico de depressão e conseqüente medicalização pela fluoxetina.

¹⁵ Como observam João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1998), cerca de 39 milhões de pessoas migraram do campo para as grandes e médias cidades entre as décadas de 1950 e 1980.

com os paulistas, a quem viam, com razão, como fonte de deboche e estereótipos. A despeito disso, sua representação continuava a inspirar no nacional-desenvolvimentismo da época o ideal do “povo brasileiro” (cf. FONTES, 2002; MELLO; NOVAIS, 1998; RIDENTI, 2005). “O que aproxima a todos, fossem assalariados permanentes, pequenos proprietários, posseiros e parceiros, era a miséria ou a extrema pobreza em que viviam” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 576).

Para o trabalhador brasileiro típico, e muito particularmente o trabalhador que emigrou dos campos, aldeias e pequenas cidades do interior fugindo da pobreza ou em busca de melhores condições de vida, o acesso ao universo dos direitos do trabalho foi uma longa e muitas vezes frustrante corrida de obstáculos. Para começar, os brasileiros quase nunca tinham registro civil. Parte dessa carência decorria das condições de vida de boa parte da população rural, quase sempre distante dos centros urbanos onde o registro era feito. Mas parte não desprezível tinha a ver com a resistência pura e simples, com origem na ideia nada irrealista de que o Estado era *inimigo* do povo, a quem tentava controlar, alistar no exército, escravizar, vacinar, higienizar ou simplesmente perseguir de maneira arbitrária (CARDOSO, 2010, p. 789).

Essa combinação entre individualismo sem culpa do sertanejo, extrema escassez material no processo de formação do trabalho livre no Brasil e desconfiança (ou recusa) da sociedade em favor do mérito do esforço próprio aponta para o trabalho autônomo tradicional, “no qual os recursos intelectuais e materiais disponíveis devem ser conquistados e adequados através da incessante luta entre ser humano e natureza, no qual as forças humanas sejam liberadas para distribuir e administrar a escassez” (MARCUSE, 1999, p. 99).¹⁶ Nesse estado de poucas perspectivas, a maneira como o sol é acionado pelo interlocutor mencionado acima lembra mais uma vez a persistente fé católica, em duas dimensões complementares. Ao nascer para todos, ele é justo e a ninguém discrimina, desde que se siga no caminho correto. Além disso, ele se encontra no horizonte, como salvação, em um conjunto de expectativas informadas pelo espaço de experiência.

Batalhadores e sobreviventes

Para lidar com a incerteza, a esperança em dias melhores está sempre presente,

¹⁶ Analisando as sociedades dos séculos XVI e XVII, Marcuse (1999, p. 75) ressaltava que o interesse próprio imediato do indivíduo era constrangido por fatores externos a ele (religiosos, políticos e econômicos), o que impedia o pleno desenvolvimento de sua racionalidade individual. Ele tinha que superar um sistema constituído de ideias e valores, “para encontrar e apossar-se das ideias e valores que se ajustassem a seu interesse racional”. Assim, naquele contexto, “o princípio do individualismo põe o indivíduo contra a sua sociedade”, sendo esta a ética predominante nos primórdios do liberalismo, em conformidade com a análise de Max Weber (2004).

porém se dirige invariavelmente para Deus, pois seus planos são misteriosos e o futuro cabe apenas a Ele. De modo que, além do individualismo, esses princípios se materializam na centralidade da figura divina, na medida em que o catolicismo popular é muito flexível do ponto de vista doutrinário (cf. ALMEIDA, 2004; LÖWY, 2014). Assim eles aparecem também em uma versão evangélico-marginal, em que a atitude do sujeito diante de Deus não é menos notável. O culto que dá forma a *Sobrevivendo no inferno* acolhe o desgarrado, mas a salvação depende de que ele ande “pelo certo” (cf. OLIVEIRA, 2018), pois na *vida loka* apresentada pelos Racionais MC’s, “aquele que fala, narra ou reconta a história está de um lado ou de outro, está na batalha, tem adversários e trabalha por uma batalha particular” (HIRATA, 2011, p. 199). É na ideia do “proceder”, a conduta correta do irmão de batalha, que se separa o guerreiro/batalhador, que tenta se manter digno mesmo afogado em uma lógica baseada no consumo por todos os lados, daqueles que buscam o dinheiro a qualquer custo, ou seja, o traidor, o covarde e o mesquinho (cf. HIRATA, 2011).

Nos modos de vida desses “batalhadores” se evidenciam escolhas informadas pelas experiências de sujeitos subalternizados, dispostos a ganhar a vida com as alternativas que têm às mãos. Tal incerteza faz desse mundo o lugar tanto do “zé povinho” quanto do “vida loka”, cuja existência marcada pelo risco e pela contingência lhes apresenta saídas mais ou menos ilegais (cf. OLIVEIRA, 2018).¹⁷ A imposição aqui é a mesma, a de ganhar a vida da maneira mais honesta possível, lidando com a contingência e os riscos próprios à vida sem salário e “embaralhando” as fronteiras do informal, do ilegal e do ilícito, com diz Vera Telles (2010).¹⁸

A categoria “batalhadores” foi utilizada por outros autores em acepção diferente. Em especial, remeto aqui à análise de Jessé Souza e colaboradores, para quem eles seriam uma “nova classe trabalhadora do capitalismo pós-fordista e financeiro” que ocuparia “o setor logo acima da ‘ralé’, que abrange também divisões importantes de uma ‘elite da ralé’ capaz de ascensão social – desde que existam oportunidades de qualificação e de inserção produtiva no mercado competitivo” (SOUZA, 2010, p. 47). Para contrapor a essa nova classe trabalhadora, a quem Souza via como força positiva naquela conjuntura nacional, o autor define outra

¹⁷ “Zé povinho” é uma expressão popular que designa, em tom depreciativo, o sujeito simples, do povo, adepto da fofoca e da inveja e, portanto, visto como medíocre. “Vida loka” é geralmente utilizado para se referir às formas de conduta na periferia marcadas pela instabilidade e pelas estratégias quase sempre arriscadas ou ilegais de lidar com ela.

¹⁸ Liana Carleial e Christian Azaïs (2007) chamam essa indistinção entre formal e informal, sobretudo no contexto de desregulamentações neoliberais, tanto no Brasil como na França, de “hibridização”. Azaïs menciona também o conceito de *zonas cinzentas*, que é “um dos elos na compreensão da mudança institucional que as várias formas de emprego e trabalho, sejam elas emergentes ou não, estão sofrendo. Diversidade de trajetórias, emaranhamento, sobreposição de atividades formais e informais... estamos longe de uma visão uniforme do universo do emprego e das relações laborais” (COSTA *et al.*, 2022, s/p).

categoria, o “batalhador/empreendedor”, a quem tem pouco apreço, pois esse explora filhos e sobrinhos em seus negócios sem formalização e pratica com frequência a arte da sonegação de impostos. “O pequeno proprietário da pequena fábrica de ‘fundo de quintal’ não difere, muitas vezes, em termos de estilo de vida, do próprio trabalhador que emprega, muito frequentemente, sem pagar direitos trabalhistas nem impostos de qualquer tipo” (SOUZA, 2010, p. 56).¹⁹

Ao mesmo tempo, Souza admite que tais distinções estejam se tornando ultrapassadas, o que se estranha diante da exaltação anterior de uma *nova* classe trabalhadora. “Talvez a nova forma de capitalismo e de organização e regime de trabalho esteja contribuindo para apagar as fronteiras tradicionais entre a pequena burguesia, proprietária de pequenos negócios, e a classe trabalhadora propriamente dita” (Idem, p. 364). O que importa salientar aqui é que não é a “pequena fábrica de ‘fundo de quintal’” ou uma predisposição a sonegar impostos que diferencia o “batalhador/empreendedor” da classe trabalhadora do “pós-fordismo”, esta ademais uma categoria de pouco valor explicativo para imensa parte das classes populares a perpetuar situações de vida sem salário, mas a mobilidade individual entre diversas ocupações diante da instabilidade e da incerteza do mundo do trabalho contemporâneo, e como respondem a esses desafios. Como já observou Willis,

Os temas são compartilhados entre manifestações particulares porque todos os locais no mesmo nível em uma sociedade de classes compartilham propriedades estruturais básicas semelhantes, e as pessoas da classe trabalhadora enfrentam problemas semelhantes e estão sujeitas a construções ideológicas semelhantes. Além disso, a cultura de classe é sustentada por redes massivas de agrupamentos informais e incontáveis sobreposições de experiências, de modo que temas e ideias centrais podem se desenvolver e ter influência em situações práticas onde sua lógica direta pode não ser a mais apropriada (WILLIS, 1981, p. 59, tradução minha).

Stuart Hall (1981), no trabalho que desenvolveu entre a virada dos anos 1970 e 1980, afirmava que não existem “culturas” totalmente separadas e ligadas paradigmaticamente, em uma relação histórica fixa, a classes específicas, de modo que o termo cultura popular “mais precisamente, refere-se a essa aliança de classes e forças que constituem as ‘classes populares’”. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: é a esta área que nos remete o termo ‘popular’” (HALL, 1981, p. 238, tradução minha). A cultura popular, portanto, é o chão em que essa luta

¹⁹ Curiosamente, o prefaciador do livro de Souza é mais simpático à figura do “batalhador-empreendedor”. Segundo Roberto Mangabeira Unger (2010, p. 9), “essa nova classe média compõe-se de milhões de pessoas que lutam para abrir ou para manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações, e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa. Quase desconhecida das elites do poder, do dinheiro e da cultura, já estão no comando do imaginário popular. Representam o horizonte que a maioria de nosso povo quer seguir”. É uma categorização que se encaixa à perfeição para o caso chinês, por exemplo, descrito e analisado por Rosana Pinheiro-Machado (2008).

entre contenção e resistência ocorre. Para Hall não era plausível, no século XX, imaginar uma cultura de classe totalmente apartada da dominação cultural: há uma luta ao longo da história pelas formas da cultura, das tradições e dos modos de vida do povo, pois a reestruturação para uma nova ordem sob o capital impõe um processo contínuo de “reeducação”. Assim, o advento da reprodutibilidade técnica e da cultura de massa entre o final do século XIX e meados do século XX teria impacto tremendo nas classes trabalhadoras. “Não existe uma camada separada, autônoma e ‘autêntica’ da cultura da classe trabalhadora a ser encontrada. Muitas das formas mais imediatas de recreação popular, por exemplo, estão saturadas pelo imperialismo popular. Poderíamos esperar o contrário?” (HALL, 1981, p. 229, tradução minha).²⁰

Valores e práticas internas à cultura popular presentes na periferia paulistana se alteraram profundamente a partir dos anos 1990 impulsionados por transformações inerentes ao capitalismo, especialmente pelo alastramento da mercadorização cultural e do acesso aos meios técnicos como o *outro lado* da precarização social do trabalho, atingindo das igrejas pentecostais à cultura periférica. No entanto, esses modelos operam em temporalidades diferentes em relação ao espaço de experiência popular, pois foram acelerados pelo fetichismo da técnica. Sua democratização através das imensas inovações tecnológicas das últimas cinco décadas foi fundamental para a disputa simbólica das mercadorias culturais, abalando a primazia da radiodifusão e da indústria fonográfica, mas operou sobretudo para o rompimento com o espaço de experiência das classes populares.

Discursos reais sistematizam a estrutura de sentimento e direcionam para atores específicos estratégias de ação. Às matrizes discursivas que Eder Sader (1988) apontou como predominantes nos últimos anos da ditadura militar e que serviram aos novos movimentos sociais daquele período, o contexto de desregulamentações e sociabilidade violenta dos anos 1990 trouxe o “marco discursivo do crime” para o primeiro plano, fenômeno percebido por Gabriel Feltran (2011), entre outros. Dois atores se destacaram a partir de então fazendo a tradução para a linguagem popular de uma sociabilidade em que a violência é visceralmente narrada: o pentecostalismo e o hip hop, sem necessariamente antagonizar em um primeiro

²⁰ Por duvidosa que pareça sua utilização nos dias que correm, a expressão “cultura popular” tem importante valor heurístico aqui. Chauí (1989) alertou que ela realiza uma unificação “imprudente” de todos os setores que não fazem parte do “alto” da sociedade. O resultado disso é que, ao ver dessa maneira tais camadas da população, “postas como consumidoras de uma cultura que não produziram”, somos levados a dissimular “diferenças reais como aquelas que provavelmente existem entre operários e pequeno-burgueses, entre proletariado urbano e rural, entre os assalariados dos serviços e os setores mais baixos da pequena burguesia urbana etc.” (CHAUÍ, 1989, p. 43). Ao longo desta tese pretendo argumentar que essas diferenças estão sendo sublimadas diante do nivelamento do mundo do trabalho contemporâneo pelo par empreendedorismo/empregabilidade.

momento.²¹ Não por acaso, ganharam repercussão nacional com a criação de mercados de consumo próprios que desafiavam as narrativas hegemônicas produzidas pelos grandes grupos de radiodifusão e pela indústria fonográfica. Felipe Campos (2019) e Márcio Macedo (2016) identificaram como centrais para a difusão e expansão do hip hop “[...] as condições de *produção* (computadores, softwares de produção musical, MPCs etc.), *circulação* (shows, possibilidade de internacionalização das carreiras, eventos e internet) e *consumo* (aumento da possibilidade de acesso à renda; e internet – serviços de streaming e plataformas digitais), das músicas, álbuns, CDs (e também LPs), assim como dos produtos associados às ‘marcas’ dos artistas” (CAMPOS, 2019, p. 85, grifos do autor).

Mas como observou Williams (2011, p. 57), “novos significados e valores, novas práticas, novos sentidos e experiências estão sendo continuamente criados”, e há desde cedo uma tentativa de incorporá-los à cultura dominante, assim como sobrevivem nela práticas e experiências residuais de formações sociais anteriores quando importantes para sua inteligibilidade. O impulso inicial do hip hop como mercadoria cultural tinha como eixo o papel do pastor-marginal e o proceder como ética do indivíduo periférico, enquanto a nova geração de *rappers* mira os grandes símbolos de consagração da cultura nacional.²² A incorporação do hip hop ao mercado se deu à revelia de seus primeiros representantes, mas uma geração afinada com a ideologia contemporânea repaginou o gênero em uma nova estética que absorveu tanto o mercado (através da ética empreendedora) quanto o Estado (pelas políticas públicas).²³ Mano Brown, em entrevista para a revista Cult, explica a mudança:

[...]

Existe um comércio sim, só que não é só a música, certo? Você tem que ter outras coisas para oferecer às pessoas. É som e imagem. Então já não é mais o fonográfico, já é um monte de coisa, já é uma calda longa. É a música mais a imagem, mais a roupa, mais a pessoa, mais o posicionamento dela. É um monte de coisa. Já foi a época em que você vendia o CD e bastava. Hoje não basta mais. É muito pouco. Precisa de

²¹ A inspiração pentecostal do rap dos Racionais também rendeu acusações ao grupo de romperem com a temática afro-brasileira característica da MPB ao mergulharem na realidade popular, saturada de cristianismo (cf. OLIVEIRA, 2018; TAKAHASHI, 2014).

²² Dois exemplos do projeto de “canonização” do rap nacional aconteceram a partir de um mesmo evento, um show de Caetano Veloso em São Paulo no ano de 2013. Nele, Emicida e o também rapper Rael se sentiram inspirados especialmente pela canção “A Bossa Nova é foda”, em que Veloso reverencia o gênero musical criado por João Gilberto e Tom Jobim. Rael compôs então “O hip-hop é foda”, enquanto Emicida dividiu o palco com o próprio Veloso no Prêmio Multishow do mesmo ano, em que ambos alternavam músicas de um e de outro. Para uma análise do episódio, ver CAMPOS, 2019.

²³ Para Campos (2019), seu principal articulador é Emicida, que junto de seu irmão e produtor Fioti criaram o Laboratório Fantasma, que hoje atua em diversas frentes, da produção audiovisual ao agenciamento de artistas. Em meados de 2020, o rapper viu sua marca chegar ao serviço de *streaming* Netflix com o documentário *AmarElo*, no qual narra seu aguardado show no Theatro Municipal de São Paulo, entremeado a episódios e personagens históricos do movimento negro brasileiro, sugerindo que aquele concerto seria onde desaguam tais lutas – a própria consumação da utopia.

um monte de coisa. É um trabalho mesmo (CULT apud CAMPOS, 2019, p. 83).

Brown via na sua geração o que ele chamou de “uma ideia de ONG”, em que *trabalho e organização* eram necessários na busca concreta por liberdade, igualdade e contra a exploração e a opressão (cf. CAMPOS, 2019).²⁴ Segundo Macedo (2016) e Campos (2019), as condições econômicas e o acesso às políticas públicas que foram a marca das gestões petistas nos governos de Lula e Dilma mudaram a percepção da função do rap para a geração posterior, quando foi finalmente institucionalizado e usado por diferentes instâncias (Estado, partidos políticos, movimentos sociais, ONGs e agora também empresas) como canal legítimo de acesso aos jovens pobres da periferia. Foi com a conhecida “inclusão pelo consumo” que se abriu uma brecha para a conquista não da cidadania nos termos anteriores,²⁵ mas do acesso a produtos, serviços e espaços privados antes impenetráveis para as classes subalternas, vistos agora como preferíveis em relação aos degradados serviços públicos, e que atingiu seu auge com o funk ostentação e os rolezinhos nos shoppings paulistanos no segundo semestre de 2013 (cf. PEREIRA, 2014; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018).

Campos (2019) entende o projeto do *rapper* Emicida como uma *estética da superação empreendedora*, cuja essência “nega os elementos característicos da estética periférica, a favela ou periferia como *locus* de enunciação e destino, em diálogo aos temas da *desigualdade social, crime, uso degradante de drogas e violência*”. Contudo, tal estética também conserva seu lugar social de origem, a periferia e/ou favela, “apesar de se destinar a um público que não se restringe a esses territórios” (CAMPOS, 2019, p. 86, grifos do autor).²⁶

Os meios técnicos de reprodução, circulação e consumo permitiram uma iniciativa empreendedora com a qual a nova geração do hip hop se familiarizou rapidamente. Origem semelhante haveria de tornar possível também a consolidação de uma indústria cultural evangélica, que tem como um de seus marcos a fundação da gravadora da Igreja Pentecostal

²⁴ A opinião de Mano Brown corrobora a ideia de Williams (1987, p. 18-19): “[...] quando essa estrutura de sentimento tiver sido absorvida, são as conexões, as correspondências, e até mesmo as semelhanças de época, que mais saltam à vista. O que era então uma estrutura vivida, é agora uma estrutura registrada, que pode ser examinada, identificada e até generalizada”.

²⁵ A mudança da perspectiva de conquista da cidadania através da expansão do trabalho assalariado para uma forma de interação social estritamente monetária em um contexto de precarização crescente colocaria a questão da pertinência analítica de categorias como direitos, cidadania, espaço público e democracia, pois a nova lógica não operava mais com a construção de uma ordem mais igualitária, mas com a gestão das consequências dessa nova ordem (cf. TELLES, 2010; MIAGUSKO; JARDIM; CÔRTEZ, 2018).

²⁶ Cabe assinalar uma diferença notável nos discursos desses dois expoentes do rap em sua dimensão propriamente utópica. Enquanto os Racionais MC’s a vislumbavam na vida simples e bucólica, “pegando fruta no cacho”, como aparece em *Vida loka pt. 1*, há um horizonte sempre bloqueado pelo dinheiro, pois “em São Paulo, Deus é uma nota de 100”. Para Emicida, é exatamente no dinheiro e no acesso a espaços do consumo “letrado” que se encontra a utopia, especialmente na distinção de seu papel enquanto artista, merecedor de um lugar no “cânone” da MPB e de seus lugares de legitimação, justamente contra os quais os Racionais MC’s fizeram sua revolução.

Deus é Amor na rua Conde de Sarzêdas, no Centro de São Paulo, em 1971, a Voz da Libertação, hoje chamada MC Music. Mariana Côrtes (2014) identifica nesse movimento de multiplicação de gravadoras, estúdios e lojas a afirmação de um “mercado pentecostal de pregações e testemunhos” onde indivíduos em situação de precariedade extrema negociam a única mercadoria que têm disponível, suas próprias histórias de vida mais ou menos trágicas e anteriores à conversão religiosa. Na “Conde”, considerado o maior centro de comércio evangélico do país, circulam pregadores “executivos” e “mendicantes”, e consumidores ávidos pelos CDs e DVDs de testemunhos, mas também livros, camisetas, adesivos, gravatas e uma infinidade de mercadorias culturais que projetam o estilo de vida evangélico. Côrtes (2014) reúne no grupo que ela apelida de “ex-tudo” sobretudo aqueles pregadores-mendicantes que vendem sua própria narrativa anterior à conversão, no caso destacando aspectos como a adição em drogas e álcool, a homossexualidade e o vínculo à religiões de matriz africana, assim como a “cura” e a redenção. Côrtes (2014) entende esse processo como uma manifestação de governamentalidade neoliberal, na qual age um mecanismo de “condução das condutas” pelo pentecostalismo.

Mas se *rappers* e pastores se aparelharam para a disputa de seus respectivos mercados no contexto dos anos 1990 e desenvolveram uma produção simbólica independente da indústria cultural, estabelecida a partir do progresso tecnológico e da popularização dos meios técnicos, é na centralidade da figura de Deus que eles se separam, expressando diferentes estratégias de mercado. O autogerenciamento que caracteriza o empreendedor popular, seja ele o produtor cultural que ativa o desejo do jovem *rapper* ou funkeiro,²⁷ seja o pregador que circula pela rua Conde de Sarzêdas, só é possível porque os meios técnicos possibilitaram a superação da dependência da indústria cultural por aqueles que entenderam as potencialidades de integração pelo domínio da técnica nas novas condições do capitalismo contemporâneo.

Várias influências contribuíram para causar a impotência social do pensamento crítico. A mais importante entre elas foi o crescimento do aparato industrial e seu controle que abrangeu todas as esferas da vida. A racionalidade tecnológica inculcada naqueles que mantêm este aparato transformou vários métodos de compulsão externa e autoridade em métodos de autodisciplina e autocontrole. A segurança e a ordem são, em grande parte, garantidas pelo fato de que o ser humano aprendeu a ajustar seu comportamento ao de seu semelhante até os mínimos detalhes. Todos os homens agem de forma igualmente racional, isto é, de acordo com os padrões que asseguram o funcionamento do aparato e, portanto, a manutenção de sua própria vida. Mas esta “internalização” da coerção e da autoridade reforçou, em vez de atenuar, os

²⁷ A percepção é corroborada pelo fundador da produtora KondZilla, cujo canal no Youtube em março de 2022 atingia mais de 65 milhões de assinantes. Para Konrad Dantas, “houve a combinação de vários fatores: inclusão digital nas periferias, YouTube começando e se transformando, a evolução da tecnologia. Eu chego em um momento em que as câmeras de foto começam a fazer vídeo” (cf. MOTA, 2020).

mecanismos de controle social. Os homens, seguindo sua própria razão, seguem aqueles que fazem uso lucrativo da razão (MARCUSE, 1999, p. 86).

Esse quadro é intensificado pela internet, pela forma como esse meio induz ao narcisismo e à comparação.²⁸ Por um lado, essas possibilidades abertas de desenvolvimento individual significam uma reapropriação da capacidade criativa do sujeito aprisionada pela cultura de massa e pelo trabalho assalariado. Por outro, o coloca novamente contra a sociedade, ou indiferente a ela, reduzindo-o ao seu nicho de *mercado*.

Empreendedorismo e neoliberalismo

Até aqui, busquei traçar uma linha de continuidade entre categorias emblemáticas na história do trabalho por conta própria no Brasil e o sujeito popular contemporâneo, cujas cicatrizes de uma vida individualista e sem salário (mesmo quando assalariado, partindo do pressuposto de que essas situações são transitórias), de luta contra a miséria e sobrevivência na adversidade, saturam seu modo de vida. Nesta seção, pretendo explorar como seu espaço de experiência vem sendo atravessado e, em certa medida, deformado pelas novas demandas racionalizadoras que se apresentaram a ele, que viajam pela cultura globalizada e que vem ganhando o nome de empreendedorismo, processo que nos seus primeiros sinais, Anthony Giddens (1991) chamou de *modernidade tardia*.

O uso do termo “empreendedorismo” para classificar diferentes atividades econômicas ou uma atitude diante de um desafio tornou-se comum na linguagem corrente, porém sua definição para entender fenômenos contemporâneos de “autogerenciamento de si” é fugidia e disputada.²⁹ Em sua acepção consagrada, Joseph Schumpeter (1982) identificou no empreendedor a personificação da força do “novo”, traduzida na capacidade de imaginar e no espírito inovador. Para o economista, a elaboração e execução de novas combinações

²⁸ Como observou Christopher Lasch em um contexto muito anterior: “a burocracia, entretanto, é apenas uma das várias influências sociais que estão trazendo um tipo narcisista de organização da personalidade a uma proeminência cada vez maior. Outra dessas influências é a reprodução mecânica da cultura, a proliferação de imagens visuais e auditivas na ‘sociedade do espetáculo’. Vivemos em um turbilhão de imagens e ecos que prendem a experiência e a reproduzem em câmera lenta. Câmeras e gravadores não apenas transcrevem a experiência, mas alteram sua qualidade, dando a grande parte da vida moderna o caráter de uma enorme câmara de eco, uma sala de espelhos. A vida se apresenta como uma sucessão de imagens ou sinais eletrônicos, de impressões registradas e reproduzidas por meio da fotografia, do cinema, da televisão e de sofisticados aparelhos de gravação. A vida moderna é tão completamente mediada por imagens eletrônicas que não podemos deixar de responder aos outros como se suas ações – e as nossas – estivessem sendo gravadas e simultaneamente transmitidas a uma audiência invisível ou armazenadas para um exame minucioso em algum momento posterior” (LASCH, 1991, p. 47, tradução minha).

²⁹ Ver, por exemplo, o artigo de Abílio (2021) sobre os entregadores de aplicativos na cidade de São Paulo.

produtivas fariam deles agentes desencadeadores de mudanças que alavancam o desenvolvimento econômico – a conhecida tese da “destruição criadora”.³⁰

A voga acadêmica tem tratado do assunto pela perspectiva de uma “racionalidade neoliberal”, inspirada sobretudo pela leitura de Christian Laval e Pierre Dardot (2013), que por sua vez fazem uma interpretação contemporânea do conceito de “governamentalidade”, cunhado por Michel Foucault (2004). Laval e Dardot (2013) veem o neoliberalismo como a generalização da lógica concorrencial, uma racionalidade política que opera diretamente nas subjetividades, transformando indivíduos em “empresas de si mesmos”. O neoliberalismo não seria, portanto, apenas um conjunto de medidas econômicas aplicadas pelo Estado, mas uma construção política e uma tecnologia de controle que induz as populações a ações espontâneas de autogoverno. Para os autores, o conceito de governamentalidade, “como ação sobre as ações de indivíduos supostamente livres em suas escolhas, permite redefinir a disciplina como técnica de governo própria da sociedade de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 215). De modo que o poder não se exerceria apenas pela coerção pura, mas funcionaria moldando o desejo individual, que se traduziria assim na estratégia neoliberal da “liberdade de escolha”.³¹

Para além de mudanças econômicas estruturais, para Dardot e Laval (2013) o neoliberalismo se legitima como um sistema de normas em que a seleção e a exclusão se tornam uma técnica de gestão. Isto é, na intensa concorrência que se estabelece no mercado de trabalho entre indivíduos desprovidos de direitos e de expectativas de estabilidade, caberia ao indivíduo como empresa de si sobreviver em um sistema concorrencial. Posição semelhante tem Veronica Gago (2015), para quem se forma na economia popular um “neoliberalismo a partir de baixo”, em que opera uma rede de práticas e saberes na qual o “cálculo” se torna matriz subjetiva primordial.

Acentuando o caráter fortemente globalizado do discurso contemporâneo, Quentin Chapus (2020) identificou na proliferação de *startups* no Marrocos uma distinção com a cultura empresarial tradicional, ao repousar sobre as ideias de inovação e desempenho. Na cultura corporativa que sucedeu o *self-made man*, fala-se em empreendedorismo como incentivo ao

³⁰ Jacob Lima reconstitui assim o perfil schumpeteriano do empreendedor: “seria o inovador combinando diversos fatores de produção como: trabalho, terra, capital, conhecimento e capital social na produção de bens e serviços para um mercado relativamente competitivo dentro de contextos determinados. Difere do capitalista e, enquanto tal, não se constitui nem em profissão, nem uma condição duradoura e nem classe, ainda que o êxito da atividade empresarial o leve a determinadas posições de classe. O empresário não seria parte necessariamente da burguesia, estando presente em vários setores sociais, a partir de indivíduos que incorporariam essa ‘psicologia’ do empreendedor, marcada pela ambição social, engenhosidade, criação de novos produtos e empresas, bem como de oportunidade ou necessidade” (LIMA, 2010, p. 166).

³¹ Segundo Robert Castel (2015), a sociedade salarial era também “uma *gestão política* que associou a sociedade privada e a propriedade social, o desenvolvimento econômico e a conquista dos direitos sociais, o mercado e o Estado” (CASTEL, 2015, p. 478).

engajamento individual inclusive no investimento na carreira, independentemente da empresa.³² Aiko Amaral (2018), em sua pesquisa nas feiras bolivianas de São Paulo e El Alto, identificou entre as vendedoras como suas expectativas de mobilidade social dependem de ganhos econômicos incertos, fazendo-as reforçar a escolha por uma identidade urbana, dinâmica e economicamente ascendente, em contraposição aos estereótipos que representam as mulheres indígenas como rurais, tradicionais, atrasadas e pobres.

As observações de Foucault e suas releituras mais recentes pelo pensamento europeu e norte-americano têm validade para uma reflexão das consequências do desmonte das políticas de bem-estar social nos países do capitalismo central, onde a precarização do mundo do trabalho é uma realidade que impacta instituições e subjetividades pelo menos desde a década de 1970. Wendy Brown (2019), assim como também fizeram Laval e Dardot (2013), promove um resgate das teses neoliberais e ordoliberais que teriam baseado as políticas de desmantelamento dos Estados de bem-estar social. Assim, intelectuais como Hayek, Von Mises e Friedman, ao proporem a “desmassificação” da sociedade, teriam fornecido instrumentos teóricos para que, por meio da empreendedorização dos trabalhadores, se reestabelecessem práticas de “autoprovisão familiar”.

Não retomarei as teses desses autores para reconstituir ou explicar como uma suposta consequência deletéria de suas ideias teriam feito dos trabalhadores do Sul global “uma multidão de empresas”. Como tentarei demonstrar ao longo deste texto, a aplicação chapada de uma “lógica neoliberal” aos sujeitos populares de países como o Brasil tem dois problemas sérios. Um deles é óbvio: não tivemos por aqui Estado de Bem-Estar Social para que esse desmantelamento pudesse causar transformações profundas em suas subjetividades (cf. BRAGA, 2012). E mesmo quando a formalização atingiu a maioria da população, ela se deu através de artifícios como a implementação do microempreendedor individual, que autores como Angela Araújo (2011) classificam como uma “nova informalidade”.

A suposição de que essa racionalidade neoliberal desvelaria entre as classes populares uma lógica que privilegia o cálculo não me parece adequada. Se esse critério fosse absoluto, seria a *racionalidade instrumental*, como analisou primeiramente Weber (2012), a responsável pelo impulso que distingue o Ocidente e seu desenvolvimento por uma atitude

³² Segundo Danièle Linhart (2014), ao implementar a personalização do aumento de salários e das formações, critérios pessoais na grade de qualificação das convenções coletivas, os assalariados são tomados por um sentimento de precariedade difusa, pois devem dar provas a todo tempo de “competência e empregabilidade”. López-Ruiz vê nessas modalidades de conversão em capital de itens como a educação “indícios consideráveis que a corporação se converteu em uma instituição paradigmática da sociedade contemporânea e de que muitos de seus valores se difundem também para o resto da sociedade” (LÓPEZ-RUIZ, 2006, p. 96, tradução minha).

calculista e despersonalizada. Rejeitar as teses neofoucaultinas, por outro lado, não implica afirmar que não haja “cálculo” na conduta das classes populares, mas através da etnografia, reconhecer que esse não é um cálculo apenas, ou sobretudo, monetário. Além disso, vimos com de L’Estoile (2020) que o anseio de “governar o tempo” tem a ver com um diferencial de poder, e assim de rejeição às formas típicas de submissão do modo de produção capitalista. Por fim, com alguma parcimônia na utilização desses conceitos, é possível perceber nas reconfigurações do Estado e de suas políticas uma intenção de criar condições para a expansão do mercado para diferentes âmbitos da vida.

Argumento semelhante é proposto por Loïc Wacquant (2010) na sua abordagem sobre o neoliberalismo como uma reengenharia do Estado, que articula quatro lógicas institucionais: (1) a mercadorização como extensão do mercado ou de mecanismos característicos do mercado; (2) políticas sociais disciplinadoras (*workfare*) sob as quais a assistência social é condicionada a empregos flexíveis e o cumprimento de comportamentos específicos (treinamentos, requalificações, procura de emprego etc.); (3) políticas penais extensivas com o objetivo, por um lado, de controlar as desordens geradas pela insegurança social causadas pelo trabalho flexível e, por outro lado, de representar a soberania do Estado; e (4) o incentivo à responsabilidade individual como discurso motivacional e cultural, reunindo esses vários componentes.

De modo que, antes de se tornar um conjunto de normas e prescrições trivializadas no mundo social, o empreendedorismo penetrou na sociedade ao mesmo tempo em que a negava, confirmando o aforismo de Margareth Thatcher: “Mas, o que é sociedade? Não existe essa coisa. O que existe são homens e mulheres, indivíduos e famílias”. Por sinal, já em 1979 Hall abordava o thatcherismo pelo viés da sua retórica popular conservadora, intrinsecamente alinhada à ideia de empreendedorismo e de iniciativa privada:

Nem o keynesianismo nem o monetarismo conquistam votos no mercado eleitoral. Mas nas doutrinas e discursos dos “valores do mercado social” – a restauração da competição e da responsabilidade pessoal pelo esforço e pela recompensa, a imagem do indivíduo sobrecarregado, enervado por mimos do bem-estar [*welfare*], sua iniciativa minada por esmolas do Estado – o “thatcherismo” encontrou um meio poderoso de popularizar os princípios de uma filosofia monetarista: e à imagem do “necrófago” [*scavenger*] do bem-estar, um demônio popular bem projetado (HALL, 1979, p. 17, tradução minha).

Também nos Estados Unidos, uma série de novos arranjos regulamentares conduzidos pelo Estado visaram a recompor a família como núcleo do suporte individual em questões que iam dos cuidados com a saúde ao financiamento estudantil, desresponsabilizando

os fundos públicos, não apenas como forma de desonerá-los, mas como um profundo propósito de conversão espiritual, em que as igrejas retomaram seu lugar, oferecendo caridade pública com incentivo estatal, como demonstrou Melinda Cooper (2017). As políticas de microcrédito, por sua vez, costuraram os laços familiares através do endividamento, além de orientar o indivíduo para o desenvolvimento de seu próprio capital humano (cf. ROY, 2010; COOPER, 2017).³³

Veena Das (2004) observa que o poder do Estado se exerce a partir da distribuição diferencial de sua presença, e não por meio de uma soberania onipresente. Sua legitimidade estaria sempre em jogo em suas práticas, em que a inteligibilidade da presença do Estado é dada pelos participantes que se encontram naquelas fricções. Como no caso do “capital para a pobreza” (*poverty capital*), que Ananya Roy (2010) analisa, a dimensão do estímulo ao microcrédito na disposição do indivíduo ao empreendedorismo remete a essa ambiguidade de um projeto estatal de privatização das soluções.

Eixo de um fenômeno global de “capitalismo ético”, o empreendedorismo social faz parte de iniciativas destinadas a promover “pequenos mundos de desenvolvimento”, onde bancos locais, em parceria com uma rede de microfinanças ao redor do mundo, fazem chegar microcrédito para que pequenos empreendedores possam dar o pontapé inicial em seus negócios. Para o economista bengali Muhammad Yunus, fundador do Grameen Bank e ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006, o microcrédito deve ser visto como um direito humano, cujo propósito, como observa Roy (2010), é “refazer o capitalismo”. Com a premissa de que os pobres são inerentemente empreendedores, o Grameen Bank aposta na geração de renda e no pagamento suave de tais empréstimos. “Ele traz uma nova promessa: que o ‘bilhão de baixo’ – o mais pobre do mundo – servirá como um ‘mercado de fronteira’, abrindo novos horizontes de acumulação de capital” (ROY, 2010, p. 5, tradução minha). Roy identifica a interposição de discursos que estrutura a visão de Yunus, que já foi chamado de “Gandhi dos nossos tempos” e que por sua vez abriu caminho para incontáveis ações em todo o mundo inspiradas em seu modelo.

Embora Yunus estruture sua visão de microfinanças na linguagem dos direitos humanos, suas ideias estão, na verdade, mais preocupadas com empreendedorismo do que com redistribuição, com oportunidades em vez de igualdade. Sua forte ênfase na autossuficiência cria um modelo de redução da pobreza que é simultaneamente centrado nos pobres e anti-bem-estar. Assim, Yunus repetidamente observa que o

³³ Nos Estados Unidos, de acordo com Cooper (2017), forjou-se nesses termos uma aliança, antes vista como improvável, entre neoliberais e o chamado *novo conservadorismo social*, que se expressou em sucessivos governos, desde Ronald Reagan, e em políticas públicas, como a aprovação do casamento LGBT pela Suprema Corte em 2015, que estimula a instituição familiar ao estender os direitos de herança.

trabalho autônomo, em vez do emprego assalariado, é o objetivo dos empréstimos do Grameen Bank [...]. É uma combinação curiosa – do cálculo moral traçado pela estrutura dos direitos humanos, e do empreendedorismo ativo e da autossuficiência disciplinada evocada pela promessa de uma sociedade de oportunidades (ROY, 2010, p. 24, tradução minha).

Roy (2010) traça uma genealogia das políticas de microcrédito que levam diretamente às iniciativas implementadas pelo Banco Mundial em meados dos anos 1990. Sob o comando de James Wolfensohn, a agenda para a pobreza ganhou centralidade no banco, assim como a visão de que as mulheres eram “a fronteira final da inclusão”. Mas, de fato, seu principal resultado foi a inclusão dos pobres no mercado financeiro, inclusive reformulando várias das premissas de Yunus ao defender um “microcrédito minimalista”. Por sinal, o Banco Mundial não apenas contribuiu para uma renovação dessas políticas como também para a padronização de um certo discurso global de acesso aos seus financiamentos. Para chegar “na ponta”, isto é, na população pauperizada de todos os cantos do mundo para quem destinava uma pequena parte do seu dinheiro, o Banco Mundial passou a exigir uma linguagem “universal”, que carrega não apenas termos técnicos, mas normatividades políticas de sustentabilidade ambiental, diversidade, protagonismo juvenil, empoderamento, empreendedorismo etc. Nessas políticas de desenvolvimento, portanto, há uma transformação discursiva que normatiza não só a maneira como sujeitos com uma demanda social devem se expressar – nos termos dos editais públicos e privados de financiamento de projetos sociais –, mas vai além, pois são convocados a causar “impacto social” como uma *condição* imposta por esses financiadores, ou uma “ação voluntária compulsória” (cf. ESCOBAR, 1995; SOUZA, 2008; ROY, 2010; SPOSITO; CORROCHANO, 2005).

Esses discursos transitam pelo mundo em uma cultura que é, portanto, globalizada, e que desta forma aparecem em organizações sociais nas periferias das metrópoles via exigências de financiadores locais e estrangeiros. Tal desconstrução radical da linguagem em escala global encontra adeptos e executores nas classes médias locais que fizeram ao longo dos anos a tradução desses repertórios discursivos.³⁴ Mas o movimento global de informações e pessoas, tanto através da mídia eletrônica quanto das migrações em massa atuaram para difundir narrativas de batalhadores que, a partir delas, compartilharam imaginários de ascensão social e

³⁴ Segundo Oliveira (1988), o papel ideológico desproporcional assumido pela classe média brasileira durante a ditadura militar se explica pelo jugo do regime à classe trabalhadora, cuja mediação com as estruturas oligopolizadas das empresas estatais e privadas foi sufocada. Consequentemente, esse papel foi assumido pela classe média, em um processo de “intermediação sem mediações”, pois não havia peso político em um dos lados da balança para que a mediação se fizesse necessária. Essa supervalorização de seu papel político, naturalmente, acompanhava a tendência estrutural do capitalismo periférico, pois as classes médias são centrais na composição da demanda da indústria de bens duráveis.

progresso pessoal como nunca antes. Narrativas que *funcionam* para pessoas que vivem nessas realidades de pobreza mais ou menos extrema como aspirações de sucesso que podem se alcançáveis.

Arjun Appadurai (2005) percebe que *habitus* arraigados são rapidamente desafiados nesse contexto. Imagens que circulam através da mídia de massa e que reverberam quando um migrante leva consigo sua cultura local para outra, integrando diferentes realidades sob narrativas semelhantes de desterritorialização e superação. “É a imaginação, em suas formas coletivas, que cria ideias de vizinhança e nacionalidade, de economias morais e regras injustas, de salários mais altos e perspectivas de trabalho estrangeiro. A imaginação é hoje um palco para a ação, e não apenas para a fuga”. O antropólogo se refere ainda ao que ele chama de “comunidades de sentimento”, que ele reinterpreta da conhecida tese de Benedict Anderson: tanto como os jornais e revistas no final do século XIX ajudaram a formar um imaginário coletivo (e nacional) entre pessoas que nunca se conheceram, outras formas de comunicação eletrônica contemporâneas não precisam se limitar às fronteiras do Estado-nação. “A globalização diminuiu a distância entre as elites, mudou as relações-chave entre produtores e consumidores, quebrou muitos vínculos entre trabalho e vida familiar, obscureceu as linhas entre locais temporários e ligações nacionais imaginárias” (APPADURAI, 2005, pp. 7-8, tradução minha).

Em suma, uma cultura global que circula com velocidade cada vez maior incide sobre indivíduos precários em inúmeras partes do mundo sob a mesma linguagem. Seja ela difundida pelo Banco Mundial, por ONGs e organizações sociais através de editais de financiamento, seja por meio de narrativas de sofrimento e superação na mídia eletrônica ou pela telefonia móvel, dão ao empreendedorismo um caráter utópico. Dialoga com as ansiedades de pessoas humilhadas e com horizontes limitados, criando um imaginário global formado por microempreendedores em uma sociedade sem classes.

Estrutura de sentimentos

A disseminação da racionalidade e dos recursos técnicos entre uma população periférica com melhores condições de acesso ao consumo e à cultura globalizada criaria, por um lado, novas situações de insatisfação e ressentimento,³⁵ sobretudo entre os jovens (cf.

³⁵ Na explanação de Sennett (2006, p. 124), “na era do capitalismo social, as tensões no sistema econômico geravam *ressentimento*. A palavra remete a todo um conjunto de emoções, principalmente a crença de que as

COSTA, 2015); por outro, lhes garantiu condições de driblar a precariedade do mercado de trabalho através do empreendedorismo. Entretanto, além de pairar como um novo espírito do capitalismo, como querem Boltanski e Chiapello (2009), o empreendedorismo compõe uma *estrutura de sentimentos*, cuja impregnação no mundo popular é recente, se sobrepondo e interagindo com os aspectos residuais³⁶ da vida sem salário. Williams (1977) vê nas estruturas de sentimento a consciência *prática* de um momento, formas emergentes ou pré-emergentes cujas experiências constituem uma prática geracional que difere da experiência social, caracterizada especialmente pelas formas dominantes e residuais. Elas preenchem sentimentos e gostos que “saturam o mundo da vida de maneiras complexas, como humor, atitude, maneiras, emoções e assim por diante” (HIGHMORE, 2016, pp. 146-149, tradução minha).

Essas mudanças podem ser definidas como mudanças nas estruturas de sentimento. O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para enfatizar uma distinção de conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia”. Não é apenas que devemos ir além das crenças formalmente sustentadas e sistemáticas, embora, é claro, sempre tenhamos que incluí-las. É que estamos preocupados com os significados e valores da forma em que eles são ativamente vividos e sentidos, e as relações entre eles e a crença formal ou sistemática são, na prática, variáveis [...] (WILLIAMS, 1977, p. 132, tradução minha).

Fenômenos que se vinculam à consciência prática são sociais não no sentido institucional ou formal, mas por representarem o presente em mudança, e que “não têm que esperar definição, classificação ou racionalização antes de exercer as pressões palpáveis e estabelecer os limites efetivos na experiência e na ação” (WILLIAMS, 1977, p. 132, tradução minha).³⁷ O empreendedorismo se difundiu assim como uma estrutura de sentimentos, vivida ativamente e sentida como a postura adequada diante não da precariedade do mercado de trabalho, mas da percepção de sua realidade. Por sinal, Elaine Leite e Natália Melo (2008, p. 42) perceberam na literatura de autoajuda uma fonte de propagação que teria naturalizado o termo. Sobre a coleção best-seller de autoajuda e negócios *Pai Rico, Pai Pobre*, as autoras

peças comuns que jogaram conforme as regras não receberam um tratamento justo. O ressentimento é uma emoção intensamente social que tende a distanciar-se de suas origens econômicas; ele gera mágoa por ter sido tratado com condescendência pela elite, raiva contra os judeus ou outros inimigos internos que aparentemente roubam recompensas sociais a que não têm direito. No passado, ao influxo do ressentimento, a religião e o patriotismo tornaram-se armas de vingança. Essa emoção não desapareceu.”

³⁶ Williams (2011, p. 56) define como residual “algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante” e que “são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais de formações sociais anteriores”.

³⁷ Para Highmore, “Williams tem a sensação de que, pelo menos em um nível, essas 'estruturas de sentimento' em grande escala são de fato operativas e podem nos dizer algo sobre o caráter de uma sociedade (seus compromissos com o individualismo competitivo, por exemplo, ou o aspecto estrutural da dominância de um sistema de classes). Mas, em geral, Williams está muito mais interessado nos tipos de mudanças incrementais que reúnem uma geração, uma comunidade ou uma classe” (HIGHMORE, 2016, p. 157, tradução minha).

avaliaram que, “assim, vai constituindo-se, no Brasil, o ideário do empreendedor e do homem de sucesso, ligado ao homem rico”.

De modo que a estrutura de sentimentos do mundo globalizado passa a interagir com a cultura popular. Livia de Tommasi (2013, p. 197) identificou essa virada na “pacificação” das favelas cariocas na primeira metade dos anos 2010, onde “uma significativa difusão de programas, cursos e projetos voltados a estimular o que chamamos de ‘empreendedorismo de base comunitária’”. Essas premissas estão cada vez mais presentes nas escolas, nas mercadorias da indústria cultural e nos discursos de empresários e políticos. Elas cativam jovens que passaram pela escola, por organizações sociais e por cursos universitários formatados nessa proposta empresarial/pedagógica, que, entre outras coisas, exalta temas comuns do mundo corporativo como autonomia, flexibilidade, trabalho em equipe.³⁸ Universitários são especialmente estimulados, mas os mais jovens já têm contato com o empreendedorismo na escola por meio da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da reestruturação do Ensino Médio, aprovados entre 2016 e 2018 e que contemplam o tema como um de seus eixos principais. Mas o papel que a educação cumpre na costura dessa cultura popular contemporânea não se restringe a esses símbolos óbvios, pois “com as habilidades socioemocionais, o empresariado pretende ensinar a juventude trabalhadora, a partir de exercícios práticos – é claro, pois a teoria é pouco atrativa e menos importante na nova função escolar –, coisas como amabilidade, ‘resiliência emocional’ e autogestão” (CATINI, 2020, p. 57).³⁹

Por sinal, no plano da saúde mental, o crescimento vertiginoso do mercado de trabalho para psicólogos e psiquiatras e das técnicas de autoajuda no século XX fizeram da cultura terapêutica um fenômeno global de patologização e remediação de transtornos, com o

³⁸ Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009) comparam dois momentos da produção bibliográfica de gestão empresarial, a dos anos 1960 e a dos 1990. Ambas fazem a crítica da burocracia, porém os manuais da década de 1990 radicalizam a denúncia da hierarquia dentro das empresas, tanto em seu aspecto moral quanto refletindo o aumento da escolaridade dos trabalhadores. O objetivo seria organizar os trabalhadores “em pequenas equipes pluridisciplinares (pois elas são mais competentes, flexíveis, inventivas e autônomas do que as seções especializadas dos anos 1960), cujo verdadeiro patrão é o cliente, tendo um coordenador, e não um chefe” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 103). Segundo Jacob Lima (2010), esse “participacionismo” se torna fundamental no aumento da produtividade, pois o trabalhador, ao conhecer o modo como o trabalho é executado, pode sugerir mudanças em sua execução para evitar desperdícios e aumentar a sua responsabilização sobre o trabalho realizado.

³⁹ Carolina Catini (2020) descreve esse novo mundo da educação secundária, tomado pela lógica empresarial tanto na gestão direta das escolas quanto em seus princípios de formação para o trabalho baseados no empreendedorismo. Nota-se que as propostas defendidas por um conjunto de entidades como o Instituto Ayrton Senna, o Movimento Inova e o Todos pela Educação têm como foco o desenvolvimento da *aprendizagem*, isto é, mais “autonomia” para o estudante na escolha do currículo em contraposição à antiquada “transmissão de conhecimento” (cf. CARNEIRO, 2019). Entidades que advogam por mais tempo de escola, desde que com menos conteúdo “teórico”, o ensino integral é fundamental, mas precisa que ser associado a saberes práticos. Como impulso a autogestão, a ênfase recai sobre a “empregabilidade”, em que o aspecto emocional e a *resiliência* tornam-se fundamentais não apenas para um maior engajamento no trabalho, mas para a culpabilização do próprio indivíduo que não se adequa a essa nova cultura.

objetivo de manter a funcionalidade laboral do indivíduo cada vez mais pressionado pela exaustão e pela competição (cf. ILLOUZ, 2007; FREUD, 2011). Se por um lado o fenômeno da autoajuda robustece o fardo do indivíduo na busca de sua própria cura, “numa sociedade do ‘descarte’, em que a regra é a busca pela satisfação de prazeres momentâneos, a autoajuda ganha espaço considerável, pois que responde às questões individuais de forma simples e rápida dando a sensação de que é viável alcançar as mudanças desejadas num curto espaço de tempo” (MARTELLI, 2010, p. 217).

Estrutura de sentimentos que incentiva uma vida que deve se guiar por constantes transformações e ser vista inteiramente como carreira, desdenhando da estabilidade simbolizada pela carteira de trabalho. Que menospreza a experiência acumulada e o conhecimento prático, e reformata um dos elementos centrais do individualismo popular ao assumir que o *mérito* é resultado de quem tem “conhecimento”, medido em termos abstratos na forma de certificados e diplomas, e não mais como consequência do trabalho feito com afinho e dedicação. Alheio ao trabalho assalariado e aos direitos sociais associados a ele, rompe com a ideia de expectativa para fruir no imediato, pois “o futuro não pode esperar”, como costuma informar a publicidade do mercado de ensino superior privado (cf. MACEDO, 2019).

Junto do empreendedorismo, aparece aqui outro conceito-chave do mundo corporativo paulatinamente absorvido pelas classes populares, o de “empregabilidade”. Osvaldo López-Ruiz (2004, p. 300) percebeu nele o resultado da crescente concorrência no mercado capitalista globalizado, no qual seus níveis executivos admitem que “não é mais responsabilidade do empregador garantir o emprego e, sim, responsabilidade do empregado cuidar da sua empregabilidade”. Trata-se, portanto, de se manter atualizado e garantir não apenas um, mas uma continuidade de certificados de qualificação que demonstrem compromisso com uma “formação por toda a vida” (*lifelong training*), o que, aliás, torna-se foco de autoajuda para o indivíduo que precisa a todo momento mostrar competência.⁴⁰ Delineia-se assim uma relação ambígua entre os pares *costumes e tradições* e *inovação e engajamento*, geralmente, mas nem sempre, de recorte geracional.

O empreendedorismo popular é esse movimento de continuidades e mudanças, em que práticas residuais da economia popular são permeadas pelas tendências dominantes que conformam a lógica cultural do capitalismo contemporâneo, duas éticas que se atraem e se

⁴⁰ Segundo Christian Laval e Pierre Dardot, “o que distingue este sujeito é o próprio processo de melhora de si a que se vê conduzido, que o leva a se qualificar sem cessar seus resultados e rendimentos. Os novos paradigmas, que englobam o mercado de trabalho, o de educação e de formação, ‘formação por toda vida’ (*longlife training*) e ‘empregabilidade’, são suas modalidades estratégicas mais significativas (DARDOT; LAVAL, 2013, p. 338, tradução minha).

rejeitam. Ele se posiciona na intersecção entre a ética individualista do trabalho por conta própria⁴¹ e do pequeno comércio tradicionais, de um lado, e a utopia libertadora prometida pelo discurso empreendedor mais moderno de outro, gerando tentativas de acomodação, tensões e conflitos na *relação* entre eles. Conflitos que partem de diferentes compreensões do significado do trabalho, como concepção ou execução, da autonomia e do sofrimento. Seu principal obstáculo, por sinal, se encontra na lógica familiar, pois os sujeitos populares “são em certa medida demasiado velhos ‘em suas próprias cabeças’; velhos em razão dos esquemas que interiorizaram e dos quais têm muita dificuldade em se desfazer, para não se sentirem excluídos da ‘modernidade’”, como apontaram Michel Pialoux e Stéphane Beaud (2012, p. 316).

É sobretudo nas periferias urbanas que essas tendências e contradições se tornam mais evidentes. Lugares com problemas mais ou menos graves de infraestrutura e acesso a direitos, que abrigam quem ao mesmo tempo se vê inserido na vibrante dinâmica econômica metropolitana e no mercado de trabalho nacional estruturalmente precário. Nesses espaços, o aumento da escolarização e do acesso à universidade, ainda que trazendo novas perspectivas culturais de autonomia e politização para os mais jovens, não são suficientes para garantir mobilidade ascendente (cf. COSTA, 2015; MACEDO, 2019). Essas transformações, que se expandem e se aceleram com o desenvolvimento tecnológico, rompem com o espaço de experiência, pois, para as gerações novas,⁴² as exigências do trabalho contemporâneo e as dinâmicas que com ele interagem já não encontram referência no passado. Tornam-se, assim, como afirma Machado da Silva (2018), uma “nova cultura do trabalho em gestação”.⁴³

A desvalorização social do diploma, por mais que não seja um fenômeno tão recente, como explicou Prandi (1982) em sua análise do processo de proletarização do ensino superior ainda na década de 1980, ganharia tons de profundo ceticismo na virada dos anos 2010, quando se impõe a sensação de que os saberes adquiridos com esforço e investimento

⁴¹ O trabalho por conta própria alcançou um contingente de 24,6 milhões de brasileiros no trimestre encerrado em dezembro de 2019, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

⁴² Mannheim (1975) apontava que a constante irrupção de novos portadores de cultura é um fenômeno frequente, e mesmo necessário. Por outro lado, a sucessão de gerações implica em perdas de bens culturais acumulados e, conseqüentemente, em alterações profundas na experiência geracional dos indivíduos. Segundo Wivian Weller (2010), o que define a posição geracional (*Generationslagerung*) “não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou ‘potencialidade’ de poder vir a adquiri-las. Ou seja, na noção de *Lagerung* está implícita a ideia na qual as condições para a vivência de um conjunto de experiências comuns já estão dadas”, mas seu aproveitamento depende de outros fatores sociais.

⁴³ “[...] muito distinta da que correspondeu à história da construção do assalariamento”, continua Machado da Silva (2018, pp. 296-298), para quem este representava uma “combinação virtuosa” que gerava a “expansão da acumulação e uma autoimagem positiva da população trabalhadora”, enquanto o par empregabilidade/empreendedorismo “fere de morte” as possibilidades de solidariedade social. Perspectiva com a qual tentarei dialogar criticamente nesta tese.

financeiro, além de redundantes em um mundo hiperconectado, são desperdiçados em um mercado de trabalho que não os assimila de acordo com a formação que acreditam ter (cf. COSTA, 2015; MACEDO, 2019; GEORGES, 2009). Para Ruy Braga (2019), a frustração dos que se endividaram nos anos de 2010, sobretudo aqueles com renda familiar entre dois e cinco salários mínimos, seria a fonte dos acontecimentos políticos posteriores, visto que tais investimentos na formação, incentivados pelas administrações petistas, exacerbaram, isto sim, o sentimento de “meritocracia” entre as famílias de trabalhadores. Assim, a esperança dos jovens da era lulista reemerge saturado de ceticismo, na medida em que a realidade recente é que 40% dos formados no ensino superior brasileiro não conseguem vagas qualificadas (cf. LIMA; GERBELLI, 2020; COSTA, 2015).⁴⁴ As expectativas frustradas reforçam a saída pelo empreendedorismo, que não aparece nesses casos como necessidade, mas como alternativa de valorização individual de pessoas que não se contentam mais com a sujeição sem reconhecimento de seu *mérito*.

Da cultura popular historicamente filtrada pelo retraimento das experiências de lutas dos trabalhadores narradas por Sader (1988) reemerge o ceticismo popular. Ele estrutura o terreno de um setor popular que se “empreendedoriza”, que atravessa a *ponte* real e metafórica que separa a periferia da zona sul de São Paulo de seu centro sempre em posição de subalternidade, mas que nutre expectativas muito diferentes. Da empregada doméstica vinda do sertão baiano, que costura para fora e que gostaria de ter um negócio próprio “não para enricar”, mas para ter mais tempo para o filho pequeno, àqueles que se veem como *sujeitos periféricos*, não se conformam com nenhum tipo de submissão e que *negociam* seus interesses, revelam-se contradições entre estar a cada momento de um lado da ponte, que também é metáfora entre costumes e modernidade. A ansiedade e o narcisismo aparecem aqui não apenas como uma característica do trabalho contemporâneo em ambos os casos, mas que respingam em toda a sociedade independentemente do sofrimento que atinge seus diferentes recortes.

A ressignificação da ponte aqui ganha a conotação de *conversão* ao empreendedorismo para aqueles cuja consciência se vê saturada, seja pela exaustão, seja por inconformismo, com a desvalorização de seus saberes escolares no mercado formal. Para gerir ansiedades e sofrimentos, se multiplicam as igrejas pentecostais e seus cultos destinados a “libertar” o trabalhador do jugo da subordinação (cf. PAVEZ, 2015; MAFRA, 1999), por um

⁴⁴ Segundo André Singer (2012), o reajuste regular do salário mínimo, a expansão acelerada do crédito e o incremento da formalização do trabalho em níveis crescentes, além do acesso a novas políticas públicas, como o Bolsa Família e o Programa Universidade para Todos (Prouni), teria proporcionado o deslocamento do “subproletariado”, antes hostil ao PT, para se tornar a principal base eleitoral do partido, configurando o fenômeno conhecido como *lulismo*.

lado; e um aparato de arte e cultura, tocado por uma miríade de organizações sociais, por outro lado. No primeiro caso, o estímulo se orienta de maneira mais “tradicional”, isto é, para o sucesso do indivíduo e sua família, reforçando orientações de insubmissão contidas sobretudo no Antigo Testamento. Como parte do trabalho de campo, estive na Igreja Universal do Reino de Deus, onde o êxito financeiro é indissociável do mais autêntico individualismo popular na ênfase ao planejamento familiar. No segundo caso, há uma pretensão de reformatação da força de trabalho por meio do incentivo ao autogerenciamento segundo a mais moderna tecnologia social, se dirigindo tanto aos mais jovens como a adultos exasperados pela falta de perspectivas. Trata-se de um esforço no sentido da *racionalização instrumental* da consciência popular/periférica, que presenciei em dezenas de eventos de empreendedorismo social na periferia da zona sul de São Paulo.

São programas que disputam a hegemonia no mundo popular, por isso se afirmam no imaginário popular e periférico como *éticas*, conjuntos de “crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela”, como observam Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009, p. 42). Éticas que pressupõem adesão e sacrifícios livremente assumidos, pois não é o salário que provoca o entusiasmo necessário para o cumprimento das tarefas, mas sim o *engajamento* que apenas a manutenção da própria vida pode oferecer.

O empreendedorismo é uma forma cultural inserida em um conjunto de significados e valores que, como sugere Williams (2011), “não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos”. É, portanto, menos uma ação deliberada da classe dominante ou mera manipulação, e mais a produção do senso comum, implicando um processo que o historiador, inspirado em Gramsci, define como a “saturação” da consciência em determinado momento histórico. A hegemonia constitui, então, “um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas” (WILLIAMS, 2011, p. 53).

Hall nota que a despeito de seu caráter manipulativo, nas manifestações da cultura popular “existem também elementos de reconhecimento e identificação, algo que se aproxima de uma recriação de experiências e atitudes reconhecíveis, ao qual as pessoas estão respondendo” (HALL, 1981, p. 233, tradução minha). Assim, o empreendedorismo é parte

essencial de uma cultura hegemônica que é *determinada* e que precisa estabelecer um paradigma utópico: isso significa que precisa responder a necessidades reais das pessoas não como uma distração vazia ou mera “falsa consciência”, mas transformando ansiedades e fantasias sociais e políticas em presença efetiva nas mercadorias culturais para que elas posteriormente sejam “administradas” ou reprimidas (cf. JAMESON, 1992, p. 39). O empreendedorismo ressignifica um sonho de trabalho ideal e ao mesmo tempo uma fuga da realidade do trabalho degradado. Por um lado, estimula a agência do indivíduo, curtido no profundo desejo de viver por conta própria. Por outro lado, reestabelece a centralidade do trabalho ressaltando a negatividade do assalariamento, substituindo-o por uma fantasia de satisfação individual.

Assim, trata-se de entender o *mercado* de maneira associada às ideias de liberdade e igualdade, as quais são a aparência da realidade de dominação pelo mercado, e a legitimação final de seu discurso na ausência de alternativas históricas ao capitalismo. O empreendedorismo popular une realidades individuais e socioeconômicas. São dimensões que estão sempre relacionadas em nossa própria experiência de vida, e cabe à crítica “[...] articular a obra com seu conteúdo, de modo tal que essa relação seja revelada e se torne mais uma vez visível” (JAMESON, 1985, p. 308).

Questões de aproximação

O que é para nós a etnografia? O mais importante é que se trata de uma família de métodos que envolvem um contato social direto e sustentado com agentes, escrevendo ricamente o encontro, respeitando, registrando, representando, pelo menos em parte, a irredutibilidade da experiência humana, nos seus próprios termos. A etnografia é o registro-testemunhal disciplinado e deliberado de acontecimentos humanos.

Paul Willis, Mats Trondman

Manhã de uma quarta-feira, fevereiro de 2020, poucas semanas antes do Covid-19 se espalhar pelo país. Chegava de ônibus ao Terminal Campo Limpo, zona sul de São Paulo, sob garoa e frio rigoroso para a época. Poucos dias antes, um imenso temporal havia causado destruição e transtorno na cidade, e como a chuva ainda ameaçava, mantinha-se certa precaução. Meu compromisso naquele dia era acompanhar o *Pitch Day* – Marketing e Mercado, um curso promovido pelo Projeto Arrastão para empreendedores aspirantes. Já havia a esta altura visitado o Arrastão algumas vezes, que se identifica como “uma organização sem fins lucrativos que faz o acolhimento e dá suporte às famílias da região do Campo Limpo que vivem

em condição de pobreza”,⁴⁵ fundada em 1968 e que mantém um núcleo de empreendedorismo e geração de renda, coordenado por Henrique.

Conheci Henrique na Agência Solano Trindade um ano antes, no evento de pré-carnaval do “*coworking* da quebrada”.⁴⁶ Enquanto no bairro de Pinheiros as ruas eram tomadas por foliões e marchinhas, no Campo Limpo o clima era comum. Na agência, DJs se revezavam e o som ia do rap ao reggae, com algum soul e funk americanos. O público era baixo, e oscilava entre 20 e 30 pessoas, todas da região. João Vicente, criador da agência e empreendedor social, a quem irei me referir muitas vezes neste trabalho, havia feito a divulgação de sempre pelas redes sociais, mas o esperado público da rica zona oeste parecia deslumbrado pela sua festa de rua e não compareceu. Por outro lado, parceiros que foram importantes ao longo de sua vida lá estavam, como o professor Henrique, a quem João Vicente agradecia por ter lhe ensinado “tudo”. Um senhor de olhos claros, barba e cabelos brancos abundantes, que carregava consigo o livro “Gestão de redes de conhecimento”, do consultor e escritor de autoajuda J. David Johnson, e que contava histórias curiosas sobre sua vida entre retiros espirituais, alimentação macrobiótica e *inovação*.

Combinado para as 10 h, chego um pouco atrasado para o encontro na sede do Arrastão, mas o evento ainda demoraria a começar. Em uma sala-laboratório, erguida com patrocínio da marca de óculos de sol Ray-Ban, continuavam os preparativos, onde nove pessoas que eu ainda não identificava aguardavam com seus laptops prontos para o *pitch*, uma apresentação direta e curta, com o objetivo de vender o negócio para algum investidor. Vez ou outra, gracejos com “unicórnios”⁴⁷ descontraíam o ambiente, e pareciam bastante naturais para todos. Na cabeceira da mesa, três cadeiras estavam dispostas para Henrique, para a coordenadora institucional do Arrastão, e a última cadeira se destinava a mim. Ao adentrar a sala, Henrique me apresenta e informa aos participantes que farei parte da “banca”, isto é, minha presença ali se justificava pelo que eu poderia contribuir às apresentações, baseada na “experiência” de quem acompanhava bons e maus exemplos de empreendedores. Na mesa em formato retangular, homens e mulheres, negros e brancos, sozinhos ou em casais, se esforçavam para ajustar suas apresentações de *power point*: uma versão vegana de acarajé, bolos de pote, tortas e quentinhas “saudáveis” ou “ancestrais”. Todos expunham saberes essencialmente populares da gastronomia, porém com algum adorno ambientalmente correto ou identitário, que

⁴⁵ Disponível em: <http://arrastao.org.br/sobre/>

⁴⁶ A primeira vez que li a respeito da Agência Solano Trindade foi na reportagem de Juliana Faddul (2018) para a revista Piauí.

⁴⁷ Gíria do mercado financeiro para *startups* avaliadas acima de 1 bilhão de dólares.

era justamente o que haviam aprendido no curso como sendo inovadores e que, de quebra, ainda lhes conferia o rótulo de “periféricos” – muito mais que uma simples referência de lugar, mas uma *credencial*.

Desavisado, tentei imaginar como sair daquela circunstância sem causar constrangimentos a todos os envolvidos, e percebi que não havia mais o que fazer: o *pitch* seguiu e minha opinião foi solicitada ao final de cada exposição que, além de tudo, seria filmada. Por fim, medieei a situação dando impressões genéricas, mas genuinamente preocupadas com o destino daquelas pessoas de trajetórias mais ou menos precárias, trabalhadores por conta própria que investiam tempo e dinheiro no sonho de não apenas *se virar* para pagar as contas, mas se tornarem *empreendedores* de sucesso.

Apesar da situação descrita gritar pelo inusitado e causar grande embaraço, momentos em que candidatas a empreendedores buscam empatia e validação para o que fazem são frequentes, indícios tanto da expectativa que colocam na própria iniciativa empreendedora quanto de insegurança quanto aos passos a tomar. O papel do “especialista”, contudo, expõe uma contradição. No caso dos empreendedores *por necessidade* – aqueles que desistiram de procurar empregos estáveis, passando muito tempo desocupados ou apenas *se virando* – o especialista se torna um interlocutor confiável que pode apresentar soluções e caminhos a seguir – não por acaso, em eventos de empreendedorismo social há sempre essa figura. Por outro lado, especificamente quando em contato com o “sujeito periférico”,⁴⁸ é a desconfiança com o especialista que emerge, daquele que é visto como quem exprime opiniões sem conhecer a realidade local, pouco importando seu saber acadêmico. Em ambos os casos, é com a violência simbólica que é preciso lidar. Sobretudo nas entrevistas, a relação que se estabelece entre desiguais remete a observação de Pierre Bourdieu:

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma *relação social* que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa. Estas distorções devem ser reconhecidas e dominadas; e isso na própria realização de uma prática que pode ser refletida e metódica, sem ser a aplicação de um método ou a colocação em prática de uma reflexão teórica (BOURDIEU, 2012, p. 694, grifo do autor).

⁴⁸ A partir daqui, utilizo o adjetivo “periférico” para designar especificamente aqueles que se *identificam* como tal, e popular para todos os demais interlocutores.

Além do desconforto óbvio de estar ali para cumprir mais uma etapa da pesquisa e servir de “especialista” em um procedimento que acabava de conhecer na prática, temia não atender às expectativas tanto de Henrique quanto dos participantes. Pois saber o quanto essas pessoas precisam de alguma ajuda para começar a respirar (nem que seja apenas uma “curtida” na sua página de rede social) e não me sentir autorizado a isso, impôs reflexões constantes para o exercício etnográfico. O episódio narrado acima é, assim, a culminação de um longo processo de reflexões, decepções e redefinições do problema de pesquisa, e marcou o momento em que finalmente as peças começaram a se encaixar. Do popular ao periférico, uma gama variada de trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e empreendedores passaria por mim nas ruas, eventos de empreendedorismo, em seus comércios e casas. Com o decorrer das interações, que com os periféricos precisaram de meses até se consolidar, estes se soltavam um pouco mais, mas as falas lacônicas ainda eram recorrentes. Estar presente nas atividades promovidas – aliás, recebo várias vezes ao dia convites pelo WhatsApp –, mesmo que motivado primeiramente pela pesquisa, acaba se tornando um sinal de “tamo junto”, que faz parte do código de ética informal da quebrada. Ou seja, “correr junto”, sempre orientado “pelo certo”, é um aprendizado extremamente valorizado que se nota nos modos de vida populares. O que, basicamente, faz uma pesquisa com estas características se tornar possível.

A periferia é o centro, como muitos dizem na quebrada. Na verdade, a zona sul tem vários centros, que às vezes nem mesmo ficam na própria capital. Da cratera de Colônia, na extremidade da cidade, ainda considerada rural e lugar de reservas indígenas, até o município vizinho de Taboão da Serra, passando por Campo Limpo, Grajaú, Jardim Ângela e Paraisópolis, a cidade que nasceu e cresceu “da ponte pra cá” em poucas quadras separa uma favela de um condomínio, projetos sociais de um armazém de alimentos orgânicos, saraus de igrejas evangélicas, mas cujos vasos comunicantes formam uma rede ao mesmo tempo dispersa e interdependente, e que guarda uma infinidade de “empreendimentos”: em 2019, dos 660 mil microempreendedores individuais formalizados na capital, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o distrito do Campo Limpo concentrava 26.870, menos apenas que o distrito da Sé.

O dado sobre empreendimentos no Campo Limpo foi um dos critérios para a minha escolha pela zona sul de São Paulo. Já conhecia um pouco a região por conta de um período longo de militância partidária, e sobretudo porque parte da etnografia que conduzi na minha pesquisa de mestrado foi na região do Largo Treze, território de comércio popular no distrito de Santo Amaro, onde se localizava o campus da universidade privada em que estudavam parte dos meus interlocutores. Estive ainda no Capão Redondo e no Jardim Germânia para incursões

curtas de pré-campo. O aspecto decisivo, contudo, foi o interesse despertado pelo rico cenário cultural da zona sul: além da cena do hip hop que revelou os Racionais MC's, Sabotage, entre outros, havia ainda os saraus (da Cooperifa, do Binho) e diversos aparelhos públicos e privados inaugurados a partir dos anos 2000, como Centros Educacionais Unificados (CEUs), Fábricas de Cultura e uma unidade do Serviço Social do Comércio (SESC-SP).

Frequentei esses centros e mais alguns entre os anos de 2017 e 2021. No começo, seguia para onde o “empreendedorismo” me levava. Me explico: minha primeira intuição quando comecei a preparar o trabalho de campo foi buscar personagens que se destacavam como referência do discurso empreendedor periférico, já bastante em voga em meados da década de 2010. Pesquisando essas figuras na imprensa – geralmente descritas de maneira um tanto messiânica –, pessoas que estavam encontrando na periferia seus próprios meios de sobrevivência *sem esperar* pelo poder público e usando sua vocação para a viração para encontrar saídas criativas para a crise econômica, cheguei ao meu primeiro contato, João Vicente, e ao seu *coworking* no bairro do Campo Limpo. Nos meses em que estive em contato frequente com ele, foi por seu intermédio que recebi uma dúzia de convites e indicações de eventos de empreendedorismo por toda a zona sul. Em cada uma dessas ocasiões, que podiam ser no formato de feiras, *workshops* ou grandes fóruns, conhecia novos interlocutores que me recomendavam outros, e assim mapeei um ecossistema que operava na periferia de São Paulo em torno dos *negócios de impacto social*, e que se sustentavam nas tendências atuais do capitalismo ético e na valorização de uma certa “ancestralidade”. Em comum, a presença ostensiva dos logotipos de fundações empresariais, que patrocinavam e mesmo davam nome a esses acontecimentos em que o discurso remetia sempre a ideias progressistas (sustentáveis, antirracistas, feministas etc.).

O gigantismo da zona sul de São Paulo não tem como ser relativizado, assim como as desigualdades internas a ela. Não é preciso, inclusive, estar no centro para perceber a impressionante escala dos deslocamentos, que de ônibus chegam facilmente a duas horas, às vezes mais. Com a ampliação recente da linha 5-Lilás do metrô, os trajetos ficaram mais confortáveis e rápidos, mas ela não chega a toda a periferia. Nesses casos, a CPTM vai um pouco além, e mesmo assim resta muito chão até o limite extremo da cidade, a apenas cerca de 70 quilômetros do litoral paulista. Minhas idas ao campo, portanto, eram planejadas com muito rigor, pois precisavam contar com esses trajetos e os eventuais atrasos das conduções. Havia um planejamento para as chegadas aos compromissos, mas as voltas eram limitadas exclusivamente pelo horário do transporte público, quando o retorno não raras vezes entrava pela madrugada. Para participar da vivência do *coworking*, por exemplo, levantei às 4 h com

uma tempestade que varria a cidade toda; por “sorte”, a chuva cessou durante a atividade matinal no Campo Limpo. Um trajeto de retorno do Jardim Ângela demorou duas horas e meia, do qual fui salvo pela padaria 24 horas do Largo do Arouche, onde morava à época. É preciso reconhecer nesse momento que, apesar de frequentemente mal visto, o transporte público paulistano teve sua eficiência comprovada.

O fato de que, à exceção daqueles que se apresentavam nesses eventos como convidados – entre eles, casos de sucesso do empreendedorismo social, pesquisadores de escolas de negócios e os coordenadores das organizações promotoras – havia no público ansiedade e incompreensão, às vezes até inconformismo, que pareciam desequilibrar a atmosfera de harmonia e otimismo que se buscava criar. Apesar de muito politizados, eram totalmente alheios a conjuntura econômica e política. Quanto maiores e mais impessoais eram esses encontros, mais eram as pessoas querendo mudar de vida, mas se sentindo inseguras e perdidas nos termos e prescrições da turma engajada no mundo dos negócios de impacto social. A realidade é que não havia ali nenhuma fórmula mágica para o sucesso, e algo soprava a sensação de que este depende de vários fatores que nem sempre estão ao alcance de pessoas despojadas de capitais econômicos, sociais e culturais. Nem tudo é uma questão de *mindset*.

De modo que decidi então procurar pelo empreendedor *que ainda não havia conquistado* esse epíteto, isto é, o trabalhador autônomo ou mesmo assalariado que decidiu mudar de vida, e que viu na infinidade de mensagens edificantes espalhadas em seu mundo um caminho de superação da rotina de exaustão, da precariedade e da desvalorização social. Mensagens que apontam invariavelmente para o empreendedorismo, presentes nas escolas, nas ONGs, nas empresas, na mídia, nas conversas de bar e almoços de família, e que encontra um sentimento muito presente entre eles: a disposição de não ter patrão, com a qual a “razão neoliberal” tenta a todo momento interagir. Tal disposição faz parte de um *ethos* que identifiquei nesta pesquisa, com o auxílio da literatura sociológica, historiográfica e antropológica. Mas para entendê-lo, era necessário refutar, mesmo que temporariamente, aquele neoliberalismo que aparece com tanta ênfase na visão acadêmica sobre empreendedorismo e empreendedores, afinal, o trabalho assalariado e garantido pelas regras do Estado foi sempre uma exceção; portanto, o trabalho não assalariado é o que define a massa trabalhadora brasileira historicamente, muito antes ou totalmente alheia aos grandes pensadores do neoliberalismo como Hayek, Von Mises, Friedman e seus colóquios nos Alpes suíços.

Ao limpar o terreno, emerge o sujeito popular. Nas narrativas do aspirante a empreendedor, frequentemente marcado pela vida sem salário, uma certa esperança de que “agora vai”, pois um novo mundo se abria para ele, onde o *conhecimento* é o diferencial.

Contudo, outra questão surgiria então: por que chamá-lo de empreendedor, se o *ethos* se encontrava tão arraigado na cultura popular muito antes desse termo escapar dos escritórios e das agências de recursos humanos? Assim, me retirei do ambiente autointitulado empreendedor para uma nova etapa de incursão etnográfica nas ruas de comércio popular da zona sul e outros espaços de conagração, notadamente igrejas pentecostais, onde estive para acompanhar os chamados “cultos da prosperidade”. O momento também coincidiu com a pandemia de Covid-19; ao mesmo tempo em que esta impôs dificuldades óbvias – fora poucas situações excepcionais, fazia todos os trajetos por meio de transporte público – e uma constante sensação de obsessão com a higiene, abriu novas camadas de diálogo com os interlocutores, que ajudaram a aclarar o funcionamento dos seus *ethos*, coisas que apenas situações extraordinárias podem evocar.

Aqui, além das máscaras, desapareciam também as falas politicamente corretas. Em relação àquela dos periféricos, uma realidade muito diferente se apresentava, na qual o ceticismo estruturava opiniões muitas vezes preconceituosas, cínicas quanto às dinâmicas políticas e sociais, mas também generosas e auspiciosas. Histórias de vidas sofridas, narradas às vezes com lágrimas nos olhos, às vezes com o recurso da chacota. Do meu lado, combinei a curiosidade com o brio do pesquisador, munido de gravador e de um roteiro semiestruturado, reduzi ao máximo possível as intervenções, abrindo espaço para que os interlocutores deixassem seus relatos saturados de espontaneidade, e investindo na confiança entre as partes. Tenho convicção de que esta pesquisa só pode chegar ao resultados que apresento pelo caminho livre de julgamentos. Arlie Russell Hochschild (2016) insiste que atravessemos os “muros da empatia” (*empathy walls*) ao nos engajarmos no trabalho de campo, sobretudo com aqueles que tanto se diferenciam de nós. Em uma passagem curiosa de seu livro, um estudo de caso com a base da nova direita da Louisiana, um dos estados mais pobres dos Estados Unidos, ela conta ter sido alertada por um de seus interlocutores de que “nós, cajuns, gostamos de rir. Espero que você goste”.⁴⁹ Bom, me peguei rindo muitas vezes com as conversas que conduzi na minha pesquisa, em parte espontaneamente, em parte em busca da tal empatia. De fato, foi esse meu primeiro sentimento ao conduzir este trabalho.

Entre um compromisso e outro, certos caminhos às vezes pareceram sem volta, como quando fui *encostado* por um “disciplina” do Primeiro Comando da Capital (PCC) na entrada de um beco em Paraisópolis. Circulando inadvertidamente pela favela com minha

⁴⁹ Os *cajuns*, ou acadianos, são um grupo étnico oriundo de regiões francófonas do Canadá, a antiga colônia de Acádia. Muitos deles se exilaram no sul do estado da Louisiana em meados do século XVIII, e ainda hoje têm grande influência na cultura local.

máscara no rosto e minha mochila nas costas, depois de dezenas de incursões semelhantes, meu excesso de confiança receberia um alerta. Diferentemente de outros pesquisadores habituados com o mundo do crime, o qual conhecia apenas por leituras, fui surpreendido pela abordagem intimidadora dessa figura que controla o fluxo nas quebradas em nome do “Comando”, mantendo certa ordem no caos. A poucos centímetros do meu rosto, fui instado a comprovar que era um pesquisador vinculado a Unicamp – com carteirinha e tudo – e que não era um policial, contar onde morava, que pesquisa era aquela... minutos que pareceram eternos e nos quais tentei me preparar mentalmente para o pior, um interrogatório mais “rigoroso”, e para o menos pior, contrair Covid-19. Sem estar totalmente convencido da minha história, o disciplina chamou um colega, que me deu uma boa olhada, conferiu minha identificação e deu sua opinião. “Ele disse que está fazendo uma pesquisa com os comerciantes”, disse o primeiro. “É, ele tem cara mesmo”, assentiu com um leve sorriso de deboche o segundo. Finalmente convencidos, se ofereceram para me chamar um *uber*. Vida que segue: o tal do empreendedorismo me dava um novo aceno.

Como disse Williams (1989), a cultura é ordinária, pertence a todos, seja aquela produzida por seus modos de vida e seus significados comuns, seja aquela que nos chega através das artes, do conhecimento e de seus esforços criativos. Em todas essas incursões, a profusão de manifestações culturais revelava um cenário impressionante de texturas, sons, cheiros e imagens, do tecnobrega ao funk de James Brown, da feijoada vegana ao bolo de pote, do sotaque paraibano, gaúcho ou espanhol de uma interlocutora mexicana. Da religiosidade da pentecostal, do católico e da candomblecista, os quais abordo ao longo deste trabalho. Assisti ainda a programas policiais, telenovelas e reality shows que evocavam o tema do empreendedorismo e, por fim, me mantive ligado no ambiente virtual, já que boa parte de meus interlocutores divulgava seus produtos e serviços em canais de Youtube, perfis de Instagram, Facebook e WhatsApp, os quais mantive um acompanhamento constante, tanto para complementar a etnografia quanto para buscar novos contatos.

Procurei caracterizar seus modos de vida, buscando uma descrição densa de representações e opiniões; portanto, temas como família, trabalho e política aparecem aqui não como generalizações, mas a partir daquelas realidades que se reproduzem na periferia da zona sul de São Paulo. Além da observação participante, realizei 46 entrevistas no total, das quais 40 compõem o núcleo da pesquisa com trabalhadores autônomos, pequenos comerciantes e empreendedores, e seis com interlocutores que me ajudaram a entender o contexto do

empreendedorismo popular.⁵⁰ No caso de alguns interlocutores qualificados, dei especial atenção às suas histórias de vida, contempladas nas páginas que seguem. Pelo método “bola de neve”, cheguei a outros interlocutores.

Na relação entre pesquisador e interlocutor, apenas o gravador e um caderno de campo; como diz Teresa Caldeira (1984), cada entrevista é uma experiência única. Os depoimentos, por mais que remetam ao cotidiano, não são acontecimentos triviais, o que é dito ali é filtrado por considerações sistematizadas que não são expressadas desta maneira nas situações do dia a dia. “O cotidiano é o corriqueiro e o que se vive de modo imediato e fragmentário; nele, os comentários, observações, opiniões que vão sendo elaborados estão inevitavelmente colados às partes, não tem como se distinguir delas e nem como fugir ao imediatismo e à fragmentação” (CALDEIRA, 1984, p. 144). Ao ser arrancado do cotidiano, o interlocutor procura encadear racionalmente o que estava fragmentado quando diante de temas que não lhe são familiares, contando com a memória de imagens guardadas e poucas vezes acionadas. Assim, a interpretação dos depoimentos requer atenção à outros elementos importantes, que deem conta das ambiguidades que frequentemente caracterizam essas ocasiões. Quer dizer, a análise dos contextos em que cada depoimento foi dado se torna fundamental para que o sentido apareça e comparações sejam possíveis. Um exemplo banal é justamente a maneira como o termo “empreendedorismo” é empregado por diferentes interlocutores, em espaços que vão do pequeno comércio em um dia normal de trabalho aos eventos patrocinados por empresas de grande porte. Contudo, os contextos também fazem parte de um todo, referem-se a experiências que são coletivas, em um tempo específico de um determinado lugar, que são apreendidas e interpretadas tanto pela observação participante quanto pela teoria e pela historiografia. Os dados coletados em detalhes, que muitas vezes se desorganizam em uma sequência caótica de páginas em um caderno de campo ou em um relato gravado pelo próprio pesquisador, são essenciais para mapear aqueles aspectos simbólicos dos modos de vida das classes populares que justamente importam para interpretá-los e categorizá-los dessa forma.

Nesta tese, tratei de esquadrihar uma etnografia teoricamente informada, como defendem Paul Willis e Mats Trondman (2008, pp. 212-214), reconhecendo “o modo como a experiência é entrelaçada no fluxo da história contemporânea, ampla e restrita”. A teoria mobilizada trabalha em favor da evidência etnográfica, ajudando a compreender o fenômeno social; ao mesmo tempo, ela é fundamental no desafio às texturas da vida cotidiana expressas

⁵⁰ Por conta da pandemia de Covid-19, alguns interlocutores (seis) solicitaram que a entrevista ao gravador fosse feita por telefone.

na etnografia puramente descritiva. Do mesmo modo, a *cultura* aparece não como estritamente discursiva, mas “no sentido lato do imperativo crescente para todos os grupos sociais encontrarem e construírem as suas próprias raízes, caminhos e significados ‘vividos’ em sociedades que atravessam processos profundos de reestruturação e de des-tradicionalização”. No caso que apresento, conforme diminui o espaço de experiência, a capacidade do indivíduo de prover o conteúdo pelo qual o ser social se insere no mundo vai sendo marcada pela *imprevisibilidade*, e a produção simbólica ganha relevância na compreensão dos fenômenos associados a esse sujeitos. Não de maneira inteiramente autônoma, contudo, pois atuam dentro de um campo de força que impõe limites e exerce pressões, nos termos de Williams (2011). Mais ou menos atrelados à experiência, meus interlocutores se movem dentro de processos amplos de produção e reprodução social. Por fim, “isto requer um diálogo entre o ‘conhecimento científico’ (conhecimento produzido por instituições especializadas) e outros tipos de conhecimento, em particular o senso comum prático e a auto-reflexividade da cultura comum. Isto deveria, de novo, ser visto como um processo de ida e volta” (WILLIS; TRONDMAN, 2008, p. 219).

Uma ciência reflexiva, como entendida por Michael Burawoy (2009), tem por princípio o diálogo, virtual ou real, entre observador e participantes, inserindo-os dentro de um segundo diálogo entre processo local e forças externas, que por seu turno podem ser compreendidas apenas através de uma terceira, expandindo o diálogo da teoria consigo mesma. A objetividade não é mensurada por procedimentos que assegurem um mapeamento acurado do mundo, argumenta o autor, mas pelo aumento do conhecimento, ou seja, pela reconstrução imaginativa que acomode as anomalias. Para Burawoy, a ciência reflexiva parte do “estoque” de teoria acadêmica, por um lado, e do conhecimento popular existente, por outro, iniciando sua interação a partir de localizações reais. Assim, o método do *estudo de caso ampliado* proposto pelo sociólogo aplica a ciência reflexiva à etnografia no sentido de extrair o geral do particular para mover do *micro* ao *macro* e para conectar o presente ao futuro.

Roteiro dos capítulos

Esta tese está organizada em duas partes, além desta Introdução e da Conclusão. De modo a privilegiar a etnografia e o tratamento analítico dos dados, optei por trabalhar a discussão conceitual e apresentar as principais categorias utilizadas como tópicos da Introdução. Assim, consta nela uma discussão historiográfica sobre as categorias do trabalho por conta própria e do empreendedorismo, um debate com a literatura que vem tratando do

tema, sobretudo sob a rubrica do neoliberalismo, e minha proposta de interpretação para o fenômeno, em que começo a construir a noção de empreendedorismo popular como uma estrutura de sentimento contemporânea. A discussão metodológica vem em seguida, trazendo os autores que me serviram de inspiração para a condução desta etnografia, privilegiando a experiência e vendo-as em diálogo constante com a teoria.

Na Parte 1, desenvolvo em detalhes o trabalho de campo que conduzi ao longo de cinco anos na zona sul de São Paulo, assim como as dezenas de trajetórias que analisei para construir esse arco narrativo. Divido essa parte em três capítulos com alguma arbitrariedade, mas cujo propósito foi agrupar experiências que dialogavam especialmente nas suas considerações sobre o trabalho. De modo que no primeiro capítulo apresento experiências relativamente exitosas de empreendedorismo *per se*, isto é, de pessoas que se veem como empreendedoras e constituíram negócios mais ou menos estáveis. São micro e pequenos empresários, nem sempre formalizados, mas que tem conseguido manter suas contas e famílias e fazer planos concretos para o futuro. As experiências de trabalho amarram essas narrativas, mas outras dimensões da vida sem salário aparecem aqui, como o mérito, tanto no sentido popular de reconhecimento pelo trabalho prático e dedicado, quanto na sua versão mais contemporânea de quem vê valor no acúmulo de credenciais. Outros *habitus* são incorporados e se relacionam aos novos modos de vida que passam a fazer parte das periferias, de condomínios a restaurantes erguidos para uma “nova classe média” local. Entre eles, o empreendedorismo se encontra no horizonte também como alternativa indicada para o país enfrentar suas crises; por sinal, as maiores preocupações desses interlocutores, enquanto empreendedores, são com a desburocratização do Estado e com a carga tributária.

Nos dois primeiros capítulos, nota-se a experiência do individualismo e um especial apego à instituição familiar, mas o Capítulo 2 foca num contexto mais popular, em que pequenos comerciantes e trabalhadores por conta própria mais ou menos precários compartilham experiências de viração, comercializam produtos de baixo valor agregado e eventualmente combinam formas legais e ilegais de conseguir renda. *Grosso modo*, preservam um modo de vida modesto e têm como aspiração evitar o trabalho exaustivo, com direito a uma folga por ano para visitar seus parentes distantes. Se por um lado reproduzem formas residuais de relação comunitária, especialmente nas regiões mais periféricas, também se ressentem das pressões racionalizantes e dos assaltos aos costumes que veem interpelar a formação dos filhos, sentimentos que recrudescem quando eles chegam à adolescência. Conforme essas histórias resvalam em relatos de exploração, abusos e conflitos familiares, as experiências de sofrimento revelam aspectos obscuros da realidade popular. Um dos principais vetores do

empreendedorismo popular, a Teologia da Prosperidade é abordada aqui, tanto pela observação participante como pelas trajetórias de interlocutores.

O Capítulo 3 encerra a parte empírica com a etnografia do empreendedorismo social. Reúno aqui o trabalho de campo que realizei em fóruns, palestras e oficinas realizadas pelo ecossistema dos *negócios de impacto social*, ou setor 2,5, que agrega organizações sociais, fundações empresariais e sujeitos *protagonistas* da cultura periférica. Entre os sujeitos periféricos que estiveram à frente da efervescência cultural da zona sul nas últimas três décadas, o ativismo passa a dividir corações e mentes com uma nova estrutura de sentimento. Vislumbram no empreendedorismo o horizonte final de integração diante da implosão do projeto lulista de inclusão pelo consumo e pelos programas sociais. Entre os mais jovens desse grupo de interlocutores, junto da formação para o empreendedorismo que se baseia diretamente na denúncia do mercado de trabalho, a desconfiança com o enquadramento que percebem nas instituições, da família às universidades, os fazem empreender uma fuga para a utopia da liberdade, vendo assim o empreendedorismo como uma revolução para si mesmos. Neles se revela com especial proeminência a relação entre o discurso terapêutico de autorrealização com formas avançadas de autogerenciamento.

Por fim, desenvolvo na Parte 2 a síntese das descobertas e conclusões, articulando a empiria com a teoria para responder à hipótese da formação de um empreendedorismo popular em São Paulo. O Capítulo 4 reconstitui os *modos de vida* da vida sem salário diante das reconfigurações no espaço de experiência, além das mediações e contradições das categorias de trabalho, família, comunidade e classes sociais que saturam o cotidiano popular. O Capítulo 5 avança em direção à estrutura de sentimento à qual responde o empreendedorismo, explorando à luz da etnografia os vetores que *determinam* o autogerenciamento contemporâneo, como os discursos terapêuticos e os avanços tecnológicos. Na Conclusão, busco responder algumas perguntas sobre como a política contemporânea se ajusta às convergências e conflitos entre individualismo popular e empreendedorismo na periferia.

No cerne desta tese, utopia e sofrimento aparecem em igual medida, mas não como opostos. A expectativa de um se justifica na fuga do outro, na promessa da autonomia contra a opressão do trabalho visto como indigno. Assim, o empreendedorismo popular se assenta na ideia de liberdade como uma percepção repentina de um presente intolerável, para que outra utopia, passada ou futura, se realize.

Parte 1 / ETNOGRAFIA

1 / O SOL BRILHA PARA TODOS

Eu não pretendo enricar, mas que você tenha o mínimo de conforto, o mínimo de conforto eu pretendo ter, né? Pra poder dar pra sobreviver bem, não precisar ficar tão apertada, mas não tenho pretensões milionárias não, que é bom se manter com o pé no chão. Tem que ter expectativas que você consiga cumprir, não uma coisa que seja impossível, né? Então, as metas têm que ir subindo devagar, você vai colocando metas pequenas e conforme você for melhorando, você vai colocando uma coisa mais alta. Mas por enquanto a meta é essa: conseguir sobreviver sim do meu comércio, mas sem expectativa de ser rica com isso. Viver com o mínimo de conforto possível. (Sueli, 37 anos, Heliópolis, doméstica)

A caminho da zona sul de São Paulo vindo do centro da cidade, seguindo de ônibus pela avenida Marginal ou de trem pela linha Esmeralda da CPTM, avistam-se as pontes que adornam o maltratado rio Pinheiros. Durante boa parte do trajeto, edifícios espelhados, sedes de multinacionais, hotéis de cadeias internacionais e templos de consumo de luxo se reproduzem na paisagem insólita de uma das maiores cidades do mundo. Por volta de junho de 2019, encontrava-se estampado na fachada de um desses prédios, de modo a ser visto a muitos quilômetros de distância, a frase “Bora empreender, Brasil”, uma campanha do Banco Santander. Notável já no transporte público, a população preta e parda cresce proporcionalmente durante o trajeto.⁵¹ Especialmente nos vagões da CPTM, a delirante alternância de trabalhadores informais oferece de frutas da estação a carregadores de celulares, e quando mais de um deles escorrega vagão lotado adentro ao mesmo tempo, se torce para que a solidariedade entre despossuídos supere a necessidade e a competição.

Mais ou menos na altura da ponte Transamérica, onde o rio Pinheiros se divide formando os rios Jurubatuba e Guarapiranga, a vista do viajante começa a notar a cidade que cresceu às margens, e que ali abriga mais de dois milhões de trabalhadores. É a periferia da zona sul que se aproxima, com seu amontoado de autoconstruções e favelas, mas agora com condomínios dispersos entre elas. Os pequenos comércios que outrora dominavam a paisagem se alternam entre agências bancárias e grandes cadeias de varejo, como Casas Bahia, Magazine Luiza. Há também universidades privadas, redes de *fastfood* e incontáveis igrejas evangélicas presentes ao longo das principais vias, muitas ainda chamadas de “estradas”, para estranhamento do visitante do centro.

Seguindo até o distrito de Marsilac, no limite da cidade e a cerca de 50 quilômetros da Praça da Sé, percebe-se que a desigualdade, mesmo dentro da periferia, é espantosa. Nos miolos de alguns distritos como o Jardim São Luís, o caos de comércios apertados uns aos

⁵¹ Impressão confirmada pelo Censo de 2010, em que os distritos do Jardim Ângela, Grajaú e Parelheiros aparecem como os com maior população preta e parda da cidade.

outros entre ruas estreitas, botecos e pequenos comércios se encadeiam, cães e gatos vira-latas dominam as ruas. Não muito longe, chega-se ao Campo Limpo, bairro com boa estrutura de serviços públicos, condomínios, transporte e aparelhos públicos e privados. Distante dali, mais ao sul, no entorno da estação Grajaú da CPTM a confusão do comércio informal não se confunde com a ordem e a limpeza da estação Capão Redondo do metrô. Nas úmidas vielas do Jardim Maria Sampaio, no limite com o município vizinho de Taboão da Serra, a impressão de precariedade e abandono é absoluta diante da sujeira do “piscinão” local e do controle do fluxo na favela pelo PCC, que também se nota em algumas entradas de Paraisópolis.

Era novembro de 2008 quando Paraisópolis apareceu nas páginas do prestigiado jornal britânico *Financial Times*. O motivo ganhou exclamações desdenhosas de solenidade terceiro-mundista no relato do jornalista: a abertura de uma loja das Casas Bahia na favela paulistana, escolhida para ser a primeira comunidade a receber a popularíssima rede de varejo,⁵² foi saudada com show do grupo de pagode Exaltasamba e agitação de centenas de pessoas, que dançavam “como se não houvesse amanhã”. A partir daquele dia, ao invés de enfrentar uma pequena viagem de mais de uma hora para Santo Amaro, o cliente morador da favela teria uma Casas Bahia bem ali para pagar seus carnês e ainda com uma infinidade de mercadorias para aproveitar na visita. A matéria informava que a expectativa da loja era de crescimento contínuo, o que se confirmou, já que a loja continua lá apesar das repetidas crises econômicas e políticas pelas quais o país atravessou (cf. WHEATLEY, 2008).

De acordo com Kowarick (1980), fundamental para a formação da periferia foi a “lógica da desordem”, em que o princípio da acumulação (extração de lucro) se chocaria com o da especulação (a extração da renda da terra), produzindo uma caótica ocupação pela falta de planejamento, visto que à mercê dos interesses econômicos privados. Em São Paulo, as décadas de 1960 e 1970 foram de intensa industrialização e, concomitantemente, de grande crescimento da população trabalhadora, com contínuos fluxos de migração interna. Refletindo o desordenado processo de abertura e venda de lotes iniciado nos anos 1940, a urbanização foi deixada para a iniciativa privada nas três décadas seguintes. Diante da regularização de loteamentos clandestinos e da incorporação da periferia à estrutura formal de serviços, melhorias importantes na infraestrutura chegaram a ela, como resultado das lutas travadas pelos movimentos sociais de moradia e pela abertura de vagas nas creches (cf. KOWARICK, 2000; CALDEIRA, 2000).

⁵² Em 2021, pelo 16º ano consecutivo, a rede Casas Bahia, fundada em 1957, foi a marca mais lembrada na categoria “Lojas de móveis e eletrodomésticos” da pesquisa Top of Mind, realizada pelo Datafolha.

A melhoria da infraestrutura, assim como a regularização dos lotes e sua incorporação no mercado formal de imóveis, trouxe como efeito colateral um recrudescimento na sensação de incerteza nas classes populares, que se explica pela diminuição do estoque de terrenos baratos, já que o valor das moradias aumenta como resultado da construção de novos equipamentos urbanos, inviabilizando-as para a população mais pobre. Em suma, o crescimento da pobreza na década de 1990, combinado com melhores condições e terrenos mais valorizados, expulsaria os mais pobres para os limites da cidade ou para outros municípios da região metropolitana, dificultando a autoconstrução da casa própria e forçando uma grande parcela dessa população a viver em favelas e cortiços, um aumento de 1,1% da população da cidade em 1973 para 19,1% em 1993 (cf. CALDEIRA, 2000).

Em larga medida, o êxito das Casas Bahia é resultado da inclusão pelo consumo dos anos petistas,⁵³ mas a prosperidade das cadeias de varejo, mesmo após a desaceleração dos anos recessivos de 2015 e 2016, demonstra que o setor manteve o ritmo mesmo com a alta do desemprego e de outros indicadores negativos. Em 2019, as vendas do comércio varejista cresceram 1,8%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a terceira alta anual seguida. Estímulo não apenas para as grandes redes, mas também para o empreendedorismo popular: às vésperas do início da pandemia de Covid-19, a taxa de desemprego estava em queda no patamar de 11%, e o número de autônomos com CNPJ, como é o caso do microempreendedor individual, saltava para 5,1 milhões, crescimento de quase 9% em um ano, além dos 19,4 milhões de trabalhadores por conta própria na informalidade, quase 2% a mais do que em 2018.⁵⁴

O programa Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar nº 128/08, foi pensado como uma estratégia de formalização de autônomos e microempreendedores informais para que houvesse registro da empresa e recolhimento de

⁵³ Importante destacar que a popularidade das Casas Bahia cresceu junto do mito de seu fundador, o empresário Samuel Klein. Um dos interlocutores de Feltran (2011, p. 103), que à época trabalhava como eletricitista para a rede de eletrodomésticos, acreditava que Klein havia fugido do nazismo, nunca havia trabalhado para ninguém e começara a carreira vendendo de porta em porta. “Empreender é a cara das Casas Bahia”, dizia. Lula também deu sua contribuição para o mito. Em 2006, em campanha para sua reeleição, o ex-presidente esteve na inauguração de um centro de distribuição da rede em São Bernardo do Campo e elogiou sua “concepção” de parceira com os mais pobres. Diante de Klein, Lula declarou que “embora não seja presidente das Casas Bahia, seja presidente do Brasil, a minha concepção de tratamento deste país é a concepção que o senhor teve de estabelecer a sua parceria com a parte pobre da população”. Mas talvez tenha se excedido nas previsões. “E estou convencido de que vai acontecer neste país o mesmo que aconteceu nas Casas Bahia” (SCINOCCA, 2006).

⁵⁴ Pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2020/2021, realizada no Brasil pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), apontou que, entre adultos de 18 a 64 anos, a taxa de brasileiros que afirmam que pretendem abrir um negócio nos três anos seguintes aumentou consideravelmente, de 30% em 2019 para 53% em 2020. Este foi o maior aumento proporcional entre todas as economias participantes do GEM. No entanto, e ainda mais notável, apenas 35% das pessoas que pretendem abrir um negócio afirmaram que essa decisão foi influenciada pela pandemia.

tributos que dão acesso à aposentadoria e outros benefícios previdenciários. Dois dos efeitos medidos da introdução do MEI foram que empresários maiores reduziram a escala para se enquadrarem no programa; e também que algumas empresas, em particular as menores, passaram a usar o programa para trocar uma relação de trabalho assalariado por uma de prestação de serviços (CORSEUIL; NERI; ULYSSEA, 2014; ARAÚJO, 2011).

Paraisópolis é um exemplo notável da atual conformação da periferia paulistana, que combina aumento no acesso a produtos e serviços; melhoria da infraestrutura urbana, mas também a multiplicação de enclaves fortificados; a consolidação do PCC na regulação do crime; a impressionante expansão do pentecostalismo e, finalmente, o apagamento das fronteiras entre formal e informal no mundo do trabalho, abrindo espaço para o empreendedorismo popular, uma bem articulada composição entre ideologia⁵⁵ e transformações na vida material das classes populares; uma estrutura de sentimentos, portanto, que caracteriza a vida sem salário no mundo contemporâneo.

Neste capítulo, destaco um conjunto de experiências de trabalho por conta própria e de empreendedorismo *per se* que acompanhei em diversos bairros da zona sul de São Paulo, e que veem no trabalho autônomo a realização de um ideal de liberdade. São personagens que atingiram certa estabilidade e até vislumbram grandes êxitos, mas que pagam um alto preço por isso: jornadas extenuantes; dificuldades em conciliar com outras atividades, lazer e família; e acúmulo de ocupações. Se apegam, contudo, a um individualismo arraigado na cultura popular, em que senso prático e pés firmemente fincados na terra delimitam suas opções e estabelecem objetivos palpáveis. Como alerta uma interlocutora, tratam-se de “metas possíveis”; de “projetos” e não sonhos, como diz outro. Esse *ethos* do trabalho duro e paulatino define o sucesso, que será alcançado um passo por vez. Evidentemente, quando se atua dentro de margens muito estreitas, a possibilidade de um passo em falso é considerável, lembrando a todo momento como uma parte de seus destinos não se encontra sob seu controle.

Junto das condições concretas de reprodução da vida sem salário, que inclui cada vez mais recursos tecnológicos de autogerenciamento, o mundo popular se refaz e tece novas

⁵⁵ Entendo aqui ideologia no sentido que lhe atribui Terry Eagleton: “[...] é antes uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’ – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas. Mas não deve, portanto, ser igualada a nenhuma forma de partidário discursivo, discurso “interessado” ou viés retórico; antes, o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma da vida social. Para alguns teóricos da noção, a ideologia é um modo de discurso social técnico, secular, racionalista, que rejeitou todos os esforços religiosos ou metafísicos de legitimar uma ordem social, mas esse parecer subestima suas dimensões arcaicas, afetivas e tradicionalistas, que podem entrar em contradição significativa com seu ímpeto mais ‘modernizador’” (EAGLETON, 1997, p. 194).

sociabilidades em condomínios que robustecem vínculos de afeto familiar, e que ganham feição de dependência à medida em que o mundo exterior lhes parece mais ameaçador, um modelo de habitação que Caldeira (2000) chamou de “enclaves fortificados” – até a década de 1980 um padrão característico dos condomínios fechados de elite, mas que se adapta para outros contextos, como as antigas casas autoconstruídas das periferias e suas novas grades e muros, impondo a separação do privado (a casa) em relação ao público (a rua).⁵⁶ A preocupação com os filhos condiciona o que se permite e o que se evita, reforçando na consciência popular uma idealização do passado, quando se brincava na rua e drogas e sexualidade eram restringidas à privacidade de cada um. Assim se busca refúgio justamente no privado e se delineia nesses espaços um modo de vida que reinterpreta hábitos e costumes, em que o espaço privado, a família e o mérito parecem conformar uma identidade da “nova classe média”.

Parafraseando Fredric Jameson (1985), nada disso tem algo a ver com o empreendedorismo em si mesmo, que é antes um reflexo distorcido dos sonhos e sentimentos individuais acerca do trabalho não alienado. O empreendedorismo popular encarna uma utopia de uma vida sem trabalho, dialogando tanto com o malandro da cultura popular quanto com a celebridade contemporânea, personagens que não vendem seu trabalho, mas sim seus estilos de vida. Ele retira do “mundo sem culpa”, na expressão forjada por Candido (1970), o substrato de sua utopia.

Utopia em Paraisópolis

O caminho do ônibus para Paraisópolis, a partir do Centro, é certamente uma das mais notáveis demonstrações de desigualdade possíveis de serem observadas na cidade de São Paulo. Costurando o bairro do Morumbi, o veículo atravessa as inevitáveis mansões e condomínios em estilo neoclássico, o Palácio dos Bandeirantes – a imponente e *kitsch* sede do governo paulista –, hospitais e clínicas de alto padrão. O cenário só é momentaneamente interrompido pelo estádio do São Paulo Futebol Clube, projetado pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas, referência do modernismo paulista, e pelo seu entorno ocupado por vendedores ambulantes a comercializar de bebidas e refeições rápidas a, evidentemente, camisas de futebol, todas devidamente falsificadas. Mais alguns poucos quilômetros e se chega

⁵⁶ Símbolos dessa transformação são os *shoppings centers*, antigo reduto das classes mais ricas que sintetizavam a oferta de serviços agregada a privilégios com a paranoia por proteção e segurança (cf. CALDEIRA, 2000), e as universidades privadas localizadas em grandes entroncamentos urbanos, cujas catracas procuravam vender a sensação de segurança e exclusividade (cf. COSTA, 2015).

a umas das vias que separam o bairro de classe média-alta, desolado pela vida escassa nas suas calçadas estreitas, da avenida Hebe Camargo e da intensa circulação nas ruas e vielas da segunda maior favela da cidade, lar de mais de 150 mil pessoas segundo projeções do Seade População,⁵⁷ e que já foi até tema de novela da Rede Globo no começo do fim do período lulista.

Na avenida que homenageia a falecida apresentadora do SBT, a profusão de pequenos comércios já passa o recado da “vocação” da favela, resultado de um loteamento fracassado dos anos 1920. As construções do est dio do Morumbi e do hospital Albert Einstein no bairro vizinho atrairiam muitos trabalhadores da constru o civil a partir da década de 1950, cuja popula o cresceria ainda mais com a imigra o nordestina nos anos seguintes. Esse crescimento vertiginoso nunca foi acompanhado pela infraestrutura necessária, crescendo na lógica da desordem, como observou Kowarick (1980).

Em Paraisópolis, há bancos e agências de microcrédito e uma ou outra loja de grande porte, equipamentos comunitários geralmente associados a ONGs e organiza es sociais (OS), unidades básicas de saúde (UBS), um Centro Educacional Unificado (CEU) e uma Escola Técnica Estadual (ETEC). O miolo da favela   denso, a estreiteza de suas ruas   frequentemente opressiva, mas impera ali uma sensa o de caos ordenado. O tijolo baiano predomina na paisagem de autoconstru es encadeadas lado a lado, com suas lajes erguidas de maneira a desafiar a engenharia: são três, às vezes quatro andares, muitos com algum comércio no térreo. Circular a p  envolve aten o redobrada, pois poucos metros de calçada ficam livres para os pedestres, o que os obriga a invadir a rua e ser alvo potencial de alguma motocicleta a costurar o trânsito engarrafado. Nas vias principais, a sequência de lojas de roupas, acessórios, eletrônicos, bolos, artigos religiosos, mercadinhos e bares   delirante, e na frente deles centenas de camelôs ocupam parte das ruas, vendendo CDs e DVDs, *pen drives*, cigarros, frutas, camisas de futebol. Sebos improvisados em algum lençol no chão exibem livros de autoajuda, informática, inglês e romances de gosto duvidoso. Diferentemente de outros importantes endereços de comércio no Centro, como a Praça da República ou a rua Santa Ifigênia, aqui não há preocupa o com o rapa.

Exibida em 2015, o folhetim *I love Paraisópolis*   ainda marcante na comunidade: aparece em grafites em muros e no interior de botecos no *estilo* Vila Madalena e ajudou muitos artistas locais a se sobressaírem, como Ant nio Ednaldo da Silva, o Berbela, que assina as esculturas de ferro-velho que aparecem na abertura da novela – seu trabalho   feito com as peças rejeitadas do seu ganha-pão oficial de mecânico de motocicletas. Por sinal, nessa

⁵⁷ Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-msp/>

apresentação inicial houve um esforço por parte da Globo de fazer com que moradores da favela tivessem lugar de destaque: outro filho de Paraisópolis, o músico Victor Kreutz compôs e interpretou o samba-rock que toca na abertura. Já no primeiro verso, o cantor da quebrada referenda a histórica postura da emissora da família Marinho de exaltação de uma identidade essencialmente brasileira e mestiça, bradando que “negro, branco, pardo, colorido; Caucasiano, todos em um grito de não; Ao preconceito, viva a miscigenação; Mistura de raças, somos a cor do Brasil” (cf. HAMBURGER, 1998).⁵⁸

A novela contava uma história simples, a da mocinha batalhadora que se apaixona pelo jovem rico e bem-intencionado, e todas as “complicações” trazidas pelo namoro proibido, como a intransigente recusa do relacionamento pela família esnobe do rapaz, moradora do Morumbi, mas com vista para a favela. O que fez da novela um caso notável não foi a banalidade do roteiro, nem mesmo o cenário de uma comunidade precária – que aliás, foi reproduzido nos estúdios da emissora no Rio de Janeiro. Tratava-se de exaltar a ascensão da “nova classe média” ali localizada e seu suposto caráter empreendedor, ansiosa pelas oportunidades que o crescimento econômico dos anos anteriores havia trazido (cf. MENDES, 2017). Assim, a jovem Marizete e sua irmã de criação já no primeiro episódio aparecem chegando a Nova York à procura de trabalho depois de vários percalços típicos da vida sem salário nas periferias, reproduzindo um lugar-comum da mobilidade social brasileira. Entre *merchandisings* descarados, a narração em *off* da protagonista conta em *flashback* que “se a gente chegou até aqui, construiu uma cidade dentro da cidade, é porque a gente merece uma chance”, enquanto uma ensolarada tomada aérea de Paraisópolis preenche a tela. Na sequência, percorrendo com as mãos bugigangas de uma vendedora ambulante em plena Times Square, é surpreendida por uma espécie de rapa nova-iorquino que causa um rebuliço típico das grandes cidades brasileiras, no que as amigas acabam perdendo a bolsa com dinheiro e passaportes. A cena imediatamente nos aproxima da realidade daqui e da *brasilianização* do mundo, como sugeriu Ulrich Beck (2014) – em São Paulo ou Nova York, temos todos os “mesmos” problemas, assim como as soluções. No começo, a mocinha com bom currículo (segundo um recrutador que a entrevista, sem dar mais detalhes), porém endividada e desempregada, aceita o trabalho de faxineira em um edifício empresarial, comemorando com humildade a “carteira assinada”. No enredo de idas e vindas, os “aprendizados” a levam, contudo, a terminar a novela como dona de um restaurante em Paraisópolis, erguido com a ajuda financeira do agora marido, em uma grande exaltação da conciliação das classes.

⁵⁸ A novela foi um dos maiores sucessos televisivos da década, com uma média de 24 pontos no Ibope, o que equivale a mais de 1,6 milhão de domicílios apenas na Grande São Paulo (cf. BOTTO, 2015).

A despeito de todos os símbolos expostos acima, inclusive o machismo desse renovado conto de fadas (vez ou outra mesclado com cenas em que a protagonista, praticante de *krav maga*, escapa de assédios pela autodefesa), Paraisópolis conta com inúmeras trajetórias que em alguma medida compartilham do sonho de Marizete. Novos empreendimentos na favela deixaram de ter a feição da viração tradicional e ganharam adornos mais requintados, como a oficina de Berbela, que agora conta com um restaurante ao lado decorado com seus trabalhos, ou o boteco Paraíso Chic, um amplo salão na sobreloja, cuidadosamente decorado onde desfilavam garçons de gravata-borboleta oferecendo o cardápio de cerveja artesanal. Lá me abriguei em uma tarde de chuva torrencial e observei a classe ascendente local tomando boa parte do recinto. A vista oferecida é para a favela, o que não deixa de causar certo estranhamento: uma ilha descolada em meio a um mar de precariedade. Mas essa sensação era provavelmente só minha, que algumas horas depois teria alguma dificuldade para deixar Paraisópolis, como narrei na Introdução.

O principal conflito contado em *I love Paraisópolis* diz respeito exatamente à mudança de foco em relação à comunidade por parte dos setores dominantes da sociedade. Enquanto o jovem arquiteto idealista quer tocar um projeto de urbanização da favela, um grupo de incorporadores que inclui o padrasto do rapaz quer colocá-la abaixo, expulsando seus moradores e gentrificando a área. Sua vilania é punida, e a estética popular sai triunfante com o restaurante da heroína erguido em plena favela. Mas com um detalhe importante: não se trata de um comércio típico da favela com sua precariedade característica, mas uma versão *gourmet*, evidentemente sem nenhuma interferência ou necessidade do Estado.

O presidente da influente União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis (UMCP) é Gilson Rodrigues, conhecido lá como “prefeito” devido a sua intensa atividade dentro e fora da comunidade. Ele encabeça o G10 Favelas, iniciativa que resultou do primeiro *Slum Summit* (Cúpula das Favelas), realizado em 2019 e que reuniu representantes das dez maiores favelas do país.⁵⁹ Hoje, o G10 possui seu próprio banco baseado no modelo de Yunus, o G10 Bank, do qual Gilson é o CEO. O banco oferece crédito de mil a 15 mil reais para pequenos empreendedores, cobrando taxa de juros de 0,99% ao mês (cf. CESAR, 2021). Na edição de 2021 do *Slum Summit*, Rodrigues comandou em Paraisópolis o evento de oferta

⁵⁹ O G10 Favelas se define como “um bloco de Líderes e Empreendedores de Impacto Social das Favelas que, assim como os países ricos (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) do G-7, uniu forças em prol do desenvolvimento econômico e protagonismo das Comunidades, visando o desenvolvimento econômico e social dessas áreas urbanas”. O grupo é formado pelas favelas Rocinha (RJ), Rio das Pedras (RJ), Heliópolis (SP), Paraisópolis (SP), Cidade de Deus (AM), Baixadas da Condor (PA), Baixadas da Estrada Nova Jurunas (PA), Casa Amarela (PE), Coroadinho (MA) e Sol Nascente (DF). Disponível em: <http://www.g10favelas.org/>.

pública inicial (IPO) para a criação do primeiro “unicórnio” de uma favela brasileira, a *startup* de logística Favela Brasil Xpress, que se especializou em garantir que as compras feitas pela internet por moradores da região cheguem ao destino final.⁶⁰ Ele também integra a banca julgadora do *Comunidades a 1000*, um reality show de impacto social criado pela empresária da moda Cris Arcangeli, cuja primeira temporada avaliou cinco negócios idealizados e conduzidos por mulheres de Paraisópolis, selecionados por Rodrigues. Todas as participantes receberam uma mentoria, uma espécie de orientação empresarial oferecida por consultorias, para acelerar seu negócio, mas a vencedora ainda levou um prêmio em dinheiro, além de ser acompanhada presencialmente, e não online como as demais.

Antes do *Comunidades a 1000*, Arcangeli foi jurada de outro reality show para aspirantes a empreendedores, o *Shark Tank Brasil*, exibido no canal de TV por assinatura Sony Channel desde 2016 e reprisado na TV Bandeirantes. Sua origem é a franquia japonesa *Dragon's Den*, com versões em vários países do mundo, a mais famosa delas nos Estados Unidos. O programa consiste no seguinte: cinco empresários e investidores reconhecidos no país formam uma banca de avaliação, em que são apresentados aos negócios idealizados por aspirantes de origens e situações sociais variadas. Chamados de “tubarões”, a banca decide com base no modelo de *pitch* se a proposta é economicamente viável e fazem propostas de negócio se veem potencial, geralmente uma participação societária. O candidato pode fazer contrapropostas, o que aumenta a sensação de tensão e expectativa de quem acompanha. A maioria, evidentemente, sai de mãos abanando, não sem ganhar pelo menos um conselho da banca, cujo elenco fixo inclui, por exemplo, o “midas das franquias” José Carlos Semenzato, da holding SMZTO (dono da rede de depilação Espaçolaser, do Instituto Embelleze, além de restaurantes, escolas de informática etc.), e investidores convidados como Luiza Trajano, fundadora do Magazine Luiza. O despreparo do candidato é frequentemente punido com certo sadismo disfarçado de rigor, afinal a humilhação é um dos ingredientes do sucesso de qualquer reality show.

Aqui se percebe também um sinal da mudança detectada por López-Ruiz (2004), em que o *self-made man* schumpeteriano foi sendo substituído no imaginário popular, primeiro

⁶⁰ É interessante também notar a cobertura da imprensa local, que descreveu assim o evento: “Foi sob a batida do funk Baile de favela que a empresa de logística Favela Brasil Xpress tocou o sino para celebrar sua entrada no mercado financeiro. Convidados ilustres como a empresária Luiza Helena Trajano e o apresentador Luciano Huck dividiram o palco patrocinado pela Gerdaui com o prefeito Ricardo Nunes (MDB) na última sexta-feira, durante a realização do *Slum Summit 2021*, em Paraisópolis, na zona Sul de São Paulo. No evento, digno da comemoração de uma oferta pública de ações (IPO no jargão financeiro), a cantora Sarah Roston animou os participantes antes do hino nacional e da oração Pai Nosso, puxada pelo pastor do funk Igor Alexander, que ecoou pelo salão, apesar das máscaras obrigatórias para proteger o público contra a covid-19. Começava ali a Bolsa das Favelas” (ROSSI; OLIVEIRA, 2021).

pelo *manager* e agora por figuras midiáticas que se apresentam mais como *entertainers* do que propriamente como empresários, cujo modelo de inspiração continua sendo o falecido CEO da Apple, Steve Jobs. Constatação notável sobretudo diante de algumas evidências da última década: uma pesquisa de 2012 revelava que entre jovens de 17 a 26 anos, Eike Batista, presidente do grupo EBX, era o líder mais admirado do Brasil, à frente de Lula, Dilma Rousseff e Roberto Justus. Para 61% deles, a escolha foi influenciada pelo “empreendedorismo e capacidade de inovar do empresário”.⁶¹ Outra pesquisa, dessa vez realizada pela Fundação Perseu Abramo (2017), identificou que entre moradores da periferia paulistana que haviam votado no PT entre 2000 e 2012, mas que optaram por não reeleger Dilma para a presidência em 2014 nem Fernando Haddad para a prefeitura da capital em 2016 (entre eles 30% de beneficiários ou ex-beneficiários de programas sociais), as figuras públicas de sucesso mais lembradas eram Lula, Silvio Santos e Dória, “pessoas que vieram de baixo e cresceram por mérito próprio”. Semenzato, por exemplo, foi vendedor de coxinhas na cidade de Lins, no interior de São Paulo. Isto é, a figura do *self made man* ainda se encontra vivo na cultura popular, porém acrescido do moderno narcisismo midiático e celebrativo.⁶²

No *Shark Tank Brasil*, quando o aspirante a empreendedor já tem um negócio razoavelmente estabelecido e está procurando expandi-lo, contudo, o risco da humilhação pode compensar mesmo quando o *pitch* não vinga. Na temporada de 2020, o reality show focou em negócios de impacto social, especialmente de inspiração antirracistas, periféricos e de gênero, quando se arriscaram Robson e Tássio,⁶³ sócios de uma hamburgueria em Paraisópolis com apenas um ano de funcionamento, o suficiente para chamar a atenção da produção do programa. Animados, mas com dificuldade de disfarçar o nervosismo, os dois apresentaram rapidamente os hambúrgueres e sua proposta de expansão, inicialmente para mais duas unidades, para a qual pediam um investimento de 250 mil reais em troca de 20% da empresa. Falaram da “reeducação” alimentar que estavam promovendo na favela e do “diferencial” que era seu *blend* de carnes, algo inédito na favela segundo eles. Além disso, prometiam que seria uma

⁶¹ Segundo a 11ª Edição da Pesquisa Empresa dos Sonhos dos Jovens, realizada pela consultoria Cia de Talentos. Batista seria preso em 2017 em um desdobramento da Operação Lava Jato pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Roberto Justus foi apresentador do reality show O Aprendiz entre 2004 e 2009, exibido pela Rede Record. No ano seguinte, ele foi substituído por João Dória Jr.

⁶² Um aspecto importante desse novo perfil de empresário é a presença deles nas redes sociais. Semenzato é muito ativo no Instagram e compartilha de dicas de empreendedorismo a encontros com celebridades. Em novembro de 2021 ele tinha por volta de 355 mil seguidores, mas a campeã entre os “tubarões” era Camila Farani, fundadora da boutique de investimento G2 Capital, com 971 mil seguidores.

⁶³ Os nomes dos interlocutores foram alterados para resguardar sua intimidade. No caso das transcrições das entrevistas, elas foram minimamente editadas quando ajudavam a melhorar a compreensão, sobretudo quanto ao uso excessivo de gírias e expressões que na forma escrita travam a leitura. Contudo, fiz o possível para manter o “espírito” do que estava sendo dito e as características próprias de cada um.

“ferramenta de inclusão social”, usando as novas cozinhas para formar os chapeiros de seus próprios restaurantes. A edição do programa, com sua trilha sonora de suspense e as expressões desconfiadas dos membros da banca acentuam o tom dramático, cujo desfecho costuma ser a temida resposta “por esse motivo, eu tô fora!”, precedida de alguma justificativa qualquer dos investidores e uma cara de lamento ou decepção. Foi exatamente isso o que aconteceu com os dois empreendedores da quebrada, que não convenceram os cinco jurados: a desculpa mais ouvida por eles foi que seu negócio não era “escalável”, ou seja, não era capaz de crescer rapidamente, um argumento *ad hoc* que se fosse sempre levado a cabo, não deixaria esperança para quase nenhum candidato.⁶⁴

O esforço das centenas de participantes que já passaram pelo programa é se adaptar às expectativas dos “tubarões”. Isso faz com que abundem termos como escalável, diferencial competitivo e anglicismos injustificáveis como *appetite appeal* e *valuation*, independentemente do tamanho que esses negócios já tenham, da origem social dos candidatos, do seu potencial “disruptivo” ou do traquejo deles para o mundo corporativo. Isso é, de certa forma, reconhecido com palavras de incentivo, mas a busca deles é mesmo pela promoção que o *Shark Tank* oferece: além do programa televisivo, trechos dos *pitches* são reproduzidos posteriormente – editados – nas plataformas online do programa, e os próprios candidatos os disponibilizam nas suas redes sociais. No caso da hamburgueria, um ano depois o vídeo da apresentação deles no Youtube contava com cerca de 500 mil visualizações, uma delas a minha, que me fez chegar aos dois empreendedores e seu novo sócio.

Classe média na quebrada

Não muito evidente na paisagem, em uma rua lateral na parte de baixo da favela, se posiciona o restaurante dos dois amigos, um salão modesto, mas bem arrumado com sua decoração de apelo urbano: paredes pintadas de preto com mensagens simpáticas escritas à mão (“*I love bacon*”, “*burger is life*”, “sonhe alto”, “viva a vida, seja intenso”, entre outras) e bancos

⁶⁴ Silvia Vianna (2011) destaca esse aspecto aleatório dos reality shows contemporâneos em relação aos tradicionais programas de calouros da era hegemônica da TV aberta, em que alguma noção de justiça se fazia presente nas debochadas “análises” de acertos e erros por parte dos jurados. Nos reality shows, por sua vez, tratam-se de avaliações “subjetivas”. “O problema agora é o absurdo completo da mensuração de *carismas*. Por isso, mais que vazia, a revelação dos *reality shows* é cínica: os programas abrem mão da falsa objetividade sem deixar de lado a mensuração. O espetáculo da realidade se estrutura como uma seleção desprovida de critérios, uma meritocracia sem mérito, uma punição sem aparência de justiça (VIANNA, 2011, p. 81, grifo meu). Na tese de Vianna, a questão se põe sobre os “critérios” do próprio mercado de trabalho, cada vez menos objetivos e que, como veremos adiante, são consentidos pelos próprios dominados, que abrem mão do mensurável, isto é, o saber prático em um primeiro momento, e as credenciais (especialmente o diploma), na sequência.

de couro sintético vermelho. Mas o destaque ficava para o grafite em uma das paredes laterais, com o personagem Coringa segurando um cardápio e uma paisagem nova-iorquina estilizada ao fundo. Comer ali é uma experiência inusitada, já que o entorno em nada se parece com o interior do salão, a não ser pela onipresente televisão pendurada, onde Robson se distrai com um jogo de futebol enquanto a conversa segue. Com uma cerveja Heineken na mão, me sentei para aguardar a chegada de todos em um fim de tarde de verão em Paraisópolis.

A caracterização de Paraisópolis como centro irradiador do empreendedorismo popular contou com dois estímulos que não existiriam um sem o outro, assentados na tradicional viração local. Primeiro, o aumento da renda e o acesso ao microcrédito dos anos petistas no governo federal (2003-2016); segundo, a abordagem da indústria cultural em relação às comunidades carentes, em processo de renovação com o advento da chamada “nova classe média”. No auge do período, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua) assinalava taxa de desemprego de 6,2% no 4º trimestre de 2013, menor patamar da série da pesquisa. Retratadas não mais apenas pelo viés da violência, mas também na exaltação de sua criatividade e perseverança, a comunidade viveu entre a euforia e a decepção com a interrupção do crescimento econômico a partir de 2015. Mas a semente do empreendedorismo já havia sido plantada.

Tássio e Robson já me eram familiares por conta de sua participação no *Shark Tank*. Com as mesmas camisetas pretas que apareceram no reality show, eles me receberam com muita gentileza, mas o contato inicial tinha sido com Ivan, o rapaz que administra as redes sociais da hamburgueria. Os três moram desde crianças em Paraisópolis, mas Ivan entrou no negócio depois da repercussão do programa, investindo na ampliação e ficando responsável pela parte administrativa, já que é formado em Administração pela PUC-SP. Os dois fundadores têm várias coisas em comum além da afinidade com a cozinha. Tássio tem 33 anos, nasceu em Alagoas e mora desde 2001 na comunidade. Ele veio com os pais quando tinha por volta de seis anos e se instalaram em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Robson também tem 33 anos e migrou ainda criança, no seu caso do Piauí direto para Paraisópolis, de onde nunca saiu. Ele se lembra bem de quando chegou à comunidade aos cinco anos com os irmãos, “na maior garoa, num ônibus sucateado”, morando de favor até que sua mãe, depois de seis meses trabalhando como diarista, conseguiu comprar o barraco onde viveram até conseguirem construir a casa onde estão até hoje. “Então, [a casa] começou de madeira mesmo, meus pais trabalhando, construindo aos poucos, construía um cômodo a gente ia pra esse cômodo, construía outro a gente ia pra outro cômodo”. Tássio se lembra especialmente dos três dias de viagem e do espanto com o Terminal Rodoviário do Tietê.

A iniciativa de abrir o restaurante, vista em retrospectiva, parecia predestinada na fala desses dois empreendedores. Ambos começaram no ramo alimentício mais ou menos com a mesma idade, por volta dos 17 anos. Saindo do ensino médio e sem perspectivas, Robson conseguiu um “bico de cumim”, que é um auxiliar e aprendiz de garçom, e foi subindo de cargo e trocando de restaurante, até que se sentiu à vontade para começar o próprio negócio. Tássio teria trajetória idêntica, se antes de seu primeiro emprego registrado não tivesse trabalhado desde os 10 anos como pedreiro, vendendo fruta na feira ou na frente da estação Carapicuíba da CPTM. “Agora, emprego assim mesmo com uniforme e tudo foi no McDonald’s”, conta ele.

Eu trabalhava na área de restaurante, o Tássio também trabalhava, mas em paralelo eu tinha meu sonho de ter meu próprio negócio e tinha um projeto de montar uma hamburgueria, mas com *container*, esse negócio mais... aí já tava meio que saturado do trabalho e falei pro Tássio da proposta e tal. Saí do meu emprego, ele saiu do dele, a gente resolveu arriscar e fazer esse projeto. Aí a gente montou a [hamburgueria]. Não foi tão fácil que a gente parou tudo assim, ficou sem trabalhar e fazendo testes, testes, testes, molhos, molhos. Tudo a gente criou do zero. Nada é copiado, tudo a gente criou do zero mesmo, tudo experiência minha, experiência dele, juntamos as duas experiências e montamos nosso cardápio, sabe? Todos esses anos de restaurante a gente acabou juntando tudo em um cardápio e a gente conseguiu formar a [hamburgueria] com a nossa cara, com a nossa identidade. Foi bem assim, chamei o Tássio, Tássio falou: “não, bora!”. Já saiu do emprego no outro dia.

(Robson, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

Nem pensei. Ele perguntou, eu falei: oxe! Eu queria a mesma coisa que ele, eu sempre estive dentro de um restaurante e era a única coisa que eu sabia fazer e depois de alguns anos trabalhando, era aquela vontade, se eu fosse trabalhar pra outras pessoas, também eu posso ter o meu próprio negócio. Eu já conheço muita coisa, eu posso usar isso a meu favor, já criei cardápios, já fui vender espetinho na rua, já quase tive uma pizzaria, então sempre trabalhei pra isso e quando surgiu a oportunidade, quando surgiu a proposta do Robson, eu falei “vumbora”. Não tem nem o que pensar, eu fui na hora.

(Tássio, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

Eles falam com grande empolgação da quebrada em que vivem, animados pelo que veem como uma grande transformação econômica do local e que parece progredir, como na opinião de muitos interlocutores dali, continuamente - a despeito das crises e até da pandemia. Pudera, já que a demanda cresceu vertiginosamente com o comércio mais limitado – no começo eles só funcionavam no *delivery*, aceitando pedidos por WhatsApp e com eles mesmos fazendo as entregas (os aplicativos operam precariamente na favela). Naquele momento, eles se preparavam para inaugurar uma nova loja, maior e fincada no burburinho da comunidade, nas proximidades da rua Ernest Renan, enquanto a antiga ficaria apenas para os pedidos para entrega.⁶⁵ Em uma das ocasiões em que estive lá, os três tinham a visita da arquiteta responsável

⁶⁵ O plano acabou vingando, e a hamburgueria fazia sucesso um ano depois com shows de *standup comedy*.

na agenda, que chegou e logo abriu seus projetos ocupando toda uma das mesas.

Como é morar em Paraisópolis?

Cara, é bem tranquilo morar em Paraisópolis, já tô habituado aqui, eu praticamente cresci aqui, todos os meus amigos estão aqui, então, se um dia a gente tiver que sair daqui a gente vai acabar voltando pra cá sempre. Toda nossa família aqui, nossos amigos aqui, a gente constituiu uma família toda aqui, super tranquilo morar aqui.

Desde que vocês vivem aqui, como vocês viram o bairro mudar nesses anos todos?

Nossa, mudou demais nos últimos anos. Há 10, 20 anos atrás você não via nada do que tem hoje em dia aqui, mudou bastante, bastante coisa mesmo e Paraisópolis se tornou um lugar de negócios muito bom. Pra quem sabe olhar como um negócio, pode ser um investimento muito bom. Alguns moradores tiveram essa sagacidade no início e estão perpetuando até hoje os seus comércios, e a gente tá falando de mais de cem mil pessoas, então é uma vasta amplitude de negócios só em Paraisópolis. É muita gente aglomerada, então tem muita oportunidade de negócios. É como Tássio falou, hoje em dia tem tudo aqui a qualquer hora do dia que você imaginar, tem em Paraisópolis. Então, não precisa sair daqui. Tá tudo aqui muito fácil.

(Robson, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

Uma coisa que poderia ter acontecido se o Paraisópolis não tivesse esse crescimento era que hoje não teríamos esse número de pessoas. Nós não temos mais espaço pra construir, então hoje o Paraisópolis está se erguendo pra cima. Se não fosse tanta gente morar aqui não teria isso, seria do mesmo jeito que era antes, mais ou menos plano, cada um com sua casinha, sua lajezinha. Hoje não, hoje é casa com cinco, seis andares aqui dentro e tem pessoas ainda que estão vindo pra cá, é uma comunidade muito boa de morar.

(Tássio, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

A que vocês atribuem essa mudança?

Cara, eu acho que se atribui a todo o cenário da economia do país. Acho que se atribui desde que a classe média baixa não tinha poder aquisitivo nenhum. Hoje em dia já tem um pouco mais, a galera já não quer sair daqui, eles querem construir suas casas e suas vidas aqui. Então, constrói tudo aqui, investe todos os seus sonhos por aqui mesmo e não querem sair, sabe? Que nem eu falei lá no programa, tem um público aqui que de cem mil pessoas, mais de 60% já é classe média, já é considerado classe média alta, é um público que se preenche todo dia na [hamburgueria] a gente não consegue atender. Então, é uma demanda muito alta, se você souber trabalhar esse público.

(Robson, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

O tema da nova classe média veio à tona com a pesquisa coordenada por Marcelo Côrtes Neri (2010). Em 2012, o segmento denominado por ele de “classe C” atingia 44,19% da população, um crescimento de 17,03% em seis anos. Para o economista, que foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no governo Dilma Rousseff, o recorte “aufere em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico”. A substância fundamental para o crescimento desse segmento foi a recuperação do mercado de trabalho, e a expansão do consumo no período seria, ainda, resultado do incremento de certas modalidades de crédito pessoal. Também Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (2010) expressaram confiança na ambição desse segmento disposto a ascender socialmente.

Tal ponto de vista seria adotado tanto pelo governo federal sob Dilma quanto pela mídia, como vimos no caso da telenovela e do reality show. Entre aqueles que se colocaram contrários à tese, André Singer (2012), Braga (2012), Pochmann (2012) e Souza (2010), ainda que com diferenças teóricas e metodológicas importantes, viram o que seria, na verdade, a mobilidade de setores internos à classe trabalhadora. Os analistas acima observaram à época que categorizá-los como classe média seria parte de uma ideologia cujo fundamento é o esboroamento de trabalhadores precários e individualizados, impedidos de constituir uma consciência de classe. De fato, as fronteiras diluídas entre ocupações formais e informais já indicavam que novas configurações identitárias seriam facilmente absorvidas nesse contexto de difusão do empreendedorismo como uma face desejável da viração, e casos exitosos como o da hamburgueria reforçam sua legitimidade.

Acho que uma coisa que acontece aqui no Paraisópolis que dificilmente acontece em outros lugares é que tem muito empreendedor, então já tem a sua renda pelo seu empreendimento e conforme vão surgindo mais empreendimentos, gera muito mais emprego pras pessoas daqui de dentro. Então, você não precisa ir fora pra procurar alguém pra trabalhar, já tem a mão de obra toda aqui. Então, tendo isso, muita gente daqui já tá empregado, porque com o crescimento daqui aumentou o número de empregos também e a galera consegue se manter melhor.
(Tássio, 33 anos, Paraisópolis, comerciante)

Distante dali em outra quebrada da zona sul, Vitor estacionou uma Kombi atochada de hambúrgueres e cervejas artesanais em uma praça fria do Grajaú, onde acontecia uma feira de empreendedorismo social em meados de 2019. Há quatro anos esse roqueiro de 30 toca o *food truck* que originalmente servia como um brechó de discos de vinil; mas ele também tem um ponto fixo em Parelheiros, onde viveu a vida toda e lá ajudava o pai, que trabalhava em uma padaria. Vitor brinca que se achava “meio vagabundo”, porque na padaria “só comia, então não conta”. Acabou que só teve emprego formal aos 18 anos.

A hamburgueria não foi sua primeira tentativa de ter um negócio próprio. Antes ele labutou por um ano e meio com uma pizzaria que não segurou as contas, e por volta de 2012 acabou conhecendo o ascendente ramo de comida de rua, moda em São Paulo no começo da década. Foi cozinheiro do *food truck* de um amigo e da lanchonete do chef Henrique Fogaça, um dos jurados do reality show *Masterchef* e conhecido seu da época dos circuitos de punk rock.

Vitor também já teve uma banda, mas hoje se dedica a testar receitas e contornar perrengues com credores, mantendo o som ligado praticamente o tempo todo. Sua hamburgueria ainda não tinha tido o mesmo sucesso do empreendimento de seus colegas de

Paraisópolis, mas ele parecia satisfeito com a carga pesada de trabalho, já que o padrão de consumo ali havia aumentado nos últimos anos e eles tinham o único hambúrguer artesanal do bairro. Com seu irmão, que trabalha como assistente financeiro em um hospital infantil no Centro, eles ainda circulam pela cidade em eventos como o do Grajaú. Mas eles olham para a periferia com grande apego, e acreditam que seus moradores não devem ter que sair de lá para conseguir uma comida de qualidade, dezenas de quilômetros ao norte.

A ideia [...] agora é trazer coisas que a gente só encontrava em lugares mais elitizados como Vila Madalena, Pinheiros, que é cerveja artesanal, hambúrguer e tudo mais pra periferia, pra que a gente não precise se deslocar duas horas até o Centro pra voltar, sabe? E sempre com o preço acessível porque a gente mora na periferia e a gente sempre tem que trazer uma coisa diferente pra periferia pra dar acesso pra todo mundo.

E como foi trazer essa parada da zona oeste pra periferia?

Pra começar difícil, porque normalmente, não sei por que, a questão geográfica conta muito, os caras pagam um aluguel muito mais caro, vendem a cerveja muito mais caro, sabe uma coisa vai puxando a outra? A gente conseguiu trazer cervejas artesanais, inclusive a nossa que a gente fabrica com um preço menor porque a gente mora em um lugar mais afastado, aluguel menor, tudo mais, uma coisa puxando a outra. Então, nesse intuito a gente consegue vender a mesma coisa que eles vendem lá no Centro aqui na periferia com valor menor, aquela coisa de valores caindo, caindo, sai do Centro vai baixando e é nessa que a gente tá. A gente consegue vender uma coisa de qualidade boa, alta por um preço justo.

(Vitor, 30 anos, Parelheiros, comerciante)

É notável que o aumento da formalização, do acesso ao consumo e ao microcrédito e a criação do MEI alteraram significativamente a maneira como as classes populares de São Paulo se relacionam com os bens materiais, muitos dos quais passaram a fazer parte do dia a dia na aurora da “inclusão pelo consumo” dos anos petistas, analisada por exemplo por Leonardo Fontes (2018) e Thais Pavez (2015). Vitor, Tássio e Robson também não passaram pela universidade, um tradicional símbolo de distinção social no Brasil. O conhecimento que empregam na hamburgueria foi absorvido todo na prática, que por sua vez eles adquiriram trabalhando em restaurantes *gourmet* da zona oeste. Como demonstrou Appadurai (1996) e Martelli (2010), a circulação pela cidade de características globais, que expõe brutalmente suas desigualdades, cria condições novas de socialização, mas também de comparação. Assim, na hamburgueria é possível ter algo próximo a uma “experiência de classe média”, ajustada às condições sociais da favela. Tássio e Robson reforçam frequentemente que Paraisópolis pode prover tudo o que essa classe média necessita, e essa consideração é, à primeira vista, atenta apenas ao padrão de vida.

Mas é no modo de vida que eles realmente estão interessados, com sua ambição de “reeducação” os gostos da comunidade. Eles estão bastante cientes de que vivemos em uma

“ditadura da comparação”, na expressão de Ivan Krastev (2017), com as tecnologias da informação reduzindo simbolicamente as fronteiras nacionais e de classe, e viram nisso uma oportunidade que tem se mostrado certa. “A gente falou ‘cara, a gente não vai ter concorrência se a gente fizer um produto diferente’, então nosso concorrente era a gente mesmo”, comentou Robson. Ao se voltarem para a comunidade, eles conseguem driblar o maior obstáculo enfrentando por esses sujeitos que podem ter capital econômico, mas estão vulneráveis quando encaram o *habitus*⁶⁶ da cidade global, reforçando contraditoriamente a lógica endógena que sempre vigorou nas comunidades periféricas; na rua, o barulho incessante das motocicletas ensurdece, e quando a noite cai sobre Paraisópolis, a experiência de classe média é invadida pelo pagode da rua, e os próprios donos sentam na calçada com suas cervejas para uma partida de truco, enquanto a nova funcionária prepara os hambúrgueres e o motoboy faz as entregas nos limites da favela.

Contudo, é na ambição de crescer que se encontram também as contradições. Por mais que a experiência de Tássio e Robson no ramo da alimentação é que tenha efetivamente colocado o restaurante de pé, e que por seu brio os levou até o reality show, o salto para a frente parece se apoiar demasiadamente numa *expertise* que é, no fim das contas, teórica. Ivan, o parceiro tardio do empreendimento, chegou algum tempo depois de começada a entrevista, e a partir dali protagonizou a conversa. Boa-praça e dominando a linguagem da Administração, pareceu intimidar os outros dois, que passaram a economizar nas apreciações saturadas de conhecimento prático que abundavam até então e passaram a fazer observações pontuais às falas do jovem administrador. Eloquente, Ivan emite opiniões bem informadas sobre a periferia, a economia e a política, propõe um roteiro organizado de defesa dos direitos humanos, sem esquecer de se posicionar em relação ao racismo, as desigualdades de gênero e ao preconceitos que vê contra a comunidade. Enquanto a ênfase de Tássio e Robson se voltava para o empreendedorismo e para os potenciais da periferia, Ivan parecia menos interessado nisso.

Acompanhei todo o projeto deles desde o início, a gente até achou um vídeo do dia que a gente foi lá a primeira vez fazer hambúrguer, fazer o primeiro teste na frigideira,

⁶⁶ O conceito de classe em Bourdieu (2009) integra o componente simbólico (*status*) ao componente econômico (capital). Quanto mais um indivíduo possuir ambos os capitais, mais bem posicionado socialmente ele estará. Em conexão com esta ideia, Bourdieu defende a conexão entre a posição social e a estrutura mental dos atores sociais, por meio da noção de *habitus*. E as classes sociais, reconhecendo sua posição dentro do contexto social, o representam simbolicamente e entram em conflito. Esta é uma proposição chave da teoria sociológica de Bourdieu: as classes estão sempre em conflito, principalmente no plano simbólico. Com efeito, o *habitus* constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras, tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem a seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põem à prova sua eficácia.

pão queimado, com tudo que tem direito e, enfim. Eu sou formado em Administração pela PUC, formei em 2016, hoje eu sou desenvolvedor e tinha essa oportunidade de tornar mais forte a parceria. A gente sempre foi muito amigo, de sempre, assim, então era só uma oportunidade. E eu sempre falo que, cara, não adianta eu fazer sucesso sozinho, eu quero que todo mundo que esteja do meu lado cresça junto e foi uma puta oportunidade que tinha... meu, os moleques têm, sempre falei, do produto, da marca, de tudo, só que, enfim, hoje eles estão muito focados no produto em si e não têm esse tempo e até mesmo a bagagem que eu tive. Trabalhei em banco cinco anos, então, vi muito disso até de clientes mesmo, de pesquisas, de várias coisas, oportunidades que a gente tem de como transformar hamburgueria... maior, numa empresa mesmo, estruturar ela desde a base de dados, de tudo, que é uma das coisas que eu trabalho muito, e aí, enfim, apareceu a oportunidade e eu falei: e aí, vamo? Eles super toparam a ideia e estamos aí, firme e forte.

(Ivan, 30 anos, Paraisópolis, comerciante e administrador)

Ivan é nascido em São Paulo, filho de pai pernambucano e mãe alagoana, e tinha 30 anos à época da entrevista. Além da sociedade na hamburgueria, trabalhava como prestador de serviços para a Via Varejo, empresa que controla as redes Casas Bahia e Ponto, como analista de dados; “[para] a gente ter essa visão de dados mesmo, porque com isso a gente consegue alavancar muita coisa assim, trazer muito *insights* de negócio”, conta. Ele também morou a vida toda em Paraisópolis, mas tem menos apego à comunidade: diz que o que conseguiu foi “apesar de ser daqui” e admite que tem vontade de sair, “melhorar de vida mesmo, ter um conforto maior”. Sua experiência do outro lado da ponte, por sinal, é bastante diferente da de seus colegas, que apenas trabalharam lá em ocupações que inicialmente exigiam pouca qualificação. Já Ivan passou pela tradicional universidade instalada no bairro de classe média-alta de Perdizes e exerceu atividades de perfil não-manual. É notável como os três exprimem, reunidos no mesmo salão e com o mesmo entorno que reconhecem tão bem, a conhecida separação entre concepção e execução presente na obra de Braverman (1980), em que suas posições no “processo produtivo” estabelecem hierarquias arbitrárias. Ivan fala com orgulho da formação universitária possibilitada pelo Prouni e, diferentemente dos jovens que acompanhei em minha pesquisa de mestrado, conta ter tido uma experiência proveitosa na PUC. Lá fez muitos amigos, o que ele atribui ao fato de ter estudado no período matutino, quando os jovens geralmente não precisam conciliar estudo com trabalho. De certa forma, Ivan derrapa ao pregar que se todos tivessem essa “oportunidade” prosperariam como ele, o que certamente não foi o caso de Tássio. Por sinal, os dois foram beneficiários do mesmo programa de bolsas de estudo no Colégio Porto Seguro.

É, Prouni, fui prounista. Eu também estudei no Porto Seguro, também como bolsista lá. Só mostra que às vezes quando a gente tem algumas oportunidades, não é preguiça, não é nada do tipo, é falta de oportunidade, tem casos e casos aqui dentro, mas se mais pessoas tivessem as oportunidades que eu tive, eu tenho certeza que muito mais pessoas estariam prosperando como eu. Enfim, tenho prosperado, tenho buscado,

tenho alcançado minhas coisas e muitas outras pessoas também. No caso deles [Tássio e Robson], eles que fizeram a oportunidade deles, fizeram esse produto com todo amor e carinho, então, aqui é que nem eu falo, eu sou investidor, aqui pra mim é um complemento, mas aqui é a vida deles, então, eu tomo muito cuidado, tenho muito carinho por isso porque, assim, eu não vejo aqui como um a mais pra mim, eu vejo aqui como uma parte da minha família que depende disso aqui pra sobreviver, entendeu? Hoje eu não dependo disso, mas a minha ideia é que eu dependa disso também, que a minha fonte de renda seja essa, hoje é complementar, mas que no futuro seja essa e enfim, que a gente possa incentivar também outras pessoas, outros empreendedores tanto daqui quanto de fora, que às vezes têm medo de se arriscar e não tem outra oportunidade [...] só que falta o incentivo e aí depois acaba sendo mais atrativo você ganhando dinheiro *aqui*, você ganhando dinheiro *ali*, e aí você não consegue julgar essas pessoas, não é que escolheu o caminho mais fácil, escolheu o único caminho que ele tinha. Eu tive essa oportunidade, mas a gente sabe que é esmagadora, a maioria das pessoas aqui infelizmente aqui não tem.

Como foi sua experiência universitária?

Cara, foi muito boa, eu fiz amigos que eu tenho até hoje, mas é gritante a diferença, né? Você sente a diferença, então, você começa pelo tom de pele, eu era o único moreno que tinha na minha sala no primeiro e segundo semestre. Eu fiz PUC de manhã ainda, então, já é selecionar, mas assim, felizmente nunca sofri nenhum tipo de preconceito, vamos dizer um preconceito forte, direto. Mas às vezes você sentia que aquela diferença talvez de uma pessoa ou outra ali, mas assim, de maneira geral foi muito boa. Fiz amigos que eu carrego até hoje, inclusive, um dos amigos lá pediu lanche aqui ontem, ele mora até longe daqui, a gente abriu exceção pra entregar e ele curtiu pra caralho [...].

(Ivan, 30 anos, Paraisópolis, comerciante e administrador)

Um aspecto que se mantém intacto entre os três é a inevitabilidade do destino familiar. Tássio se emociona ao falar da mãe, a quem tem como grande exemplo de vida. São os pais que servem de inspiração, quase uma unanimidade entre meus interlocutores. “Se você entra em comunidade a história sempre vai ser a mesma. Tem uma variação ou outra, mas sempre o pai e a mãe nordestinos que vieram pra cá, batalharam e fizeram de tudo pra educar. É muito forte, porque a gente viu tudo o que aconteceu”, conta Ivan, recebendo o consentimento dos demais. Tássio tem uma filha de seis anos, Robson tem um filho de sete, e vê nele o espelho do que foi: “agora a gente entende nossos pais, né? Não é fácil, não é fácil mesmo, agora a gente dá mais valor do que nunca pros pais”. Admitem que a rotina do trabalho na hamburgueria, que envolve também a logística diária de compras de insumos, pois os fornecedores não costumam fazer entregas em Paraisópolis, prejudica a convivência em família, e brincam com o fato de terem escolhido montar o próprio restaurante para ter mais tempo para os filhos, e no final das contas, serem tão sugados como antes, até 15 horas de jornada nos dias mais movimentados. De modo que, mesmo com todos os obstáculos que apontam em montar um negócio na favela, eles estão se saindo muito bem, e creem que alguns sacrifícios são necessários nesse momento de transição.

O que não os impede de se queixarem das desigualdades. Ivan dá o exemplo do Itaú, banco em que trabalhou e diz ter orgulho pela “gestão social” implementada lá com

políticas de “empoderamento”, mas não poupa a instituição, que ao mesmo tempo impõe inúmeras condições para a concessão de crédito para micro e pequenas empresas, enquanto o governo, especificamente em relação ao seu papel de implementar políticas públicas, mal entra na conversa. Com o mesmo sentimento de que as empresas deveriam olhar com mais atenção a periferia, que ele vê como uma “bolha” deliberadamente isolada pelo restante da sociedade, ele se expressa sobre a novela inspirada em Paraisópolis.

Então, como romper essa bolha?

Cara, é um trabalho que eu não sei se eu vou tá vivo pra ver, é um trabalho, é muito forte e você não vê também tanta mobilização pra mudar isso. Você vê a mobilização daqui de dentro, mas... tem a associação lá de moradores, tem vários projetos bacanas, passa na Globo... Aí vem a Globo aqui, faz *I love Paraisópolis*, só que assim, acabou a novela, foda-se. O que que a Globo faz aqui agora? Qual foi o legado que a Globo deixou aqui? Tem um *legado* de uma novela que talvez um dia vá passar no *Vale a pena ver de novo* e alguém vai falar “olha, aqui que é o Paraisópolis”, legal. Mas assim, aí é uma coisa que eu fico ainda mais putado. As vezes quando você vem – isso não aconteceu uma vez só –, mas você vem, usa o Paraisópolis, “eu tô colocando aqui minha marca, isso e aquilo”, depois você pega, fez sua propaganda, ficou bonitinho pra mídia, saiu, e você não fez nada por aqui de verdade. Então, é por isso que eu falo, como que muda isso?

(Ivan, 30 anos, Paraisópolis, comerciante e administrador)

O principal propósito da novela além da audiência, assim como do reality show e de toda uma indústria cultural voltada para estimular o empreendedorismo, é impulsionar a boa e velha viração a partir de novas ferramentas de autogerenciamento e de financeirização, no que os discursos de desburocratização passam a mensagem de que melhor ajuda quem não atrapalha, deixando o indivíduo “livre” para empreender. Quando perguntados sobre a experiência da participação no *Shark Tank*, os olhos de Robson e Tássio brilham descrevendo a ansiedade dos parentes e amigos nos dias que antecederam e a situação “surreal” de estar entre empresários que fizeram “coisas magníficas”, aonde eles querem chegar. Então, o que fez a novela pela comunidade?, perguntou retoricamente Ivan com o mesmo desdém que manifestou pelo reality show alguns minutos depois, quando a conversa já tinha mudado de direção. Foi o próprio Robson, que de lado ouvia o discurso do amigo enquanto dividia a atenção com o futebol na TV, quem desembaraçou a contradição, concordando e ao mesmo tempo, involuntariamente, o corrigindo:

“A gente tá fazendo bem mais, né?”. Na intuição de Robson se realiza o tal legado da novela: estimular a iniciativa privada.

Mobilidades geracionais

Nas ruas de terra batida de Vargem Grande, uma avenida asfaltada corta o bairro com um movimentado comércio local. Pudera, pois a vida endógena ali é a regra: com exceção de alguns mochileiros e excursões turísticas para a exuberante vegetação remanescente de Mata Atlântica do entorno, o comércio é todo voltado para seus moradores e os comerciantes são eles mesmos os consumidores dos estabelecimentos vizinhos. Lá se encontram supermercados, açougues, óticas, petshops, bugigangas, mas a maior queixa local é a falta de uma agência bancária. Nas ocasiões em que estive no bairro em 2020, algumas ruas estavam sendo pavimentadas e faixas de agradecimento aos políticos “responsáveis” adornavam algumas casas e comércios, afinal, era ano de eleição municipal e nenhuma delas parecia ter sido confeccionada de forma caseira.

A região localizada no extremo sul da cidade, dentro do distrito de Parelheiros, tem uma característica única, pois está situada sobre a cratera de Colônia, uma área tombada como patrimônio geológico de 3,6 quilômetros de diâmetro, com cerca de 300 metros de profundidade, originada pelo impacto de um meteorito há mais de 5 milhões de anos. Parte de uma área de proteção ambiental (APA) e de proteção de mananciais da represa Billings, é motivo de disputa, pois o Governo do Estado há muito tem interesse no potencial turístico do local, povoado por ocupações irregulares onde vivem cerca de 50 mil pessoas (cf. VOIVODIC, 2017).

Lá fui recebido em um dia de calor abrasivo por Renato, dono de uma bicicletaria que mantém há 25 anos. Casado e pai de dois filhos maiores de idade, ele disfarça seus 46 anos com uma voz suave e expressão jovial, que ele atribui jocosamente à sua pele negra. No sobrado em que mora, a garagem ampla guarda ferramentas e máquinas de manutenção, além de instrumentos que usa na sua segunda ocupação, de chaveiro. Próxima a sua arejada sala de jantar, Renato mostra com orgulho sua estante de livros, em que se nota alguma literatura de esquerda, romances de Dan Brown, entre outros, mas exprime particular admiração pela biografia de Samuel Klein, o fundador das Casas Bahia, talvez esperando que eu me interessasse especialmente por ela. Com seus pais, saiu do Paraná no final da década de 1970 e se estabeleceu na favela do Jardim Iporanga, também no extremo da zona sul. O pai desapareceu quando ele tinha sete anos, fugindo de ameaças e confusões com vizinhos, a mãe permaneceu onde estava e Renato se mudou para Parelheiros, onde se casou, teve filhos e realizou seu desejo de trabalhar com bicicletas. Mas antes passou por muito perrengues: seus pais eram analfabetos, a que ele atribui o fato dele mesmo só entrar na escola aos 11 anos; até sumir, seu pai trabalhava de “pirriú” em Santo Amaro, aquele sujeito que faz vezes de segurança da rua apitando durante a noite, e sua mãe de faxineira. “Vieram em busca de vida melhor aqui em São Paulo porque

nessa época era aquela... puts, para ganhar dinheiro era em São Paulo”.

Na época o governador era o Maluf, então eles [políticos] montaram lá os alojamentos no Jardim Iporanga como se fossem aqueles galpões imensos de campo de concentração, e aí tinha uma divisão: por cima tinham uns barracões com duas quedas e aí tem aquele vão em cima que você consegue escutar a voz das outras pessoas que moram do lado ecoando. A gente morou ali e depois meu pai acabou mudando para o mesmo bairro, a favela do Iporanga, e aí morou no Jardim Esmeralda que está ali há 700 metros de distância do primeiro endereço. Eu fiquei lá até 1990. Em 1995 eu vim para cá, mas um pouquinho antes eu fui para o Paraná, fiquei um ano e sete meses, trabalhei na roça lá e voltei para cá. Quando eu voltei continuei a estudar na escola no Jardim Iporanga.

Quantos anos você tinha?

18 anos.

Você começou a trabalhar com quantos?

Eu comecei a trabalhar com 11 anos de idade. O sonho de consumo era trabalhar em bicicletaria, porque quando eu era criança pedi uma bicicleta pra minha mãe e pelas questões da condição financeira, ela não tinha poder de compra, ela não tinha grana para poder... ou era comida, bicicleta não era possível. Eu morava em barraco de madeira, um barraco de 3 por 3,5 metros, luz era gambiarra, água era de poço e o que minha mãe recebia era só para poder manter a alimentação, então não era possível comprar uma bicicleta, e aí todas as bicicletas que tinham na minha casa eram bicicletas velhas que as pessoas doavam e eu arrancava peça de uma e de outra e ia montando, então peguei gosto. O sonho era trabalhar em uma bicicletaria e aos 12 anos de idade eu consegui entrar em uma bicicletaria na região do Jardim Iporanga para lavar peça de bicicleta, serviço clássico de ajudante, fui aprendendo e aprendi a profissão. Saí um tempo, fiquei mais de dois anos, fui trabalhar de motoboy, fiquei um ano de motoboy e voltei para a bicicletaria novamente para trabalhar como funcionário e fiquei mais um ano e meio, dois anos, foi quando mudei para cá. Voltei a estudar, conheci a minha esposa, decidimos... não dá para morar na casa da sogra, lá é muito “sistemático”. Meu pai foi embora quando eu tinha sete para oito anos, por desentendimento na favela, ameaça de morte. Meu pai saiu de lá, minha mãe vendeu o barraco e marcou um encontro com o meu pai no Centro em um dia que estava muito chuvoso, acabou não encontrando o meu pai. De lá para cá nunca mais vi meu pai... Quando eu conheci [minha esposa] fomos morar na casa da minha mãe, mas a gente queria uma independência, então resolvi morar aqui no extremo da zona sul. Puts, e era um bairro novo, né... que faltava toda infraestrutura. Agora que está chegando a infraestrutura, 30 anos depois. As casas bem humildes, sem energia, sem água, luz de terra, foi aí que eu consegui a independência do meu trampo e montei uma lojinha de 3 por 3,5 semelhante ao tamanho do barraco que eu morava no Iporanga. Eu fazia a manutenção das bicicletas, de dia as bicicletas ficavam do lado de fora, à noite guardava as *bikes*. Fiquei um ano aqui fazendo isso. Aluguei na rua principal que é a avenida das Palmeiras e estou lá até hoje, 25 anos lá. Eu precisava pegar um ponto mais centralizado, pago aluguel até hoje lá.

Como foi esse começo?

A gente fazia o trampo para os moradores, para os vizinhos aqui e foi formando a clientela. Eu vi que eu precisava de espaço maior, no mesmo lugar que eu morava era aonde eu arrumava as bicicletas. Pegava as bicicletas de dia, tinha um monte de *bike* e deixava do lado de fora, à noite a gente amontoava elas e arrumava um espacinho. Tinha um sofá-cama e a gente dobrava ele de dia para atender as pessoas e de noite abria, enfiava as bicicletas em um canto e morava junto com as *bikes*. Consegui grana, montei o comércio aqui na frente, esse salão que tem aqui na frente de 4 por 5 metros, ficamos um ano e meio. Depois mudei para a via principal porque precisava aumentar o fluxo de pessoas. A avenida das Palmeiras aqui é a nossa avenida Paulista, onde tem o fluxo grande de pessoas, grande centro comercial. Estou lá há 25 anos pagando aluguel, é uma luta chegar aonde a gente chegou sem conseguir ter crédito com os

atacadistas, mas hoje a gente tem uns fornecedores bons. Os caras que vendem para o Centro da cidade, para as grandes bicicletarias vêm aqui, mas geralmente quando vêm o cara tem pouco material, já vendeu tudo lá e aqui é o último lugar que ele vem fazer isso. Nesse tempo de pandemia está complicado porque essas caras vêm de lá para cá vendendo, quando chega – eu preciso de pneu, eu preciso disso, daquilo –, “ah não tem, só daqui a um mês”, então é complexo. Morar no extremo, a gente passa por essas privações.

[...]

Eu entrei na escola aos 11 anos de idade, acho que isso foi por uma questão de minha mãe analfabeta, ela não tinha tanto interesse pelo estudo, não tinha dimensão de que é necessário. Eu lembro que quando era criança, pedia para minha mãe me colocar na escola, eu e meu irmão. Ela só foi matricular a gente com 11 anos de idade, lá em 1983. Fiquei um tempo, estudei até a 4ª série, mas precisei ajudar no orçamento de casa e tive que sair da escola, trabalhei nas bicicletarias e depois comecei a estudar a noite para fazer o primeiro grau, estudei e parei de novo, voltei e acabei meus estudos aqui em 2003, aqui no Vargem Grande. Paguei supletivo.

(Renato, 46 anos, Vargem Grande, comerciante)

Renato tem um conhecimento excepcional da periferia, porque além de comerciante há muitos anos, foi candidato a vereador em três ocasiões, o que o faz uma figura carimbada no bairro. Não foi eleito, apesar de conseguir boas votações – ele tem um histórico de militância partidária no PSOL e no PT, e baseado nesse repertório ele analisa o bom momento da sua bicicletaria sob o governo Lula e o declínio que se seguiu, já nos agônicos anos finais do governo Dilma. Ele mesmo chegou a ter quatro funcionários na loja e hoje tem dois. Sua esposa é quem passa mais tempo lá, administrando o negócio, enquanto ele complementa a renda militando na campanha petista para a prefeitura, marcada para dali alguns meses. Juntando argúcia política com familiaridade com o comércio popular, Renato menciona vários exemplos de comerciantes que fecharam as portas nos anos recentes e suas estratégias de sobrevivência, pessoas demitidas de um varejão que encerrou atividades e que tentaram abrir um negócio semelhante em outro bairro. “Eu imagino que eles não estão mais lá, não têm mais comércio, porque você mudar de um lugar que você está há 15 anos para outro, para você formar uma clientela, e você já tem as pessoas estabilizadas, é complexo”. As dificuldades se acumulam nessas situações de precariedade, em que muitos ex-trabalhadores do comércio tentam voltar para o mercado de trabalho, que quase sempre está muito distante da moradia na periferia.

Como você define a periferia? Como é viver na periferia?

Viver na periferia é você morar longe do emprego, as pessoas levam tempo no transporte, é super cansativo. Eu digo que tem o outro lado que é, eu digo que as pessoas são, entre aspas, privilegiadas, que conseguem romper esse vínculo com empresas, com comércios das áreas centrais e conseguem abrir o seu comércio. Eu sou uma dessas pessoas que venceu já essa barreira, e é negociar ali com a galera que tem menor poder aquisitivo. Se você pensar em... a gente vai ter um recurso menor, mas é prazeroso morar aqui e comercializar aqui, porque você não tem aquele transtorno de pegar o ônibus, trabalhar nas áreas centrais, então esse é um ponto da

periferia legal. Você está negociando com o seu vizinho, com pessoas legais, você dá um crédito porque o cara vende fiado para ele, isso é muito comum na periferia e as pessoas são fieis em pagar, tem salvo um ou outro, a gente toma uns calotes, mas no grosso modo você consegue receber da maioria, então isso é bom, você cria um vínculo semelhante ao familiar. Na minha loja eu tenho várias pessoas que são clientes meus, mas estão ali, às vezes nem vão consertar bicicleta, mas estão ali para conversar, para discutir coisas do dia a dia, do cotidiano, do emprego ou de lazer. A região aqui ela é muito rica disso, as áreas verdes proporcionam muito lazer para a gente fazer as discussões, a gente organiza os [passeios] ciclísticos, e é isso. A outra parte é a parte que utiliza, eu acho que 70% do bairro utiliza o bairro como dormitório, são as pessoas que trabalham nas áreas centrais e aí não tem a participação do dia a dia. No final de semana você vê aquele fluxo grande na periferia e inverte isso [com] as [regiões] centrais, porque é justamente o cara que trabalha lá que movimenta e aí faz o inverso, [fica] na periferia nos finais de semana, tem um fluxo grande de pessoas andando, indo na feira, indo no mercado, e o Centro já fica mais vazio.
(Renato, 46 anos, Vargem Grande, comerciante)

Chama a atenção nas falas de Renato a maneira como ele associa o comércio popular na periferia a um modo de vida carregado de virtudes, entre elas a solidariedade comunitária e certa qualidade de vida que a rotina do trabalho assalariado despoja do morador que faz do bairro apenas dormitório. Machado da Silva (2018), por exemplo, é desconfiado em relação à prática do fiado, associando-a ao mero cálculo do comerciante e a atos de “piedade” (se trabalha com produtos perecíveis, se o pedido é por comida ou bebidas alcoólicas e cigarro etc.). Na percepção do dono da bicicletaria em Vargem Grande, atitudes como essa são não apenas essenciais para a sociabilidade local como representam uma virtude sedimentada na confiança que apenas a proximidade e identificação podem proporcionar. Enquanto a identidade de classe se baseia no processo de trabalho no ambiente da fábrica, aqui se sugere uma identidade diferente, tipicamente popular.

Apesar de se considerar mais um “ativista social”, Renato não é reticente ao afirmar que o que o fortaleceu a seguir adiante com a bicicletaria foi o empreendedorismo. Como exemplo, conta que participou com a esposa de cursos do Sebrae há alguns anos,⁶⁷ “Qualidade máxima de atendimento ao cliente”. Ele já teve emprego com carteira assinada, mas traz uma perspectiva cética sobre o trabalho assalariado, baseada por exemplo nas dificuldades impostas pelo transporte precário que por muito tempo atrapalhou a vida do trabalhador do extremo da zona sul.

E as vantagens [da carteira assinada]?

A vantagem é porque você tem lá o fundo de garantia, as férias. Não sei se isso é

⁶⁷ O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) foi fundado em 1972 e fez parte da administração federal até 1990, quando desvinculou-se do poder público e se tornou um serviço social autônomo, financiado pelo Sistema S. Atende micro e pequenas empresas – aqueles com faturamento bruto anual de até 4,8 milhões de reais –, com foco no empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios.

realmente vantagem, às vezes é melhor você estar na independência, não ter o fundo de garantia. Mas também tem a liberdade de abrir a hora que você quiser, você tem que manter um horário, mas eu sempre tive problema com horário, sempre cheguei atrasado nos lugares, então quando você tem o seu comércio, “posso chegar 10 minutos atrasado, hoje eu não vou abrir porque está chovendo muito, tem muita lama na rua...”. Se você está trabalhando fora tem que chegar no horário certo, não pode faltar que é descontado.

Você acha que o empreendedorismo é uma saída em situação de desemprego alto?

Eu acho que vai crescer o número de empreendedores porque a gente tem muita gente desempregada, a questão é como conseguir uma linha de crédito para fazer o investimento e dar o pontapé inicial, mas eu imagino que esse é o caminho. Você trabalhar longe de casa é ruim, leva o maior tempo dentro do buzão. Imagino que vá aumentar o número de empreendedores.

(Renato, 46 anos, Vargem Grande, comerciante)

Como veremos com outros interlocutores, manter um comércio local mesmo que seja de mercadorias com pouco valor agregado, traz vantagens em relação a uma concepção popular de qualidade de vida, como as mencionadas por Renato. Evidentemente, essas escolhas são bastante limitadas, pois a corda bamba da vida sem salário traz consigo incertezas que mesmo um apologista como ele prefere se antecipar. Se foi desmotivado a estudar pela família e carregou o ensino formal aos trancos e barrancos, Renato faz questão de que seus filhos levem a faculdade à sério e reforça a confiança na educação como ferramenta de mobilidade social. Mesmo assim, sua filha que estudava no andar de cima enquanto conversávamos, teve que corrigi-lo quando ele errou a idade e o curso dela. “Eu só estou ouvindo você falando tudo errado. Eu tenho 22 anos. Último semestre de Administração na Uninove”.

Metas possíveis

Toni e Sueli tinham boas expectativas quando saíram do sertão baiano, no final dos anos 1990. Na região próxima ao açude que encobriu a vila de Canudos em 1969, a seca vem e vai, revelando nas suas aparições mais rigorosas as ruínas da antiga vila construída sobre o monte onde pregou Antônio Conselheiro. Na zona rural de Euclides da Cunha, município de 56 mil habitantes, os dois permaneceram até a juventude trabalhando de sol a sol na colheita de milho, mandioca e feijão. Sueli estudava nas horas vagas. Toni, por volta dos 12 anos, começou a ir para a cidade lustrar sapatos e ganhar seu próprio dinheiro. Com 18 anos seguiu em direção a São Paulo, para onde a irmã já planejava ir, e trabalhou de tudo, “graças a Deus”. Comprou da irmã o “barraquinho” dela em Sapopemba, na zona leste, quando começou a namorar Sueli. Seguiram os dois para a Bahia para casar “no religioso”, já que ambos são de famílias católicas, e retornaram a São Paulo para continuar uma vida que, na sua narrativa, foi de contínuo

progresso.

Seu primeiro “trampo” foi vendendo chocolate nos arredores da estação Armênia do metrô, uma das mais movimentadas da cidade. Depois vendeu frutas no Centro, trabalhou de ajudante de cozinha (com carteira assinada), confecção, padaria, de motoboy, e finalmente como cabeleireiro, sua ocupação atual, já há 12 anos com seu próprio salão na Vila Monumento, próximo ao Museu da Independência.

Com tantas experiências de viração, parece surpreendente a afinidade que Toni descobriu com o ofício de cabeleireiro. Na época dessa descoberta, trabalhava em uma padaria no bairro do Cambuci, entre o Centro e a zona sul, de frente para diversos salões onde fez alguns amigos (“pessoal de Sergipe, gente boa”), e guardou na memória. Algum tempo depois, já como motoboy na avenida Paulista, manteve o trabalho para uma administradora de condomínio durante o dia e deixou a pizzaria, para quem fazia entregas à noite, para frequentar um curso de cabeleireiro no Centro – de segunda a sábado, por três meses. Ele conta que seus primeiros passos na profissão foram bastante difíceis, mas enfatiza a experiência adquirida no dia a dia, já que o curso “é só pra saber como começar”. Desde a aprovação da Lei 13.352 em 2016, conhecida como Lei do Salão Parceiro, cabeleireiros, barbeiros, manicures, esteticistas e maquiadores podem ser empregados como pessoas jurídicas (PJ), de modo que o “salão-parceiro” fica autorizado a reter uma porcentagem do serviço executado pelo “profissional-parceiro”, sem registrá-lo como funcionário. No caso de Toni, o repasse chegava a 40%. “Pessoas fracas desistem, porque ficam com medo”, ele conta. “Fiquei sete meses lá, mas difícil. Cê corta dois cabelinhos, depois corta um... depois quatro, aí sexta corta oito... no sábado chegava a cortar dez, doze, e achava muito”. Mas sua perseverança se demonstrou inabalável: depois disso foi para um salão melhor, até que juntou um dinheiro para montar seu próprio negócio. Hoje, atua como MEI.

Com 41 anos no momento da entrevista, Toni não parece ter muitas queixas. Sua mudança para o Sudeste representou deixar o restante da família em Euclides da Cunha, mas ele mantém uma visita anual aos que lá ficaram. Sua adaptação à capital paulista, circulando entre ocupações mais ou menos precárias, é narrada com certa satisfação diante do que deixou para trás. Hoje, usufruindo de alguma estabilidade, não tem dúvidas sobre a escolha que fez. “Foi bom, né? Todos que estão lá querem vir pra cá. Lá é difícil, véio! Lá é só sobreviver, pra comer mesmo, entendeu? Lá no sertão da Bahia. Então todos que vão ficando rapazinho querem vir pra cá, trabalhar aqui. Conquistar suas coisas, né?”. Há poucos anos saiu do aluguel e adquiriu apartamento próprio pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo) em Heliópolis, onde vive com Sueli e o filho de oito anos. “Mas é um

lugarzinho bom, bem localizado, não é lá dentro do barulho, né?”, observa, depois de morar oito anos lá “mais pra dentro”, se referindo à favela de mesmo nome. Conta com orgulho da realização do sonho do carro zero quilômetro, outro símbolo reificado de liberdade, conquistado, no seu entender, pelo trabalho por conta própria. “Graças a Deus aqui é assim, você trabalhar com honestidade, entendeu? Deus te abençoa, né? E ele tá vendo tudo o que a gente faz. E vai tudo dando certo. Minha companheira também sempre foi trabalhadeira, ajuda muito. Graças a Deus, tudo que a gente tem é fruto do nosso trabalho”, declara.

Toni é o autor da frase “o sol brilha para todos”, que aparece na Introdução. O contexto da fala mistura elementos típicos da vida sem salário na periferia, como a religiosidade popular e a recompensa àquele que trabalha duro, tudo salpicado por uma boa dose de moderação. Apesar de demonstrar certo incômodo com a nova concorrência e apontar para a falta de *experiência* dos mais jovens, seduzidos pela suposta facilidade de se aprender um ofício como o de cabeleireiro por vídeos no Youtube, Toni mantém sua dignidade ao não rebaixar o valor de seu trabalho. Contudo, entende que a situação econômica do país cria não apenas trabalho precário, mas também a demanda por ele.

Tem dia que eu corto oito, por exemplo, vai chegando quinta eu corto 10, 12, 15... já cheguei aqui num sábado trabalhando sem parar. Porque não sei se você percebeu, mas a concorrência tá grande. Abriu muita barbearia. Parece que pegou, virou modinha e todo canto tem barbearia e adegas bar, com ilha, essas coisas. Não sei na sua região, mas aqui, nossa senhora. Acho que virou moda em São Paulo inteira. Barbeariazinha, aquela mais retrô, sabe? Abriu um monte! Vou te dizer, aqui o corte é de 23 reais, ali o menino corta de 15 reais, entendeu? Tem muito cliente que vai pelo preço, e tem que ver a situação que nós tá também, né? Tem cliente meu que cortava comigo e agora tá indo cortar com ele. Também nunca fechei a cara pra ninguém, *o sol brilha pra todos*. Até porque tem gente que vem cortar o cabelo aqui, eu falo 23. “Pô, falaram que é 15...”. Eu falo “amigo, virando ali é 15, pode ir lá”. Eu indico pro cara, não tem problema. O sol brilha pra todos, entendeu? Tem cliente que vem de longe cortar comigo, que vem de Osasco, pega duas, três conduções. É maior fácil cortar o cabelo dele, mas ele sabe já, acostuma. Tem confiança. Graças a Deus, cara. Olha, eu posso dizer assim, que tudo o que eu tenho foi dessa profissão, entendeu? Realizei meu sonho, que era comprar um carro novo. Um carro quatro portas, vermelho, zero! [risos]. Em 2013 eu comprei ele. Um Prisma novo, nessa agência aqui. Paguei à vista, 42 mil. Falei, “faça o boleto que eu vou pagar agora!” [risos]. Os vendedores gostam, né?

(Toni, 41 anos, Heliópolis, cabeleireiro)

Na região em que se situa o imóvel alugado, galpões de estocagem, pequenas empresas e botecos fornecem a clientela de Toni, que cobrava 27 reais o corte em meados de 2020. Por mais que ele absorva a legitimidade da concorrência, isso faz com que esquemas relativamente estabelecidos precisem mudar eventualmente. Esta é outra característica essencial de quem quer manter seu negócio: estar preparado para mudanças trazidas, no caso, pela dinâmica econômica e pelo desemprego estrutural. Como um ramo que se expandiu muito

nos últimos anos,⁶⁸ os salões e barbearias atraem uma imensa quantidade de jovens com pouca qualificação trabalhando em espaços muito reduzidos, exigindo de profissionais estabelecidos como Toni o rebaixamento do valor de seu trabalho, ou um investimento que lhe permita um atendimento distinto para se manter em um mercado que se pulveriza cada vez mais. Seu plano era “dar uma melhorada” no salão assim que a pandemia permitisse: “dar uma pintada nele todo, vou mudar aqui as bancadas, os vidros, vou botar duas com moldura individual. Vou mudar. Vou ver se acho um profissional pra trabalhar comigo que faça feminino, não tem ninguém aqui que faça feminino. Eu só faço homem, sou sozinho aqui”.

No salão simples, porém amplo e organizado, nada se destaca muito, com uma exceção: à primeira vista, uma extravagante bandeira dos Estados Unidos estendida sobre uma das cadeiras. Não era o caso, o que não arrefece a curiosidade: Toni havia comprado algumas semanas antes um par de capas, dessas que cobrem o cliente e protegem dos fiapos que caem durante o corte, e que tinham a famosa estampa de estrelas em fundo azul e listras vermelhas e brancas. Durante minha passagem pelo salão, vi seus dois clientes da manhã ensolarada cobertos pela bandeira estadunidense, tendo seus cabelos cortados deslizando sobre ela. A cena insólita combina aspectos ambíguos da cultura popular que tentei explorar com Toni. Sua primeira explicação para o fato tem a ver com solidariedade ao colega que frequentemente passava no salão vendendo as tais capas e que Toni achou ser o momento para ajudar. Mas por que escolher *especificamente* aquelas? Entre breves reflexões e gargalhadas, ele citou a moda das barbearias “retrô” que se identificam pelo *totem* em azul, branco e vermelho na fachada, mas percebeu meditando consigo mesmo que talvez esta não fosse uma justificativa suficiente. Assim, reconheceu: “porque tudo de fora é mais bonito! Tudo de fora é melhor, né? Dos Estados Unidos. Não podia ser do Brasil? É complicado. Mas que é bonita, é. É chique, até o cliente gosta. Aí eu comprei logo duas”.

O relato sugere que em seu *ethos* de trabalhador autônomo há um desejo de sucesso arraigado no individualismo popular, o qual tanto ele quanto seus concorrentes perseguem, e cujo símbolo supremo é o “sonho americano”, substituído nesse caso pela vida em São Paulo, mais próxima de sua realidade, assim como os cortes de cabelo da moda que Toni enaltece são os dos cantores sertanejos e dos jogadores de futebol. Apegado a esse realismo, sua finalidade não é enriquecer, mas *viver bem*, resumido em um apartamento próprio, um carro, um dia de lazer por semana e uma visita anual aos parentes distantes. Trata-se novamente de um senso prático que o prende à terra firme, um objetivo palpável que com perseverança, é possível

⁶⁸ Segundo um relatório da agência Euromonitor, o mercado de beleza masculina cresceu 70% entre 2012 e 2017. Disponível em: <https://www.euromonitor.com/brazil>

alcançar, muito semelhante a Sueli, sua esposa, que fala sempre em ter “metas possíveis”. Evidentemente que a própria ideia de que “tudo que vem de fora é melhor”, dita de maneira tão peremptória, aplica a esse senso prático um ceticismo quanto ao país real que pode ser paralisante, entorpecedor, estreitando ao indivíduo e à família o horizonte de expectativas. A saúde é garantida pela frequência matinal à academia e por um plano de saúde privado. De público, só a escola do filho, que se depender de Toni será cabeleireiro como o pai.

Pontuando frequentemente seus pensamentos com a expressão “é complicado”, Toni, contudo, lida com a vida de maneira bastante simples. Não gosta de fazer dívidas, nem de pagar aluguel. Trabalha de segunda à sábado, e no domingo faz a faxina do salão, antes de ir para o futebol. Sua rotina se intensifica conforme a semana vai chegando ao fim, culminando no sábado, dia em que aponta sentir mais cansaço, mas não chega a reclamar. Pelo contrário, justifica o futebol de domingo não pelo lazer, mas porque “nessa profissão, você tem que se cuidar, senão a barriga cresce muito”, sugerindo que, por mais que passe muito tempo no salão, não chega a ser uma rotina muito exigente.

A fuga do trabalho exaustivo, mesmo quando implica perda de direitos trabalhistas, não é facilmente admitida por autônomos que deixaram voluntariamente a segurança da CLT, já que isso escapa à narrativa da ascensão pelo trabalho duro. Mas é justamente essa revelação que emerge de certas decisões, que alguns caracterizam como pela “qualidade de vida”. Toni demonstra ter muita consideração por Sueli – a quem, por outro lado, não parece ajudar muito nas tarefas domésticas. Ele fala com orgulho de sua esposa, destacando justamente o quanto ela é “guerreira”, enumerando as tarefas que ela acumula ao longo do dia, com e sem remuneração – as faxinas eram sua principal fonte de renda na época da entrevista. Por vezes, passa inclusive a impressão de que acha que seu trabalho é menos intenso que o dela, e a respeita *por isso*.

Assim como o marido, a trajetória de Sueli no mundo do trabalho, que começa aos 15 anos na roça de Euclides da Cunha, a faz valorizar o presente: afirma que gosta da “correria” de São Paulo, onde pretende viver a vida toda, e que não aguenta muito tempo de visita aos parentes no sertão, porque acha “tudo muito parado”.

A centralidade do trabalho na vida dessas pessoas é absolutamente incontornável, mas a sujeição ao trabalho intenso, não necessariamente. O caso de Sueli é ainda mais contundente nesse aspecto: trabalhou por 12 anos em um restaurante de shopping da zona oeste até chegar a gerente; depois de quatro anos na função, saiu por conta do estresse. “Eu saí do shopping porque lá não tinha muita qualidade de vida, né? Trabalhava de segunda a segunda. Depois que meu filho nasceu eu não tinha tempo nenhum pra ele, então eu preferi sair de lá e ficar assim, como a gente fala, fazendo bicos, né? Pra poder ter mais tempo pra ele”. Na época,

trabalhava seis dias por semana, com um domingo de folga por mês. Sua primeira opção para não ficar sem renda nenhuma foi tentar a profissão do marido. Fez o curso de cabeleireira e ficou na área por um ano, tempo suficiente para perceber que trabalhar por conta própria pode ser ainda pior.

[A rotina no shopping] era bem puxada, era bem cansativa. Eu tinha um dia só pra cuidar da casa e do filho, ficava muito cansativo e eu acabava não ficando muito tempo com ele. Depois eu saí, eu fiquei estressada, na época eu tive um estresse muito alto, aí eu preferi sair antes que ficasse pior [...].

Por que você não continuou no ramo de cabeleireiro?

Porque a gente se ilude, né? [risos] A gente pensa que o ramo de cabeleireiro é um ramo bom, que dá uma boa renda, na verdade não, se você tiver seu próprio salão até vai, mas pra trabalhar pros outros, não. A gente trabalha 12 horas por dia e no final do mês o dinheiro não dá pra pagar as contas [risos], aí eu acabei saindo por isso também, porque a renda não tava mais sendo suficiente, era pouca, porque não tem salário fixo, é só o que você faz.

(Sueli, 37 anos, Heliópolis, doméstica)

É uma encruzilhada onde vivem os trabalhadores pobres, *mas não tão pobres*, caminhando sempre sobre uma corda bamba em que precisam escolher entre estabilidade, rendimentos e qualidade de vida, e dificilmente conseguindo conciliar ambos ao mesmo tempo. No ramo da estética, Sueli aprendeu que a contratação por PJ não passa de uma subordinação disfarçada, de ritmo mais intenso e com ainda menos garantias. Para Toni, ainda jovem, sem filhos e sem qualificação, foi tolerável até conseguir o próprio salão, mas Sueli não estava nesta situação quando mergulhou na roda viva. De todo modo, apesar de multiplicar as atividades nas quais trabalhava, incluindo além de cortar cabelo em casa, também bicos de costura, não é de reclamar muito. Diz que trabalha por volta de sete horas por dia, evidentemente sem contar as tarefas domésticas: “aí consigo ficar com meu filho, consigo trabalhar, consigo ver minhas coisas em casa também”. Aceita com resignação que a mudança da CLT para o trabalho autônomo não foi boa financeiramente, mas acha que compensa pela qualidade de vida e pelo tempo que aproveita com o filho. A entrevista, por sinal, foi por diversas vezes interrompida pelo garoto, que recebia sempre uma reprimenda quando pedia a senha do telefone celular dela – cabe assinalar que estávamos naquele momento em meio à pandemia de Covid-19, e as escolas continuavam fechadas. Quando com um resmungo ele se afastava, Sueli dava um discreto sorriso.

A consideração sobre o trabalho doméstico ser dividido de maneira desigual entre o casal, assim como o fato *dela* ter descartado um emprego protegido, não é rejeitada por Sueli, mas também não lhe causa estupor porque sua prioridade não é a sua vida profissional, mas sim

sua família, lugar em que as peças se encaixam, que lhe provê a segurança de uma vida estável na qual seu futuro está atrelado. Evidentemente dentro dessa construção simbólica se encontra novamente Deus, mas não é a figura divina que lhe impõe uma obrigação para com uma denominação religiosa.

A família é tudo, né? A família é a nossa base, é com quem a gente pode contar quando a gente precisa, quando a gente pode comemorar, quando a gente tem alguma conquista, então a gente trabalha em prol da família. Eu mesmo sou muito família, tanto meus irmãos, com meus tios, então eu gosto muito de manter eles por perto, sempre que posso, então eu sou bem família. Família pra mim é tudo, não faço nada sem ela, assim, nada, nada. Tudo, tudo, família é tudo. Tudo o que a gente tem de base é ela, com quem a gente pode contar eu acho que é a família. O que a gente pode ser sem a família? Não sei [risos]. Eu não sei o que a gente pode ser sem a família porque pra mim é imprescindível a família pra tudo.

Você tem alguma religião? Frequenta alguma igreja?

Não, sou cristã, acredito em Deus, mas não frequento nenhuma igreja, no momento, não. Já disse que eu era católica, né? Mas agora no momento eu não tô me considerando católica, mas eu acredito em Deus. Eu ainda tô buscando, tô indo em vários lugares pra ver se eu me sinto bem em algum, mas no momento eu sou só cristã, acredito em Deus e só.

(Sueli, 37 anos, Heliópolis, doméstica)

Sua convicção em relação ao que vale a pena carrega, evidentemente, um outro lado que lhe deixa mais exaltada, e que justifica sua busca pelo aconselhamento de uma denominação religiosa, que são as incertezas trazidas pela vida em sociedade. Ao se deparar com a menção a Bolsonaro na conversa, ela primeiro ri com vergonha e especula, polidamente, que “ele não gosta muito dos pobres, né? Não sei”. Toni, que estava a alguns metros dali de capa e capuz fazendo algum tipo de tratamento capilar em uma cliente, não parecia estar atento a conversa, mas sua presença pode ter intimidado a esposa. Afinal, à época da minha primeira visita ao salão, ele se considerara *bolsonarista*. A figura do presidente não parecia inspirar a mesma admiração em Sueli, mas eles concordavam em relação à uma certa degeneração do mundo público, da qual Bolsonaro não seria de todo responsável. Ela exaltou o auxílio emergencial como um tipo de concessão generosa de alguém “que não gosta dos pobres”, e se as coisas não vão bem na política e na economia, é porque o povo não tem feito a sua parte.

Eu não boto a culpa [do desemprego] na pobreza não, que tem muita gente que é pobre e tem caráter, sabe? Eu acho que as pessoas tão querendo as coisas muito mais fáceis, né, não sei se a gente tá educando os filhos errado, se a gente dá tudo o que o filho quer mesmo sem precisar e eles se criam com isso. Eu não sei exatamente de quem é a culpa, mas que a violência tá grande, tá. Não podemos pôr culpa também, “ai, que o governo”. Não, todo mundo tem que fazer a sua parte. Então, tá difícil, as expectativas pra esse ano não são muito boas não, né? [risos] Com essa pandemia acho que o desemprego tá muito alto, então a pobreza acredito que vai aumentar ainda mais, as dificuldades do povo mais fraco e vamos ver o que vai acontecer aí nessa

pandemia, vê se melhora até o meio do ano pelo menos. Que, por enquanto tá complicado, até pra mim que faço faxina tem dias que não tem nada pra fazer.
(Sueli, 37 anos, Heliópolis, doméstica)

Sueli até espera alguma coisa do Estado ao refletir que educação, saúde e segurança não são fornecidos de forma adequada para os mais pobres. Seu marido não faz nem mesmo essas considerações, não tem nenhuma expectativa quanto a políticas públicas, mas eles convergem na crença de que o governo não tem nenhum papel relevante no sucesso de seus negócios, atribuído, isto sim, unicamente a *iniciativa individual*, decerto com a ajuda de Deus; um conjunto de valores que remonta ao messianismo dos tempos do Conselheiro e que descansa em algum lugar da consciência do sujeito popular, especialmente aquele com antecedentes nas zonas rurais.

Batalhadores

Na ideia de batalha que aparece aqui, comerciantes e trabalhadores por conta própria destacam a capacidade de mudar quando necessário, pensar em alternativas quando a situação exige. Isso não se aplica apenas à viração nas parcelas mais precarizadas, de escolaridade baixa ou pouca qualificação profissional, mas também atinge uma classe média-baixa que, diante das incertezas do mundo contemporâneo, veem situações socioeconômicas estáveis virarem do avesso. Transformações profundas e até o desaparecimento de ocupações tradicionais vem ocorrendo com as constantes inovações tecnológicas. Mudanças no perfil de consumo da população e até crises sanitárias de larga escala (notavelmente a pandemia de Covid-19) estremeçam contas familiares sempre muito estreitas e sujeitas a abalos imprevistos.

Ainda em 2014, como parte da minha pesquisa de mestrado, recebi de um interlocutor o vislumbre de alguém profundamente inserido nesse processo, um estudante de 22 anos de Segurança da Informação que estava desempregado naquele momento depois de tentar a sorte em uma *startup* de conhecidos, que fracassou. Morador da Vila Mariana, um bairro de classe média na zona sul da capital, e filho de pais pernambucanos (a mãe babá e o pai cozinheiro profissional), começou a trabalhar cinco anos antes como estoquista em uma loja de roupas. Dizia na época que sem o Prouni não teria como fazer faculdade e, desempregado, não poderia arcar com a despesa. Começou a se interessar por informática no ensino médio frequentando um telecentro da prefeitura, e atribuía a relativa estabilidade econômica ao trabalho e à perseverança da família. Mas sua pragmática opinião sobre como percebia a

mobilidade entre as classes vinha saturada de ceticismo e de um sentido de alerta (cf. COSTA, 2015).

É porque a classe média... é engraçado eu dizer. Eu tinha um amigo que ele era de classe média. Ele morava ali perto da Vila Mariana, ele tinha um excelente apartamento, grandão, tal, eles eram uma família... a gente brincava, você é maior “ricão”, mas eles eram de classe média. Mas teve um contratempo, e por um deslize hoje eles são de classe baixa. Então assim, pra ter um deslize e pra você recair ou subir, não é porque você está no meio, é porque você estava em um patamar e você desceu pra outro. “Ah, aconteceu um acidente, agora sou da classe baixa e daqui uns dias eu volto pra classe média, daqui uns dias eu sou da...” Eu diria assim, se é tão flexível que você mude de classes, então não existe essa do meio. Ou você é uma ou você não é. Então se você é quase rico, você é pobre, se você é quase pobre, você é rico (cf. COSTA, 2015, p. 112).

Essa percepção difusa da sociedade de classes fica especialmente ressaltada entre trabalhadores por conta própria, que além de não compartilharem de um mesmo lugar no sistema produtivo, cada vez mais buscam formas de distinção social típicos da classe média tradicional, porém os reproduzem em seus bairros de periferia. No chão da fábrica, as classes populares viam menos o vislumbre utópico da integração, mas compartilham sobretudo uma *ética* que ia para além dele: estabelecia um marco de referência. Por isso, o lugar no sistema produtivo (operário vs. pequeno burguês) é menos importante para a formação do senso comum das classes populares do que uma experiência de trabalho em que eles se reconhecem em seus aspectos éticos. De modo que, na experiência popular, o *posto de trabalho* compartilhava com o pequeno comércio o fato de serem altamente individualizados, estáveis, previsíveis, e com uma clara delimitação entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho.

Esse modelo de estabilidade ficou para trás com a reestruturação produtiva do capitalismo. Não se trata aqui de concordar com esta tese, sugerindo que a mobilidade dos anos lulistas não se refira à meros deslocamentos dentro da classe trabalhadora, como sugere Pochmann (2012), entre outros. O que pretendo observar é que são nos seus modos de vida que uma sociedade de indivíduos, à moda Thatcher, se revela. Isso é notável, por exemplo, nas novas formas de produção do espaço nas periferias, onde proliferam os enclaves fortificados que buscam reproduzir as típicas dinâmicas dos condomínios de classe média tradicional, onde trabalhadores assalariados e sem salário, nas mesmas acomodações isoladas e sem vida comunitária, mudam a feição da periferia paulistana.

A verticalização do Campo Limpo é um bom exemplo de região periférica que se metamorfoseou nas últimas décadas. Enclaves fortificados se ergueram ali sobretudo durante o alvorecer do lulismo, basicamente financiados no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida e cujo modelo foi sustentado por empreendimentos com mais de uma torre. De fato, o distrito

do Campo Limpo foi o líder em lançamentos de unidades residenciais entre 2013 e 2017 na cidade de São Paulo, apartamentos com 49,3 metros quadrados em média. Segundo o sócio de uma incorporadora, a totalidade de seus clientes na região havia financiado o imóvel, em 2019, pelo Minha Casa Minha Vida, pois “provavelmente nosso cliente não conseguiria comprar por um banco privado” (FERRASOLI, 2018). A acelerada mudança na paisagem do distrito recebeu ainda uma ansiada estação da Linha 5-Lilás do metrô em 2002.

Fernanda, que morara a vida toda em Interlagos – mais ao sul –, vivia em um desses condomínios do Campo Limpo com o marido e a filha. Ela tinha 30 anos quando conversamos sobre sua loja de bolos, com a qual dividia seu tempo com a escola de educação infantil em que trabalha como pedagoga, mas começou a trabalhar em shopping aos 14. Sua palavra de ordem é “*oportunidade*”: foi assim que mais de uma vez ela viu surgirem dificuldades em sua vida e, como se diz, transformou limão em limonada. Seis anos antes, ela engravidou, os gastos aumentaram e ela passou a licença maternidade aprendendo na internet novas receitas de bolo. Pegou o que tinha na casa em que morava, montou uma estrutura na garagem e envolveu o marido na empreitada.

Olha, na verdade, a gente começou a empreender por uma necessidade financeira, a seis anos atrás que é exatamente o tempo que nasceu essa ideia, esse projeto. Eu engravidei e a gente teve algumas questões que demandaram muitos gastos financeiros, e foi bem em uma época que começou essa coisa de casa de bolo, onde as pessoas viam e compravam mais, quando a gente começou a ouvir falar sobre isso. Quando eu tava de licença maternidade eu tinha uma amiga que também tava grávida e a gente ganhou o bebê com um mês e 15 dias de diferença. Eu comecei a fazer uns bolos pra gente tomar café e ficar juntas nesse período de puerpério, e ela falou “por que que você não vende?”, e aí eu vi uma *oportunidade*, né? Eu já tinha uma dificuldade e eu vi uma oportunidade, foi quando a gente começou – eu, na verdade, sozinha com um bebezinho de dois meses – comecei a fazer os bolos para vender.

[...]

Eu acho que o principal desafio em 2016 era... na verdade, foi me aventurar assim na cozinha. O maior desafio pra mim foi a questão da maternidade, ter um bebê pequeno e de sempre enfrentar tudo sozinha. Meu marido trabalhava fora, então a gente teve que procurar informações sobre o negócio, como fazer, o que fazer, qual que era a demanda, o que que as pessoas preferiam, porque eu tinha que oferecer um bolo [...] mas as pessoas também fazem bolo, então eu tive que procurar algo que fosse um diferencial. E aí foi quando eu comecei a dar uma passada nas casas de bolo que tinham abertas pra procurar alguma coisa que eu conseguisse fazer diferente. Foi um desafio pra gente poder conciliar e começar sem ter um *know-how*, a gente não conhecia nada de nada, nem de empreender e nem de bolo, de trabalhar com alimentação. Então acho que foi a falta de conhecimento mesmo [o desafio].
(Fernanda, 30 anos, Campo Limpo, pedagoga e cozinheira)

Quando voltou da licença, Fernanda não conseguia mais dar conta do trabalho e da bebê pequena, e precisou fazer uma pausa com os bolos – afinal, ainda era demandada pelas

tarefas domésticas com o marido fora de casa. Retornou a eles em 2016, vendendo para conhecidos, mas ainda assim não tinha como se dedicar mais, quando o casal decidiu dar “um passo maior” e ele deixou o emprego de vendedor e passou a se dedicar exclusivamente à loja. Fernanda conta em tom de galhofa que já tentou vender “várias coisas” e nunca havia conseguido, o que aumenta seu sentimento de estar agora no lugar certo. “Então, no fundinho, assim, acho que sempre tive essa vontade [...] aquela coisa de ‘ai, desde quando eu era criança sempre falei’. Hoje a gente já tem projetos futuros, mas no momento eu acho que foi mais uma necessidade mesmo”. Além do Sebrae, para estruturar o negócio buscou mais uma vez a *internet*, que estava lá para dar o dinamismo necessário ao seu empreendimento – assim como de muitos milhões de empreendimentos por necessidade mundo afora.

Mesmo que ela trabalhe meio período na escola, são os bolos que lhe absorvem mais tempo – 10 horas por dia, de domingo a domingo –, e ela já decidiu que irá deixar a carteira assinada na escola para se voltar totalmente para o negócio. “Eu gosto mais agora de empreender do que de dar aula, então eu ficava muito nessa balança – do que que eu gosto mais? De dar aula ou de empreender? – eu já me encontrei, eu achei que eu gosto... acho não, eu tenho certeza, mais de empreender”. A saída pelo trabalho por conta própria, contudo, longe de colocá-la em igualdade de condições no mercado de trabalho ou implicar em uma rede de solidariedade em dimensão considerável, é uma aposta arriscada, na medida em que, segundo o próprio Sebrae, de cada 100 empresas abertas, 35 não chega ao final do primeiro ano, 46 não chegam ao final do segundo e 56 não chegam ao final do terceiro (cf. TOMMASI, 2016). No caso de Fernanda e seu marido, contudo, eles parecem bastante empenhados no negócio, sabem o que precisam e não extrapolam nas ambições, por mais que ela se inspire na dona da franquía de bolos Sodiê Doces, que “dormia na loja esperando os clientes chegarem”, e que em 2021 tinha mais de 300 lojas.

Obviamente, há um sacrifício nisso. Fernanda afirma que o padrão de vida da família melhorou depois da loja, mas o ritmo exaustivo precisava do estímulo de um futuro promissor. “Super cansada, super cansada. A gente aprendeu a aceitar um pouco, a gente trabalha muito, né, porque eu acho que é assim. Eu acho que quando você também começa a empreender do nada, sem ter uma estrutura, sem ter um aporte, sem ter alguma coisa...”. No entanto, ela em momento algum pensa em voltar atrás, e sugere que o trabalho na escola já não lhe traz tanta satisfação. Retomando a empolgação na fala, ela novamente cita seu mantra ao contar da nova loja que vão abrir em sociedade na avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, no valorizado bairro do Brooklin Novo e, mesmo com a pandemia, buscou rapidamente uma alternativa de continuar vendendo seus bolos. “A gente viu uma oportunidade de procurar esses

aplicativos, pra gente ter uma nova estratégia e que deu super certo, e aí a gente faz o *delivery* pelo aplicativo do Ifood”, conta.

Trajetórias desse tipo se multiplicaram nos anos recentes nas periferias urbanas até a sensação de ameaça de catástrofe individual e familiar com as medidas de isolamento sanitário, em que decomposições mais profundas foram evitadas pela perseverança. No caso de alguns interlocutores que remeto aqui, trabalhadores autônomos que foram diretamente afetados pela pandemia, eles creem que foi pelo empreendedorismo que se reinventaram e deram a volta por cima, mesmo que ainda sob dificuldades e ansiedades, sentimentos que de todo modo sempre fizeram parte de seus modos de vida e que foram desafiados por eventos nada triviais. São histórias de relativo sucesso, em que ao conhecimento prático prévio e muitos anos de experiência no ramo se somou a necessidade. Por mais que ter um negócio próprio fosse uma ambição, não foi ela quem empurrou essas pessoas que viviam situação de estabilidade econômica para o empreendedorismo, demonstrando que essa estabilidade era relativa e vulnerável a eventos imprevistos e imprevisíveis. Assim, mesmo quando o negócio “dá certo”, percebe-se que não há romantismo nem glamour, mas sim trabalho árduo e grandes sacrifícios que não acabam na sua implementação e que os acompanham por toda a vida.

Afora as mais de 100 mil mortes até meados de agosto de 2020 causadas pelo novo coronavírus, o país contabilizava uma taxa de desemprego de 13,1% no final de junho do mesmo ano. Até a primeira quinzena de junho, 716 mil empresas fecharam as portas, de acordo com a Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas, realizada pelo IBGE. Do total de negócios fechados temporária ou definitivamente, 40% (522 mil firmas) afirmaram ao instituto que o fechamento se deu por conta da crise sanitária. Mais de 67 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial de 600 reais entre abril e agosto. Entre março e julho, 600 mil trabalhadores se tornaram MEIs, um crescimento de 20% em comparação com o mesmo período de 2019, resultado, em grande medida, do aumento do desemprego e do empreendedorismo por necessidade.

Esse foi em parte o caso de Mercedes, mexicana de Monterrey de 34 anos, há sete morando no Campo Limpo com o marido brasileiro e seus dois filhos. Eles têm uma rede de suplementos alimentares em três shoppings populares de São Paulo. Se casaram no México, onde ela cursava Administração e trabalhava com marketing, quando se mudaram em definitivo para o Brasil para realizar o desejo do negócio próprio. Depois de alguma dificuldade inicial com o idioma português, ela passou a atender na primeira loja e a franquia parecia decolar. No início de 2020 eles estavam no país de Mercedes, e o imprevisto aconteceu: as fronteiras começaram a se fechar em um movimento global de tentativas de contenção da Covid-19; seu

marido acabara de fechar o contrato para a terceira loja, que ele não pode desfazer. Foi assim que, de volta ao Brasil, ela começou a preparar em casa seus pratos mexicanos favoritos e vendê-los por *delivery* dentro do condomínio em que vivem – entregues pelo marido –, iniciativa que se mostraria essencial para manter as contas da casa com as lojas fechadas pelas medidas de isolamento.

Então, o restaurante é super novo. A ideia veio imaginando que estavam os shopping fechados pela quarentena e como a gente depende 100% deles era que, tipo, estar trancado em casa sem renda, só pensando que o shopping está cobrando aluguel... E foi, assim, muito estressante esse momento. Como a gente mora em um condomínio muito grande, nos grupos de WhatsApp aqui mesmo o pessoal ofereceu os serviços que eles faziam, aí uma menina falou que ela gostava muito de comida mexicana e que ninguém estava fazendo, e ela tirou a foto de uma comida que ela fez: “[pensei] olha! Eu sou mexicana, eu consigo fazer!”. Aí um monte de gente “ai, faz que a gente experimenta”, aí eu fui, comprei as coisas e comecei a fazer. Foi primeiro no condomínio, depois como precisa de muita preparação de várias coisas, eu preciso vender fora do condomínio também pra que valha a pena. Meu marido estava aqui também em casa, ele dirige moto e ele tá fazendo o *delivery* pra mim. Agora a gente tá também vendendo um pouco pelo Ifood e tem um motoboy que já ajuda a gente, tá indo devagarzinho, mas tá indo.

(Mercedes, 34 anos, Campo Limpo, cozinheira)

Como Mercedes, milhares de trabalhadores, especialmente na periferia, se mobilizaram nesse sentido. Raphaela e Eduardo são *cidadãos exemplares*, com várias das contradições que essa caracterização carrega em uma sociedade de classes. Ela tinha 42 anos e ele 51 em dezembro de 2020, quando me contaram do empreendimento de comida italiana que estavam engatando naquele momento. Eles pegaram carona em uma das principais modalidades de negócio da pandemia, o serviço de *delivery*, ele como chef de cozinha e ela ocupada com a parte administrativa, atendendo o condomínio em que moram no Campo Limpo e nas redondezas. Foi um passo intuitivo para os dois, pois Eduardo trabalhava há mais de três décadas com cozinha e Raphaela teve experiência com a gestão de um restaurante na Vila Olímpia por quatro anos. Mas foi na região do Vale dos Sinos que a trajetória deles começou, há cerca de 50 quilômetros de Porto Alegre, ainda antes da mudança do casal para São Paulo em meados dos anos 1990.

Eduardo é porto-alegrense e se formou no curso de gastronomia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), logo depois de terminar o serviço militar obrigatório. Depois de passar por várias cozinhas, ele recebeu uma oportunidade de se tornar chef em um novo restaurante de comida italiana na cidade de Campo Bom, cuja clientela era formada pela elite da próspera indústria de calçados da região. Comprando insumos para o restaurante, ele conheceu Raphaela, que é natural do município e trabalhava como caixa no

supermercado. Depois disso, ela passou para a parte administrativa e ele continuou ligado à cozinha, como professor e chef consultor no próprio Senac, até que foi convidado para ajudar a começar um novo empreendimento na Vila Nova Conceição, bairro com o metro quadrado mais caro de São Paulo e que encontra o parque do Ibirapuera em uma de suas extremidades. Eduardo rumou para o Sudeste e sua esposa o acompanhou dois meses depois com a primeira filha do casal. Já na capital paulista, Raphaela conseguiu um trabalho administrativo no mesmo restaurante de Eduardo e começou um curso de *maître*, também no Senac, se especializando na coordenação de eventos.

Tiveram um começo difícil em São Paulo, onde seus problemas de adaptação iam do clima aos aspectos culturais da metrópole. Sua filha começou a ter problemas respiratórios devido à poluição, “uma chaminé na cara”, como diz Eduardo. Ainda jovem, ele conta ter se deslumbrado com sua primeira impressão: alugou logo um flat na avenida Paulista, mas sua fantasia durou pouco; por seu lado, Raphaela caiu diretamente na dura realidade da periferia paulistana, e não disfarça muito a irritação com a “cobertura” que seu marido arrumou no Valo Velho, bairro que pertence ao distrito do Capão Redondo e que fica próximo de algumas das favelas mais precárias da zona sul. O tempo passou e eles se adaptaram, tiveram uma segunda filha, e se mudaram para um condomínio também no Campo Limpo que, segundo eles, assegura para as filhas uma infância como a que eles tiveram, com espaço para correr. Não exatamente igual, já que lá eles dispõem de área verde, playground, academia de ginástica, salão de festas e tudo o mais que minimize as saídas à rua, sobretudo contam com um eficiente sistema de segurança.

Na verdade, quando eu cheguei em São Paulo, eu fiquei num flat fora da realidade. Com 24 anos, eu fiquei num flat lá na Paulista, cara. Bacana, aquela coisa toda. Mas aí comecei a olhar pra um lado e pro outro, *a realidade*. Conversamos com a nossa equipe que eu não ia seguir nessa vida por muito tempo não. E aí acabei alugando... foi uma cobertura que a gente alugou ali no Valo Velho, quando eu fui com minha esposa. Ah não, aqui não é cobertura. É laje, né?
(Eduardo, 51 anos, Campo Limpo, cozinheiro)

Três cômodos. A gente chegou lá no Valo Velho, Eduardo: “porque o pessoal de restaurante todo mundo aluga, todo mundo não sei o quê”, tem sempre um tiozinho que aluga. Aí o Eduardo arrumou tudo, depois a gente veio pra essa cobertura lá no Valo Velho. A gente ficou morando lá acho que um ano, depois a gente foi pra uma casa um pouco mais espaçosa, que a nossa filha mais velha [...] tava crescendo ali no Jardim Maria Sampaio. Também era um pouco mais seguro e ali a gente morou por uns seis, oito anos. Daí veio a nossa filha mais nova [...] e aí que acabou que quando a gente morava lá no Sampaio era uma escada assim, descia uma escada lá embaixo, mas não tinha um quintal e as crianças crescendo. Pra brincar, tinha que ir pra rua e aqui em São Paulo não dá pra brincar na rua, é uma outra realidade. Tanto que eu falei “Eduardo, a gente precisa procurar dar uma infância pras crianças pelo menos que a gente teve, que elas possam correr, brincar”, aí a gente andando pelo bairro aqui do Campo Limpo, zona sul, a gente encontrou esse condomínio; coube na nossa realidade

e aí a gente veio pra cá tem uns cinco anos e elas puderam mesmo. A gente veio para aqui pra que elas tivessem uma infância “mãe, vou descer pra brincar”, que a gente possa fechar o olho e saber que elas estão bem lá embaixo, brincando.
(Raphaela, 42 anos, Campo Limpo, administradora)

Isso aqui é um oásis, claro, dentro da realidade aqui da região aqui, Capão Redondo, Campo Limpo... A gente mora num oásis que a gente sabe da realidade aqui fora, do bairro, bem pesado... tem pessoas maravilhosas. Nossas filhas estudam em escola pública por opção nossa, entendeu? Até porque elas têm uma... seguindo a inteligência delas, têm oportunidade, a gente complementa o estudo delas com outros cursos: línguas, informática etc. Mas elas têm a realidade em contato com as pessoas do nosso dia a dia que moram aqui na nossa comunidade e elas se dão super bem, são super camaleões, tá bem bacana. Graças a Deus, tá bem bacana.
(Eduardo, 51 anos, Campo Limpo, cozinheiro)

Raphaela e Eduardo têm grande apreço pelo condomínio em que vivem, e acreditam que conseguem reproduzir ali a vida mais tranquila que tinham no Vale dos Sinos, com segurança e espaço para as meninas brincarem. O casal também gostaria, contudo, de uma vida comunitária que os enclaves fortificados dificilmente disponibilizam; no caso das filhas, a escola pública aparece como uma solução eficiente – e viável financeiramente, como veremos. Curiosamente, assim como para Mercedes, é justamente a falta de convívio, acelerada pelo isolamento social na pandemia, que vinha proporcionando o êxito da empreitada do restaurante delivery. A vida em condomínio, por mais que reparta indivíduos e famílias em células refratárias, cria formas de interação que transmitem uma ilusão de comunidade bastante adequada neste caso. Práticas que se assemelham à de Toni em relação ao vendedor ambulante de capas, mas aqui essa lógica só serve para quem está *dentro*, “afinal, o condomínio implica a tentativa de criar certas regras e normas públicas, nos limites da vida privada, mas sempre à condição de um espaço de excepcionalidade, erigido como defesa contra a barbárie exterior” (DUNKER, 2009, p. 3). Raphaela e Eduardo reuniram a experiência que tinham, acrescentaram cursos de especialização e partiram para o negócio próprio; depois de muitos anos, eles conheciam bem a culinária italiana e o público potencial que os rodeia, “fazendo uma diferença aqui na nossa região, no nosso condomínio”, como diz ele.

A trajetória dos dois parecia de êxito contínuo, da laje no Valo Velho ao condomínio agradável, situação possibilitada pela iniciativa empreendedora de um casal com objetivos definidos. Mas não foi bem esse o caso. Raphaela e Eduardo se encontravam empregados no ano de 2020 quando o agravamento da crise sanitária fez com os restaurantes em que trabalhavam baixassem as portas. Instalou-se o clima de tensão na casa: a primeira a ser desligada foi Raphaela, e Eduardo veio logo em seguida. Eles de fato tinham planos de abrir um negócio, mas a situação ideal para quem vive com contas estreitas não costuma chegar, o inesperado se impõe antes disso.

O que que nos trouxe pra isso, cara? Viemos pra São Paulo em empregos formais, tudo certinho e a gente sempre teve o planejamento de no futuro termos um bistrô, uma coisa pequena assim que a gastronomia tá nos proporcionando. Como a gente brinca, [em São Paulo] a gente abre uma porta, uma janela, tu vai vender qualquer coisa, né? Então, a gente tava vendo isso antes da pandemia, a gente tava começando a planejar isso, mas num ritmo lento, os dois empregados e etc. Durante a pandemia fechou o restaurante definitivamente da minha esposa onde ela trabalhava.
(Eduardo, 51 anos, Campo Limpo, cozinheiro)

Imagina, eu trabalhava lá há dez anos, depois que eu tomei aquele *boom* de março, que daí “ah, vão deixar suspender os contratos”, cheguei em casa, conversei com as meninas, o Eduardo continuava trabalhando, beleza, contrato suspenso, vamos recalcular aqui como vai ser o financeiro do mês e dos próximos meses e tal. Aí quando foi 31 de março, a minha gerente administrativa me ligou e começou a chorar... A gente já esperava que iam começar os desligamentos, começa já pelos cargos superiores e tudo mais, mas tu fica dez anos em uma empresa, tu fica “bom, peraí, pra onde que eu vou? Com esse Covid não tinha lugar nenhum”. Vamos lá, vamos nos reinventar então, começar a planejar como vai ser.
(Raphaela, 42 anos, Campo Limpo, administradora)

Quando a minha esposa [ficou] fora desse mercado, ela mesma já começou a desenhar esse nosso serviço, mas eu ainda estava trabalhando. A nossa experiência, trinta e tantos anos chef dessas cozinhas, começou a me mostrar. Dentro do restaurante que eu tava lá perto do banco Santander não fechamos nem um único dia, porque a gente ganhou muito dinheiro com os bancos. Evidentemente, estávamos trabalhando mais do que nunca, mas eu sentia que começou a diminuir fluxo de nossos clientes que trabalhavam na parte de diretoria, enfim, então já comecei a sentir no ar que ia ter mudanças, evidentemente. [...] Aí sentamos juntos aqui – eu e minha esposa – e já começamos a olhar pra frente pra encarar e aí nós fomos pensar em plano B, C, enfim. Um mês depois eu fui desligado. Tudo tranquilo, claro, dentro da pandemia, mas no momento que eu fui desligado a gente já tava começando a montar a nossa estrutura aqui. Já tava conhecendo a clientela, já tínhamos feito até uma pesquisa aqui interna, minha esposa, minhas filhas, enfim, nós quatro nos abraçamos e estamos aí nesse projeto.

[...]

Esse auxílio emergencial [da pandemia], vocês aprovam?

Aprovamos, claro [...]. Nós somos privilegiados, vamos dizer assim, por termos estrutura e por termos conhecimento técnico, essa inteligência técnica e profissional pra podermos estar em operação, mas e aquela pessoa que não tem cultura, não teve oportunidade? Pandemia tanta gente perdendo emprego com uma mão na frente e outra atrás, um monte de gente largada na rua. Realmente, tem uns exemplos até no sul de alguns familiares que realmente “bom, o que que eu vou fazer?” e, sim, 600 reais ajudou e ajuda, então isso foi providencial, sem dúvida.
(Eduardo, 51 anos, Campo Limpo, cozinheiro)

Nessas circunstâncias, a capacidade de avistar o perigo foi decisiva para eles, que transformaram a adversidade na realização de um projeto familiar. Não se trata aqui de um fetiche pelo patronato ou mesmo uma negação veemente do trabalho assalariado, mas de pés profundamente fincados ao chão e do uso de saberes adquiridos não para enriquecer de imediato, mas para retomar o rumo de suas vidas que, como sabia Raphaela, não retornaria tão cedo ao ponto prévio sem que naufragassem antes disso. Atribuem seu êxito por confiarem em

seus conhecimentos práticos e na familiaridade com seu público, mostrando “pras pessoas que estão aqui na região que sim, que se pode comer bem, uma coisa de bom restaurante com um preço justo”. Não inventaram a roda e deram para o público local que ascendeu socialmente nos últimos anos o que eles queriam. Nenhum dos dois cursou ensino superior, e Raphaela é bastante rigorosa com os aspectos burocráticos que podem ajudar ou atrapalhar seu negócio – por ora eles têm expectativa de enquadrar a empresa no MEI. Perguntados se tinham o restaurante como um sonho, Eduardo me corrigiu com seu tom moderado: “um *projeto*, né, cara. Tinha que montar uma estrutura. Eu costumo dizer que sonho é bom na cama, o problema das coisas é que a gente acorda”. De modo que eles trabalham hoje por volta de 14 horas por dia. “Tal dia a gente tem que ir na feira, corre lá, fechou às 14h, corre tudo, troca de roupa, vai lá na feira, compra os insumos, procura aí a carne mais barata e volta, depois posiciona tudo, quando vê já é hora de abrir de novo, isso de terça a domingo”. Colegas de Raphaela e Eduardo tentaram o mesmo e “não deram conta”. Eles não se queixam e se permitem poucas ilusões, não minimizam as dificuldades do trabalho por conta própria e inclusive as compartilham com as filhas – a mais velha, com 15 anos à época, já ajudava fazendo as entregas dentro do condomínio.

São nesses episódios de relativo sucesso, contudo, que emerge no empreendedorismo popular uma de suas características principais, a confiança no mérito fortalecendo no imaginário a miragem de que, para quem trabalha e se prepara, a prosperidade se alcança. Apesar de cientes dos obstáculos para o empreendimento próprio e solidários com aqueles sem o mesmo conhecimento à disposição, Eduardo vê no governo o papel prioritário de “desburocratizar, simplificar, facilitar” e diminuir a carga tributária, e Raphaela faz objeções ao “descontrole com o dinheiro público” que percebia na distribuição do auxílio emergencial em casos de fraude que via na TV e até entre conhecidos.⁶⁹ Por fim, acreditam que, como diz a velha máxima, “não adianta simplesmente largar o peixe na mão deles, tem que ensiná-los a pescar”, e que o governo não tem condições de continuar distribuindo dinheiro indefinidamente. Mas como cidadãos conscientes, eles estendem a mesma lógica ao Judiciário, que pleiteava

⁶⁹ Todos os entrevistados após o início da pandemia apoiaram a iniciativa do auxílio emergencial, mas fizeram as mesmas ressalvas: o auxílio tem que ser pago a quem “realmente precisa”, indicando entre eles um ranço contra aqueles que, supostamente, se aproveitam do benefício sem necessitá-lo. Luís Alberto, por exemplo, acha que na fila pelo auxílio tem muito “nóia”, mas recebe o auxílio por estar “desempregado” – o petshop está no nome da esposa e o bar não tem CNPJ. Outra contradição notável é o fato de que esses comércios continuaram com clientela porque parte dela usava seu auxílio emergencial para comprar produtos supérfluos, como admite Diego, ao comentar o aumento nas vendas na sua loja de presentes. Deleí ia na mesma direção: “Eu não vou dizer que não ajudou porque o cara recebe 600 reais aí dá para pagar uma conta de água, uma conta de luz, dá para fazer alguma coisa, comprar. Não vou dizer que não ajudou, mas eu prefiro estar trabalhando porque você trabalhando, você sabe o que você pode conquistar, e você depender dos outros não é legal.”

novos benefícios naquele momento.

O auxílio que o Judiciário tá pedindo agora. Tira o auxílio da Câmara, da Alesp [Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo], aí tem condições sim, já que os políticos e os magistrados têm tantos benefícios. Socialmente pensando, por que não o auxílio pobreza, o salário pobreza, entendeu? Tem sentido. Mas eu sou contra. Nós somos negros aqui na minha casa, eu não vou te mentir, o serviço de cotas, apesar de que eu sou contra, acho necessário porque dentro da nossa realidade se não tiver cotas não vai haver essa inclusão, tá bom? Então, dentro de todas essas diferenças sociais que nós temos no Brasil, sim, se todos esses poderosos, “pseudo” poderosos têm seus direitos, o pobre também tem direito de receber esse auxílio pobreza. Só que não só receber o dinheiro em mãos lá, pegar os 600 reais, senão o cara vai entrar na primeira – o cara não, não vamos generalizar –, mas muitos vão pegar e vão entrar no primeiro bar e tomar isso de cerveja, mas trabalhar, estar preparados para o mercado... (Eduardo, 51 anos, Campo Limpo, cozinheiro)

“Que receba por mérito”, interrompe Raphaela. “Acho que até esse pessoal que tá ali em Santo Amaro, que estica uma cobertinha no chão e vende as roupas, né? Todo esse pessoal, todo mundo que é informal se tu for conversar com eles, eles têm o desejo de serem formais”, completa, apontando para a burocracia e para os impostos altos como barreira para que esses negócios informais tenham condições de caminhar com as próprias pernas. Para Eduardo, o empreendedorismo é “a saída” para a crise econômica brasileira, na medida em que haja *menos* governo, e não mais. Mercedes também tinha opinião parecida.

Diante da crise você acha que o empreendedorismo é uma saída?

Sim, porque assim, se você espera que alguém te dê trabalho e todo mundo esperar que alguém dê trabalho pra alguém ninguém vai dar, não vai acontecer porque até que as coisas melhorem... é, vai demorar. Você vai só esperar alguém mais fazer algo pra você pegar carona, então é meio... não acho que seja uma saída rápida, mas, sei lá, você que sabe fazer bolo começa a vender bolo. Imagina, quem faz bolo compra os ingredientes em um supermercado um pouco mais localizado e não em um mega atacadista, então assim, dando um pouquinho de ingresso pra quem tem mercado e o mercado, sei lá, vai e janta pizza do vizinho. Então, eu acho que é uma cadeia que a gente pode ajudar muito mais do que esperar que uma empresa grande te contrate. (Mercedes, 34 anos, Campo Limpo, cozinheira)

Ambos são bastante céticos com relação à política, e Eduardo gosta de comparar as eleições com o clube de coração da família, o Internacional. Eleitores de Bolsonaro em 2018, dizem se arrepender e o criticam acidamente, mas “aí tu olha pro banco [de reservas] e dá vontade de chorar pra tu fazer essa troca, é melhor deixar aquilo que tá em campo por enquanto e tentar trazer coisa nova de fora mesmo sabendo que tá difícil, porque o que nós temos na reserva – minha nossa senhora! – é pra ser rebaixado, né?”. A fala do mérito tem duas funções no empreendedorismo popular: serve para quem conseguiu alguma mobilidade exaltar seu exemplo diante dos que ficaram para trás; e para aqueles que ainda não conseguiram e

narcisisticamente veem a falta de mobilidade como injustiça no momento em que as promessas de inclusão pelo consumo e da ascensão pela educação não se cumpriram para a maioria, como veremos a seguir.

Reconhecimento

Com 36 anos, Diego abriu sua loja de presentes em Santo Amaro em plena pandemia. E não era a primeira: ele tem mais três comércios no periférico Jardim Ângela, próximos de onde mora – uma loja de roupa, uma floricultura e outra de presentes, como a que visitei. Presente não apenas nos bairros periféricos, as ruas de comércio sobrevivem em antigos bairros operários transformados em refúgios da classe média como Lapa, Tatuapé, Vila Mariana. O distrito de Santo Amaro, na região centro-sul de São Paulo, foi um município independente entre 1832 e 1935, quando alcançava até o extremo da zona sul. Reincorporado à capital, foi subdividido em vários distritos como se encontra hoje. Importante polo industrial no século XX, foi servido por mão de obra de origem nordestina instalada ali e nas regiões vizinhas, e paulatinamente com a crescente desindustrialização, transformou-se em centro comercial de apelo popular, em contraste com condomínios de luxo a ocupar quadras inteiras, shoppings para o público de alto poder aquisitivo, arranha-céus com vista para o parque do Ibirapuera com a cidade ao fundo, e intensa especulação imobiliária. Nos interstícios entre enclaves fortificados, algumas regiões se mantêm muito conhecidas por paulistanos de todos os cantos, como o calçadão do Largo Treze de Maio.

A loja de Diego ali próxima foi resultado de “ousadia e planejamento”, comenta exaltando a si mesmo. Segundo ele, em Santo Amaro não há muita concorrência no seu ramo, pois “os atacados e varejos só têm no Centro, então por tudo que eu estudei e planejei, acredito que não tem como dar errado”. De fato, pelo menos até o momento da entrevista, Diego afirmava ter aumentado seu faturamento durante a pandemia, vendendo pelo WhatsApp e pelo Facebook enquanto as lojas de roupas permaneciam fechadas. Manteve os quatro funcionários das lojas do Jardim Ângela em casa, pagando metade do salário, mas não demitiu ninguém. Ele mesmo fazia as entregas, até cinco quilômetros distante. Esbanjando otimismo, ele parecia irradiar os sentimentos estampados nas almofadas em formatos de coração que o cercavam, além de outros objetos de decoração comuns em casa de famílias das classes baixas. Acostumado com a carência do Jardim Ângela, a cerca de nove quilômetros dali, Diego experimentava uma sensação de ascensão social proporcionada pelo convívio em um bairro mais central, onde os salários são mais altos e o público mais impessoal.

Para além dos valores de aluguel, que diferenças você vê no comércio daqui?

O valor aquisitivo que é o mais importante, o valor agregado que nós colocamos aqui é diferente de lá e aqui o pessoal dá mais valor, em questão de desconto também etc.

Como assim dá mais valor?

Hoje nós temos um produto aqui a 100 reais, a pessoa paga tranquilamente e raramente pede desconto. Lá o mesmo produto eu tenho a 70 reais e a pessoa pede desconto ainda, então o valor agregado é muito pouco em bairro.

(Diego, 36 anos, Jardim Ângela, comerciante)

Há cerca de cinco anos, ele havia deixado seu emprego de gerente em uma loja da DPaschoal, uma conhecida rede de assistência técnica de produtos automotivos, onde tinha carteira assinada e apenas uma queixa. Diego diz que já tinha o empreendimento “engatilhado”, pois viu nele uma “capacidade maior” do seu conhecimento. Ele é formado em Recursos Humanos, com pós-graduação em Psicologia na mesma universidade privada localizada ali perto, no Largo Treze. Completou seus estudos sem nenhuma bolsa ou financiamento por escolha própria, já que tinha condições de pleitear. Apesar de não exercer a profissão, acredita que sua formação universitária é fundamental para lidar com pessoas e conhecer futuros parceiros; além do mais, valoriza o conhecimento adquirido, pois este “ninguém tira”.

É curiosa a maneira como Diego se refere à sua formação. O valor que atribui a ela hoje é inversamente proporcional à reflexão que dispendeu para escolhê-la: ele assume que “caiu de paraquedas” na preferência de uma prima que se inscrevia para o mesmo curso; ela o admoestou, ao que ele respondeu simplesmente “não importa, eu só quero estudar”. Quanto a Psicologia, ele conta que ainda na graduação em RH teve uma disciplina da área. “O professor explicava, eu não entendia nada, e quando comecei a entender e a compreender, eu acabei me interessando pela mente humana. ‘Acho que vou estudar mais um pouquinho isso aí’, eu pensei, que é muito importante para a área de vendas”. Observei um caso parecido em minha pesquisa de mestrado, em que um dos meus interlocutores fazia ao mesmo tempo dois cursos de grades curriculares praticamente idênticas. Um ele não pagava, porque tinha bolsa do Prouni, mas, assim como Diego, a escolha não tinha sido feita por ele, mas pela namorada, que o empurrava para a formação superior. Em nenhum momento disputar um vestibular em uma universidade pública havia passado pela cabeça de nenhum dos dois, por mais que entendam a importância do diploma para se manterem competitivos no mercado de trabalho (cf. COSTA, 2015).

Na faculdade você tem uma base muito boa em questão de experiência, tem muitos profissionais, que são os professores que muita gente também não dá valor pela base que eles têm. Hoje, todo o conhecimento que eu tive lá atrás – que eu achava que não era muita coisa, mas eu quis aprender –, hoje eu coloco em prática muito, sobre funcionários, como abrir uma empresa, como fechar, o quanto que eu tenho que

colocar de porcentagem em um produto para poder manter meu comércio, então eu tive uma base muito boa e acredito que isso me ajuda muito hoje.

[...]

Não vou te dizer que ser comerciante é melhor porque você trabalha três vezes mais, você não tem férias, não consegue descansar direito. Na empresa que eu estava, realmente o meu salário era bom, mas só que eu sentia que eles não me valorizavam da forma que eu sentia que eu deveria ser valorizado, era para eu estar em um patamar e eu estava em outro e não por falta de conhecimento.

(Diego, 36 anos, Jardim Ângela, comerciante)

Um das hipóteses que levantei à época é que a qualidade da formação universitária, ou mesmo o quanto ela responde ao mundo real do trabalho contemporâneo, importa pouco, pois a exigência de qualificação específica é baixa. Mas para Diego, ela representou um ganho de autoestima que, por ora, o impulsiona para empreender com uma confiança notável, talvez excessiva. É difícil para ele explicar porque ser comerciante seria melhor do que a estabilidade que tinha antes como gerente, bem empregado em uma empresa de porte médio consolidada no mercado. Ele não se sentia “valorizado”, o investimento no seu capital humano não estava dando o retorno que ele imaginava. Diego não queria apenas se manter competitivo e empregado, ele queria mais, um tipo de satisfação pessoal narcísica que o trabalho subordinado não era mais capaz de lhe prover.

Morando há cerca de 20 anos no Campo Limpo, o paulistano Maicon acompanhou as transformações que ocorreram ali diante da multiplicação da oferta de serviços, resultado do aumento do poder de consumo local. Com 35 anos no momento da entrevista, ele trabalhou como técnico de informática e foi desligado quando a faculdade em que trabalhava foi vendida. Em 2019 resolveu fazer das memórias afetivas de família um ativo de empreendedorismo, agregando o conhecimento anterior. “Mas pra mim foi muito legal, porque dentro do TI [Tecnologia da Informação] foi que eu consegui arrumar muito conhecimento pra poder colocar uma energia também nesse meio, tipo, o uso do Instagram, uso do Facebook, porque assim, eu tomava conta da parte de redes sociais da empresa, né?”, comenta sobre a oportunidade que se abriu com sua demissão. Desde então Maicon busca se inserir na emergente cena gastronômica da periferia, e enquanto não tem capital para abrir seu próprio negócio, anima nas horas vagas suas redes sociais visitando os restaurantes da quebrada e postando suas impressões. Sua atividade de *influenciador digital* vinha dando seus primeiros passos, e sua estratégia era dar visibilidade para esses empreendimentos que, segundo ele, eram tão bons quanto os do outro lado da ponte.

Vinte anos atrás era aquilo, né? Você não tinha muita coisa aqui, as únicas coisas que

tinha era tipo uma sorveteria, tinha os mercados que tem até hoje. Por exemplo, aqui na avenida não tinha um restaurante, hoje já tem três. A gastronomia teve uma evolução aqui no bairro. Hamburguerias foram criadas, isso não tinha a muito tempo atrás, até mesmo aqui no comércio da região também com a chegada... quando eu vim pra cá não tinha o terminal de ônibus, então a avenida, a estrada do Campo Limpo, ela foi bem mais [precária]. Com isso, já veio vários outros tipos de comércio também, até então lojas de eletrônico, essas coisas não tinha, loja de capinha de celular, cerealista, antigamente isso não existia aqui. O que tinha aqui, particularmente, era o quê? Padaria, mercado e, como é que se diz? Aquele pessoal vendendo coisas na rua, barraquinhas e hoje em dia esse pessoal das barracas. Depois veio ter um shopping aqui no bairro, um shoppingzinho de galeria e eles estão alocados lá, eles saíram da rua e alugaram um comércio lá pra eles ficarem, ficaram bem mais alocados, né? (Maicon, 35 anos, Campo Limpo, técnico de informática e influenciador)

Essa evolução que teve aí no bairro você atribui a quê?

Ah, eu acho que assim, mais a parte de conhecimento mesmo, né? Igual ao caso do rapaz aqui, um vizinho meu de frente que ele é *sushman*, ele veio lá do Norte, ele trabalhou num restaurante que tinha uma parte de japonês e ele começou a gostar. Ele fez um curso e abriu uma comida *delivery* aqui que vende comida fresca japonesa, tipo assim, o cara ele veio... meu, ele era nordestino, não tinha muito a ver com o foco. Ele gostou da comida diferente daqui porque trabalhou, foi buscar o conhecimento dele e conseguiu abrir uma lojinha pra vender uma comida. Tipo, ele é um nordestino e faz comida japonesa. E a comida japonesa dele é muito boa. Essas histórias que a gente vai vendo assim... Meu, um rapaz que era chapeiro em uma hamburgueria ou era em uma lancheteria e o cara vai e monta um *delivery* na casa dele, né? Essas histórias que o pessoal vai tendo autoconhecimento, e até mesmo uma outra pessoa que trabalha com aquilo e ajuda [...]. Um coleguismo mesmo e a pessoa acaba aprendendo a fazer aquilo, então ele pega e vai começando a trazer pro bairro. Tipo, hoje em dia você abrindo o Ifood, você pode tudo o que você quiser, tem todas as opções possíveis, isso que é o legal.

(Maicon, 35 anos, Campo Limpo, técnico de informática e influenciador)

Maicon, que cursou MBA em Gestão de Tecnologia da Informação na Universidade Anhanguera, se alistou para o curso de empreendedorismo Arrastão voltado para gastronomia – fez todo online por conta da pandemia. Além da preparação para o *pitch*, ele mantém a procura por cursos e certificados que, segundo ele, podem lhe trazer ainda mais conhecimento. “Eu fiz três certificações de hambúrguer, vi os vídeos, tem uma outra que eu comprei que nem terminei ainda que eu tenho que fazer, que foi com um rapaz de referência do ABC [...] que ele é referência na defumação, e aí você vai fazendo. Foi um hobby que tá quase se transformando em uma ganha-pão”, diz Maicon, que ainda faz bicos de TI, que é o que de fato paga o financiamento do apartamento que comprou com a esposa depois que saiu da casa dos pais e foi demitido da faculdade. Mas ele não demonstra abatimento, e repete como um mantra sua busca incessante por conhecimento: no Arrastão, ele salienta o que aprendeu sobre sustentabilidade e utilização de plantas não convencionais (PANCS).

As histórias a que Maicon se apega indicam sempre para a gastronomia de uma maneira romântica, “na parte emocional”. Gosta de contar que, com seus seis ou sete anos, ajudava a bisavó mineira na cozinha, que “fazia aquele bolinho que é tipo uma carolina só que

não tem recheio”, que seus pais cozinham muito bem, que sua irmã é muito boa nos doces e que as melhores lembranças de família envolviam conversa e comida. Ele pinta em cores muito vivas sua história, que combina com seu objetivo de ter um restaurante de *cozinha afetiva*, conceito da moda na gastronomia paulistana que busca “trazer de volta sensações nostálgicas através do paladar”, isto é, transforma pratos populares muito conhecidos nas casas brasileiras em ativos valorizados e com apelo *gourmet* (cf. ÖBERG, 2018). De modo que, apesar das memórias familiares justificarem sua afinidade com a gastronomia, é um dos expoentes famosos da cozinha afetiva que lhe serve de inspiração, o chef Alex Atala, dono do estrelado restaurante D.O.M. instalado no grã-fino Jardins. “Cara sensacional, ele é um empreendedor muito bom”, elogia Maicon. “Tem umas aulas que ele dá de gastronomia no Youtube, e até universidade em que ele dá umas palestras, sempre gosto de assistir porque ele é muito inovador e parece ser um chefe muito bom, uma pessoa muito boa”.

De fato, Maicon tem pouca experiência no ramo gastronômico. Nem todos os interlocutores que destaquei na seção anterior tiveram grande experiência em seus ramos de negócio, mas eles estão focados na demanda, fazem pouco discurso e evitam ao máximo o risco, avaliando um passo por vez. Maicon confia muito nas histórias que tem pra contar, o que por ora lhe é adequado para constituir uma audiência para suas plataformas virtuais. Também investe muito em certificados, mas tem um instante de insegurança ao lamentar que não tenha tido uma formação presencial no curso do Arrastão, o que poderia compensar um pouco o lado prático que parece lhe faltar.

“Inovação... todas as ideias que a gente tem nunca são descartadas, a gente tem que pegar, anotar essa ideia e, tipo, sempre inovando, fazer uma coisa nova”, se empolga Maicon, sonhando em criar um “prato revolucionário”. Sonho, aliás, é o que o faz preterir os benefícios da carteira assinada pelo negócio próprio. Sintomaticamente, para começar a erguer seu restaurante ele não segue as receitas “afetivas” que constam em algum caderninho da bisavó, mas que preenche a narrativa que criou para si mesmo. Prefere partir da mimetização de heróis impressos na ideologia do empreendedorismo “do bem” como Atala, uma miragem que embaralha vida real e o universo imaginário, uma armadilha da cultura do narcisismo contemporânea que Christopher Lasch (1991) examinou em seu *The culture of narcissism*.

O *culto* das relações pessoais, como insiste a racionalidade gerencial contemporânea, oculta assim um total desencanto com as relações pessoais em si, e se torna cada vez mais intenso à medida que a esperança de soluções políticas recua, descreve Lasch (1991). São patologias que, para Richard Sennett (2012), estão vinculadas ao trabalho. A exaltação do *risco* nesse novo capitalismo, impondo aos mais jovens uma ética de mobilidade

constante, de impermanência na mesma função ou empresa, exacerba reações de ansiedade também na geração anterior, que vê sua experiência adquirida desvalorizada, como um conhecimento inerte.

Para Maicon, o governo deveria funcionar como uma empresa, o empreendedorismo é a forma correta de lidar com a crise econômica e sua queixa se dirige ao excesso de impostos que, segundo ele, prejudicam os pequenos comércios. Por isso, apesar de ainda não ter filhos, ele sonha com um empreendimento estável para deixar como herança. Com três filhos, Keila também se preocupa com isso. Ela atua no ramo da estética e arrendara há cerca de um ano um sobrado localizado em um ponto elegante de Santo Amaro, próximo ao Shopping Morumbi e ao Consulado dos Estados Unidos, entre restaurantes chiques e edifícios corporativos. Lá, pegara o salão já pronto que a antiga locatária lhe repassou e que lutava para manter funcionando na companhia de uma “profissional-parceira”. Bem diferente da realidade que via no Campo Limpo, onde tinha um estabelecimento comercial antes da decisão de mudar de bairro – apenas profissionalmente, pois continua morando lá com as filhas e o marido. No bairro da periferia também moram seus pais, na mesma casa em que cresceu essa filha de mineiros – seu pai era tão apegado ao estado de origem que carregou a mulher para ter a filha com o registro de Minas Gerais na certidão de nascimento, e voltou para São Paulo alguns dias depois.

Keila, com apenas 31 anos, esbanja a astúcia de quem começou a trabalhar cedo, teve três filhos, sendo que a primeira nunca conheceu o pai biológico, e já há alguns anos toca seu próprio negócio conciliando-o com virações, cursos de beleza e uma graduação estacionada pela pandemia. Seu sorriso largo transmite um raro otimismo que contrasta com as dificuldades que vinha passando, sobretudo por conta das medidas de isolamento, o que significava menos clientes. Mas ela é dedicada, está convencida do ofício que escolheu e tem ambições que não espera que caiam do céu. Suas opiniões revelam também uma descrença que lhe viera precocemente, quando seu otimismo muda de tom. Acredita em si mesma e na família, agradece a todo momento o marido, que a ajuda nas tarefas da casa e a incentiva no ofício, tem como inspiração os próprios pais, não é muito chegada à vizinhança e carrega uma religiosidade moderada de quem foi criada católica, passou pela umbanda e pelo pentecostalismo, mas concluiu que tem uma “comunicação muito forte com Deus”, e isso lhe basta por ora. Idealiza o passado, de quando brincava na rua e voltava sozinha da escola, e crê que os filhos não possam mais fazer o mesmo. “Meus filhos nunca vão ter essa possibilidade de ficar na rua brincando de pega-pega, esconde-esconde, polícia e ladrão”, lastima. Condena o que vê como consumo indiscriminado de drogas nas ruas do bairro e dá especial importância à criação rígida que teve

por parte da mãe, que ela lamenta não ter valorizado quando era mais jovem. “Eu costumo dizer que a juventude começou a dar errado quando o filho parou de respeitar pai e mãe dentro de casa”, disse mais de uma vez durante a conversa, que em parte ocorreu com a presença do marido, que havia ido buscá-la e esperava ao celular, com fones de ouvido que o faziam ignorar as várias vezes em que ela o elogiava.

Sua trajetória no mundo do trabalho, até se encontrar no ramo da estética, foi em uma área com bem menos encanto. Keila trabalhou por nove anos no setor de *call center*, até que não aguentou mais a rotina estressante e a insatisfação pessoal. Apesar de poupar as empresas em que trabalhou, ela admite que seus horários eram sempre milimetricamente calculados e exaustivos, mas demonstrando que apreendeu bem a lógica empreendedora, afirma que “o problema não era a empresa. Hoje eu percebo que o problema era eu, porque eu não gostava daquilo que eu fazia”. À época, ela já tinha feito um curso de depilação de sobrancelhas e colocou na cabeça que faria isso para a vida. Começou um curso técnico de estética nas proximidades da sua casa, no Capão Redondo, e continuou sua busca por qualificação enfileirando uma especialização atrás da outra. Com três filhos e contas a pagar, Keila não tem tempo para o que não pode dar certo, por isso se aplica especialmente nas lições *práticas* da vida e do ofício: a mão na massa, o retorno garantido, o custo-benefício, valores e preceitos que o empreendedorismo lhe fortalece.

[...] Fiz a primeira faculdade de estética, saí dessa empresa [de *call center*] e comecei a trabalhar nos salões lá perto da minha casa mesmo, e aí percebi que aquilo tava pouco pra mim, mas o pouco era no sentido assim, que depois da faculdade eu comecei a fazer muitos cursos extracurriculares, mas não era extracurriculares pra faculdade, era... [por exemplo] saiu um aperfeiçoamento de limpeza de pele, cursos assim de um, dois dias, eu ia lá e fazia, se saía um aperfeiçoamento de gordura localizada eu ia e fazia e quando eu voltava não tinha esse retorno do pessoal do bairro e não porque as pessoas não podem pagar, é porque as pessoas valorizam os profissionais de fora porque eles preferem estar dentro do shopping, que dá parcela em 10 vezes e faz o kit check-in [...]. Eu fui sempre me estruturando, fazendo cursinhos e aí eu mudei do primeiro salãozinho que eu dividia com a minha amiga e fui crescendo, crescendo, crescendo.

Esse salão era no Campo Limpo antes?

É, no Campo Limpo. E aí, fui mudando, do Campo Limpo eu... uma amiga me chamou pra ir trabalhar com ela em um bairro melhor que era próximo do Terminal João Dias, e aí, chegou uma hora que eu falei “amiga, tá pequeno”, fiz cursos mais famosos, fui investindo mais, “amiga, tá pequeno, preciso de um retorno maior”, e aí eu vim pra cá, basicamente isso. Ingressei também pra fazer mais uma graduação que é de fisioterapia, quero fazer pós em Dermato Funcional porque eu gosto muito do corpo humano. Eu tranquei por conta mesmo da pandemia, eu tive que fazer algumas escolhas, optei por trancar temporariamente e continuo estudando.

[...]

O [curso] técnico é muito mão na massa, é muito aprendizado, aprendi mais rápido

nessa experiência do técnico. A graduação eu comecei a fazer em estética e eu não gostei porque era muito termo técnico, era muita coisa técnica e eu percebia, eu fiz dois anos, que tava ali me trazendo uma insatisfação. Por quê? Eram quatro anos. Eles preparam você pra trabalhar para outras empresas e não era esse meu intuito, entender de cosmetologia, e aí eu migrei pra Uninove porque eu gosto mesmo da mão na massa.

Da parte mais prática?

Da parte mais prática. A parte da Uninove é muito bacana porque também era muito mão na massa, então, lá, por exemplo, nós tínhamos também dois dias de laboratório, então eu tava gostando bastante, só tranquei mesmo por conta do início da pandemia e também porque... no início da pandemia eles aumentaram muito o valor. Acabou que eu tranquei, e aí ele convidaram pra voltar online. Vou esperar um pouquinho, vou estruturar meu espaço que quando tiver caminhando eu volto pra lá.

(Keila, 31 anos, Campo Limpo, esteticista)

Essa lógica “empreendedora” é a que Keila carrega para ambas as direções da sua vida, a pessoal e a profissional, em que como numa casa de espelhos, se reflete o senso prático de uma na outra. Seu curso de fisioterapia, que estava trancado naquele momento, seguiu o mesmo critério: a escolha pela estética não foi uma grande elucubração sobre seus talentos e sonhos, mas sim baseada nas necessidades do *aqui e agora*, nas quais ela pôs em prática sua experiência como irmã (“porque eu sempre gostei muito de contato, de pele, de tirar um cravinho, meu irmão na adolescência ele tinha muito e eu adorava tirar”), como mãe e como *mulher*. Uma identidade que funciona *ao mesmo tempo* para ordenar tanto a vida doméstica, a relação conjugal, seus julgamentos sobre feminilidade e a ética empreendedora. Como síntese desse raciocínio, ela menciona o clássico samba-canção composto por Mário Lago, *Ai, que saudades da Amélia*, como o papel que uma mulher empreendedora como ela deve rejeitar.

Eu, como empreendedora, se aparecer um curso novo que eu vejo que vai abrir caminho nosso, eu faço de tudo pra fazer esse investimento pra trazer, e é esse tipo de mulheres que eu quero aqui comigo, que não tenham problemas de ir lá fora entregar um panfleto, não tenham problemas de aparecer nas redes sociais atendendo um cliente.

[...]

Eu faço Fisioterapia pra reabilitar a autoestima da mulher, que antes da pandemia já percebi isso: mulher quando casa... é até preconceituoso às vezes, né? A mulher quando casa deixa muito de se cuidar pra cuidar da família, mas não é porque o marido ou os filhos pedem, é porque mulher é assim, né? Então, eu gosto muito de trazer essa parte do reabilitar a autoestima, eu gosto bastante.

[...]

Eu tô com uma cliente que terça e sexta ela vem bem cedinho, então se ela tá aqui às sete, nós saímos de casa bem mais cedo, por volta de 5h45, então de terça e sexta a gente sai muito cedo. Normalmente eu gosto de chegar aqui cedo pra organizar as coisas, eu acho que eu trabalho melhor daqui, mando mensagem pras clientes, com as crianças, então sempre eu vou chegar cedo. Claro que tem dias que a gente tá sempre muito cansada, mas a rotina é essa, chegar aqui cedo, ficar até a hora que tiver o último cliente, quando não tem eu dispenso a moça um pouco mais cedo e vamos embora, aí

chego em casa, nem sempre eu faço janta, meu amor que cuida dessa parte, que ele me ajuda bastante. Eu falo que se não fosse... não é porque ele tá aqui não, tá? Se não fosse pelo andar dele com as crianças, de facilitar minha vida não sei o que seria, eu sempre falo que tem pra mulher, que ela é Amélia, que ela não gosta de empreender e tem as empreendedoras que não gostam de ser Amélias.
(Keila, 31 anos, Campo Limpo, esteticista)

Keila está “engajada no MEI” e com o discurso afinado com o *ethos* empreendedor. Não disfarça as dificuldades que passa, mas elas não aparecem de imediato na conversa. Há de início o elemento familiar, que justifica sua busca por autonomia, de fazer os próprios horários e ter mais tempo para os filhos. “Eu queria ser dona de mim. Só que não é tão bonitinho assim”, conta entre altas gargalhadas de quem se sente feliz contando sobre si mesma, e ao mesmo tempo fazendo formulações que não costuma fazer no seu dia a dia. “Dá uma sensação de autonomia, com os desafios, então eu gosto de empreender”. De modo que quando precisa elaborar suas dificuldades, ela relativiza sua responsabilidade individual, como quando conta ter se inscrito em um curso de finanças, que sugere ter feito tardiamente e que poderia ter lhe dado melhores condições de administrar seu salário. “Eu acho que aqui no Brasil a educação financeira tinha que vir desde o ensino fundamental, mas o governo não quer que o brasileiro seja inteligente, então...”, reflexão que não a impede de elogiar a si mesma. Qual é o cálculo, então, que rege seu destino? Qual é a *razão* que a governa, se até mesmo seu emprego no *call center* não parecia, nas suas palavras, tão ruim na medida em que garantia bons benefícios, além das vantagens próprias da carteira assinada? E mesmo na sua trajetória como trabalhadora por conta própria, são escolhas que, do ponto de vista puramente econômico em sentido estrito, não encaixa suas peças. Ao explicar porque quis deixar de atender no Campo Limpo, seu dedo aponta para a clientela, que na periferia gosta de pechinchar e reclamar do valor do serviço, enquanto em Santo Amaro há uma *etiqueta* que não permitiria esse tipo de comportamento. Mas o fato é que ela tem menos clientes no bairro de classe média e seus custos são maiores, e mesmo a pandemia não parece motivo suficiente.

O pessoal daqui [Santo Amaro] paga sem reclamar. É, é basicamente isso, a questão do público mesmo, o público não reclamar do serviço que tá sendo prestado, então, por exemplo, eu cobre da cliente 50 reais, pra ela é muito natural fazer isso. Lá no bairro o pessoal fala “50 reais!?”. É basicamente essa a diferença do público de lá pra cá e também questão de comportamento e tudo mais.

Você disse que você queria sair de lá, né? Então, foi por isso?

É, mais ou menos, por questão de não valorizar, tipo, você estudar tanto e não ter aquele retorno financeiro. Tecnicamente no bairro o que eu percebo de diferente daqui? A demanda do bairro é maior, por exemplo, no bairro, o valor da unha é um valor menor, mas toda semana era lotado. Aqui, por conta da pandemia, ainda não sinto isso, não sei se é porque as mulheres daqui são as pessoas que trabalham nas empresas, eu já peguei o ponto na pandemia, então eu não consegui ter essa dimensão,

de não conseguir fazer esse balanço, né? Mas eu sei que os salões do bairro normalmente no final de semana tá bombando. Aqui, final de semana você pode abrir que você não atende, basicamente não tem público pra cair no final de semana. (Keila, 31 anos, Campo Limpo, esteticista)

Sennett (2012, p. 106) interpreta nesse fenômeno um “teste de caráter” em que “o importante é fazer o esforço, arriscar a sorte, mesmo quando *racionalmente* se sabe que está condenado a fracassar”. Sennett (2012, p. 24, grifo meu) vê nessa cultura que glorifica as mudanças de curto prazo e seu caráter episódico e fragmentário “um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo”. A sensação de desvalorização diante do tamanho que a ambição de Keila alcançou é o que torna *empreender* no seu bairro periférico uma alternativa quase insuportável para ela. A crença no empreendedorismo, que nasceu da realidade exaustiva do *call center* combinada com as promessas de mobilidade social pela busca incessante de qualificação profissional a colocaram num beco sem saída, o que pode ser dito também de Diego e Maicon em momentos diferentes de suas vidas. O empreendedorismo como estrutura de sentimento do mundo contemporâneo manipula essas ansiedades e as administra com pequenas vitórias que reforcem sua miragem de inevitabilidade. Para Keila, o investimento no seu capital humano só terá retorno quando ela se sentir valorizada pelas mulheres elegantes que atende agora. Não é mais possível voltar atrás sem frustrações maiores, para o lugar que hoje ela vê como degradado em relação às suas memórias de infância. Sua percepção parece demasiadamente sustentada pelo merecimento que acreditava ter direito depois de seus esforços de formação, mas o relativo êxito dos interlocutores da seção anterior no mesmo Campo Limpo sugere que Keila tenha desprezado o pragmatismo que para eles foi fundamental.

Curiosamente, esse passado idealizado por Keila é contemporâneo justamente daquele narrado pelos Racionais MC’s, que moravam na quebrada vizinha. Muito antes dos programas sociais e da inclusão pelo consumo vingarem pelo lulismo, o grupo cantava em *Negro drama* que “crime, futebol e música” eram sinas quase inevitáveis para o pobre periférico.

Em todo caso, Keila prefere o *feminejo* da cantora Marília Mendonça.

Em frente

Ninguém que busque autonomia pode prescindir de conhecimento, mas não é simples identificar aquele que lhe será adequado, e para quê. Já comentei nesta tese como o discurso competente, como interpretou Chauí (2001), serve em grande medida para legitimar

relações de dominação, que deixam a esfera da injustiça para repousar no mérito do sujeito que tem “estudo”. Situações em que indivíduos subalternos explicam suas próprias adversidades, assim como a fortuna alheia, pelo fato de terem menos ensino formal, são dolorosamente comuns entre meus interlocutores. Em busca de ascensão social, aqueles que através de grandes sacrifícios insistem na qualificação descobrem pela via mais difícil que o discurso competente é, realmente, apenas discurso. Por essa quimera Letícia não se deixou enganar, mas ela precisou passar por muitas provas para que seu mérito fosse devidamente avaliado. Desde cedo ela percebeu uma falha fundamental no discurso competente: que a desigualdade está na base da reprodução social, percepção precoce que ela viu se materializar na própria busca por reconhecimento.

Letícia nasceu e cresceu em Taboão da Serra, mas “hoje é do mundo”, diz. Tem 26 anos, é formada em Economia pela PUC-SP e tem um mestrado em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC. Desde a infância ela ajudava a vender em qualquer comércio que estivesse instalado na casa dela, “não um comércio grande, mas para vender geladinho, vender maquiagem, vender tupperware, vender lingerie, vender cosméticos, essas coisas”. Letícia conta que, quando queria um tênis sua mãe lhe atendia, mas com uma condição: o calçado tinha que custar no máximo 70 reais e se ela quisesse um mais caro, teria que trabalhar. Ela resolveu seguir o conselho materno, e com 14 anos foi ser jovem aprendiz em uma empresa em Interlagos, o que lhe custou a saúde: seu dia começava antes das 6 da manhã. Pegava um ônibus, um metrô, um trem e uma van, depois pegava mais três ônibus até o Morumbi, onde tinha escola das 17 às 22h. Chegava em casa por volta da meia noite, exausta para começar tudo de novo no dia seguinte.

A experiência não durou muito e ela resolveu priorizar a conclusão do ensino médio. Por sinal, foi na escola que ela aprendeu suas primeiras lições sobre desigualdade, mas não através dos livros. No começo dos anos 2000, sua mãe resolveu deixar de ser costureira e fez um curso para ser segurança. Trabalhou alguns anos em um shopping e em seguida no Colégio Porto Seguro, o que dava direito a seus filhos de tentar uma bolsa de estudos lá. No quarto ano do Ensino Fundamental, Letícia se tornou aluna de um dos colégios da elite paulistana. Como garota negra e bolsista, ela não tem dúvidas de que esse foi “o grande divisor de águas da parada”, isto é, o momento em que ela entendeu quem era no mundo, que a possibilidade de ter um ensino privilegiado vinha, por outro lado, com uma constatação brutal de desigualdade e de racismo institucional. Ali ela viveu, segundo suas palavras, o melhor e o pior que já lhe aconteceram: o estímulo para continuar estudando e alguns anos de terapia. “Mas

foi essa escola que me deu condições de ir prestar o vestibular e conseguir uma bolsa integral na PUC, sabe? Então, eu sou muito grata também”, diz.

O confronto com a desigualdade a fez querer ser juíza, mas quis o “destino” que sua segunda opção no Prouni fosse Economia. Ela admite que mal sabia o que era, e tinha pavor do que pensava ser uma formação para trabalhar como caixa de banco. Mas estimulada por um de seus professores, insistiu e rapidamente descobriu uma afinidade com a disciplina. Depois de uma passagem desapontadora pelo mercado financeiro, ela decidiu que seu conhecimento merecia ser valorizado. Desde 2018, ela tem uma empresa especializada em cursos de educação e planejamento financeiro, da qual se apresenta como “fundadora e CEO”. Foi uma maneira que Letícia encontrou de driblar tanto situações de racismo e machismo quanto a incerteza do mercado de trabalho.

Eu descobri que tinha uma discriminação salarial comigo e eu questioneei a diretoria, perguntei assim pra eles: “qual é o critério pra fulano ganhar mais que eu, sendo que eu tenho mais experiência que fulano e eu estou na empresa há mais tempo que fulano? E fulano tem exatamente a mesma escolaridade que eu” – na verdade ele era da mesma turma que eu na faculdade, mas ele tinha se formado depois porque ele pegou um monte de DP [dependência] e eu não. E aí eu perguntei pra eles: “qual é o critério pra fulano receber mais do que eu?”, e a resposta que eu tive foi que não tem critério, então é uma coincidência que ele seja um homem branco, dos olhos azuis e eu seja uma mulher negra. “Não existe critério”, foi a resposta que eu recebi. A partir disso eu falei pra eles assim: “ou vocês consertam isso que vocês fizeram ou eu vou, eu...”. Eu me desliguei, né?

[...] tem coisas que eu acho que são relevantes do ponto de vista de registro histórico, sabe? Assim, essa discriminação salarial que aconteceu comigo, ela precisa tá registrada. Em 2017 esse tipo de coisa ainda acontece, então eu tô topando falar tudo isso pra você porque eu acho que tem uma dimensão de registro histórico, não é por mim, mas mulheres negras em 2020, quando eles forem estudar esse momento, elas precisam entender que empoderamento é esse que a gente tá vivendo. (Letícia, 26 anos, Taboão da Serra, economista e empresária)

Voltada para o público negro e periférico, a plataforma que ela coordena já havia emitido mais de quatro mil certificados para pessoas que ouviram sua mensagem de “empoderamento econômico”. Não menos importante e certamente fundamental para qualquer projeto de afirmação individual, por as contas da casa em dia é um dos pilares da proposta da empresa, pois “aponta um caminho de superação das dificuldades que grande parte dos brasileiros enfrentam para equilibrar o seu orçamento e amortizar os efeitos da desigualdade histórica vivida no país”, como informa o site. Com uma metodologia criativa que usa as canções dos Racionais MC’s como ponte para o diálogo com os alunos, se abordam “questões relacionadas aos padrões de consumo, técnicas de negociação e quitação de dívidas, novas

abordagens de relação com o dinheiro, mecanismos de investimento e perspectivas para o futuro”.

Sua aposta de deixar muito cedo o mercado de trabalho para mergulhar no trabalho por conta própria poderia ter dado errado, como em qualquer empreendimento, mas Letícia identificou um problema real da população pobre do país, o do *endividamento*. Conversando com ela, é notável sua capacidade de articular seu preparo intelectual com a sensibilidade para as dificuldades da economia popular, e para isso ela põe à disposição suas leituras de Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes e, mais recentemente, Wendy Brown. Em nenhum momento ela parece perder o foco de sua perspectiva: a autonomia financeira de pessoas constantemente assediadas por credores e bancos. “As pessoas têm uma base matemática financeira muito fraca, e aí quando vai contratar um cheque especial, que cresce 300% ao ano, a pessoa não calcula, sabe? E aí vai virando uma bola de neve”. De modo que Letícia exhibe também uma visão muito pragmática do empreendedorismo, que ela não mistura com táticas de sobrevivência para pessoas em situação precária.

Eu defino empreendedorismo como um ato de resolver problemas sociais e não problema sociológico necessariamente, mas problemas de ordem na sociedade.

Me dá um exemplo...

Por exemplo, as favelas que não recebem... que não tem correio e aí você tem uma iniciativa comunitária de favela que vai resolver o problema das pessoas não receberem correspondência, isso é um empreendimento porque ele tá resolvendo um problema de um determinado contexto. Agora, as pessoas acham que comércio é empreendedorismo e aí eu discordo, eu acho que comércio é comércio, você comprar barato e vender mais caro não é empreender, é revender pros outros.

Porque tem se falado muito em empreendedorismo nos últimos anos...

E no caso do Brasil, eu acho que é importante a gente entender a diferença entre o empreendedorismo de inovação que é esse empreendedorismo que vai de fato se debruçar sobre resolver problemas através da inovação, entendendo que inovação não é só tecnológica, tem inovação social, inovação cultural, uma inovação processual e você tem isso que tão chamando de empreendedorismo. Eu na verdade chamo de política de sobrevivência, né? Que já tá, né? Se você pegar Chico de Oliveira, você pegar Florestan Fernandes, já tá nesses caras há muito tempo o que é pensar como é que a massa da população brasileira que tá fora do mercado de trabalho formal sobrevive, as pessoas não tem ali a garantia de ter um salário, mas elas precisam comer todos os dias, elas vão morar em algum lugar, então eu acho que uma parte muito expressiva do que a gente tem é um empreendedorismo de sobrevivência. São ganhos diários, as pessoas precisam literalmente vender o almoço pra pagar a janta, né?

[...]

Não dá pra você falar de empreendedorismo pra todo mundo em um país como o Brasil, que é cheio de oligopólio, né, gente? [risos]. Os caras querem falar de livre mercado, mas eles não querem ver o cartel deles, eles não querem ver essas coisas, a concentração de mercado, as barreiras de entrada, então assim, a nossa perspectiva é entender como que a organização financeira pode dar ferramentas pra que as pessoas tenham uma formulação mais crítica sobre esses processos e que elas consigam evitar

ciladas do sistema financeiro. O endividamento ele é uma escravização moderna. Eu já atendi pessoas que tavam recebendo 40% dos rendimentos, a pessoa tava vivendo com 40% do salário, porque 60% tava sendo debitado automaticamente na fonte pra ir pra pagar dívida, entende? A escravidão por dívida ela não existe mais, teoricamente.

(Letícia, 26 anos, Taboão da Serra, economista e empresária)

Ela se comove com os relatos que recebe sobre pessoas que quitaram suas dívidas, conseguiram pagar um curso de pós-graduação ou fazer uma reforma na casa depois de passar pelos cursos que sua empresa oferece. Com muita ênfase, ataca a hipocrisia que vê nos debates sobre a ostentação nas classes baixas, de “achar que as pessoas negras não podem consumir determinadas coisas, que a favela tem que aceitar sempre o que é ruim, o que não é bom”, mas não se distrai de seu objetivo de apontar o “fetiche da mercadoria” que, por fim, leva ao endividamento, que é o principal foco de suas preocupações sociais. De fato, Letícia vê o grande cenário e pessoas se virando dentro dele.

2 / ENTRE LUZES E SOMBRAS

Eu faço com coco ralado, leite de coco, leite de caixa e a mandioca e o açúcar. Ele pega quatro ovos, três colheres de manteiga ou margarina, não leva trigo, mas tem uns que bota trigo, uma xícara de açúcar, quatro colheres de manteiga, leite de coco, leite de caixinha e coco ralado, fica bem cremoso. Eu vou te mostrar ele aqui. Gente, eu tô nervosinha, cadê, meu Deus? É minha filha, ela vende, a gente tá se virando, sabe? Porque ela trabalha na padaria e meu genro ele trabalhava no restaurante aqui na Vila Mariana, mas fechou por conta da pandemia aí ele ficou desempregado, mas... e a minha filha trabalha na padaria, ela trabalha na linha de frente despachando na padaria, entendeu? De pão, atendendo no balcão. Agora ela tá vendendo roupa de criança e por aí vai, né? Até Deus abençoar mais ainda e a gente bota um negócio pra gente, espero um dia eu bota uma coisa pra mim, um dia eu boto um restaurante, não sei quando, nem que seja na minha casa.
(Estela, 61 anos, Parque Ipê, faxineira e cozinheira)

Já foi analisada algumas vezes a maneira como os pobres percebem a si mesmos em comparação com os ricos, que de maneira bastante enfática eram vistos como exploradores do trabalho alheio, afinal, donos dos meios de produção, enquanto a situação do pobre se assemelhava muito a uma sina, ao incontornável ritmo da mera reprodução social. No estudo de Caldeira (1984), estávamos no começo da década de 1980, quando um certo furor nos olhos daquelas pessoas oriundas de movimentos populares da periferia de São Paulo em alguma medida figurava a sociedade como firmemente ancorado na divisão entre classes. Mais notável, contudo, era a forma como viam a si mesmos, “nós” que precisamos trabalhar para o próprio sustento (já que os donos, os verdadeiros ricos nesta interpretação, não precisam trabalhar); havia o pobre, mas também haviam os “pobres de tudo”, moradores dos viadutos e que reviravam o lixo por comida; havia, na opinião de outros, uma “classe média”, que também precisa trabalhar, mas vive melhor; e aqueles que vivem melhor simplesmente por terem “estudo”. Como diz Caldeira (1984, pp. 160-162), “o mundo social não é, para os entrevistados, feito apenas de oposições; ele é também um mundo de *diferenças entre os iguais* e sob este ponto de vista o ‘nós’ se dilui [...] A categoria daqueles que ‘estão entre’ é nas representações a mais fluída” e confunde o papel de advogados, bancários e políticos naquela sociedade de classes.

De modo que o dono do pequeno comércio, na figuração popular, está certamente no polo do trabalho, pois no lado oposto estão os ricos (ou seus arquétipos). Mas mesmo eles já não parecem figuras inalcançáveis, como foram há 50 anos Silvio Santos ou Francisco Matarazzo. Hoje eles alegram reality shows e redes sociais, tornando ainda mais líquida uma sociedade que parece disposta a acabar com as classes no plano simbólico. Entre meus interlocutores, a menção à oposição entre ricos e pobres ainda existe, mas dita de maneira

branda, sem raiva. O que se mantém mesmo é a segunda tentativa de classificação, a que determina a escala de pobreza.

Transformações contundentes na estrutura de sentimento são observadas de tempos em tempos. Um momento decisivo da formação da cultura da classe operária inglesa do século XX foi registrado por Hoggart em sua obra clássica de 1957, *The uses of literacy*. Naquele contexto, ele questionava se alguns valores reconhecidos da classe operária do norte da Inglaterra como a tolerância (simbolizada na expressão “*live and let live*”, viva e deixe viver), o senso de grupo e a necessidade de viver no presente, a despeito de melhorias na vida material dessas pessoas trazidas pelo progresso, poderiam ser degenerados por esse mesmo progresso, sobretudo pela crescente presença da cultura de massa na vida cotidiana. Para Hoggart, as tentações materiais, especialmente como aparecem nas publicações de massa, “são no sentido de uma gratificação do eu e do que pode ser chamado de ‘individualismo hedonístico de grupo’”; elas criam técnicas de indulgência mútua, na medida em que “as sanções tradicionais foram removidas ou, na crença popular, mostraram-se irrelevantes” (HOGGART, 2009, p. 151, tradução minha). Assim, a diluição de suas características específicas pela cultura de massa e seu estímulo à indulgência quanto aos modos e costumes, condição necessária para a fundação de uma sociedade de consumo de massa, enfraquece os laços comunitários que sustentavam aqueles valores. O ceticismo que emerge nesse contexto serve como uma armadura contra um mundo suspeito. “Onde as raízes domésticas ou pessoais são fracas ou foram violadas à força, essas atitudes podem levar rapidamente a uma extensa ‘vigarice’ [*spivvery*] moral” (HOGGART, 2009, p. 247).

No capítulo anterior, experiências de trabalho por conta própria e de empreendedorismo foram reunidas para destacar ambições e projetos de mobilidade, feitos às custas de muito trabalho, dependência da relação familiar e ceticismo com o mundo público, mas cujos protagonistas miravam um futuro promissor para si mesmos. No texto que preenche este segundo capítulo, vemos trajetórias sem o mesmo encantamento, e algumas francamente carregadas de angústia, incerteza e desalento velado. No modo de vida popular, destaquei situações que vão da viração ao pequeno comércio, mais ou menos estáveis em certo nível de sobrevivência, passando por negócios que viram a pandemia mudar radicalmente suas vidas, chegando por fim a trabalhadores precários que buscam desesperadamente uma vida melhor. Diferentemente dos personagens destacados antes, que veem no empreendedorismo sobretudo um projeto de futuro, aqui o que se busca é a fuga de um presente saturado de perdas, feridas e abusos trazidos de uma existência modesta.

Vetor fundamental do autogerenciamento do sofrimento nas classes populares com

seu vertiginoso crescimento a partir dos anos 1990, o pentecostalismo se apresenta aqui como impulsionador do empreendedorismo na relação direta com seus fiéis e, no caso específico que analiso a seguir, também como parte estruturante de sua matriz discursiva. Na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a saúde financeira do indivíduo é constitutiva de sua felicidade, dívidas são manifestações do diabo e afetam diretamente a relação familiar, sem a qual o recebimento do espírito santo é impossível. Superá-las significa abrir mão das tentações e se sujeitar a sacrifícios em nome de Deus, tornar-se servo é condição para tal prosperidade. Para isso, a Universal tem um dia especial de culto às segundas-feiras, onde a Fogueira Santa promete a expulsão do demônio (e das dívidas). O êxito das denominações neopentecostais, sobretudo entre os mais pobres, vem de seu discurso totalizante, em que a vida financeira é fruto e condição para a felicidade em todas as suas dimensões, e das certezas que ela imprime em um mundo secular marcado pela incerteza (cf. MAFRA, 1999).

Além da observação participante nessas ocasiões, conversei com evangélicos de diferentes denominações. As mensagens de “não desista” e de “você irá vencer” que ecoam nos autofalantes da igreja e nos discursos de pastores ressoam entre essas pessoas de diferentes maneiras, em parte estimulando sua ambição, mas apontando sobretudo para a gestão individual e familiar de precariedades materiais e espirituais.

Sem esforço

São Paulo é uma cidade onde o comércio é responsável por 864 mil empregos,⁷⁰ de modo que suas ruas de comércio se sustentam tanto na história quanto na necessidade. As extraordinárias dimensões da zona sul impõem distâncias inexequíveis para a maioria dos moradores da periferia, que raramente têm acesso a hipermercados e atacadistas, sendo que o consumo mais imediato é garantido pelos pequenos negócios de bairro mesmo quando seu produto seja menos em conta. Por outro lado, certos itens não essenciais como acessórios para telefone celular, brinquedos e objetos de decoração são mais baratos por causa da procedência – produtos chineses comprados no Paraguai e revendidos na rua 25 de março ou na Santa Ifigênia (cf. PINHEIRO-MACHADO, 2008). Os comerciantes, de acordo com Felipe Rangel (2019, p. 71), “representam a face mais contemporânea do comércio popular”, pois seriam considerados pelo mercado e pelo Estado como “integráveis”, diferentemente dos camelôs.

O preço a pagar por uma vida menos desgastante se percebe no bolso, mas é sentida

⁷⁰ Segundo dados da Fundação Seade. Disponível em: <https://trabalho.seade.gov.br>.

também de outras formas não monetárias de governar a si mesmo. Na pequena loja de Delei, chama atenção a coleção de centenas de DVDs piratas que se acumulam nas gôndolas, de filmes de ação a shows de forró. Na outra lateral, entre carregadores de celular, bonecos de super-heróis e máscaras de proteção penduradas na parede, senta-se solitário no estabelecimento sem funcionários esse baiano de 50 anos, há 20 morando em Vargem Grande, no distrito de Parelheiros. Delei saiu de Aporá, cerca de 190 quilômetros ao norte de Salvador, com 18 anos. Com cinco, começou a trabalhar na roça, fazendo “serviço mais leve”, como plantar milho e feijão, e não pensava em morar fora mesmo quando via os conterrâneos voltarem de São Paulo “com roupas diferentes”. Na pequena cidade do leste baiano, Delei conta que era comum ouvir fogos de artifício quando algum deles ia visitar a família que ficara. Com a curiosidade aguçada, ele rumou para o Sudeste planejando ficar apenas um ano, pois “foi criado com a família da roça, mas que não passava necessidade”. Ficou sete anos em São Paulo sem nem se comunicar com os parentes; quando voltou para a Bahia, não se adaptava mais.

Antes de ter um comércio, Delei foi segurança em um condomínio, do qual se demitiu para se tornar camelô em Santo Amaro com a esposa. Lá, vendia cerveja, brinquedos e amendoim. Com o aumento da repressão aos ambulantes no entorno da estação da CPTM por onde ele circulava, começou a comerciar nas proximidades de seu domicílio, em Vargem Grande. Apesar de ter decidido deixar o trabalho, inclusive contra a vontade do condomínio, considera que o emprego registrado tinha vantagem. Sua jornada ia das 6 às 14 horas e, quando chegavam as férias, “ficava 25 dias na Bahia, voltava de novo, recomeçava. Uma coisa que estava seguro. Já aqui não, aqui a gente tem que batalhar todos os dias”. Admite que seu período em Santo Amaro foi muito difícil, mas se adaptou ao comércio de Vargem Grande, onde conseguiu alugar o ponto onde está hoje. É confusa a maneira como Delei justifica sua escolha, pois suas digressões sobre a garantia do salário no fim do mês contraposta à ideia de que como camelô se trabalha muito mais, e o retorno é bem mais incerto, dá a entender que o trabalho formal o deixava acomodado. Mesmo que financeiramente a escolha não se sustente, Delei *sente* que, com a experiência e “pensando as coisas diferentes”, soube encontrar os caminhos para se estabilizar depois do período mais difícil de viração como ambulante. “E eu me dei bem, eu sinto que eu me dei bem”, diz, enquanto observa a circulação de transeuntes à sua frente, ajeitando compulsivamente a máscara frouxa no rosto. “Se dar bem”, no caso, não se refere ao seu padrão de consumo prioritariamente, mas a algo complicado de explicar, que é o seu crescimento pessoal.

[A vida] até que melhorou, porque você trabalhando de camelô – agora não vale a

pena trabalhar em camelô – naquele tempo era assim: você sabia quanto que você ganhava e você sabia o que você poderia gastar. Porque o cara que trabalha por conta tem que dizer assim: tenho que trabalhar “isso aqui” e guardar “isso aqui” para eu aplicar “ali”. Trabalhando registrado todo mês, você tem certeza que aquele dinheiro vai cair, então é uma coisa que você pensa “não, se eu ficar duro hoje, dia 30 vou receber”, e trabalhando por conta você tem que pegar aquele dinheiro e investir. Então, foi meu caso, foi quando eu comecei a enxergar as coisas diferentes, quando você tem mais responsabilidade. Porque se você deve uma coisa hoje e se não colocar no lugar, você quebra, você tem que investir. Se você vende uma coisa, você tem que comprar duas, por exemplo. Você vendeu um chip, você guarda o dinheiro para comprar dois, e você trabalhando registrado, não. “Mês que vem meu dinheiro vai cair de novo, não tô nem aí”. Então, com a experiência você começa a ter uma visão diferente. Eu fui crescendo, pensando as coisas diferentes, vendo que não dava “isso aqui”, tem que fazer “por aqui” e eu me dei bem, eu sinto que eu me dei bem. Eu só não me dei bem quando eu estava em Santo Amaro. Eu vim crescer *financeiramente e mentalmente* quando eu cheguei aqui, porque em Santo Amaro [antes do aumento da repressão aos camelôs] era uma coisa assim: hoje eu vendia, se eu gastasse o dinheiro amanhã eu tinha o dobro, porque lá a renda era muito maior. Quando eu cheguei aqui, vi que as coisas não eram assim, porque aqui eu comecei do zero. Ai você começa a sentir, você começa a pensar “então não vou gastar”. Comecei a pegar o dinheiro, o pouco que eu ganhava eu já comecei a investir, eu não comecei a gastar, foi onde me dei melhor. Mas aqui dentro [de Vargem Grande], por isso que eu gosto mais aqui dentro. Hoje eu me sinto mais feliz aqui dentro do que quando estava em Santo Amaro.

(Delei, 50 anos, Vargem Grande, comerciante)

Não deixa de ser curioso, contudo, como a loja se mantém, oferecendo mercadorias de baixíssimo valor agregado e de segunda ou terceira necessidade, e ainda com alguma concorrência no bairro. De segunda a segunda Delei atende na loja, das 9 às 20 horas, praticamente sem interrupção, exceto quando vai ao Centro buscar mais produtos. Sua esposa, que também era camelô, ajuda apenas na parte da manhã. Já iam sete anos desde suas últimas férias, quando passou 15 dias na Bahia, terra de seus pais, e em Alagoas, onde vivem os sogros. Seu trabalho ali na loja não chega a ser exaustivo, diz. “Mentalmente você fica um pouco desgastado, mas o corpo tá bom”, comenta com boa autoestima. De fato, Delei passa a maior parte do dia sentado em seu banquinho, consultando o celular e sendo interrompido de vez em quando por algum cliente. Bem diferente da sua rotina fugindo do rapa na estação Santo Amaro ou na roça na Bahia, quando seus pais “já botavam a gente pra ir aprendendo a maneira de fazer. Tirar leite de gado, das vacas, buscar os animais no pasto para trazer para o curral. Levantava cedo, botava aquela bota no pé, molhava a roupa todinha do capim molhado”. Para eles, era “primeiro você vai trabalhar, e depois estudar”. Delei segue um certo padrão nas respostas, que é a de minimizar as dificuldades que passa, de não parecer que está se queixando.

[As mercadorias] todas eu pego no Centro. Todo final de semana eu tenho que ir ao Centro, pego lá, volto pra cá. Trabalho a semana e final de semana vou pra lá de novo. A caminhada nossa, pra quem mora aqui, é assim, trabalha a semana e final de semana vai buscar a mercadoria, mas é uma caminhada boa. Só mora aqui no Vargem Grande mesmo quem gosta, tem gente que vem para cá e diz “é longe, é muito longe, é muito

difícil”, mas eu não acho difícil, eu acho legal. Essas mercadorias aqui, lá no começo foi difícil, porque eu não tinha a experiência de trabalhar em loja, eu trabalhava na rua e você trabalhar na rua é uma coisa e você trabalhar dentro de uma loja é outra. (Delei, 50 anos, Vargem Grande, comerciante)

Contando da sua rotina semanal, ele mais uma vez confunde o pesquisador sobre qual foi o momento mais conturbado de sua trajetória, se como proprietário da loja ou como quando era camelô na rua, já que, neste caso, “você não precisa pagar água, você não precisa pagar luz, você não precisa pagar aluguel. Se você quiser ir trabalhar uma semana você trabalha, se não quiser você fica em casa. Você que tem uma loja tem horário de abrir e horário de fechar”. O fato determinante aqui é que a vida sem salário, entre os mais pobres, é inevitavelmente cercada de incerteza, mas que, excetuando situações de miséria e privação, valem a pena pelo desafio, pelo propósito que parece haver nessas escolhas pelo trabalho autônomo. Delei sente que, nesse período, se tornou uma pessoa mais desenvolvida, enquanto que o trabalho assalariado não lhe exigia esforço para isso. Ao fazê-lo, se tornou alguém conhecido no bairro, lhe garantiu *reconhecimento* pela comunidade.

A relação que se estabelece entre o comerciante e seu território é certamente uma das principais características das ruas de comércio dos bairros periféricos, onde a maioria deles também reside, algo que Hoggart (2009) já havia observado: nestas situações, o comerciante se vê e é visto como alguém pertencente à comunidade, um trabalhador de igual status dentro daquele espaço; quando ele mantém um negócio distante de seu domicílio, especialmente em um bairro de classe média, ele tende a subjetivar uma relação de servidão em relação ao cliente, que se encontra em situação social superior.

Com frequência se ouve dos comerciantes de Vargem Grande que lá eles não têm clientes, mas sim “amigos”. A poucas quadras da loja de acessórios de Delei, Lígia comanda uma ótica que se destaca na rua de comércio local pela organização e pelas três funcionárias devidamente uniformizadas. O calor sufocante da rua combinado com poeira contrasta com o ar condicionado da loja e seu ambiente perfeitamente higienizado, apesar de um pouco apertado. Ela é dona do negócio desde 2015, quando comprou dos antigos donos. Afirma que, desde então, toca a loja “lutando muito”. Com 46 anos e ensino médio completo, a paulistana Lígia começou a trabalhar com 13 anos. Seu primeiro emprego foi como arrematadora de costura, depois trabalhou em um restaurante Habib’s, em lojas de disco e como feirante em uma barraca de frutas. Conta que até chegou a começar um curso superior, mas desistiu e optou por um curso técnico de auxiliar de necropsia, mas que também não exerce, pois “não é viável financeiramente”. Extremamente atenciosa, me dava dicas sobre conservação dos óculos

durante a conversa, o que aprendeu nos 16 anos em que trabalha no ramo, chegando a gerente até assumir a loja. “O álcool em gel estraga a armação porque ele é corrosivo. Na primeira vez ele não vai corroer, mas na segunda, terceira e quarta...”.

Lígia demonstra bastante firmeza na voz e convicção no que faz, e uma sólida ética do trabalho com ecos de Teologia da Prosperidade. Para ela, que é evangélica da Assembleia de Deus, ser uma empreendedora significa “sair cedo, trabalhar, construir nosso patrimônio. Oferecer o que a gente tem para os nossos clientes, dar toda a atenção, atendimento, não só o ‘pré’, mas o ‘pós’. Ajudar o nosso próximo, fazer campanhas, então eu entendo assim”. A pandemia não mudou muito sua rotina, que continuava de segunda a segunda, com um dia de folga para as duas vendedoras e “uma boy” que ela mantém fazendo o leva e trás de mercadorias, documentos etc. Lígia minimiza as crises econômicas dos últimos anos, assim como o impacto da pandemia, já que seu estabelecimento era considerado “essencial”.

Sem mentira nenhuma, nunca passei por crise nenhuma aqui, nunca tive esse problema. Não tive problema de crise, não tive problema de falta de vendas. As vendas caem, normal, dá uma baixada, mas nada que tenha prejudicado a gente, deixado de pagar um aluguel, deixado de pagar um funcionário, nada. Não posso reclamar, não tive problema nenhum aqui financeiramente com prejuízo, nada, nem na pandemia. Na pandemia a gente trabalhou normal, nós tivemos nossa clientela normal, só tivemos que dar umas espaçadas de horário, mas trabalhamos normal, não tenho nada a me queixar.

Você chegou a fechar em algum momento da pandemia?

Não. A gente trabalhou quatro dias com a porta meia aberta, com medo porque tava todo mundo falando de multa e tal. Então não dá para gente ter uma multa pesada. Mas a gente trabalhou com a porta meia aberta. Mas quando o prefeito decretou lá, eu baixei o decreto para poder ler e aí eu vi que eu entrava na necessidade da população. Eu me coloquei como essencial, eu vi que ele colocou que produtos óticos eram essenciais e aí eu imprimi o papel, coloquei na porta e passei a trabalhar com a faixa zebrada. Entrava de uma e uma pessoa, exame a gente colocou de uma em uma hora, mas atendendo a população.

(Lígia, 46 anos, Vargem Grande, comerciante)

Como seu colega Delei, ela tem uma relação afetiva com o bairro, sua segunda casa, diz, pois mora no Grajaú, há poucos quilômetros dali. Lígia demonstra muito orgulho pela relação que estabeleceu com a comunidade: “A gente tem uma relação muito boa com a população, as pessoas já me conhecem de longa data, tenho amizade com todos os comerciantes, com muitos moradores que se tornaram não só clientes, mas passaram a ser amigos”, diz, contando que sempre é convidada para batizados e casamentos de clientes. Sua expectativa de futuro repõe um ideal de boa vida na aceção popular.

Hoje eu já não crio mais expectativas não, eu acho que eu estou no patamar que eu queria, estou bem. Então quero, assim, quero poder me aposentar e tomar bastante

água de coco lá na praia, sem doença, com boa saúde. É o que eu quero, envelhecer com saúde, só isso... eu acho que todo mundo deseja isso. Não sei se eu vou poder me aposentar, todos os dias uma mudança diferente, então não sei se vou me aposentar um dia, mas o meu sonho de futuro é esse, aposentar, sentar em uma cadeira de balanço lá na frente da praia e curtir.
(Lígia, 46 anos, Vargem Grande, comerciante)

De maneira talvez contra-intuitiva, no mundo popular os evangélicos, inspirados pela ética protestante, tendem a atribuir seu sucesso ou estabilidade muito menos a Deus do que os católicos. Recorrer a figura divina, para Lígia, não é o suficiente: é preciso o trabalho que garanta merecimento. Não que o catolicismo popular não valorize o esforço, mas o que se vê frequentemente é a significação disso pela graça de Deus, legitimando a ideia de que trabalhar exaustivamente não trará garantias, o sucesso não está em sua mãos.

No miolo de Paraisópolis, nos arredores da rua Ernest Renan, é onde se concentra a maior parte dos comércios, inclusive os maiores. É onde de fato pulsa com maior intensidade a vida da favela. Ali, Carolina completava apenas três meses da sua loja de roupas e maquiagens, e parecia satisfeita com sua escolha, apesar da inflação que atingiu o país em meados de 2021 já começar a dar indícios na vida real. Com 28 anos e o ensino médio completo, ela deixou o emprego em um restaurante coreano no Morumbi quando engravidou, e se virou vendendo maquiagens em casa. Com a boa aceitação de seus produtos, ela e o marido decidiram abrir a loja. Carolina é um caso de flutuação entre os mercados formal e informal, entre o permanente e o temporário: sua decisão de deixar a carteira assinada pelo trabalho por conta própria não teve muito a ver com vocação, não era algo com que ela sonhava ou para o qual se preparou; simplesmente *aconteceu*, dinâmicas inerentes à vida no domínio popular a empurraram de um lado para o outro, mudanças das quais ela não se queixa, mas também não se empolga. Já com quinze anos ela fazia pequenos bicos para ajudar a família e não dar gastos desnecessários. Seu pai tinha um bar na própria casa que dava pouca renda, e sua mãe deixou de ser dona de casa para fazer faxina quando a situação ali piorou em meados dos anos 2000.

Eu cuidava de criança pra conseguir pelo menos comprar creme, shampoo, esses negócios, sabe? Quando é mocinha a gente começa a querer se arrumar, então eu queria ajudar minha mãe pelo menos nessa parte, então eu cuidava de criança, ganhava 150 reais, pra mim tava bom. Depois comecei vender coisa na rua de porta em porta, mas era muito coisa de rifa. Aí foi mercado, restaurante, padaria, o que eu ia achando eu ia me enfiando.
(Carolina, 28 anos, Paraisópolis, comerciante)

Ela parece satisfeita *de modo geral*. Gosta do trabalho por poder “falar com o povo. Eu ajudo bastante as meninas quando elas vêm aqui procurar roupa, eu vejo os *looks* delas e eu gosto disso”. A pequena loja que mantém não tem CNPJ, e ela indicava não ter pensado muito

a respeito. Suas opiniões sem muita ênfase só se alteram em dois momentos da conversa. Ao falar do antigo emprego no restaurante no bairro rico vizinho, suas lembranças não são das melhores. Lá ela ficou por dois períodos de mais ou menos um ano, e conta ter passado alguns empecilhos, como não gostar do modo coreano de se alimentar (“lá eles gostam mais de sopa, e eu não gosto muito”), mas sobretudo o que a incomodava era o rigor dos patrões. No começo, ela tentou atribuir a dificuldade à comunicação, mas terminou admitindo que lá era um “pouquinho ruim”, uma pequena concessão à tradição popular de evitar se queixar. Seu segundo motivo de animação é o próprio bairro. “Eu amo aqui”, diz com um sorriso indisfarçado no rosto. “Ah, ué, [gosto] que aqui é movimentado. Não é aquela rua parada, sabe? Vizinho conhece, todo mundo se conhece aqui. Eu lembrava muito assim do tempo – hoje em dia não é tanto –, mas no tempo quando eu era mais novinha, a gente conseguiu brincar na rua mesmo e eu achava muito legal”. Hoje isso não é mais possível, diz, e sua filha fica com a avó durante o dia, até que Carolina retorne para cuidar das coisas da casa, que é ali perto.

Deslizar para dentro do comércio quase que involuntariamente foi também o que aconteceu com Mari muito anos antes. A experiência de estar em um trabalho registrado e, de um momento para o outro, ter que lidar com fornecedores, eventualmente com funcionários, acordar no começo da madrugada para chegar no Brás em busca de mercadorias, abrir e fechar a loja e pagar as contas, é uma notável característica da vida sem salário, que pode se tornar realidade sem nenhum planejamento, algo um pouco “complicado” de definir, como dizem meus interlocutores, que não é exatamente por necessidade, como alguém que perde o emprego e precisa se virar com bicos, mas fruto de alguma confluência de fatores que pode ser oportuna.

Mari tem sua loja em outra grande comunidade da cidade, a favela de Heliópolis. Pode-se dizer que, diante da oportunidade, ela foi bem-sucedida. Hoje com 44 anos, conta com nove funcionárias na sua loja de roupas, no limite para deixar de ser microempresária, e se mudou para um bairro de classe média na zona sul, o vizinho Ipiranga. Mas sua história começa muito longe dali e bem diferente do destino que teria em São Paulo, onde chegou em 1992 quando ainda corria barro pelas ruas. Mari cresceu no sertão da Paraíba e começou trabalhando na roça aos nove anos. Diz que não trabalhava obrigada, mas que queria ter um dinheirinho para comprar roupas, sapatos etc. Logo que chegou, foi ajudar os irmãos que já estavam na cidade administrando uma adega, e abriu um mercadinho no ponto ao lado. Mas teve que se desfazer de tudo quando precisou doar um de seus rins para uma irmã – ela era a única de onze irmãos que era compatível. De volta a adega/mercado, colocou uma arara de roupas em um canto para ajudar uma amiga que passava necessidades e fabricava as peças. No fim, as roupas tomaram cada vez mais espaço e ela decidiu transformar definitivamente o espaço. Mas seu

momento decisivo mesmo foi quando o irmão resolveu passar o ponto e Mari, que havia decidido voltar a estudar – queria ser médica – deixou seu lado prático e a segurança do que tinha em mãos falar mais alto.

Na época não foi, tipo assim, as coisas não são do jeito que a gente quer. Na verdade eu queria estudar, porque eu falava que eu queria ser médica. Depois meu irmão colocou um mercado que era junto a um ponto que já era meu, que eu tinha comprado uma esquina. Então ele quis colocar um comércio lá, aí eu falei que eu ia dedicar mais aos estudos porque já trabalhava direto, né? Porque eu era o braço direito dele lá. Chegou uma época que eu falei: vou dedicar mais aos meus estudos, coloca alguém ali pra me substituir. Ele falou que não tinha condições de deixar o mercado na mão de alguém que não ia administrar igual a mim. Aí ele falou: “me resta vender o mercado, eu vou ter que passar pra alguém”. Nesse meio de tempo eu falei: “meu, mas eu vou alugar meu ponto e tal? Ai, não sei”. Mas ele falou assim: “por que você não fica?” [...] Aí no fim eu acabei ficando, mas também não tava em condições de comprar. Ele parcelou, acabei ficando e os estudos ficaram pra trás.
(Mari, 44 anos, Heliópolis, comerciante)

Mesmo assumindo que não tinha planejado a vida de comerciante, Mari não se queixa das escolhas que fez e vê com gratidão a estabilidade que alcançou, mas não pretende que suas filhas dependam tanto do acaso como ela. Tendo criado sozinha uma menina com 13 e outra com seis no momento da entrevista, ela insiste para que levem os estudos à sério “porque a vida é imprevisível”, e que não esperem ter nada fácil. Mais uma vez, a educação formal aparece como um caminho não exatamente previsível, mas que promete minimizar as incertezas que Mari conhece muito bem. “Construir um futuro melhor aí não depende só de mim, depende delas também”.

A imprevisibilidade como um aspecto perene do cotidiano popular implica em saídas que podem não ser bem vistas, mas que no jogo entre formal e informal, legal e ilegal, acabam justificadas no interior de sua própria normatividade. O paulistano Luís Alberto tem 50 anos e é dono de um petshop em Vargem Grande há mais de duas décadas. Na sua loja abafada, ração para gato, cachorro, gaiolas de pássaros e outros aprovisionamentos criam uma barreira entre a porta de correr e a pequena mesa em que ele se acomoda, nos fundos, entre calculadoras e calendários. Ele tem apreço pelo bairro e considera que seus clientes, todos vizinhos, são, na verdade, amigos, o que observei durante a visita de dois garotos que não sabiam precisamente o que queriam. Eles procuravam um produto específico para pássaros de criação, para o qual o pai de um deles os havia mandado e a quem Luís identificou prontamente, apontado a respectiva gôndola onde a ração se encontrava, não sem antes importunar um pouco a paciência dos dois.

Mas se queixa de uma peculiaridade de seu bairro, que não tem nenhuma agência bancária nem lotérica. Diz ele que “nossos políticos aí estão devagar, eles não querem por

lotérica aqui porque têm medo de roubo”. Geralmente toca o estabelecimento com um empregado, mas no momento da entrevista se virava sem mais ninguém. “Estava com um menino aí, mas ele estava me fazendo raiva, aí mandei ele embora. Não, para passar raiva e gastar o dinheiro ainda, eu prefiro ficar sozinho”. Os grandes sacos de ração de 20 ou 30 quilos que se posicionam no chão da loja parecem mesmo fardos difíceis de serem carregados. Debochado, fez a conversa vestindo uma máscara estampada com um sorriso ligeiramente sinistro e desconfortável para o interlocutor. Como estava sozinho na loja, interrompeu a entrevista inúmeras vezes para atender clientes e fornecedores. João ainda tem um bar na mesma rua, que opera clandestinamente e que, por suposto, não fechou nem perdeu clientela na quarentena. “No momento, eu tô sonhando”, confessa sem muito remorso.

O dono do petshop e do bar irregular começou trabalhando no supermercado de um tio aos 12 anos, estudou até o ensino médio e nunca mais saiu do comércio. Trabalha dez horas diárias no estabelecimento nos sete dias da semana. Obviamente longa, tal rotina é bastante comum naquela região, mas no seu caso um tanto mais exaustiva pelo volume das mercadorias. Perguntado se não sente o cansaço, admite que sim, mas se resigna. Compara: “não adianta um cara abrir uma padaria para ele não abrir no horário que todos abrem. Não é nem pela grana, é pelo cliente que tem que chegar e tem que tá aberto”. Luís Alberto conta que já chegou a se desfazer da loja por não conseguir conciliá-la com o casamento. A comprou de volta e enfureceu a esposa, que lhe fez escolher entre ela e o petshop, indicando que o estabelecimento não é para ele apenas uma fonte de renda, mas o fator preponderante que organiza sua vida. Assim, ele escolheu o petshop e eles se separaram.

Essa loja aqui direto eu mudo alguma coisa nela. Eu pego mercadorias diferentes para não ficar na mesma, senão tinha quebrado. Então isso é empreendedorismo, você ter visão do que o mercado está precisando naquela hora, então eu acho que me considero empreendedor. Eu tava com a loja aqui meio capenga, meio ruim antes da pandemia por causa de problemas pessoais, aí eu já inventei um barzinho, já pus para rodar e voltei de novo, você tem que mudar para poder... se você ficar parado pedindo para Deus só não vai dar, você vai morrer. Eu acho que eu sou guerreiro. Eu procuro tá sempre olhando o mercado como está, as rações que estão mais rodando no momento para não ficar na mesmice. O povo enjoa da mesma coisa, então você tem que mudar sempre e aí você tem sempre mercado. Parou no tempo, se lascou. Eu acho que isso é ser empreendedor.

(Luís Alberto, 50 anos, Vargem Grande, comerciante)

Para Luís Alberto, empreendedor é sobretudo aquele que *batalha*, passa por reveses, mas sabe se reinventar. Longe do perfil schumpeteriano, essa percepção se serve de uma ambição modesta e de trabalho duro, que envolve recusas pessoais para, simplesmente, ganhar o dia, manter a família (que precisa se adaptar a sua rotina de trabalho, e não o contrário)

e a fidelidade dos clientes, eventualmente se valendo de pequenos delitos como tocar um bar clandestino. Funciona na chave do “mundo sem culpa” de Candido (1970), acreditando que seus atos têm pouca ou nenhuma repercussão no andamento da sociedade, entre limites sempre tênues no mundo popular entre o legal e o ilegal.

Eles e nós

Segundo a UMCP, há mais de 14 mil estabelecimentos comerciais em Paraisópolis, empregando 21% dos moradores (cf. BERNARDO; SANTOS, 2021). Um deles é Celso, de 35 anos. Nascido em São Paulo e filho de pais alagoanos, ele morou a vida toda em Paraisópolis, onde cresceram também seus quatro filhos e agora sua primeira neta, com apenas nove meses à época da entrevista. Na sua pequena loja de consertos se empilham máquinas de lavar roupa, geladeiras, micro-ondas e o que mais couber, mas que assegure um lugar para o dono e para um ou dois clientes. No ambiente espartano que caracteriza esse tipo de comércio popular, não há espaço para decoração. O único item que se permite, este sim essencial, é a TV pendurada na parede branca, que divide a atenção de Celso com o movimento da rua. Dali ele vê a vida passar, enquanto José Luís Datena e outros imitadores ocupam o espaço sonoro da loja, trazendo com a veemência conhecida dos telejornais policiais a denúncia da “bandidagem”.

Com as escolas fechadas devido a pandemia de Covid-19, as crianças brincam nas calçadas, correndo de um lado para o outro, inclusive um dos quatro filhos de Celso, que grita para o garoto pedindo silêncio para continuar a conversa comigo. Com o segundo grau completo, ele fica de segunda à sábado das 10h às 17h30 na loja, e aproveita o domingo para curtir a neta. Seu dia de lazer começa com a ida a igreja pela manhã e termina com um filme na TV, algo que ele não podia fazer quando trabalhou de segurança no Zoológico da cidade, também na zona sul, pois trabalhava a semana toda, com uma folga por mês, durante nove anos. Lá ele tinha registro em carteira, mas levou em consideração ao sair que quase não tinha descanso e precisava de algum tempo para os filhos.

Comecei a trabalhar com 12 anos. Meu cunhado, que chama Gilberto, né? Rapaz bom, graças a Deus ele me ensinou muito, então com 12 anos ele me levava pra ajudar no serviço. Ele era motorista e fazia jardinagem, então enquanto ele tava na rua trabalhando de motorista eu ficava limpando o jardim, andando com os cachorros, aí quando chegava final do mês ele me dava uma ajudinha, não era um salário, mas já ajudava bastante. Graças a Deus e a ele tive esse rumo certo.
(Celso, 35 anos, Paraisópolis, comerciante)

Celso é um típico representante do comércio popular, sem grandes ambições além

de ter uma vida digna de trabalho em que a exaustão possa ser evitada, um tempo para a família, para a religiosidade (católica, no caso dele) e para algum lazer modesto. Como vimos com outros interlocutores, ele gostaria de ter algum período de férias, mas pacientemente espera alguma prosperidade suficiente para isso; por ora, crê essencialmente na família como motivação. Sua saída para o trabalho por conta própria foi uma certa vocação para o conserto de coisas, que ele conta ter descoberto em casa com os aparelhos domésticos da família. Assim, ele chegou a um colégio particular local que promovia cursos de eletricista e de manutenção de máquinas. Pegou o pequeno imóvel que herdou do pai junto com os irmãos e transformou a garagem em loja de consertos.

Comentando sobre a pandemia, Celso relata o susto inicial e a dificuldade em tocar o negócio com as medidas de isolamento. Mas a crise sanitária deixa revelar um incômodo que vai além do momento excepcional. Conta que “aqui embaixo” (mais próximo ao Morumbi), as pessoas vinham se cuidando com as medidas recomendadas (máscaras, álcool em gel etc.), mas “lá pra cima no ‘meião’ [...] você vai nos lugares o pessoal tá sem máscara, não tá se cuidando, o pessoal tá em roda conversando. Então, eu acho que lá pra cima tá mais um pouco – desculpa a palavra – um pouco mais relaxado”.

Obviamente, narrativas de crime ou de perseverança podem coexistir ou criar dissonâncias quando a realidade se impõe. Por exemplo, Paraisópolis é palco do Baile da Dz7, um dos maiores *fluxos* da cidade – bailes funk organizados de maneira espontânea, com carros e imensos alto-falantes disputando espaço nas estreitas vielas da favela – frequentado por milhares de jovens de toda a cidade, quase todas as noites de quarta a domingo. No baile também sobram viradores, sobretudo de bebidas alcoólicas, cigarros e drogas ilícitas, que não se importam com a concorrência dos bares que fazem suas próprias *playlists* de sertanejo, pagode e brega. Na rua Ernest Renan, de onde o fluxo começa a se alastrar, praticamente não há mais espaço sequer para caminhar por volta das 2h, e a vista do frequentador é constantemente ofuscada pela profusão de luzes de LED anunciando exóticas combinações de bebidas com energético e gelo de coco, fumaça de maconha, narguilé e pneu queimado das motos que se exibem a poucas ruas de distância. Cheiros de urina e vômito serpenteiam pelas vielas, já que não há banheiros públicos e os bares cobram pelo uso. Mas a garotada não se abala e a diversão segue até finalmente dispersar apenas na manhã seguinte, quando os próprios residentes começam a limpeza das portas de suas casas e comércios. Tudo *autogerido*.

A distribuição diferencial do Estado, nos termos de Das (2004), se nota na eventual presença da polícia, a única portadora de inteligibilidade estatal naquele contexto. Suas batidas e “enquadros” são relativamente comuns geralmente antes do fluxo começar, justamente para

impedir a aglomeração, e tem o aval de moradores contrários a realização dos bailes, como ouvi de muitos interlocutores. Na madrugada de 1º de dezembro de 2019, alegando perseguição a assaltantes de moto, a PM encurralou cerca de 5 mil frequentadores; nove deles, jovens entre 14 e 23 anos, morreram pisoteados durante o pânico causado pela operação policial, nenhum deles morador de Paraisópolis. Apesar de relevar o fato de que há muitos moradores de Paraisópolis que vivem da renda obtida durante o baile, Celso, ao ser perguntado sobre violência no bairro, remete imediatamente ao evento.

Eu acho que o mais violento foi esse aí, né? Mas aqui dentro não tenho o que falar não. Aqui dentro o pessoal respeita mesmo. Não que seja uma doutrina, né? Modo de falar da comunidade, não, aqui o pessoal respeita mesmo. Até quem vem de fora quando chega aqui se surpreende, fala “nossa, achava que aqui era bem violento”, porque passa muitas coisas no jornal. Como a gente mora em uma comunidade que ao redor é tudo bairro rico, bairro de grã-fino, então tudo o que acontece nesse ao redor, no externo a nossa comunidade o pessoal acha que é morador do Paraisópolis, mas não é. *Tem muitas pessoas que vem de Brasilândia pra roubar aqui dentro*, aí se passa no jornal, falam “ah, é morador do Paraisópolis”, mas não é. Aqui, graças a Deus é bem respeitado, igual eu falei aí pra você, tenho 35 anos e não tenho do que reclamar, não.

[...]

[O Baile da Dz7] pra nós que moramos aqui é ruim. Pra gente trabalhar no outro dia é muito difícil, tanto pra gente passar pro lado de lá, que a gente não consegue, e quem tá do lado de lá que queira vir pra cá. Mas para aquele pessoal que tá desempregado, que tá sem nenhuma renda, é bom porque consegue vender alguma coisinha, consegue vender uma água ou até uma cerveja. Pra esse pessoal é bom, que consegue gerar um dinheiro, mas no meu ponto de vista, como eu não trabalho com essas coisas, então, pra mim é ruim, porque tem muitos que vêm de fora e não respeitam nós moradores, que vem colocar o carro na sua porta, largar o carro, sair andando. Então fica difícil até pra nós. Mas é igual eu falei, pra aqueles que trabalham lá dentro, que sobrevivem dessa renda é bom, graças a Deus.

[...]

Então, aqui vem gente de todo lugar, igual falei pra você, tem uns que vem e respeita, tem uns que vem, você fala, eles entendem. Mas tem uns que vem, sei lá, bêbado, drogado, já vem já na loucura, e você vai falar e quer debater, e quer brigar com você. Brigar não, discutir, né? Aí pra não ter discussão eu deixo pra lá, largo de mão e saio andando. Mas vem muita molecada nova, eu acho que tem molecada que vem pra cá que a mãe nem sabe que o filho tá aqui. Já chegou uma vez a gente tá comemorando aqui um aniversário da minha sogra e desceu duas meninas lá de cima querendo saber onde era o AMA [Assistência Médica Ambulatorial], porque uma delas tava passando mal. Quando a minha esposa tava explicando pra ela onde era o AMA, a outra menina que tava passando mal desmaiou. Quando chegou no AMA, que tem que fazer aquela ficha de atendimento, a menina lá não queria dar o telefone de ninguém, e falou: “a nossa mãe não pode saber que a gente tá aqui”. É todas as idades, a gente acha que não, mas é todas as idades, a gente vê muitos novos. “Novinho” como dizem. Estão se acabando, na verdade.

(Celso, 35 anos, Paraisópolis, comerciante)

Diferenciações entre pontos distintos dos bairros são comuns, geralmente em tom

depreciativo aos vizinhos, que podem estar há apenas algumas ruas. É o lado degradado do senso de comunidade que Hoggart (2009) observou na distinção entre *nós* e *eles* em um contexto muito menos opressivo do que o de uma colossal favela brasileira no século XXI: na classe operária inglesa dos anos 1950, a noção de nós tinha um forte caráter de classe em oposição aos “de cima”, algo que parece inválido diante do retraimento do indivíduo no mundo contemporâneo e o enfraquecimento de sua identidade coletiva. A análise de Celso sobre as condutas diante da pandemia e do fluxo são baseadas na percepção concreta de quem, como ele, “anda pra cima e pra baixo”, mas ao indicar para o observador externo que desconhece os meandros da favela e tende a perceber Paraisópolis como um local degenerado, conhecido apenas através do noticiário sensacionalista, que os problemas da comunidade vem de fora, há uma clara compreensão da limitação de suas explicações.

Dos anos 1990 até os dias de hoje, ao mesmo tempo em que melhoravam o padrão de consumo e o acesso a bens, crédito, serviços e políticas públicas, a insegurança e a incerteza acompanharam o solapamento de modos de vida das classes populares, cercadas e gradeadas em suas casas (cf. CALDEIRA, 2000). No contexto que se aproximava, Jurandir Freire Costa (1988) via a sedimentação de um país “onde a experiência de impotência/desamparo é levada a um ponto tal que torna conflitante e extremamente difícil a prática da solidariedade social”.

Diante da sensação de insegurança e de incerteza, a experiência das classes populares brasileiras era tematizada com ênfase e audiência crescente nos programas policiais na TV em telejornais como o pioneiro *Aqui Agora*, exibido entre 1991 e 1997, cujo lema era autoexplicativo: “um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é!” (cf. ROMÃO, 2013). Muitos outros vieram em seguida, exaltando a defesa do *comerciante*, do *trabalhador* e do *consumidor* contra a “bandidagem” e popularizando nomes que extrapolaram o mundo do entretenimento, como o deputado federal e por diversas vezes candidato a prefeito de São Paulo, Celso Russomanno, introduzido na política pelo ex-governador Paulo Maluf. No aspecto simbólico, o marco discursivo do crime traz para o plano da narrativa hegemônica a violência crescente no espaço urbano.

A controvérsia em relação ao fluxo é grande. Aqueles que conseguem fazer algum dinheiro com ela geralmente adaptam suas rotinas: além dos vendedores, há quem explore estacionamentos e até sua lajes, que se transformam em camarotes “vip”; os demais, geralmente trabalhadores, idosos e pessoas com filhos pequenos, condenam o barulho excessivo e a sujeira em quase todas as noites da semana, sem disfarçar muito a injúria moral com as letras

hipersexualizadas do funk e a baixa média de idade dos frequentadores.⁷¹ O episódio da morte dos nove garotos seria um desfecho trágico para uma narrativa criada anos antes para a segunda maior favela de São Paulo, como analisei no primeiro capítulo, mas que não mudaria seu destino, saturado de batalhas cotidianas.

Mas a ambiguidade com que muitos comerciantes observam Paraisópolis aparece na mesma medida entre quem tem comércios no “meião”, e prova que a visão de decadência moral do bairro está diretamente relacionada a certa ascensão econômica que também permite que seus negócios prosperem. Otávio, de 41 anos, tem um pequeno mercado na favela que toca com a esposa há cerca de dois anos. Ele conhece bem o ramo, já que começou com 14 anos trabalhando no Grupo Pão de Açúcar (GPA), onde trabalhou registrado por duas décadas. Teve ainda uma passagem pelo Carrefour, mais sete anos em um “atacarejo” e entre um e outro tentou seu primeiro negócio próprio, uma pizzaria que não vingou. Recentemente apareceu a oportunidade de comprar o ponto comercial de um amigo; ele assumiu o mercado, mas precisou demitir três funcionários durante a pandemia; os dois que restaram tocam o estabelecimento na parte da manhã e o casal assume à tarde e vai até as 22h – ela no caixa e ele na padaria e na reposição de produtos. Ele parece moderadamente satisfeito com sua escolha. “Não é que eu ganhe o dobro. Se for colocar na ponta do lápis acho que eu não ganho nem 10% do que eu ganhava com carteira assinada, mas não tá faltando nada dentro de casa”. Em Paraisópolis, Otávio vê três perfis de classe social, que inclusive demandam produtos mais caros e geralmente associados a um tipo empreendedor que ele aprecia muito: trabalhador, honesto, que acorda cedo “e que fica muito chateado quando não consegue pagar alguma dívida”.

Acho que existem três tipos de classe social em Paraisópolis: existe a pessoa pobre, extremamente pobre, uma renda muito pouca; existe uma classe mediana que tem um emprego e uma renda fixa, que consegue se manter; e tem a galera que tem uma grana bacana, que já tem um dinheiro que recebe de outras coisas que faz, o marido trabalha bem, a mulher trabalha bem, então tem uma condição diferenciada. As pessoas [de fora] pensam que se é da comunidade as pessoas não devem comer bem, não devem se vestir bem, não devem comprar bem. Vou falar por mim, se eu pudesse eu colocaria até mais variedade do que eu tenho hoje no meu estabelecimento. Infelizmente, a gente não tem suporte financeiro nenhum de nada, nem de banco, nem de instituição, ONG, nada. É tudo *eu* através de *eu mesmo*. Assim, o que a gente coloca pra vender na loja, vende. Seja produto “top” ou produto barato.
(Otávio, 41 anos, Taboão da Serra, comerciante)

⁷¹ Dois meses depois da tragédia, participei como convidado de um evento da Rede Emancipa de cursinhos populares no CEU Paraisópolis, em que estavam presentes algumas lideranças da comunidade e a família de um dos garotos vitimados durante a emboscada policial no Baile da Dz7. Apesar do tom geral de solidariedade com as famílias e repúdio a ação policial, alguns presentes criticaram veementemente a realização das festas, explicitando o conflito em torno do assunto.

Otávio e sua esposa nasceram e foram criados em Paraisópolis, mas apesar de ter seu comércio na comunidade, não vivem mais lá. Um pouco antes de assumirem o mercado, se mudaram com seus dois filhos para Taboão da Serra, onde moram em um condomínio. “Graças a Deus tive a condição de criar os filhos fora”, diz sem muito remorso. A família experimentou uma notável mobilidade social nas últimas décadas, seus filhos estudaram como bolsistas no prestigiado Colégio Porto Seguro, e a mais velha atualmente faz Administração de Empresas na Unicamp, em Limeira. O mais novo não conseguiu renovar a bolsa e continuava os estudos em um colégio adventista, particular também. Otávio cursou Marketing na UNIP (Universidade Paulista) em um programa de bolsas do GPA, pressionado pelo gerente, que de maneira não muito sutil o ameaçou de desligamento caso não conseguisse um diploma. Ele entendeu que muito mais que um meio de ascensão social, no mundo popular ter o ensino superior no currículo é questão de sobrevivência no mercado de trabalho. Isso fica evidente quando ele atribui *todo* o êxito de sua família ao trabalho, mas intimamente desconfia que seus filhos precisarão de outras credenciais.

Otávio não esconde o orgulho do que alcançou, cuja materialização é a educação dos filhos, mas esta é, ao mesmo tempo, condição para a manutenção da mobilidade da família: foi por isso que resolveram sair de Paraisópolis, afinal, pelo menos à primeira vista. Na mesma condição de bolsistas, os sócios da hamburgueria de Paraisópolis também estudaram no Porto Seguro, mas continuam na quebrada, vendo uma ascensão via empreendedorismo acontecendo na comunidade e se tornando parte dela. Assim, o motivo real pelo qual Otávio tirou seus filhos de lá é a preocupação pela influência que vem dos *outros*, e que recrudesce com a chegada deles à adolescência. Momento em que ele viu a necessidade de blindá-los de tudo o que vê de errado ali. “Não digo a criminalidade, mas sim o acesso fácil: o acesso fácil à droga, à bebida, à baile, ao sexo precoce, a todo tipo de coisa... tá em todo lugar, um pouco mais maquiado, às vezes não, mas tá lá”.

Eu que estudei na escola pública e o ensino era precário, e hoje você tem a condição de dar para o seu um filho um ensino bacana, de estudar numa das melhores universidades do país, isso te motiva a ter saído de lá, entendeu? Não que seja ruim, mas se você esta num lugar que tenha menos criminalidade, menos drogas ou coisa parecida, quem não quer? Eu vou lá todo dia, eu vejo um monte de coisa todo dia, infelizmente tem pessoas que não tem condição. Se você perguntar, para cada 10, nove eu tenho certeza que se tivesse condição não moraria lá. Não por conta do local, mas para poder dar uma condição melhor para os seus filhos.
(Otávio, 41 anos, Taboão da Serra, comerciante)

É como se Otávio soubesse que suas próprias afirmações sobre as “três classes sociais” de Paraisópolis são, em parte, uma tentativa de autoengano. Há ali no discurso um

quarto perfil que fica oculto, mas que se manifesta em outros pontos da conversa, que aponta diretamente para o mundo do crime. Otávio ansiava dar para o seu filho aquilo que julga não ter tido. “Quando eu pego minha infância, uma infância bem dolorida, bem pobre, sem muita condição, tendo que sair de casa pra trabalhar muito cedo, com 11 anos... Hoje, como a gente tem um pouco de condição, a gente quer dar uma condição para os filhos”. Se do ponto de vista meramente material não parece haver justificativa para a mudança de bairro, ela se acomoda então nas justificativas morais. Otávio identifica nos primeiros anos do mandato de Lula o momento em que as contas em casa melhoraram, e produtos e serviços de melhor qualidade se tornaram acessíveis. Ainda assim, faz uma ressalva de que “depois o poder subiu à cabeça” no governo petista. No caso de Bolsonaro, ele também o vê assim, em duas metades: uma que “acabou com a corrupção no país”; a outra que “não é efetiva, fica de picuinha” – no momento da entrevista era a discórdia em relação à vacina que tomava o noticiário –, indicando que seu ceticismo com a política corresponde ao seu *ethos* popular, em que de um lado repousam gestão eficiente e códigos éticos; de outro, os alicerces morais tão importantes para uma família “estruturada”.

Na vida de Otávio as soluções foram sempre privadas e os problemas, públicos. Pelo menos é assim que ele vê. Como comerciante, percebe a burocracia como empecilho e se ressentido com os impostos, que considera “desleais”. Se vê desamparado e a todo momento provocado a apelar para o ilícito. “Tudo que é feito é para que você sonegue, para que você faça errado, entende?”. Não há suporte “nem de banco, nem de ONG”, duas instituições carregadas da mesma dubiedade no cotidiano de Paraisópolis. “Depois que comecei assim, pequenininho, eu vi o quanto é sofrível pagar imposto. Eu pago o mesmo imposto que uma empresa grande paga, eu pago o mesmo imposto que uma pessoa que tem dez vezes mais que eu paga”. Se queixa que políticas públicas de auxílio a micro e pequenos empresários são criadas “para inglês ver”, pois são os bancos privados que determinam “quem se enquadra” e que, portanto, consegue o empréstimo. Como acontece com frequência entre os interlocutores desta pesquisa, há consciência da desigualdade e dos privilégios dos “de cima”, como diria Florestan Fernandes. Mas é um sentimento represado, que não encontra vazão adequada em um contexto carregado de individualismo e ceticismo.

Por fim, a Paraisópolis da inclusão pelo consumo é para Otávio um bom lugar para manter um negócio, mas não para o que ele percebe como ideal para uma família que alcançou certo padrão, e esse padrão não é meramente econômico, mas ancorado em valores morais. Enquanto ele tenta seguir as regras e viver honestamente segundo sua rígida ética de trabalho, foi a desconfiança com seus ex-vizinhos de comunidade que determinou que ali não era mais

um lugar decente para sua família. No orgulho que o faz se sentir honesto está afinal a *distinção* para com seus concorrentes, explícito no que *eles* fazem e *ele* não faz. “Como comprar algo que pode vir manchado de sangue? Quantos pais de família perderam a vida pra isso chegar até mim?”.

Desconfiança

Antes eu já frequentara os meandros do Largo Treze, pois foi lá que realizei metade do trabalho de campo para a minha pesquisa de mestrado, entre 2013 e 2015, focado em uma universidade privada local. O contexto mudou desde então, mas já naquele momento eu verificava um crescente ceticismo, em parte decorrente das promessas não cumpridas do lulismo entre estudante bolsistas do Prouni (cf. COSTA, 2015). Agora, são as consequências desse processo que parecem predominar: ao ceticismo se reúne o empreendedorismo na conduta do sujeito popular.

Luciano tem uma loja de acessórios na rua Barão de Duprat, onde trabalha sozinho em meio às mercadorias organizadas de maneira um tanto displicente – um salão até amplo e com mais variedade, se comparado ao de Delei. Com 48 anos, mora no Jardim Aracati, bairro que fica às margens da represa do Guarapiranga, a mais de 12 quilômetros de Santo Amaro, onde mantém há três anos sua loja. Quando veio do Ceará em 1985, se instalou primeiro na zona Leste, onde ficou até 2000. Recentemente demitiu a própria esposa, sua única funcionária, que passou a trabalhar com ele sem registro. Ele inclusive gostaria de se definir como empresário, mas não o faz porque, diz, “eu andei desregularizado e estou tentando regularizar [a loja], falta pouca coisa para poder ser considerado como empresário”. Destacando as dificuldades que tem tido na ocupação, acredita que a situação econômica melhorou nos últimos governos (Temer e Bolsonaro), o que teria sido interrompido pela pandemia, que trouxe mais desemprego.

No momento [a dificuldade] está sendo o desemprego, que caíram muito as vendas. Devido a esse auxílio ajudou bastante, as pessoas gastam pouco, tem sido essa a dificuldade. Outra dificuldade maior que já vem de muitos anos e não sei se vai mudar com algumas reformas que é imposto em produtos nacionais, é por isso que eu trabalho até com algumas coisas importadas *made in China* como você está vendo. Tento trabalhar com coisas nacionais, mas não dá por isso, pelo imposto alto.

Como você acha que resolve esse problema?

Quem sabe agora com algumas reformas como a tributária e algumas outras, diminuir um pouco o imposto e a gente trabalhar com mais produtos nacionais.

[...]

Eu trabalhei até 1995 registrado, trabalhava na bolsa de cereais de São Paulo na Avenida Senador Queiroz, um dos últimos empregos que trabalhei registrado. Lá eu era auxiliar de expedição, eu redigia os ofícios e fui só até aí mesmo. Depois sempre trabalhei como autônomo. Já fui marreteiro, até 2007, antes de tirarem as bancas aqui no Largo Treze, e passei a trabalhar com lojas, mas como empresário, inclusive sou empresário hoje. Embora minha empresa ainda não esteja cadastrada no Simples por algumas dívidas que eu tive, eu estou regularizando para ver se coloco ela em ativa de novo.

(Luciano, 48 anos, Jardim Aracati, comerciante)

Essa ética do trabalho vem passando por uma transformação sutil, mas igualmente relevante, em que elementos de empreendedorismo aparecem nos discursos de comerciantes e viradores. Muito distante de um modelo eurocêntrico de subjetividade “neoliberal” como teorizaram Dardot e Laval (2013), há sim uma ênfase no ceticismo quanto ao Estado e às instituições que parecem vir de tempos remotos da formação do trabalho por conta própria no Brasil, como relatei na Introdução. Revela também, por sua vez, insegurança quanto aos passos a tomar, o que incide diretamente na subjetividade: uma coisa é ser virador, vivendo de bicos, vendendo o almoço para comprar a janta; outra bem diferente é ser um *empresário*. O virador é provavelmente vítima de injustiças sociais que não se resolvem pelo mérito, e mesmo para o pequeno comerciante sua satisfação é garantida com pouco mais que o básico. A armadilha é que, por mais sedutor que o discurso da conquista pelo mérito seja, dificuldades práticas fazem com que esses aspirantes a uma nova *identidade* muitas vezes se encontrem em um limbo de autoafirmação, pois é sempre necessário dar “o próximo passo”.

Manter todo mundo [recebendo o auxílio, todo] vai falar que acha que tem que manter, mas vamos ver como é que fica o país, como é que vai pagar essa conta. Tem que ver se o país vai conseguir segurar beleza, até mesmo na área da saúde. Eu acho que deveria ter mais, como nós vimos agora a necessidade que tem a saúde de atendimento que apareceu agora na emergência, deveria ter que manter também isso aí porque se a gente precisar hoje do SUS – os nossos governantes falam muito do serviço do SUS, os funcionários do SUS sim merecem um apoio –, mas o atendimento não existe. No normal, se você for fazer uma consulta hoje você espera no mínimo três meses para ser atendido, um dermatologista. Eu mesmo que estou sem convênio, só minha esposa e meus filhos que têm, eu estou precisando até de um dermatologista e não consigo.

(Luciano, 48 anos, Jardim Aracati, comerciante)

Luciano, o empresário que à época recebia o auxílio emergencial de 600 reais, e que chegou a afirmar que diante da crise “estamos salvando na medida do possível mesmo, se agarrando em qualquer galho para poder não morrer”, era ambíguo com relação à manutenção do benefício e com as responsabilidades do Estado, e mesmo que valorize os profissionais do SUS, gostaria de não precisar deles. Incorporando um comportamento recorrente entre aspirantes a empresários/empreendedores, Luciano, contudo, dá a volta no círculo e encerra a

conversa de maneira otimista: “[agora é] esperar melhorar, vir uma vacina e a gente expandir os negócios”.

A alguns metros dali, Elisa e o marido mantêm uma loja de quadros e molduras na Barão de Duprat. Eles vieram do Paraná há cerca de vinte anos, e hoje moram no Rio Bonito, mais de oito quilômetros ao sul de Santo Amaro. Ela tem 40 anos e viu a pandemia mudar sua vida. Em meados de 2020, entrei no ambiente noturno da loja, observado apenas pelas reproduções de quadros famosos de Monet a Romero Britto, e fotos de gente genérica que povoa os bancos de imagem, enquadrados pelas molduras. Isso porque, com o fechamento dos negócios “não essenciais” por determinação do governo estadual, sua loja teve que demitir os seis funcionários, de modo que ela teve que deixar seu emprego em um escritório de advocacia para ajudar o marido com a loja: ela fica sozinha no atendimento enquanto ele confecciona os quadros e as molduras, um negócio de família que começou com o sogro. Ela, no entanto, não fazia parte dele, diretamente. cursando Direito em uma faculdade privada, se mantinha em um plano de carreira estável, registrada e com seus direitos trabalhistas garantidos. Quando terminasse seu bacharelado, pretendia seguir na advocacia. Elisa sente falta da carteira assinada e dos benefícios que a CLT proporciona. Ser patroa não significa vantagem, e apesar de acompanhar a rotina da loja ao longo dos anos, a *responsabilidade* lhe caiu de repente e ela não tinha se preparado para isso.

Mas tem muita responsabilidade [em ser patroa], a responsabilidade dobra. Eu acho que quando você é o proprietário muitas coisas você tem que se desdobrar para resolver naquele momento, não tem ninguém acima de você que você pode recorrer, é você e pronto, você resolve ou você resolve. Quando você trabalha de funcionário, tem alguém para você passar as informações, alguém superior a você, então eu já estou passando a bola para a pessoa que resolve, e quando você é o proprietário, não. Se tiver uma bucha, qualquer coisa, é muita responsabilidade.
(Elisa, 40 anos, Rio Bonito, comerciante)

O que exacerba certa sensação de vidas à deriva ali naquele mundo de comerciantes contrariados é a ausência de vida comunitária que abunda na terra batida de Vargem Grande, por exemplo. As dificuldades de Luciano e Elisa são diferentes, e eles as encaram a partir de subjetividades próprias, porém, a sensação de estarem a um passo do êxito ou do fracasso, se equilibrando em areia movediça, guarda semelhanças na insegurança que demonstram diante do incerto. Mesmo quando existem crises e dúvidas, o reconhecimento na comunidade funciona como uma âncora em mar revolto e atribui convicção às escolhas pela vida sem salário. No caso dos colegas da rua Barão de Duprat, nada lhes traz segurança, e mesmo o que têm é visto com desconfiança, sentimentos que a pandemia acentuara.

Prosperidade

“Boa noite, vencedores!”, foi a primeira frase ouvida no autofalante do imenso salão de paredes beges decorado com vitrais coloridos, uma inquietante luminária em formato de cruz e a mensagem em gigantescas proporções posta sobre o altar que se iluminava em azul e dourado acima de todos, “Jesus Cristo é o Senhor”. Vista da avenida João Dias, a imponente escadaria impressiona tanto quanto a fachada adornada com paineiras imperiais, fazendo com que dois garotos de mochilas nas costas chegassem a subi-la para espiar o interior do edifício, “só pra ver como é que é” (disse um para o outro reticente). O entorno lúgubre da noite em Santo Amaro não era capaz de obscurecer o segundo maior templo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em São Paulo, com seus 30 mil metros quadrados e capacidade para seis mil pessoas sentadas.⁷² Cerca de ¼ do espaço se encontrava ocupado naquela segunda-feira de novembro de 2021, quando estive no templo para uma observação participante. Era dia de *Congresso para o Sucesso* no Templo da Fé.

A saudação deu início à palestra do pastor Marcelo, responsável pelo culto das segundas-feiras e que também acontece em outras denominações do mundo pentecostal. Mesmo que receba diferentes nomes (culto da prosperidade, culto para empresários etc.), no primeiro dia útil da semana acontece o evento destinado ao aconselhamento financeiro dos fiéis. O propósito dessas sessões é oferecer a eles palavras de autoajuda e exemplos de superação, em que o sucesso financeiro é atribuído à devoção a Jesus, que se realiza através da contribuição para a igreja (o dízimo). No caso da Universal, isso se combina com sua principal característica, identificada por Ronaldo de Almeida (2009), a de serem “igrejas de passagem”, isto é, construídas em lugares de intensa atividade comercial ou próximas a terminais de ônibus, metrô e trem, implicando em uma sociabilidade quase totalmente desprovida de intimidade. Na impessoalidade que reina nos seus cultos, todos, com exceção do pastor (afinal com suas redes sociais em dia; seu Instagram contava com mais de 20 mil seguidores naquele mês) são ilustres desconhecidos, o que ajuda na estratégia adotada: nem sempre muito convincentes, os testemunhos ali proferidos dificilmente serão examinados por algum conhecido próximo.

No contexto da Universal, fundada em 1977 no Rio de Janeiro por Edir Macedo e principal denominação da vertente *neopentecostal*, os Congressos para o Sucesso guardam uma especificidade quanto aos cultos mais tradicionais da semana, com suas performances de

⁷² Segundo o Censo de 2010, a IURD possuía cerca de 1,8 milhão de fiéis em todo o país.

expulsão de espíritos malignos. Apesar da saúde financeira ser um aspecto essencial para a matriz discursiva da igreja e da Teologia da Prosperidade como um todo, e das inúmeras menções ao diabo que aparecem ali – expurgá-lo é condição para a prosperidade –, esta é uma sessão mais “sóbria”, e o público passa longe da “multidão pobre e alienada” das sessões de descarrego que costumam povoar descrições depreciativas na mídia e na academia. Como observou Jacqueline Moraes Teixeira (2012), muitos desses lugares-comuns, aliás, são o oposto de uma bem articulada “pedagogia da prosperidade” em que o dinheiro não é o único mediador-ritual da prosperidade, que funciona junto de outras instâncias da vida, em especial a família.

No culto, um roteiro é determinado, em que preces são intercaladas com histórias de vida (casos de sucesso), participação do público e donativos. Em certo momento, o pastor fez uma nova exortação que não entendi de imediato; quando percebi, a massa ao meu redor erguia celulares, carteiras, bolsas e mochilas para serem abençoadas. É inegável a habilidade do pastor Marcelo em conduzir o culto, alternando momentos de entrega à oração, geralmente de costas para o auditório, em que aumenta o tom de voz até que ela se torne incompreensível, com situações de relaxamento da exaltação, concedendo a palavra aos fiéis e interagindo com eles. As encenações do pastor, já notaram Clara Mafra (1999) e Mafra, Claudia Swatowiski e Camila Sampaio (2012), são essenciais na tradução de questões abstratas da teologia cristã. Não deixava, contudo, de parecer exótico, sobretudo quando os três telões posicionados para o público o focavam diante de um fundo que neles ficava avermelhado, lembrando fogo.

Não há dúvida, como argumenta Almeida (2009), de que mesmo nesse caso se posiciona a dicotomia básica entre pessoas “libertas” e “não-libertas”, mas a ênfase recai sobre as primeiras, aquelas que superaram as dívidas e os credores e, dedicadas à religião, viram seus negócios alcançarem a graça. O que mais chamava a atenção no numeroso público presente ao culto das 20 horas, o quinto do dia, era a diversidade dentro da uniformidade, semelhante à de um *shopping center*: uma notável porção de classe média e média-baixa de muitos casais em aparente comunhão, muitos acompanhados dos filhos, mas também pessoas sozinhas.⁷³ Como na observação de Antônio Flávio Pierucci (1988, s/p) feita ainda nos anos 1980 sobre o perfil de classe média-baixa e que parece ainda válida aqui, trata-se, naquele espaço, “de *setores intermediários* em mais de um sentido: (1) são *estratos intermediários* entre a base e o topo da sociedade, (2) que vivem em *bairros intermediários* entre o centro e a periferia, (3) exercendo muitas vezes suas atividades econômicas nos *setores de intermediação* (pequeno comércio e serviços)”, e que fatores socioeconômicos e culturais-geográficos “empurram para baixo e para

⁷³ Fundamental para o princípio de planejamento familiar da Universal, esse aspecto é ressaltado na Terapia do Amor, aos sábados, e na Terapia da Família, aos domingos (cf. TEIXEIRA, 2012).

trás” sua posição social.⁷⁴ Pretos, pardos e brancos em proporção comparável, jovens na faixa dos vinte anos e idosos beirando os setenta, e uma dupla de homens de meia idade algumas fileiras a minha frente, que trocava afagos discretos. Pessoas tatuadas, homens de brinco e cabelo comprido, mulheres de saia para cima do joelho e óculos chamativos, camisas de times de futebol e de bandas de rock, e chapéus de cangaceiro. Quatro mulheres, provavelmente saídas direto do trabalho, atravessaram o corredor principal uniformizadas, e escrito em branco nas suas camisetas pretas se revelava onde trabalhavam: “Sensualiza Moda Íntima” é o que indicava. Todos com suas bíblias e seus saquitéis ao mesmo tempo erguidos acima da cabeça quando solicitados pelo pastor.⁷⁵

Alguns se exaltavam, mas a maioria mantinha uma devoção moderada. Eu mesmo receava ser facilmente notado, quando fez sentido o que uma interlocutora me havia contado, que preferia frequentar aquele templo gigantesco justamente para não ser incomodada por conhecidos. Não fui abordado em nenhum momento, por mais que desconfiasse dos obreiros que circulavam em torno – no começo ignorantemente achei que eram seguranças. De fato, a Universal tem como uma de suas características não recusar participantes esporádicos, o que amplia a economia sacrificial para uma audiência ainda maior (cf. MAFRA; SWATOWISKI; SAMPAIO, 2012).

Mas, apesar da impessoalidade, as pessoas estão ali para orar, e sua participação é fundamental na criação de uma atmosfera de otimismo no compartilhamento das experiências. No Congresso para o Sucesso há três categorias possíveis de mapear: o chamamento aos casais, seguidos por outros recortes considerados secundários (pessoas sozinhas, separadas por sexo), que atravessam o altar em uma fila que se estende por muitos minutos; aqueles que são instados a contar rapidamente o tamanho da dívida que saldaram; e casais convidados previamente a exporem suas histórias de sucesso e que têm bastante tempo para contá-las. A fila dos ex-endividados é onde há espaço para alguma espontaneidade. As contas pagas sempre chegam nas dezenas de milhares, mas há momentos em que alguma quebra de expectativas existe, como um senhor que respondeu em tom desafiador “paguei 180 paus”, arrancando gargalhadas um pouco forçadas do pastor, e de um jovem que alegou ter quitado uma dívida de 18 milhões de reais, o que gerou alguns segundos de incredulidade geral.

⁷⁴ Pierucci (1988) tinha como referência as bases eleitorais de Jânio Quadros na eleição para a prefeitura de 1985 e de Paulo Maluf para governador, em 1986, que com algumas diferenças, à época ficavam restritas a porções mais centrais das zonas Norte e Leste.

⁷⁵ Entre as denominações pentecostais, a Universal é a mais liberal; além de pregar a Teologia da Prosperidade, segundo a qual Deus reserva sucesso financeiro, saúde e realizações para os verdadeiros cristãos em vida, flexibiliza alguns costumes severamente observados pelos fiéis pentecostais, como em relação ao uso de roupas da moda, cosméticos etc. (cf. MARIANO, 2004).

Já os casais de sucesso seguem um roteiro mais padronizado, sobem ao altar vestidos à caráter, de cabelos e barbas alinhados, sorrisos inabaláveis no rosto e histórias de superação muito parecidas: o homem que estava entregue à bebida e às drogas, chegou ao fundo do poço e descobriu a igreja; a mulher que casara com o homem “errado”, se separou, “caiu na balada” e, na igreja, solucionou sua vida sentimental. Soa curioso quando o sujeito afirma que tudo deu certo quando “lacramos com Deus”. Mas a conversão não é o suficiente para resolver também a vida financeira, e neste caso é preciso o sacrifício, que no início pode ser, por exemplo, todo o salário de um mês. “No vernáculo da igreja, o iurdiano deve buscar insistentemente ‘a fé ativa’, ou seja, deve propor objetivos de mudança de sua vida, pedir para Deus a mudança, e sacrificar-se” (MAFRA; SWATOWISKI; SAMPAIO, 2012, p. 85). O recado implícito é que é tudo para Deus, e Ele devolverá em dobro: enquanto falam, os telões reproduzem as fotos das benesses recebidas pelo casal – a fachada da empresa bem-sucedida, a casa com piscina e carros novos na garagem. Em um dos depoimentos que acompanhei, o marido conta com certo acanhamento calculado que seu primeiro dízimo foi 50 centavos (contados em várias moedas); na sequência retira um envelope do bolso do blazer cor de areia e pergunta para o pastor se não seria inadequado revelar o valor do cheque que constava nele. Ele não diz, mas enche o peito ao dar uma dica: aquele sacrifício vinha na casa dos “seis dígitos”.

É curioso que mensagens de prudência se combinem com manifestações de ostentação, mas a insistência do pastor na *intenção* ao ganhar dinheiro tenta justificar uma pela outra, ou seja, para uma vida confortável é preciso *racionalidade*, sobretudo se expurgando do endividamento, pois aquele que nada deve tem o direito de gastar para seu proveito e, obviamente, tem mais recursos para o dízimo, enquanto um sujeito endividado, além de tudo, não é um bom divulgador da religião. Logo na entrada, obreiros distribuíam panfletos para uma sessão especial do Congresso para o Sucesso, o “Clamor pelos endividados”, convite reiterado mais de uma vez pelo pastor Marcelo. É a deixa para que ele introduza as regras básicas para o empreendedor evangélico, o que se apreende do capítulo 4, versículo 3 da Epístola de Tiago, “Pedis, e não recebeis, porque pedis mal, para o gastardes em vossos deleites”.

Em uma das fotos que são mostradas durante o depoimento, da afetada sala da empresa de soluções tecnológicas do fiel, destaca-se uma frase pintada na parede logo atrás da sua mesa, “Eu sou o número 2, porque Deus vem primeiro”. Vários recados implícitos ocorrem durante o culto, um deles é que, no plano terreno, *você* vem primeiro. Não há dúvida ali naquele espaço quanto ao que se considera “sucesso”, e um trabalho assalariado certamente não faz parte dele. Se há alguém entre você e Deus, a culpa é provavelmente sua, como fica claro

quando o pastor desestimula o trabalhador a cobrar seus direitos na Justiça, porque “você não fez sua parte, não ajudou a empresa a crescer”. A certa altura, ele exorta o fiel, sublimado na figura totalizante do imaginário crente, a se lembrar de “quando você não tinha nada, pé no barro, andava de ônibus”, pois se o sujeito vive uma situação confortável no momento, ele não deve se apegar e se acomodar com o que tem, deve continuar buscando o sucesso, porém dedicando-o a Deus.⁷⁶ E então surge a imagem do transporte público como símbolo de humilhação e fracasso. Na sua última intervenção, o pastor Marcelo pediu um cartão de crédito para o público. Com o objeto magnético de um fiel em mãos, explicou que “como eu costumo dizer, a vida é como um cartão de crédito”. Alguém na plateia antecipou sua resposta, e ele riu, “se não usar bem, vem a fatura”, completando enfim com a benção das *maquininhas* que os obreiros levam o tempo todo consigo.

Portanto, “você quer ser igual, ou quer ser diferente?”, ressoava nos autofalantes, enquanto os telões se iluminavam com os símbolos matemáticos de “igual” e “diferente”. O pastor, como um palestrante de autoajuda, apontava para o segundo e repetia a exortação para o êxito do empreendedor evangélico. Ao final do Congresso para o Sucesso, que durou cerca de uma hora e meia, o templo apagava suas luzes, deixando o entorno no breu, enquanto a parada de ônibus na avenida João Dias se enchia de crentes com um propósito no coração.

Laços de família

Alguns dias depois da minha primeira visita ao Templo da Fé, voltei ao Congresso para o Sucesso para acompanhar uma seção vespertina, ministrada pelo mesmo pastor Marcelo, porém frequentada por um público notavelmente diferente, além de em muito menor número. Justificável, afinal era o culto da prosperidade das 15h. Já na entrada, topei em uma tenda branca posicionada entre o portão e a calçada, onde alguns obreiros se postavam e abordavam os pedestres; recebi um exemplar da *Folha Universal* e entrei, analisando a tiragem de 1,6 milhão e a matéria de capa sobre como uma jovem havia superado as tentativas de suicídio, obviamente pela fé e pelo aconselhamento da igreja. Com o auditório mais vazio, pude me posicionar mais perto do púlpito dourado de onde o pastor modulava seu discurso em relação à palestra de algumas noites atrás, não por acaso. Diante de uma membresia visivelmente mais pobre, mais

⁷⁶ Situações semelhantes aparecem no contexto das comunidades terapêuticas, que apesar de não serem necessariamente pentecostais, entendem seu “residentes” unicamente como pessoas “dispostas a se recuperar”, anulando marcadores como classe, raça e gênero. De uma residente, Taniele Rui (2010) ouviu que não precisaria ocultar seu nome verdadeiro, já que ali, “as nossas histórias são todas iguais”. Também ali a vinculação entre a adição a figura do “fundo do poço” é frequente.

negra e mais velha do que a que comparece às 20 horas, há um esforço para que o público não se perca no roteiro do culto, notável nas incontáveis oportunidades em que o pastor Marcelo repete a frase “quem me entende, pessoal?” e variações acompanhadas de pedidos para que aqueles que estavam entendendo levantassem as mãos. Ritual que pareceria um mero tique se não fosse pela minha visita anterior ao culto noturno. Também foi possível observar nesta ocasião o *cameraman* que o seguia pelo palco, filmando-o quase sempre de baixo para cima, uma bela exibição de profissionalismo e espetacularização da fé.

A mensagem sobre fazer a diferença estava presente, mas com menos ênfase. O tema do suicídio voltaria a aparecer para mim na história de um policial militar que tirara a própria vida, retomada pelo pastor em vários momentos. O tom mais sombrio vinha com um sentido de alerta. Diferentemente do culto da noite também não houve a fila do ex-endividados e apenas um depoente fez sua entrada no altar. O sujeito desacompanhado abriu mão de compromissos na sua empresa em Bauru para estar no culto, onde apresentou uma história muito parecida com as que vi na primeira visita: o jovem de estilo de vida confortável mas desregrado que, perdido na “noitada”, nas amantes e na cocaína chegou ao fundo do poço, que no caso dele culminou com a perda da visão de um olho depois de um acidente de carro. “Vinte anos enganado pelo diabo”, refletiu. Agora transformado, redescobriu o encanto pela esposa e se tornou um empresário bem-sucedido e fiel, que numa conversa com Deus decidiu não comprar o jet-ski que cobiçava para, em vez disso, adquirir um carro maior “para levar mais almas para a igreja”. Havia um detalhe a mais no seu relato, contudo, o filho que parecia seguir a mesma trajetória errática do pai. “Mesmo tendo o espírito santo dentro dele, ele está vivendo uma guerra pelo filho!”, concluiu aos berros o pastor. A mensagem era clara: estamos todos vivendo várias guerras e não se pode esmorecer, pois o diabo está à espreita e se aproveita de qualquer pequeno vacilo. Quando o homem deixou o palco, o pastor contou que já o conhecia de quando pregava no interior de São Paulo e que acompanhou sua trajetória. “Ele não foi um ótimo obreiro porque tinha muito dinheiro, mas porque era *servo*”, elogiou, ganhando o consentimento do público.

É provável que muitos desempregados se encontrassem no culto daquele horário. Algumas cadeiras a minha direita, um casal muito jovem orava, o rapaz de franja descolorida ainda mais compenetrado. Ciente do público relativamente mais pobre, o pastor Marcelo se mostrava modesto no pedido de doações, e poucos foram os que subiram ao altar para depositar sua contribuição (não confundir com o dízimo). “Doe o seu melhor”, repetia, e quase ao final pediu doações de panetones para o trabalho social da igreja com moradores de rua no Natal. Mas na semana em que o advogado e pastor presbiteriano André Mendonça foi aprovado pelo

Senado para um cargo no Supremo Tribunal Federal, depois de uma intensa campanha patrocinada pela bancada evangélica, ele não podia deixar de fazer a benção a dois dos responsáveis diretamente ligados à sua denominação, os pastores Milton Vieira e Wellington Moura, respectivamente deputados federal e estadual pelo Republicanos, o partido da Universal.

Como se nota em toda a comunicação visual da Universal, “Pare de sofrer” é o slogan que informa seu propósito manifesto, e foi este sentimento que levou Aparecida à conversão, há quase vinte anos. Essa senhora miúda e atenciosa de 58 anos trabalha na maior parte do tempo como diarista, mas não desiste de retomar seu projeto de vender trufas de chocolate caseiras, negócio que já lhe deu alegrias e angústias e que se mistura com a atribulada vida familiar. Do trabalho na roça no estado de Pernambuco para a circulação entre a casa apertada e abarrotada em Interlagos e um condomínio de alto padrão em Santo Amaro onde presta serviço, Aparecida foi sendo moldada pela rotina insuportável de cuidar de filhas e netos, resolver as confusões do marido que a decepcionava sistematicamente e ainda colocar dinheiro em casa. Tudo isso fez de Aparecida uma pessoa amargurada que pensou em tirar a própria vida mais de uma vez, mas que viu a fé evangélica lhe mostrar uma saída para o sofrimento, como no slogan. O autogerenciamento proposto pela Universal lhe ajudou a pacificar o espírito, mas não eliminou inteiramente o tom desafiador que permeia alguns momentos da sua fala, a maneira que ela encontrou para lidar com um mundo que faz de tudo para mantê-la acuada.

“Você tá entendendo?!”, Aparecida perguntou seguidas vezes antes que eu pudesse ligar o gravador para a entrevista, repetindo razões muito mais práticas que espirituais para frequentar a Universal. Queria enfim ter certeza de que eu estava realmente interessado e não queria zombar de suas explicações. Além de ecoar o chavão do pastor, a frase vinha carregada de ansiedade, transmitindo a nítida sensação de que já tentou fazer interlocutores como eu não a verem com preconceito. Compreensível, já que na casa em que trabalha pouco consegue se entender com o patrão, professor de universidade pública e ardoroso defensor da ciência. Para ela, não se trata apenas de aceitar sua religiosidade, mas de entender os motivos pelos quais a igreja lhe faz tal sentido. Aparecida não é uma fanática e não gosta que a vejam assim, mas não é simples entender sua lógica, nem tanto por causa das renúncias que faz na vida pessoal em benefício do cumprimento com o dízimo, mas justamente porque um dos pilares da Teologia da Prosperidade é para ela uma âncora pesada, sua família.

A nossa primeira conversa teve já de cara um componente visual inusitado, que primeiro gerou risos, mas que serviu para Aparecida retomar severamente sua caracterização da Universal: ela vestia uma camiseta surrada (já que vinha do trabalho) de uma igreja

concorrente, a Bola de Neve. Achei curioso e perguntei a respeito, recebendo de volta uma reação primeiro graciosa e depois contida de que “na Universal não é assim, não”, isto é, que a sua igreja recebe a todos “sem preconceito” e não impõe regras específicas de vestimenta, como acontece em outras denominações pentecostais. “Até o bispo Macedo falou que toma uma cerveja. O que faz mal é o exagero”, adverte. De fato, ela confirma o que a literatura especializada observa sobre a flexibilização dos costumes entre os iurdianos, como vimos anteriormente. Para Aparecida, a Universal é como uma *faculdade*, “porque fala de tudo, assim, da vida da gente, desde espiritual, financeira, a vida após a morte, tudo”. Ela chegou a frequentar outras igrejas, mas só na Universal recebeu retribuição, que no caso chegou a lhe custar uma ceia de natal no sacrifício da Fogueira Santa.

Fogueira Santa é assim, um valor que você dá, é um valor... assim, algo sobrenatural que você dá, né? Mas as pessoas acham que é dinheiro. Quando você dá, você tá mostrando pra Deus que você não tá apegado no dinheiro porque dinheiro você morre e fica tudo aí. Hoje em dia as pessoas são apegadas no dinheiro, não é? É no dinheiro, então, quando você dá você tá dando pra obra de Deus crescer, que nem a Igreja Universal cresce demais. O trabalho [da igreja] é muito nessa pandemia, a cesta básica pra tudo que é... eles ajudam muito as pessoas, é que ninguém vê, então, é igreja pra tudo que é lado. O pessoal fala que é pro bispo Macedo o dinheiro. Eu vou te dar um exemplo, assim, Deus, ele não deixa faltar, no final do ano passado eu peguei o meu dinheiro e eu participei da Fogueira Santa, só que assim, eu tava com o nome sujo, eu tava com o nome super sujo, não tinha crédito pra nada, quando queria comprar uma coisa comprava no cartão da minha filha e eu queria comprar um guarda-roupa porque a gente tinha mudado, na casa lá que a gente morava apodreceu tudo e eu queria comprar um guarda-roupa, como que eu ia comprar uma guarda-roupa? Eu não tinha cartão pra comprar esse guarda-roupa a prazo, né? [...] Aí no final do ano eu peguei o valor e participei da Fogueira Santa, dei tudo.

(Aparecida, 58 anos, Interlagos, diarista)

Aparecida nasceu em Jurema, município com cerca de 20 mil habitantes no Agreste pernambucano, em uma família de treze irmãos, e migrou sozinha para São Paulo com 23 anos. Mas apesar de fazê-lo para fugir da miséria, seu primeiro sentimento na capital paulista foi de arrependimento. Na primeira casa em que trabalhou, em Moema, ela tinha que cuidar de três crianças e sua adaptação foi sofrida, principalmente aos hábitos alimentares da classe média local, “estrogonofe, essas coisas”. Aparecida conta que chorava muito e emagreceu “até ficar um palito”, pois praticamente não comia. Começou a se acostumar, mas ainda tinha muito medo da cidade grande e de sair à noite, único horário que tinha para estudar. Acabou que foi adiando e só concluiu o ensino médio em 2015. “Nego pensa que é fácil, mas não é não”, diz. Com exceção de um período fazendo faxina em uma gráfica, trabalhou como doméstica por quase toda a vida adulta. Recentemente, ela foi demitida da casa do professor, onde teve a carteira assinada nos últimos sete anos, mas fez um acordo com eles e continua fazendo faxina lá como

diarista, três vezes por semana. A longa relação com o patrões faz com que Aparecida veja a própria história em retrospectiva, analisando sobretudo as diferentes escolhas que fizeram.

Minha vida era sempre trabalhar, eu sempre fui trabalhadeira, lá todo mundo falava “nossa, que menina trabalhadeira”. Tudo o que meu pai fazia eu fazia, era na roça, trabalhando na roça, tudo eu fazia. Na época de caju, a gente colhia castanha, o café, quando era época a gente ganhava dinheiro assim. Eu sempre ganhei dinheiro, eu sempre comprei minhas coisas. Eu comprava minhas roupas, minhas coisas, não pedia nada pra meu pai, tanto que quando eu inventei de vim pra cá porque eu queria... mas eu não aceitava aquela situação lá, sabe? Eu queria mudar, mas só que quando eu cheguei aqui, eu acho que fiquei um pouco parada, não fui muito atrás, assim, de fazer uma faculdade. Eu dava pra fazer porque eu trabalhava, eu podia ter feito uma faculdade, eu podia ter, pelo menos, uma profissão, eu podia ter feito isso, mas eu acho que fiquei muito parada com medo de sair à noite, cidade grande assim, foi isso que me prendeu um pouco de eu avançar. Mas devia ter feito melhor, hoje eu vejo que se eu pudesse começar, né, faria tudo diferente.
(Aparecida, 58 anos, Interlagos, diarista)

Poucos anos depois de chegar a São Paulo, Aparecida se casou. Seu objetivo de estudar foi cada vez mais se tornando uma lembrança remota conforme o vendaval de eventos familiares a carregava sem dó. Na pequena casa em que mora em Interlagos, dividem o espaço ela, o marido, as duas filhas (de 26 e 28 anos) e quatro netos, de quem ela cuida quando não está trabalhando. A filha mais velha engravidou muito cedo, seu ex-marido tinha problemas com drogas e batia nela com frequência; há algum tempo ela conseguiu um emprego de manicure em uma conhecida rede de salões de beleza, “mas só que não tá bem no espiritual”. Aparecida tentou levá-la para a igreja quando as coisas estavam piores – antes da atual ocupação a moça passou um perrengue atrás do outro –, ela aceitou por algum tempo, quando começou a trabalhar na lanchonete do pai de uma amiga. “Menino, quando o diabo manda, ele manda, né?”: a moça começou a namorar o irmão da amiga, que estava preso por homicídio (Aparecida abaixa a voz e faz sinal de arma com a mão) e lhe deu mais um filho durante uma visita íntima. O garoto de quatro anos gera particular irritação em Aparecida. “O menino é chato, é chorão, nossa, tá até doente [...], não come direito”. Sobre a filha, ela também deixa escapar sua inconformidade, ampliada pelo fato dela ter abandonado a igreja. Conta que ela está com pressão alta, “só vive nervosa, não tem paciência com os meninos”, não ajuda em casa e ganhou peso. Para Aparecida, isso é fruto de inveja pelo bom momento profissional dela. “Quer dizer, eu não posso fazer nada, é uma vergonha, né? Mas o que que eu posso fazer? Ela tava seguindo, ela saiu [da igreja], ela foi fazer a vida dela”.

São sentimentos que Aparecida tenta abafar, assim como a insatisfação com todo o arranjo da casa, justificada pela autonomia da filha que, afinal, “caiu na tentação” e escolheu um caminho errado. Mas se o caminho se escolhe, Aparecida também não deveria arcar com as

consequências das suas? Ela esteve a ponto de explodir muito antes do episódio da filha, quando teve depressão e cogitou soluções bastante drásticas. O fato é que sua escolha mais importante até hoje continua moldando seu presente e introduzindo a desconfiança em sua vida privada, a de se casar (e, principalmente, continuar casada) “com uma pessoa que desde o começo me traía. Mentiroso, até hoje é. Não sei nem por que que tô com ele ainda, tá na igreja desde que eu fui, mas não se converte, é uma pessoa que você não pode confiar”. Aparecida conta que foi ficando amargurada, triste e com raiva. Seu humor era irascível, já acordava gritando com as filhas. Apesar de elencar uma série de retribuições mágicas à sua participação na Fogueira Santa, como o desaparecimento de dívidas e do nome sujo, a principal contribuição da conversão à sua vida foi pacificar as relações dentro de casa, isto é, mantê-las em um patamar suficientemente administrável no limite da erupção, em benefício da unidade familiar, essencial para o discurso da Universal.

Eu fui porque ou eu ia pra igreja ou eu ia me matar, porque eu era muito angustiada e eu não tinha paz. Eu não dormia à noite, eu não dormia a noite inteira, ficava a noite inteira acordada. Então eu criei um lugar, ou que eu melhorasse ou que eu tirasse minha vida porque eu não tinha mais sentido aqui em nada. Eu era muito triste, entendeu? Muito triste mesmo, eu ia sair pra trabalhar, tinha vezes que eu pegava um ônibus e parava longe e aí depois “onde é que eu tô?”, eu tava meia... sabe? Aí eu fui no médico, o médico falou que eu tava com depressão, que eu tinha que tomar remédio antidepressivo, ele me deu um remédio lá no hospital da Pedreira. Ele me deu um remédio que quando eu saí de lá eu vi tudo amarelo. Assim, eu falei “meu Deus, como que eu vou tomar isso? Tomei esse remédio e já tô desse jeito”. Aí eu queria um lugar que tirasse aquilo, que eu sentisse paz, alegria, eu senti na Universal, entendeu? O primeiro dia que eu fui, eu só chorava, aquele choro, eu chorava, chorava, chorava, quando eu fui em uma igreja perto de casa. Quando eu comecei a ir na João Dias foi diferente, foi uma coisa assim, eu senti uma dor de cabeça tão grande, mas tão grande que parecia que minha cabeça ia estourar, e eu tinha dor de cabeça constante também. Aí os pastores todos orando, todos vieram fazer oração, aí quando eu saí de lá parecia que tinha feito uma cirurgia na minha cabeça, sabe aquela coisa assim que parece que mexeu? Aí eu fiquei ainda um mês fazendo as correntes de libertação, depois de um mês eu não tinha mais nada, nem dor de cabeça, nem depressão, passei a ser uma pessoa alegre, você vê que eu me dou com todo mundo hoje em dia. [...] Eu gosto de todo mundo, eu consigo me dar bem com todo mundo hoje, antes não era assim, não era assim, eu era muito triste. Então, eu melhorei, eu fui curada espiritualmente, fisicamente. Eu tive uma doença chamada tireoide que o pessoal fala que não tem cura, né? Aí o médico falou que é um glândula da gente, essa glândula deixa de produzir a energia que vem pro nosso corpo e quando ela fica doente você tem que tomar remédio pro resto da vida, tanto que o médico falou pra mim. Eu tinha me afastado da igreja nessa época, fui pra Batista, aí lá meu marido teve um infarto, foi operado, nesse mesmo tempo eu sozinha com as crianças tudo pequena pra trabalhar, cuidar das crianças, aí eu fui, voltei pra igreja. Aí um dia eu tava vindo do trabalho e isso aqui tudo doendo, o médico fazia assim pra examinar isso aqui doía tudo, tinha um caroço aqui, quando eu fui pra igreja eu pedi pro pastor fazer uma oração, eu já tinha me afastado, tava até com vergonha de voltar...
(Aparecida, 58 anos, Interlagos, diarista)

Sua melhor fase, ela conta, foi quando fez evangelização em favelas, “pois quando você faz uma coisa pra Deus, você sente paz”, mas novamente seu marido, com ciúmes, a fez

deixar a atividade. Esse receio aparece a todo momento em sua fala e condiciona sua própria fé, pois “a inveja é algo espiritual” e pode se transformar em “feitiçaria” e “macumba”. Com medo das fofocas, ela deixou as igrejas menores e mais próximas de sua casa para frequentar o templo da João Dias, onde se sente incógnita. Aparecida acredita que pela obediência a Deus, é possível se livrar das maldições, e no caso da prosperidade que não veio, o culto da segunda-feira, o Congresso para o Sucesso, a ajudou a transformar a revolta que tinha contra a família em um raciocínio empreendedor que redireciona esse sentimento para o mundo do trabalho. De fato, esse é o passo revolucionário do neopentecostalismo, como observaram Mafra, Swatowiski e Sampaio (2012), que por sinal retroalimenta o próprio discurso da Universal de perseguição e reação às injustiças cometidas contra a igreja e seu líder Edir Macedo, ademais evidente no depoimento de Aparecida.⁷⁷

Nem todo mundo é filho, mas somos todos criaturas de Deus, né? E todo mundo tem um talento e lá você descobre qual é o seu talento, entendeu? Às vezes você fica trabalhando pros outros e não é isso que Deus quer. A primeira coisa que o pastor falou pra mim, “Deus não quer que a senhora seja uma empregada, Deus quer que a senhora seja uma empresária, Deus quer que a senhora seja cabeça e não cauda”. Eu me lembro até hoje que Jesus falou, e ele pegou e fez uma oração na minha carteira de trabalho, aí foi quebrada essa maldição [de não conseguir renda].

Você gostava de cozinhar?

Cozinhar... comida assim salgada, não. Eu gostava de fazer doce, eu fazia doce, bombom, tanto que uma época eu vendia pra caramba e o meu marido também vendia. Quando eu trazia pra patroa, ela comprava também. Eu podia ter crescido com isso, o pastor falou “a senhora pode vender tomate, se você fizer a corrente, receber a direção você vai arrebentar”. Nós estávamos vencendo, meu marido começou a vender comida, fazendo as trufas e tudo, foi uma época bem boa no começo, a gente começou a obedecer e tava vencendo. Só que depois quando as pessoas começam a crescer, elas esquecem que foi de lá que você recebeu uma direção. Você não sabia fazer nada, foi de lá que Deus abriu as portas e te deu uma direção e quando você tá crescendo, que você vê o dinheiro, você põe o coração no dinheiro e você esquece que foi Deus que abriu as portas pra você e você se afasta de lá; foi o que aconteceu com meu marido. Aí tava cheia a frente lá de casa, ele fazia comida e vendia e começou a crescer, eram sete horas da noite e tava cheio de gente lá, [mas] ele começou a não ir pra igreja, esqueceu que foi Deus que deu aquela direção, e aí começa a cair, isso acontece com muita gente, você esquece quem te ajudou. Então, a igreja é isso aí e eu comecei a fazer trufa, minha trufa era sucesso, todo mudo gostava.

[...]

Quando foi outro tempo aí que eu tava fazendo [trufas], aí tem oração pra você crescer, tem oração pra tudo, e aí em uma oração dessa eu fechei o olho assim – você tem que fechar o olho, Deus é espírito, senão você não se concentra – aí eu falei: meu Deus, será que é isso mesmo as trufas, se eu fizer eu vou vencer? E sabe o que que eu vi? Eu vi assim, é como se fosse real, eu vi, sabe aquelas empresas que tem aqueles containers, aqueles negócios de madeira que sai empurrando? Eu vi aquelas coisas bem grandes assim com leite moça, aquelas caixinhas de leite [condensado] assim,

⁷⁷ As autoras analisam a própria trajetória de Edir Macedo como o resultado de eventos traumáticos, os quais geraram nele uma revolta contra o que via como injustiça. Com esse fundamento de inconformidade ele desenvolveu seu projeto pastoral (cf. MAFRA; SWATOWISKI; SAMPAIO, 2012; MAFRA, 1999).

era muita coisa, era algo grande, quer dizer, se eu tivesse colocado em prática... isso faz pouco tempo que eu tive isso, que eu pedi “será que é isso mesmo que eu vou vencer fazendo isso?”. *Trabalhando pros outros você não consegue vencer não, né?* E Deus me mostrou isso, aí as meninas ficam falando pra mim em casa que se eu colocasse em prática realmente o que Deus mostra eu era outra pessoa, você viu que eu podia ser algo...

(Aparecida, 58 anos, Interlagos, diarista)

Foi na vida pós-conversão que ela idealizou o que poderia ter sido sua saída da pobreza, o negócio de trufas caseiras. Sem a almejada formação universitária – afinal, em São Paulo “se você não tiver um estudo, uma faculdade você não consegue coisa boa aqui. Não consegue vencer porque como você vai vencer ganhando salarinho, trabalhando em casa de família?” –, Aparecida vislumbrou no negócio próprio uma vida completamente diferente, estimulada também pela segunda filha, que também tem talento para os doces e para quem “teu sucesso tá nas trufas, mas tu quer ficar trabalhando pros outros”. Ela conta com orgulho da qualidade das suas trufas, muito apreciadas inclusive pelas famílias ricas para quem trabalhava. O marido também teve uma chance de prosperar cozinhando para fora – ele tinha experiência de cozinha por ter trabalhado em uma lanchonete –, mas, nas palavras de Aparecida, recebeu a orientação de Deus e também não soube aproveitar o momento. “A gente hoje era pra ser empresário, não era pra ser pobre. Mas sabe, não põe em prática...”. sua avaliação é a mesma com relação às dívidas que se acumularam. Por fim, acabou usando todo o dinheiro que recebeu na demissão para pagá-las.

Quando encontrei Aparecida novamente, ela cumpriu sua promessa de me trazer um livro que responderia aspectos da teologia que ela julgava não ter conseguido me esclarecer. O objeto de capa preta com letras douradas seguia o mesmo padrão dos livros de autoajuda que se vê ao montes nas livrarias, e tinha o sugestivo título de *50 tons para o sucesso: conselhos para uma vida próspera*. Seu autor, o bispo Jadson Edington, empreendedor palestrante e “especialista em prosperidade”, foi justamente o idealizador do Congresso para o Sucesso. Folheando o livro, notei várias citações atribuídas a Edir Macedo e ao Velho Testamento, assim como o prefácio assinado pelo bispo Clodomir Santos, apresentador do programa televisivo *Fala que eu te escuto*, da Record. Em um dos “50 tons” que compõem o livro, Edington faz referência ao “poder da revolta consciente”, em que estimula o inconformismo diante das injustiças. “A revolta não é uma causa primária, ela é uma consequência. Ela nasce da visão que a pessoa tem da grandeza de Deus. Você sabe que Ele é muito grande, então, entende que não pode se conformar com nada que não seja compatível com Ele” (EDINGTON, 2015, p. 87). Portanto, *não faz sentido*, diz o bispo, aceitar uma vida de subordinação.

“Como posso ser passivo diante de uma vida humilhante?”, pergunta Edington no

livro, expandindo a noção de humilhação. Sintomaticamente, a principal função que Aparecida vê no trabalho assalariado é a de mantê-la subordinada, atrofiando o verdadeiro talento individual e acorrentando o trabalhador pobre nesta condição. Esse é um aspecto salientado na *Universal*, que o remete às lições do Velho Testamento (cf. CÔRTEZ, 2017). Aparecida se vê diminuída em seu potencial e atacada pela inveja alheia, que corrói qualquer confiança naqueles que a rodeiam e, incoerentemente, a paralisa numa situação de mera gestão de sobrevivência, pois também não pode abrir mão da família que ao mesmo tempo a faz sofrer e é sua única fortaleza. O discurso evangélico da prosperidade estimula sua revolta, mas ela não sabe bem contra quem deve se rebelar, pois o conflito de classes fica fora de seu universo simbólico, rejeitado pela igreja. Assim, ela faz certo esforço para poupar seus patrões, que não se sacrificaram na Fogueira Santa, mas vivem com conforto mesmo assim. Para Aparecida, eles se prepararam, investiram no “estudo”, revelando por fim que certa forma de submissão presente na cultura popular, aquele entre quem tem “conhecimento” e quem não tem, continua presente como forma de manutenção das estruturas da sociedade de classes.

Há ali, contudo, uma pequena malícia que ela concede a si mesma, e que no fundo desvela não só uma realidade social, mas também um projeto disseminado em doses homeopáticas pela teologia que ela segue, o de uma lenta e inexorável penetração pelos poros da sociedade. Comentando novamente sobre a casa em que trabalha, Aparecida observa que todas as faxineiras e babás que passaram por lá eram evangélicas. “Às vezes a patroa não gosta [de falar de religião]. Eles são incrédulos. Mas só vem gente da igreja pra cá, né? Pior que é mesmo”.

Se Deus quiser

Certos termos que permeiam a vida cotidiana das classes populares às vezes parecem exagerados para quem não está familiarizado com seus infortúnios. Ver a reprodução social ali como uma batalha, em que pessoas sobrevivem e outras não, soa violento e ideológico, fruto de uma sociedade sobretudo alienada de pressupostos civilizatórios, manipulada pela indústria cultural, pelos interesses das classes dominantes e pelo oportunismo dos políticos, interessados na manutenção de um povo amedrontado e subserviente aos de cima e desmobilizado em sua consciência de classe. Tudo isso é verificável ao ligarmos a TV, o rádio ou o Youtube, ao acompanharmos as infâmias que espessam o entretenimento contemporâneo. Mas isso conta apenas parte da história. É na realidade concreta, em certa brutalidade presente nas relações sociais, que nascem e se perpetuam pelas desigualdades, que transborda o caldo

da insegurança, do sofrimento e do revanchismo. É no mundo do trabalho que seu amargor se revela, no que a experiência popular também deita raízes, notável como no relato de Carolina Maria de Jesus (2014) de sua vida na favela, rodeada de vizinhas invejosas, violência doméstica e alguma esperança de fuga.

Em sua análise da dialética de ordem e desordem, escapou a Antonio Candido (1970) que, quando lida através da lente materialista, a pacífica convivência que parece caracterizar aquela utopia de sociedade sem esforço que ele ilumina nas *Memórias de um sargento de milícias* na verdade depende de uma “atenuação do império da atualidade” (SCHWARZ, 2002, p. 151), no que se mostra os limites de uma concepção que percebe a cultura (popular brasileira) em chave oposta ao capitalismo – ou como uma superação deste. Na seção que se segue, ordem e desordem se embaralham não como contribuição utópica de uma nação periférica ao mundo pós-capitalista, mas como diferentes momentos de opressão em que o trabalho por conta própria desponta na cultura popular como alternativa ao desespero da vida subordinada.

Outra palavra da moda no mundo corporativo e na literatura de autoajuda perde seu caráter eufemístico e publicitário quando acompanhamos a trajetória de pessoas como Estela. *Resiliência*, substantivo feminino de etimologia anglo-saxônica (*resilience*), que no campo da física significa “elasticidade”. Em seu sentido figurado, remete à “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças”. Quando alguém se depara com o rosto iluminado e de sorriso fácil desta senhora pernambucana de 61 anos dificilmente irá imaginar a montanha de sofrimentos pelos quais ela atravessou, e como continua a despeito de todos as suas cicatrizes a ter fé em uma vida melhor. Na sua trajetória, pessoas, eventos e lugares se misturam, tragédias são narradas como se fossem corriqueiras ou fruto de mero azar. Repassar sua entrevista é uma agonia: quando mal se recupera da última punhalada uma nova lhe atinge, e assim segue por mais de duas horas de relato. É tentadora a ideia de atribuir seus infortúnios ao acaso, a desígnios misteriosos que, afinal de contas, ela mesma parece acreditar como evangélica convicta. Mas a verdade que transborda das suas palavras parece ter muito mais a ver com pessoas reais do que com Deus.

Estela começou a trabalhar no Recife, com apenas oito anos de idade, cujas circunstâncias terríveis a levariam precocemente para o coração das trevas. Seu pai trabalhava no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), lá ele conheceu a família de um encarregado que a poucos meses tinha tido uma filha e queriam alguém para ajudar nas tarefas domésticas. Escondido da mãe, o pai a tirou de casa e a *vendeu* para o casal. Começaria ali para ela uma agonia que duraria seis meses. Estela passou esse tempo em cárcere privado,

era alimentada precariamente, apenas com sopa de feijão e pão dormido, sem carne ou leite, e mal podia tomar banho. “Não podia gritar porque eles iam com um chicote bater em mim, parecendo que era no tempo da ditadura mesmo, sabe? No tempo da escravidão mesmo”. Apanhou e lutou muito para evitar ser abusada pelo homem. Com muita sagacidade, conseguiu fazer chegar a sua mãe uma carta em que contava o que lhe acontecia, e foi assim que ela conseguiu ser libertada. “Meu pai me vendeu por um litro de cachaça”, conclui com um olhar há muito tempo desprovido de inocência.

Ela [a mãe] não sabia, foi quando ela descobriu. Aí o motorista disse “sua mãe tá em desespero, eu só trouxe você porque seu pai entregou a Seu Mauro achando que você ia morar aqui, ia ter boa vida, tomar conta da filha dele, ter uma boa alimentação e sua mãe tava passando por aperto, porque seu pai é muito mulherengo, gasta muito dinheiro com cachaça. E eu descobri que Seu Mauro disse pra mim que ele vendeu você por 30 contos de réis”. Aí minha mãe endoidou, ficou chorando, pedindo ajuda a um e a outro, ainda conseguiu a passagem, foi para lá pelo endereço que Seu Fernando passou pra ela, era em Casa Amarela nos Aflitos, ela foi me buscar. Eles sem querer deixar, “por que que você vai levar a menina? A menina tá bem”. Eu disse: “eu quero ir embora com minha mãe, aqui eu não fico”, aí eu contei tudinho, aí ele expulsou a gente. “Desapareça, saia daqui da minha casa, eu te dou um prato de comida e você me trai”. Eu disse “não, eu nem sei o que é um pedaço de carne, não sei nem o que é um café, uma xícara de café, esse tempo que tô aqui nunca tomei uma xícara de café, nunca comi nem um ovo”.

Era uma casa de gente rica?

Era, mas eu vivia como num cativo. Quando falam em cativo eu me lembro. Era bairro de gente rico em Recife, ele era rico, ele era um dos encarregados dessa firma, entendeu? O avô dele era chefe dos encarregados, ele era encarregado, ele ganhava bem, ele tinha carro, era até aquele carro Gordini, era caro esse. Ele era gordo igual ao carro. A minha vida foi essa, só de sofrimento, mas tô aqui, só pra contar vitória. (Estela, 61 anos, Parque Ipê, diarista e cozinheira)

Aos 16 anos Estela veio para São Paulo, onde se instalaram no Jardim Ângela, e desde então ela esteve entre lá e cá. Morou também por 11 anos no Rio de Janeiro, trabalhando na casa de um casal de poloneses; em Pernambuco ela já trabalhara em várias casas. Logo que voltou para São Paulo nesta segunda passagem, foi trabalhar na casa de uma “senhora japonesa” e por lá ficou um ano. “Mas foi ‘sofrência’, como se diz... porque ela me prendia muito, eu trabalhava demais e não compensava o que eu ganhava”. Nesse tempo, ela chegou a voltar para o Recife e passou uma temporada trabalhando para um casal de idosos em São José dos Campos. De volta à capital paulista, Estela começou a fazer unha e cabelo à domicílio, até que passou a trabalhar com carteira assinada em uma residência de classe média em Pinheiros como diarista. Afastada durante a pandemia, recebeu o auxílio emergencial e retornou para a mesma casa como diarista quando a crise sanitária arrefeceu, mas lhe sobravam apenas 50 reais ao quitar as contas da casa. Certo dia ela preparou um bolo para uma visita a uma amiga da igreja,

que desde então passou a lhe encomendar outros, e assim sucessivamente entre outros “irmãos” da Assembleia de Deus. No momento da entrevista, Estela tentava voltar a engatar sua produção de bolos, com a ajuda do WhatsApp e do Instagram que um neto abriu para ela, depois de um período só cozinhando para fora marmitas para os funcionários de uma firma próxima a casa dela no Parque Ipê. Ela também é manicure e cabelereira.

“Coladinha” na sua casa fica também a igreja, que ela frequenta quatro vezes por semana. Maior denominação pentecostal do país com mais de 12 milhões de adeptos, a Assembleia de Deus (AD) ao longo do século XX se converteu em expressão de religiosidade popular.⁷⁸ Segundo Almeida (2004), é uma característica dessa denominação se instalar em áreas de grande vulnerabilidade social, próximas aos locais de moradia dos fiéis. Isso implica em uma relação de sociabilidade muito mais próxima entre eles e na constituição de certa rede de proteção da qual Estela se beneficia, muito diferente do modelo da Universal que vimos anteriormente.

Sua trajetória de incontáveis virações poderia parecer “trivial”, uma história a mais de batalhas diárias com maridos, filhos e netos, às vezes pior, às vezes melhor, mas contida dentro de certos limites de classe que a seguram numa pobreza administrável que nunca vira ascensão social. A questão é que, no caso dela, o relato vem sempre entremeado de dramas, o que ressalta ainda mais a sua resiliência. Como doméstica em Pernambuco, Estela era registrada, mas descobriu quando tentou se aposentar que seus patrões de lá não haviam recolhido seu fundo de garantia, e já tinham morrido – ela ainda precisaria trabalhar mais oito anos. “Trabalhei tanto que me enrolaram, tá vendo?”. Passou um tempo em Olinda, depois de deixar o Rio de Janeiro para cuidar da mãe com leucemia, abriu um restaurante na própria casa, foi assaltada e deu um basta, não queria mais viver no estado nordestino que lhe trazia tantas lembranças ruins. Mas a principal tragédia vivida naqueles cantos apareceria em seu relato quase que por acaso, um filho que não trabalha porque “sofreu um acidente aí” e se aposentou precocemente.

Por que você virou evangélica?

É... eu acho que é a palavra, entendeu? É a palavra e o ensinamento que não tem, é completamente diferente das coisas do católico. No católico a gente pode beber, a

⁷⁸ A Assembleia de Deus (AD) foi a segunda igreja pentecostal a surgir no território nacional, logo depois da Congregação Cristã, ambas fundadas na década de 1910. Sua característica inicial era leiga, marginalizada, resistente à erudição teológica e de aspirações sociais modestas. Com o passar do tempo, a AD se institucionalizou e criou divisões, a primeira delas entre os pregadores originais vindos da Suécia e a ascensão dos “pastores presidentes” e das “igrejas sede”, independentes das demais. Recebeu muita influência norte-americana, inclusive com recursos para a criação da Casa Publicadora da Assembleia de Deus (CPAD), a editora da AD, nos anos 1940. A partir de 1988, crescem as disputas de poder entre os grupos, o que por sua vez estimula a expansão da denominação e a faz mais parecida com a população em que está inserida (cf. ALENCAR, 2010).

gente pode fumar, pode farrear e na evangélica não, evangélica você não bebe, você não fuma, não vai pra festa, não escuta músicas assim. Eu gostava muito de forró. Dançava, as meninas lá me chamavam de “pé de valsa” [risos] que eu dançava mesmo, eu dançava mesmo, viu? Eu gostava de me divertir, mas depois que meu filho sofreu esse acidente... ele era jogador do clube do Náutico de Pernambuco, o sonho dele era fazer a vida dele, me ajudar, mas nem... foi atrapalhado porque o rapaz deu um tiro nele com inveja. Inveja. [...] Mas ele ficou com deficiência [...].

E foi por inveja?

Porque ele foi... tudo dele é tirar em primeiro lugar, esse meu filho. Ele e o amigo dele, eles tavam fazendo, construindo uma banda de brega, sabe o que é brega, né? Aquelas músicas doida lá de Recife e ele era músico dessa banda, e foi ele com esse Vanderson que construiu essa banda. Aí nesse dia ele ia ter o último ensaio como se fosse no dia 2 de julho – já fez 20 anos já... – como ele fez o teste e passou, aí no outro dia ele já ia se apresentar pra entrar num time, aí o cara foi com inveja dele e atirou nele porque ele não passou.

Os dois tentaram e só seu filho passou?

Só meu filho e outro amigo deles que passou, mas ele ficou, eles passaram de primeira, mas ele não. Aí ele achou de fazer com o meu filho, o outro cara não. Sofri muito, a gente viveu de ajuda lá em Olinda, eu trabalhava lá com a delegada, eu tomava conta da casa dela lá em... Aqui é Pinheiros, né? Lá é Espinheiro, eu trabalhei lá com ela uns três anos, três anos e meio, depois que meu filho ficou assim doente, aí ela foi e me liberou, deu minhas contas, aí eu fiquei em casa pra tomar conta dele porque eu não tinha como pagar e ele precisava muito de atenção. Ficou seis meses internado, aí a traqueia dele não voltou mais, atrofiou, aí teve que entubar ele, aí ficou nessa, sabe? E eu sofri muito com isso, sofri muito e a gente vivia assim. Como o povo lá conhecia e gostava muito da gente, aí fizeram aquela corrente, que a gente era católico. Aí o povo da igreja, o povo dos mercados de lá, supermercado, de loja, de farmácia, ficou ajudando a gente com cesta básica, assim. Não era aquela cesta básica pronta, mas levava tudo do bom e do melhor, tudo de primeira, carne, leite, medicamento, fraldas descartáveis, que ele usou muita que não se levantava da cama e da cadeira de rodas. Depois fui pra AACD [Associação de Assistência à Criança Deficiente], ficaram pagando o exercício dele lá, aí depois que saiu do hospital, entendeu? Mas foi essa, a minha vida foi essa, só de luta.

Aí vocês voltaram pra São Paulo?

Eu voltei primeiro – eu não vou ficar aqui mais não [em Pernambuco], só tive decepção aqui, eu vou pra São Paulo tentar fazer minha vida lá em São Paulo. Já fui assaltada aqui, já levaram meu dinheiro todo, botei uma amiga pra morar comigo, o que eu tinha de economia ela levou tudo, entendeu? Eu fiquei só nessa perdendo, perdendo. Agora não, agora eu moro só, eu e Deus e tem meus filhos, uma filha que mora perto de mim. Quando eu tô sozinha chega meu netos tudo lá “vovó, vovó!”. É aquela festa. “Vamos fazer bolo!”, aí a gente vai fazer bolo. A de nove anos, eu acho que ela vai pelo mesmo caminho da avó de gostar de cozinha, ela é louca por cozinha. Adora fazer bolo e o pai dela também fez um curso de bolo, mas o dele é mais bolo de aniversário, bolos e salgados. Eu também trabalho com bolos e salgados, quando eu recebo uma encomenda assim de bolo pra aniversário eu passo pra ele que tá desempregado, eu passo pra ele já pra eu fazer os forminhos, é mais caseiro, eu não trabalho mais com negócio assim de confeitaria, eu vou buscar um vídeo no meu celular pra mostrar a você.

(Estela, 61 anos, Parque Ipê, diarista e cozinheira)

É uma história bem conhecida nas periferias, a do filho dedicado que sonha em vencer na vida para retribuir a luta da mãe que cuidou sozinha de sua prole – um relato com muitas semelhanças ao de João Vicente, por exemplo. Estela e seu filho escreveriam talvez mais uma fábula de mãe e filho que seguram firme um no outro e, juntos, criam saídas

extraordinárias que alavancam a trajetória de ambos. Com apenas 17 anos, o garoto tinha dado apenas o primeiro passo, atravessado a primeira barreira para ser tornar jogador de futebol profissional, uma das poucas chances de verdadeira ascensão social no Brasil.⁷⁹ Mas sucesso e fracasso aqui convivem tragicamente, e a violência que cerca o sucesso de uns e o fracasso de outros às vezes encontra sínteses perversas. Ele não foi convocado para uma guerra, nem de fato sofreu um “acidente” como sugere Estela: foi a própria realização do sonho o estopim de seu trauma, vista por outros como extravagância e injustiça e fazendo-o vítima de um contexto de sofrimento e narcisismo extremos.

No estado nordestino, Estela também trabalhou de ambulante por um período em Porto de Galinhas, onde chegou a vender cachorro quente, batata frita, pipoca, amendoim, água gelada, refrigerante, água de coco e cigarro. Chegou a fazer alguns cursos enquanto esteve em Pernambuco, de culinária e até um de contabilidade “pra ocupar a mente, mas não serviu de nada, não”. Mas o que aprendeu retém apenas na memória, porque perdeu seus certificados e apostilas em uma enchente, “fiquei sem nada, até roupa a gente perdeu porque foi de repente, entendeu? Foi feito um furacão, aí levou tudo, perdi tudo, até as joaninhas que meus filhos criavam”. Decidiu então voltar para São Paulo. O primeiro marido morreu e ela se casou de novo, “um cara que só queria me sugar”, mas diferente de Aparecida, mandou o sujeito embora. Sem conta bancária, foi assaltada novamente pela própria colega que morava com ela. Por fim, cansada de guerra, resolveu se converter ao pentecostalismo e começou a fazer os bolos mais ou menos na mesma época. Ela relata ter perdido muitos bolos no começo, já que o próprio negócio era bastante amador. “Não vou mentir não pra você, perdi muito, muito mesmo porque o povo pedia e não ia buscar, entendeu? Aí ficavam os bolos lá em casa”. O pastor a incentivava a não desistir e ela não perde o bom humor ao contar que engordou comendo os bolos que sobravam.

Estela também tem sua encostada dentro de casa, uma filha “que não sabe fazer nada, nem um café”. A outra filha, por sua vez, trabalha em uma padaria, e como se trabalhar fosse um castigo, foi vítima de um assalto quando se dirigia ao local. O trauma deixado pelo ocorrido nunca se dissipou e paira pela família como um fantasma, estimulando uma nova fuga da realidade sofrida. Com toda a experiência de quem já passou por quase tudo, Estela não vê solução simples e entende que uma nova mudança só os faria começar do zero novamente, talvez em situação pior. Arranjos familiares então são necessários para evitar novas violências,

⁷⁹ Uma admirável representação da crueldade e da utopia popular que coexistem no fascínio pela carreira de jogador de futebol pode ser observada no longa-metragem *Linha de Passe*, dirigido por Daniela Thomas e Walter Salles em 2008.

e que acabam se convertendo em práticas e discursos securitários.

O bairro de lá [onde mora] é... tem dia que tá perigoso, entendeu? Tem dias que tá legal, mas tem pessoas que... tem uns maconheirozinho safado pra lá que tira o seu sossego, assaltantezinho. Minha filha mesmo a um ano atrás – essa que trabalha na padaria – foi assaltada, ela só tava com 50 reais no bolso que levou pra comprar o leite da menina dela, ela sai de casa 5h e meia da manhã, todos os dias pra trabalhar, faz seis anos que ela trabalha nessa padaria. Aí ele [o assaltante] foi, bateu nela, tomou o dinheiro que ela tava e ela ficou traumatizada, quase que matava ela, ele deu uma coronhada na cabeça dela, disse uma palavras lá muito... Ela ficou... tá fazendo tratamento porque ele quase matava porque ela tava sem dinheiro. Ela hoje em dia vive trabalhando, mas o marido dela vai levar ela na padaria todos os dias pra ela trabalhar e assim, já queriam ir embora, eu que tirei da cabeça deles pra eles não irem embora. Queriam ir embora pra Recife. Fazer o que em Recife, né? Lá não tem nada pra oferecer a gente e agora com essa pandemia aí que não tem mesmo.
(Estela, 61 anos, Parque Ipê, diarista e cozinheira)

Na confusa linha temporal de Estela, os mesmos eventos parecem ir e voltar, e um certo esforço é necessário para integrá-los na mesma história. Por exemplo, são muito comuns seus relatos de assalto cujo conteúdo se desenvolve de maneira semelhante: ela põe um negócio, ele dá certo por um tempo animando ainda mais seu ímpeto “empreendedor”; há um assalto em que ela perde tudo e precisa novamente recomeçar. É esse caráter cíclico da vida dos pobres que se observa aqui, mas que em cada volta se acrescenta uma nova camada de ceticismo e vontade de fechar as portas para o resto do mundo, de viver apenas para si e para sua família. Outra rodada de desalento viria a seguir: antes de voltar à ocupação atual de diarista, Estela montou uma banquinha de café da manhã perto de um distrito policial no Jardim Paulo VI, o que não evitou que ela fosse novamente assaltada, dessa vez a mão armada. Ninguém a ajudou no momento, e ela acumulou mais um prejuízo de dois mil e trezentos reais, todo o seu faturamento e da sobrinha com quem dividia a banquinha e para quem passou a dever, sem pagar juros. Desde então, a igreja lhe dá uma cesta básica todo mês e lhe recompensa para fazer a faxina no local.

Como eu lhe falei, né, que preciso da mesa pra botar, vender na rua. Não tem problema não, vergonha é pegar o que não é seu, tá fazendo programa aí com um e com outro e levando tapa na cara, eu acho que isso é que é vergonhoso, entendeu? Mas você fazer isso, vender, botar uma mesa na rua, botar uma toalha branquinha e botar as coisas lá pra vender, eu vou trabalhar feliz da vida porque eu sei que eu tô vendendo uma coisa que o povo vai gostar, é uma coisa que eu faço de coração e eu sei que Deus abençoa, sabe? Ele vai me ajudar um dia, eu creio, né?
(Estela, 61 anos, Parque Ipê, diarista e cozinheira)

A delirante sequência de quedas e recomeços contida no relato de Estela não pode ser minimizada, mas ele começa a ganhar tons de profunda angústia conforme sua idade começa

a pesar e obscurecer seu futuro. Seus planos de “botar um negócio” são contaminados pela incerteza de quem talvez esteja chegando ao seu limite. Ela afirma que já quis fazer um curso de empreendedorismo, mas se sente travada pela idade e por outra minúcia que ela ainda não havia mencionado: Estela tem um tumor na cabeça, que lhe impôs 28 semanas de radioterapia e a privou da visão de seu olho direito. Também tem diabetes e por um período teve que arcar com os remédios dela e de sua filha que precisou remover um dos seios – o ex-prefeito João Dória havia cortado o programa de distribuição de medicamentos. Seu sucessor Bruno Covas retomou o programa e era visto com verdadeira admiração por Estela; o então prefeito enfrentava naquele momento um câncer no trato digestivo. “Ele é um vencedor igual a gente porque ele tá com esse câncer, e creio em Jesus que ele vai vencer”, torcia. Covas viria a falecer em maio de 2021, aos 41 anos de idade.

“Já pensei, entendeu? De fazer o curso pra isso, eu penso muito na minha vida daqui pra frente, aí tem hora que eu tô tão angustiada... Digo, eu já tô com 61 anos, eu vou mais pra onde? Eu vou alcançar mais o quê?”. É um sentimento recorrente esse, que já vimos com outros interlocutores desta pesquisa. Sua trajetória acumula aspectos que, isolados, já teriam imensas consequências para qualquer indivíduo, e ela resistiu a todos. Uma vida inteira de trabalho penoso que lhe foi recompensado com dores em todas as suas dimensões, da física à psíquica. E agora que não há mais justiça possível para Estela, que seus filhos mal conseguem andar com as próprias pernas, ela começa finalmente a esmorecer, a dar sinais de esgotamento, sua esperança começa a falhar. Ela insiste com o genro reticente para abrirem juntos um restaurante, e o pastor reitera para que ela não desista. A essa altura, ela só mantém um objetivo.

“Pronto, minha vida é essa”, Estela conclui. “Não tenho pai, não tenho mãe, minhas irmãs moram tudo pra lá, só tenho uma que mora aqui em Jundiaí, a outra mora no Rio de Janeiro, a outra é empreendedora – ela tem um salão de beleza em Porto de Galinhas – e eu vou botar meu restaurante. Deus vai me ajudar, eu vou, eu consigo, antes de morrer eu consigo”.

No limite da incerteza

Pé-atrás foi o sentimento que permeou minha visita à Parelheiros, em meados de 2021. Cheguei ao bairro pela manhã depois de alguns meses das minhas primeiras visitas, e desembarquei do ônibus logo na entrada de Vargem Grande, um pouco distante do burburinho comercial, mas ainda assim com seus estabelecimentos: uma loja de materiais de construção, um ou outro boteco, pizzaria, oficinas mecânicas e igrejas evangélicas em grande variedade. Me acheguei a uma minúscula lanchonete, ajeitada na garagem de um simpático casal que

atendia ali, me servindo de café já adoçado e pão na chapa enquanto esperava o horário que havia marcado com Ronaldo, um vigilante e motorista de aplicativos que me havia sido indicado por Renato. Cheguei reticente à sua casa, pois o imóvel não tinha numeração e, na verdade, parecia vários. No sobrado autoconstruído e sem acabamento, o corredor do segundo andar parecia levar a outras habitações, de modo que saí perguntando por ele, sendo recebido primeiramente por um cão nada amistoso parado à porta e que se irritava quando eu batia palmas chamando pelo dono. Menos mau que era a casa correta, e Ronaldo saiu em seguida para me atender e afastar o animal (que pertencia ao vizinho).

Mas logo no meu primeiro passo adentro, ainda nada ambientado ao lugar e vendo de soslaio o cachorro do vizinho se afastar, fui atraído por outro detalhe de decoração. Na pequena estante de frente para a porta, posicionado suspeitamente com a capa para a frente de modo a tampar os livros de trás, uma edição meio amarrotada de *Esquerda caviar*, best-seller antipetista do jornalista Rodrigo Constantino, se exibia me dando boas-vindas. Propositalmente ou não, a maneira como o livro estava posicionado me acompanharia durante toda a conversa. Completava o cenário do cômodo apertado dezenas de porta-retratos e um interlocutor demonstrando certa ansiedade na perna que balançava e na mão que dava leves tapas na mesa enquanto falava.

Ronaldo é de falar pouco, quase não sorri e olha fixamente para o interlocutor, criando um certo incômodo. Ele tem 36 anos, é casado, tem um enteado e duas filhas de outro relacionamento. Nascido em São Paulo, ele mora há dez anos em Vargem Grande, justamente quando conheceu a atual esposa, e diz apreciar o clima de interior do bairro, envolvido pela Mata Atlântica. “Tem um ônibus que você entra no [terminal] Varginha, faz um passeio desses aí, no final de semana, legal, ecoturismo que tem, né? [...] Eu nunca fui não, mas eu acompanho também na rede social, é legal”. Conta que tem cachoeiras na mata, mas ele também não foi. Com apenas o primeiro grau completo, Ronaldo se inscreveu há poucos anos no ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), mas apesar de achar o exame “bem interessante” não foi aprovado, segundo ele, pelo excesso de trabalho.

Não chega a ganhar dois salários mínimos no seu emprego como vigilante, e incapaz de pagar as contas com ele, começara há alguns meses a dirigir para os aplicativos Uber e 99, mas não sabia dizer o quanto tirava com isso, “porque eu não me achei na rua ainda”, dizia. Na empresa de segurança ele estava há cerca de quatro anos. Antes foi cobrador de ônibus por mais ou menos sete anos, mas na cooperativa ele não era registrado.

reais de almoço. Na época, era diária. Trabalhava também de domingo a domingo, tinha temporada na rua e era loucura na época.

Conta pra mim como foi...

Então, era meio estressante, cara, meio estressante. Na semana era pauleira, cinco, seis viagens todo dia, trabalhava na [linha] 5013, era pauleira. Me estressava um pouco, o motorista também ficava um pouco estressado, dirigindo ali, ficava no dia a dia. Era de domingo a domingo que a folga, às vezes, quando tinha era no meio da semana e era corrido também, meio complicado.

(Ronaldo, 36 anos, Vargem Grande, motorista de aplicativo)

Nos últimos onze anos trabalhou entre uma “empresinha” e outra, na primeira delas fazendo a segurança de uma farmácia. Depois que fez o curso profissionalizante para ser vigilante, Ronaldo permanece na função de que, aparentemente, não gosta e busca formas de sair. Uma delas é como motorista, outra ainda está em seus planos, fazer um curso de auxiliar de veterinária. Segundo ele, a vigilância é uma área que “está se acabando”, em que a maior parte do pessoal vai sendo substituída por portarias eletrônicas e controladores de acesso. Sua insatisfação vem do horizonte do desemprego, que parece apontar para ele, e que ele direciona, para decepção de Constantino, contra o presidente Bolsonaro. É confusa sua maneira de explicar o problema, que tem a ver primeiramente com a evolução das tecnologias de vigilância, passa pela crise econômica e, eventualmente, com a pandemia. Provocado, ele admite que uma infinidade de estabelecimentos comerciais e industriais fechados pelas medidas sanitárias podem ter impactado a área, mas não fica totalmente convencido.

Você percebeu que começou a piorar [o mercado de vigilância] quando?

Tem uns três anos pra cá, depois que entrou no poder o tal do Bolsonaro, acho que deu uma [piorada]...

É mesmo? Você acha que tem a ver?

Eu acho que... não falando de presidente porque eu tiro por... falando do Lula, na época do Lula você ia na Praça da Sé tinha serviço adoidado, não sei se ele tivesse no poder hoje em dia, não sei como é que ia tá, né? Se ia tá bem ou se ia tá mal, eu não sei. Na época, uns oito anos atrás, tinha serviço pra todo mundo, véio, as coisas não eram tão difíceis como tá hoje em dia não. O gás tá um absurdo, o gás, gasolina, tudo mais caro, tudo mais difícil, água lá em cima, luz também, pobreza tá aí, tá complicado.

Você lembra dessa época que você fala, do Lula?

Lembro, lembro muito bem. Na época eu era vigilante, consegui na época trabalhar em duas empresas, na área de segurança dava pra trabalhar em três empresas, duas empresas à noite, 12 horas e durante o dia como almocista, na época, tinha mais um recurso, o dinheiro era bem... hoje em dia tá em extinção mesmo, fazer uma coisa aí nessa área mesmo, o serviço mesmo tá bem...

(Ronaldo, 36 anos, Vargem Grande, motorista de aplicativo)

Enquanto ele falava, eu buscava maneiras de desvendar seus sinais. Como nosso encontro foi mediado por Renato, conhecido militante de esquerda do bairro, isso deve ter

influenciado a maneira como Ronaldo se portava comigo. Mas Constantino continuava lá e em certo momento perguntei se ele tinha o hábito da leitura, no que ele pareceu olhar especificamente para o livro. “Eu sou muito relaxado, mas ler, ler, qualquer tipo de livro pra ler... eu tô meio sem tempo, tenho um monte de livro, tem uns livros aí, entendeu?”, respondeu, analisando minhas reações assim como eu analisava as dele. Seria intuitivo considerar também que haver grande demanda por segurança privada não é necessariamente positivo. De todo modo, apesar de Ronaldo se mostrar descontente com a situação econômica do país e avaliá-la de maneira ambígua, há um sentimento estruturante que é mais explicativo e que espelha também suas dificuldades no âmbito pessoal, que é o ceticismo. Com o seu ingresso no mundo do trabalho uberizado, outras preocupações surgiram e salientaram ainda mais sua ansiedade para lidar com elas, pois nem seu trabalho como vigilante, nem como motorista de aplicativos de maneira isolada seriam suficientes para manter suas contas.

Como foi que você entrou no Uber?

Surgiu pra mim do nada, esse carro aí, em dezembro eu conheci... pra você ver, Facebook às vezes ajuda, às vezes atrapalha, fui no “face” peguei o telefone do cara da rede Unidas, aí entrei em contato com ele “manda uma documentação aí, você trabalha registrado”, eu mandei toda documentação, depois de cinco a sete dias “senhor, seu crédito aqui tá bom, seu *score* tá muito alto, foi aprovado aqui um carro pra você adquirir”. Aí na época eu tinha um cartãozinho, inclusive, eu nem consegui pagar esse cartão direito, dei uma entrada de dois mil reais, o restante em 48 [parcelas] de 1400 reais. Peguei esse carro agora em dezembro, aí em janeiro, fevereiro e março já peguei esse carro com problema, com vazamento de óleo. Como ele tava na garantia no terceiro mês que os caras foram mexer mesmo, tirar o vazamento, mas janeiro, fevereiro e março foi uma época, aí embolou, né? Tô com três prestação vai pra quarta... embolou, não deu pra pagar, não tava conseguindo trabalhar, entendeu? O fixo que eu tinha já tinha que pagar as continhas que não tem como tirar, é responsabilidade que a gente tem, né? Aí atrasou, *tô com esse carro em busca e apreensão*, vou ver se eu parto pra esse lado aí, juros abusivos, entendeu? Tô tentando, já tentei negociar com o banco que é o Banco Pan, que é um dos bancos que não negociam, todos os bancos que fiz financiamento por ele, os outros bancos tudo... eu falei, inclusive, com um rapaz aí embaixo, todos os bancos fazem negociação, só ele que não, não negocia com ninguém. Vou ter que entrar com esse recurso aí, entendeu?

Conta pra mim um pouco da rotina...

É um pouco estressante trabalhar debaixo de sol quente, entendeu? As vezes você encontra um pessoal bacana, às vezes não, às vezes encontra um pessoal meio, né, detalhista, vê alguma coisinha no carro já quer... Vai lá na rede social, já publica, faz reclamações. Todo passageiro tem como fazer a sua reclamação pela rede social, pelo próprio aplicativo, o 99 ou o Uber, se o passageiro quiser alguma reclamação, pode. Aí eu sempre procuro deixar o carro limpinho, sempre ok, mas sempre alguém acha alguma coisinha, aí ainda assim tá dando pra relevar, né? Tá dando pra...

[...]

E aí pra você? Tem muita gente que acha que o Uber tinha que ser registrado...

Seria uma boa mesmo, tem um pessoal que não tá registrado ainda, mas já tem um cracházinho, entendeu? Já usa uma camisa da... realmente, na Uber não tem nem comparação da União [a cooperativa dos motoristas e cobradores] com a Uber. A Uber é bem mais organizada nessa situação, tem uns que já usam crachá, ainda tá faltando

isso aí mesmo CLT. Registro de carteira, seria bom, se tivesse algum benefício, alguma coisa, né? Um convênio, alguma coisa diferenciada, ajudaria a gente e muito. (Ronaldo, 36 anos, Vargem Grande, motorista de aplicativo)

Com o carro em situação irregular, Ronaldo continua circulando e inclusive me ofereceu carona. Situações de incerteza que apontam numa direção de retraimento do indivíduo diante das imensas transformações trazidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, dos meios técnicos de reprodução e da nova racionalidade gerencial, da qual a uberização é sua última atualização. O smartphone de Ronaldo satisfaz sua necessidade de “natureza” e manipula as fronteiras do legal e do ilegal para que ele permaneça dirigindo – quando perguntado sobre as exigências dos aplicativos para ativá-los, ele as resumiu em “máscara e álcool em gel”. À desvalorização da experiência prática na quebra geracional se soma a instabilidade do mundo do trabalho da virada do século, em que a insegurança se torna um sentimento recorrente. Sua subjetividade cada vez mais diluída entre esses mundos de extremo individualismo e incerteza é o total oposto do que se encontra entre os pequenos comerciantes do bairro, plenamente integrados na dinâmica comunitária. Para Ronaldo, esta se resume a alguns serviços e ele mal sabe mencionar as atividades de lazer que pratica ali, apesar de achar tudo “muito interessante”.

Mas é quando reconstitui sua juventude que Ronaldo revela com mais intensidade os conflitos que tenta a todo custo disfarçar. Em seus tempos de escola em Diadema (onde sua família ainda mora), conta que era “meio arteiro”, mas sua autodescrição acaba evoluindo para “terrível” e “meio terrorista”. Aprontava muito, mas diz que tem saudade, já que “tinha os amiguinhos, os colegas, era bem bacana, né? Tinha as festinhas na escola, era bom, era bem legal. Hoje em dia você não vê nada disso, hoje em dia é tudo mais...”, o que leva a conversa diretamente para seus filhos, um rapaz de 15 anos e uma adolescente de 13, e o relacionamento que os gerou e que o fez, alega, ter deixado a escola para trabalhar – um problema menor se comparado ao da mãe deles, que tinha apenas 14 anos quando o primeiro nasceu. Ronaldo diz que é preciso vigiá-los, porque “é tudo livre aí” nas redes sociais, mas pornografia é o que o preocupa em especial. Seu raciocínio sugere fortemente um recorrente sentimento de nostalgia dos meus interlocutores nessa faixa de idade, em que a presença de filhos adolescentes se torna gatilho para opiniões mais conservadoras e securitárias, e fenômenos tipicamente contemporâneos que não existiam na juventude deles, como redes sociais e smartphones, são sentidos como dispositivos incontroláveis de perversão.

Ronaldo parece temer o que Bourdieu (2012, pp. 589-90) observou como a questão da herança simbólica do filho que, para “fazer a vida”, deve negar a trajetória do pai, “recusando, pura e simplesmente, herdar e ser herdado e anulando assim retrospectivamente

toda a empresa paterna, materializada na herança rejeitada”. Esse efeito de limitação das ambições, diz o sociólogo, traz toda a sua força quando o pai ocupa uma posição dominada, “seja do ponto de vista econômico e social (operário, pequeno funcionário), seja do ponto de vista simbólico (membro de um grupo estigmatizado) e por isso está inclinado à ambivalência com respeito ao sucesso de seu filho e como com respeito a ele mesmo”. Contudo, a conversa ainda guardava novidades, pois a juventude de Ronaldo foi um tanto mais complicada, sua nostalgia pouco se justifica e o motivo para a prática da vigilância que ele traz do trabalho para a prole foram suas próprias escolhas passadas, o que é sempre mais difícil de autoavaliar. Por exemplo, as lembranças de sua passagem por uma clínica de reabilitação o fazem passar a limpo a história com os amigos.

Cara, eu, digamos assim, aprendi muito na minha vida. Eu tenho mais ou menos, digamos... eu só acho que é uma indicação, né? Conheci uma clínica na época, eu acho que em 2013, lá em São Bernardo do Campo, de lá pra frente foi que minha vida deu uma reviravolta. Na época eu caí meio que em depressão. Mais uma indicação mesmo, eu comecei a usar drogas, usei muita droga na época, usei muito álcool e lá dentro [da clínica] eu aprendi o que é certo, o que é errado e saí focado no que é certo. Graças a Deus que tem, isso mesmo, 10 anos que eu tô junto com essa... acho que foi Deus que colocou ela na minha vida, essa mulher que eu to agora, entendeu? De lá pra cá parei de fumar, parei de beber, graças a Deus me libertei dos vícios e foi nessa clínica, passei por uma outra também, a outra só dopava a gente e largava lá a gente, essa aí eu...

Você ficou quanto tempo?

Lá eu fiquei 45 dias, aprendi muito lá. Quando eu saí foquei mesmo.

O que você aprendeu lá?

Aprendi muito, cara, saí de lá, cadê os amigos de balada? Os amigos de droga, cadê? Nenhum foi lá em casa, “seu filho tá precisando de uma fralda? De um leite?”. Ninguém foi, dali pra frente foi onde eu dei um basta em tudo, ergui minha cabeça e dei uma reviravolta, mudei de vida, os amigos quando eu vejo é “oi, oi” só e mais nada, cada um no seu quadrado, eu tô ganhando minha vida aí há 10 anos, graças a Deus, tô aí firme e forte pra contar a história, entendeu?

Por que que você entrou “nas drogas”?

Na época, cara, caí em depressão, meu relacionamento não deu certo, entendeu? Na época eu era moleque, minha esposa também era... Então, a gente se envolveu muito cedo na época, ela tinha 14 anos, teve o primeiro [filho], com 15 teve o segundo, a gente saía na rua era uma loucura. Trabalhava no transporte, não tinha registro pra nada e era pauleira, trabalhava de domingo a domingo, pra espairar minha mente tinha que ir lá, suprir o vazio, usava a droga, o álcool, depois de uns tempos minha ex-mulher foi embora, aí foi onde eu me entreguei pras drogas, pro álcool, caí em depressão, entendeu? Aí dali pra frente entrei na clínica, com 45 dias saí dela, ergui minha cabeça de novo, dei a volta por cima e tô aí pra contar a história.

Você tem religião?

Eu tô acompanhando uma igreja aí, a IAF [Igreja Apostólica da Fé] em Guarulhos, saio daqui pra ir lá em Guarulhos, cara, mas a gente vai. Às vezes é bom escutar um hino, ver lá com o pastor Guerra. Foi através de uma irmã minha, que ia lá, a gente começou a ir, o culto é bem bacana, sempre que dá a gente vai. São às quartas ou aos domingos que a gente sai daqui pra ir, pega uma folga aí a gente vai, mas é bem legal lá, tudo que tem na Bíblia tá aí, é bíblico, o que vem acontecendo no mundo.

(Ronaldo, 36 anos, Vargem Grande, motorista de aplicativo)

Ronaldo reproduz o que Taniele Rui (2010, p. 57) identificou em outro contexto como “um elo discursivo entre ‘drogas’, criminalidade, descontrole e autodestruição”. Ele diz que tenta conversar com os filhos, passar instruções e incentivar que eles brinquem com coisas reais. É agonizante, contudo, a maneira como ele se esforça em tornar isso crível. Os jovens moram com a mãe longe dali e sua rotina de trabalho é impressionante: fica na vigilância das 19h até as 7 da manhã do dia seguinte, sai com os aplicativos ligados para dirigir e vai até o fim da tarde, quando “recolhe o carro”. Incertezas demais rondam sua vida, do carro em busca e apreensão, de uma eventual recaída nas drogas, do desemprego pela crise no setor de vigilância privada, e com os filhos, para quem ele tenta ser um bom exemplo. Ao menos neste caso, ele já conversou com a mãe deles e o garoto em breve vai ganhar sua carteira de trabalho.

Saída de emergência

Quase um ano depois do meu primeiro *pitch* presencial no Arrastão, o mundo todo se via abalado pela pandemia de Covid-19. Em fevereiro de 2020, notícias esparsas sobre o vírus surgido na cidade chinesa de Wuhan apareciam aqui e ali, mas o cotidiano em São Paulo era o trivial há pouco mais de um mês dos primeiros casos surgirem na cidade. Os candidatos a empreendedores que conheci na ocasião viam aquela oportunidade com grande entusiasmo e projetavam esperança no futuro, planos que não se concretizaram como imaginado. Acelerando para o ano de 2021, retomei o contato com alguns deles com a pandemia ainda devastadora, mas com as medidas de isolamento já pouco eficazes com grande parte da população, que com mais ou menos precaução, havia voltado à rotina normal. A situação entre os participantes do projeto era mais complicada, pois seus negócios estavam ainda pouco estruturados, e absorver as lições do curso não era mais simples do que cozinhar bolos, tortas e acarajés, o que, por sinal, eles já sabiam fazer muito bem.

Dentro de certos limites de classe e de procedência geográfica, era um conjunto bem variado de experiências no ramo da comida que curiosamente se homogeneizava naquele espaço, para que pudessem se diferenciar fora dele nos termos propostos pelos instrutores do Arrastão. Aquele era um lugar para pessoas que efetivamente queriam uma porta de entrada para o empreendedorismo, e o curso lhes prometia ferramentas intelectuais para isso. Os candidatos a empreendedores precisam passar por uma seleção que é feita por sorteio, pois a demanda é bastante grande, e há ainda uma taxa de participação. Quando chegam lá, são

apresentados à terminologia própria às noções de empreendedorismo e inovação, aprendem a fazer uso de instrumentos básicos de administração e contabilidade e a fazer a análise SWOT de planejamento empresarial – sigla em inglês para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Por fim, resta definir e apresentar o produto, que evidentemente deve ser *inovador*. É neste ponto que a ideologia incide submetendo saberes populares, combinando termos à primeira vista aleatórios como “guerrilha” e “afeto” e misturando cozinha saudável (no sentido popular de *caseira*) com versões veganas de pratos tradicionais.

Foi apenas na segunda tentativa que Geraldo conseguiu ser aceito. Na ocasião em que fui convidado a avaliar o *protótipo* que ele preparou para seu negócio de acarajé, me chamou a atenção o carisma desse baiano de 61 anos, desde 1976 morando em São Paulo. Seu sorriso emoldurado pela barba grisalha só concorria com a face igualmente simpática de sua esposa Soraia, que o acompanhou em toda a jornada pelo curso de empreendedorismo e que fazia as vezes de anfitriã do *pitch* de Geraldo. Depois das apresentações nos foi oferecido um almoço no refeitório do Arrastão, em que eu pude me sentar junto ao casal. A refeição era simples e honesta, a mesma que era oferecida para as crianças e adolescentes que frequentavam a escola que funciona por convênio com a prefeitura. Geraldo me contou sobre como preparava seu acarajé (que segundo ele superava os famosos quitutes vendidos em Salvador) e Soraia me mostrou em seu smartphone sua atividade de apresentadora de programa de auditório de um canal de TV comunitária – ela, aliás, usou dessa experiência para alinhar o *pitch*. De fato, não apenas eu tinha uma lembrança vívida daquele dia; quando entrei em contato com eles um ano depois, recebi uma calorosa resposta de aceite para uma conversa.

A vida de Geraldo foi praticamente toda sem salário. Ele começou a trabalhar com 12 anos de idade na sua cidade natal Terra Nova, a aproximadamente 90 quilômetros de Salvador e nos arredores de Feira de Santana, em feiras livres. Entre o gracejo e a melancolia, ele narra seus dias na feira, primeiro montando as barracas com o dia ainda escuro e depois vendendo água, “mas não era água de garrafinha que nem é aqui não, a água a gente botava as garrafas pra gelar na casa dos vizinhos que a gente não tinha geladeira na minha casa e eu vendia água, que o calor da Bahia é infernal, lá é quente mesmo!”. Ainda carregava as compras dos frequentadores por mais alguns trocados, dependendo da distância. E foi assim que Geraldo já tinha o que ele chama de “certa independência”, uma característica notável da passagem da infância para a juventude no mundo popular, em que os pais suam pra garantir o básico e o jovem, em seu processo de individuação, faz seus corres para ter uma renda própria com que possa comprar um tênis ou um boné. É uma trajetória típica que perdura, mesmo que tensionada

por outras formas de acesso rápido ao mundo do consumo.

É divertido e um pouco exasperante acompanhar seu relato com Soraia ao lado, lhe dando broncas quando ele parecia se estender demais. Sua mulher, que é paulista de Osasco, ficava especialmente atenta quando ele falava da Bahia e da saudade que tem da terra natal, onde ainda vive sua mãe, prestes a fazer 90 anos. Mas Geraldo é realista e sabe bem que uma vida toda construída em São Paulo não é fácil de trocar, ainda mais para ele que não pode contar com uma aposentadoria tranquila, no que o empreendedorismo parece uma saída previsível. Seu filho, de 33 anos, trabalha com ele na construção e lhe deu uma netinha, à época com dois anos e meio e que ele ajuda financeiramente. Mais de quatro décadas depois de sua partida, ele ainda vê na capital paulista oportunidades que não teria no estado nordestino.

Não, eu não penso em voltar pra Bahia, não. Eu penso sim em ir pra Bahia passear, mas pra morar na Bahia, não. Eu já me adaptei, acostumei aqui em São Paulo, eu gosto da vida daqui, aqui a gente consegue, apesar de tá difícil a gente consegue ganhar o sustento aqui em São Paulo, mesmo difícil a gente consegue ganhar. Eu costumo falar assim, do nada que você ganhe aqui você ganha mais do que na Bahia porque se você sair na rua pra catar latinha, você consegue... chegar no final do dia você consegue comprar uma lata de óleo, um quilo de arroz, um pedacinho de linguiça ou qualquer coisa nesse sentido. Na Bahia você não consegue isso fácil, entendeu? Então, eu não penso em voltar pra Bahia, não, porque eu já me acostumei e me adaptei aqui.
(Geraldo, 61 anos, Taboão da Serra, pedreiro)

Logo que chegou a São Paulo foi ser cobrador de ônibus, mas ficou na função por apenas um ano e sete meses. Ainda nessa época ele aprendeu a fazer acarajé e outras comidas típicas de matriz africana com a família-de-santo com quem viajou para o Sudeste. Quando a mãe da família faleceu, Geraldo foi morar por conta própria, “teve que ir batalhar a vida”.⁸⁰ Aos 21 anos e com o primeiro grau completo, foi quando teve mais dificuldades, sobretudo para arrumar emprego. Mas se estabeleceu em Taboão da Serra, colado ao distrito do Campo Limpo, e não saiu mais de lá. Começou a trabalhar como pedreiro quando tinha por volta de 17 anos e se mantém fazendo pintura, textura e piso, dos quais tira sua renda. “Eu trabalho com construção, essa é a minha renda, nas horas vagas eu piloto a cozinha como ninguém”, conta com seu largo sorriso habitual. Na função de mestre de obras, Geraldo trabalha por contrato e apesar do trabalho pesado, não se queixa de seu ganha-pão. “Porque esse trabalho paga minhas dívidas, eu consigo pagar minhas contas, eu consigo botar meu alimento dentro da minha casa e vez em quando dá pra eu sair pra alguma coisa, me divertir em algum lugar, levar minha

⁸⁰ Na explicação de Prandi (2004), é comum que nas religiões de matriz africana, notadamente o candomblé e a umbanda, as famílias-de-santo se desfaçam com a morte do pai ou mãe-de-santo, geralmente porque os herdeiros civis do terreiro não se interessam pela sua continuidade ou mesmo por disputas de sucessão.

família, minha mulher, meu filho, então eu gosto do que eu faço, entendeu?”. As ambições modestas de Geraldo parecem contrastar com a iniciativa tardia de buscar uma nova ocupação. Sua trajetória é típica e ao mesmo tempo peculiar, reunindo a imigração do Nordeste para São Paulo com a religiosidade, isto é, um deslocamento que não tinha apenas a ver com uma busca por trabalho e conforto material. Essa decisão teria consequências inesperadas para Geraldo, que muitas décadas depois veria nesse mesmo ímpeto o cerne de uma nova chance de, justamente, revertê-la em ascensão social, ou pelo menos em uma velhice com mais tranquilidade.

Olha, quem me trouxe aqui pra São Paulo foi uma família, né, que me trouxe pra cá. Ela ia sempre lá em Salvador, no interior de Salvador, que Terra Nova é minha terra, aonde eu nasci e ela perguntou se eu queria vir pra cá e eu falei que sim, aí no ano seguinte minha mãe falou se realmente eu queria vir, eu falei que queria e essa família foi pra lá e me trouxe. Desde então eu estou aqui. Essa família morava no Rio Pequeno, eu fui pra lá, comecei a trabalhar de cobrador de ônibus, eu completei 16 anos aqui, hoje eu tenho 61, vou fazer 62, só que eu comecei a trabalhar de cobrador de ônibus. Trabalhei de cobrador de ônibus, depois eu fui viver sozinho, saí da casa dessa família, fui viver sozinho e fui aventurar minha vida.

Essa família que você morava eles eram conhecidos lá da Bahia?

Era. Essa família foi uma família que me trouxe aqui pra São Paulo, são família do axé, é família de matriz africana, foi na casa dessa família que eu fiz santo, hoje eu também sou da matriz africana e através dessa família eu aprendi a fazer o acarajé. Foi através dela que eu aprendi fazer comidas típicas de matriz africana e o axé porque uma coisa faz parte da outra, entendeu? Foi através dessa família que me trouxe aqui pra São Paulo.

Você ficou quanto tempo trabalhando de cobrador?

Trabalhei um ano e sete meses de cobrador, depois eu saí. Foi quando eu fiz santo na casa dessa família e lá eu fiquei fazendo as comidas de axé, fazendo acarajé, fazendo todo tipo de comida pra os orixás. Foi dentro dessa casa de santo que eu aprendi a fazer.

Me explica o que é “fazer santo”...

Então, fazer santo, é assim: você... é orixá, você tem é... isso é uma coisa que você traz de nascença, do seu pai ou da sua mãe, é um desenvolvimento de matriz africana, você nasce com ele e você tem que trabalhar, desenvolver pra você trabalhar pra que você tenha na sua vida a sua prosperidade, a sua saúde e isso as pessoas, muitas pessoas não conhecem, acha que é bobagem, que é besteira, mas a família de matriz africana que tem conhecimento, ela é muito, muito, muito importante, muito interessante na vida de qualquer ser humano, entendeu? É por isso, é isso que é fazer santo.

[...]

Então, todo dia 4 de dezembro eu faço o acarajé, faço um almoço e convido os amigos na minha casa pra almoçar, foi daí que as pessoas falaram pra mim, por que não eu fazer acarajé pra vender. Eu falei pra ela, “ah, mas eu acho que não...” [Soraia respondia] “ah não, faz sim seu acarajé, é legal, eu não comi acarajé gostoso que nem o seu!”. As pessoas costumam falar que vão em Salvador e anda, anda e não acha um acarajé igual ao meu, o porque eu não sei, eu sempre falo pra eles a seguinte coisa, que meu acarajé é feito com muito amor e carinho, a massa fresquinha, então tudo isso conta, né? E o *saber fazer*, essa é a realidade, é o saber fazer o acarajé. Foi daí

que eu comecei a fazer o acarajé pra comercializar, foi a partir dessa data aí [em 1999].
(Geraldo, 61 anos, Taboão da Serra, pedreiro)

Para realizar seu objetivo de começar um negócio na cozinha, Geraldo contava com seu profundo conhecimento da culinária de matriz africana, cuja experiência ele acumulou desde a juventude, e com os elogios de quem já provou seu talento. Em Salvador, Iansã é homenageada no dia 4 de dezembro em um grande evento sincrético que, para os católicos, é dedicado a Santa Bárbara; para os devotos do candomblé, é costume oferecer acarajé à orixá – o elemento mágico confere um caráter especial ao bolinho de feijão-fradinho e frito no azeite de dendê do “Pai Geraldo”, título que ele assume tanto no terreiro quanto para o propósito comercial. “É o saber fazer o acarajé”, salienta, com uma postura que transmite orgulho e confiança no que faz. Mas só há poucos anos ele resolveu transformar esse conhecimento prático em empreendimento, e isso foi resultado também da pressão familiar para que superasse o que viam nele como uma limitação: sua suposta indisposição para operar *intelectualmente* um negócio próprio. E aí entram o Arrastão e o projeto Periferia Sustentável.

Eu quis fazer esse curso pra aperfeiçoar o que eu já sabia fazer, porque eu achava que eu fazendo o curso lá no Arrastão eu ia conseguir... por exemplo, eu não sabia quanto custava o meu acarajé, o custo benefício, eu não sabia quanto eu tava gastando e quanto eu tinha de lucro, hoje eu sei quanto [custa] a unidade do meu acarajé, quanto eu compro, o que eu vou comprar, o que eu vou gastar, eu aprendi através do curso a fazer uma planilha, essa planilha eu consegui fazer custo e benefício, quanto eu tava investindo e quanto eu tiro de lucro.

(Geraldo, 61 anos, Taboão da Serra, pedreiro)

Soraia, sua companheira por 35 anos, esteve presente em quase todos os encontros semanais para que Geraldo não se abatesse com aquele universo intimidador que se abria para ele. Mas ela mesma tem sua vida sem salário, que começou com uma aposentadoria forçada da antiga profissão de auxiliar de enfermagem. Com 57 anos no momento da entrevista, Soraia esbanja simpatia temperada com um pouco de malícia, e sua história de vida quase não parece pertencer à mesma pessoa. Para que hoje ela vivesse com saúde, se exibindo orgulhosamente como modelo e apresentadora de TV (ela prefere o título de “CEO”), precisou passar por anos de profunda tristeza e desesperança. Foi no mesmo bairro do Campo Limpo em que fica o Arrastão que ela sofreu um acidente em 1996 que mudaria sua vida para sempre. Dentro da ambulância em que trabalhava fazendo resgate (serviço público hoje conhecido como Samu), teve uma queda e bateu um dos joelhos, voltou uma semana depois e percebeu que era muito mais grave do que imaginava. “A princípio foi uma queda, bati o joelho, fiquei uma semana em casa, quando voltei pro serviço não consegui pisar, a perna tava grandona... três meses, e foi-se

sete anos e aí que eu me aposentei”, conta com a voz embargada. Daí se seguiram quatro anos sem andar, em que era cuidada integralmente pelo filho que tinha apenas oito anos e se tornou responsável pela casa enquanto Geraldo trabalhava na obra. “Eu tava ali meio que vegetando, o meu espaço era da cama pro sofá. Chorei muito, chorei muito porque ninguém quer essa vida, eu sempre fui muito ativa e foram três anos eu ali chorando”, o que lhe custou a saúde: pesando 110 quilos, Soraia seria diagnosticada com obesidade mórbida.

Geraldo esteve a todo tempo a seu lado quando o trabalho lhe permitia, e a cumplicidade dos dois é corroborada por olhares afetuosos entre pequenas provocações de quem se conhece por uma vida. “De vez em quando tenho vontade de dar uns tapas nesse preto, mas assim, não troco por nada, não troco por nada, é o meu melhor companheiro”, responde Soraia. Em 2013 sua vida mudaria novamente, quando foi chamada pelo Hospital das Clínicas para realizar a ansiada cirurgia bariátrica, depois de mais de quatro anos na fila. Como se precisasse se justificar, Soraia ressalta que não fez o procedimento por estética, mas porque “queria ser dona de mim”. O resultado é que, muitos anos depois, com a saúde física e mental recuperada, ela se tornaria também uma pessoa autônoma assim como Geraldo, a partir de uma semente plantada muito tempo antes. Com esse espírito decidiram mirar juntos para o sol que parecia brilhar para eles, o do empreendedorismo.

Ele tinha *preguiça mental*. Ele até sabe as coisas, mas aí “eu não sei não, eu não quero pensar”. Lá no Arrastão eu não podia ficar o tempo todo, aí eu falava pra ele “eu fico determinado período, que eu tenho o meu o que fazer, e você vai ficar o restante. Só que assim, o tempo que você tiver aí, você tem que pensar porque eu não vou conseguir resolver”, e isso aconteceu, ele começou a se autodesenvolver sem precisar da muletinha. Chegou uma hora do curso que eu falei assim “eu acho que eu nem preciso ir”, porque a parte da cozinha lá no Arrastão e em casa é ele que manda, e lá no Arrastão ele conseguiu se deslanchar sozinho, ele conseguiu fazer a planilha, coisa essa que se eu pedisse pra ele fazer em casa, ele ia falar “não, não consigo. Vai lá mexe no computador porque eu não consigo nada disso”. Embora, ambos tenham uma dificuldade grande com a internet, mas ele não conseguia, ele pedia ajuda e quando não conseguia de jeito nenhum ia lá na mão. Graças a Deus faz uma planilha bem melhor do que eu.

(Soraia, 57 anos, Taboão da Serra, comunicadora)

Sim, sim, é bem isso mesmo. Eu tinha muita dificuldade de aprendizado através do computador, mas eu consegui me adaptar e consegui fazer com que, como ela disse, a mente começou a abrir e eu consegui trabalhar isso aí e isso foi muito bom, que foi através do curso que eu consegui isso, que eu não conseguia antes, entendeu?

[...]

[Quase desisti] pelo seguinte, porque quando falava isso eu achava um bicho de sete cabeças. Eu falava “o que é isso!?”. Aí eu aprendi que assim, é a coisa mais fácil, você vai falar do que você tá fazendo, do que você aprendeu e isso é o *pitch*, é uma coisa tão fácil, tão simples que você já sabe, na realidade a gente já sabe, mas a gente acha que assim, nossa, é um bicho de sete cabeças. Não é um bicho de sete cabeças, é você desenvolver aquilo que você já sabe, é você falar a respeito do que você aprendeu, do

que você está aprendendo, do que você já sabe, foi o que eu entendi a respeito do *pitch*.

(Geraldo, 61 anos, Taboão da Serra, pedreiro)

Foi sonho ou necessidade? Não é fácil identificar em situações como a desse casal onde uma coisa termina e a outra começa. Na viração tradicional das periferias geralmente não há grandes reflexões sobre isso simplesmente porque a fluidez entre um trabalho assalariado e um bico faz com que eles se sobreponham, se sucedam, desapareçam. No caso de Soraia e Geraldo, há um diagnóstico, tarefas a cumprir e um objetivo: ver a versão vegana de seu acarajé ser reconhecida pela qualidade que eles acreditam ter. Sob a orientação dos professores do Arrastão, Geraldo foi convocado a inovar em seu produto, fez dezenas de testes e chegou a uma fórmula que afirma não ter concorrência, opinião corroborada por quem provou o acarajé sem camarões na composição. Mas há também as dificuldades de fazer circular seu bolinho para além dos típicos consumidores de produtos veganos e vegetarianos, que no caso deles se encontram nas feiras de empreendedorismo que costumam participar, como o festival Percurso realizado pela Agência Solano Trindade no Campo Limpo, ou em outras regiões da cidade. A pandemia colocaria um veto a esse eventos. “Como o Geraldo falou, ele trabalha, eu também, só que não dá pra gente tirar, dá pouco pra manter uma loja, porque alguma coisa vai ficar faltando e conseguir um patrocínio hoje em dia tá complicado”, explica Soraia, se referindo aos *investidores-anjos* que aparecem nos *pitches* de aceleradoras, corretoras e fundos de investimento, alguns deles especificamente voltados para negócios de impacto social.

Assim, o empreendedorismo popular faz sua entrada triunfante quando no cenário da batalha quase nada está de pé, os edifícios estão em estado precário, alguns demolidos, mas continuam habitados porque não existem outros. Quem vive neles gere o próprio sofrimento e aprendeu por experiência própria que de nada adianta esperar pelo Estado ou quem quer que seja. “Eu queria ser dona de mim!”, como expressou Soraia, depois de décadas em que mal caminhava pela casa por causa de um acidente de trabalho e da negligência que se seguiu.⁸¹ É a liberdade de poder ditar os próprios rumos que domina o anseio de quem sofreu por uma existência sob o jugo do desrespeito, gente que o ambíguo fordismo à brasileira empurrou para as margens. Soraia e Geraldo superaram muitas batalhas, mas sabem que outras ainda os aguardam.

⁸¹ Para Dejours (1999), gerentes e indivíduos em cargos de liderança que deliberadamente desrespeitam ou subvertem a legislação, infligindo sofrimento aos trabalhadores são também agentes do mal. Muito embora, para Dejours, a resignação da parte das pessoas “de bem” que não associa o sofrimento imposto pela precariedade do trabalho, ou simplesmente ignora seu sentido de injustiça social atribuindo o infortúnio de milhões a uma racionalidade econômica, é uma prova de colaboração com esse mundo de sofrimento onde vive a maioria.

Eles são a própria representação do empreendedorismo popular. Tanto que, mesmo diante do mesmo projeto, cada um acrescenta sua própria camada de entendimento sobre o que é, para um empreendedor, ter *conhecimento*: ele acredita na prática, no saber fazer e na técnica; ela insiste no estudo e no aprendizado contínuos. Mas será que são coisas díspares? Continuando seu raciocínio sobre empreendedorismo como “você mostrar pro mundo o que você pode fazer” e sobre como aprimoraram isso nas aulas semanais no Arrastão, Soraia tentava explicar que “a gente já empreendia, vendendo os produtos, mas sem ter o conhecimento de...”, quando Geraldo completou: “técnica”.

“Valores, né...”, ela corrigiu.

3 / MIRAGENS

Tá osso, viu? Tá osso. Eu vejo umas situações, né, que eu fico pensando que nunca vai ter fim. Porque a gente fala, debate, eu vejo a galera, meu, pronta. Pronta pra brilhar e passando fome. E quando eu falo essa galera é essa galera mesmo, que vai lá no sarau, que recita...

(Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

Vimos em profundidade no primeiro capítulo parte das grandes transformações que aconteceram na periferia de São Paulo nas últimas décadas, narrados por trabalhadores por conta própria e empreendedores que vivenciaram esses processos. Em certo sentido, perpetuam um *ethos* individualista popular cuja novidade remete mais aos padrões de vida, mais ou menos alterados pela mobilidade social, e ao avanço dos meios técnicos de autogerenciamento, especialmente a telefonia móvel e a internet; e não tanto por seus costumes, que quando possível tentam reproduzir de maneira adulterada em enclaves fortificados um passado idealizado, sem criminalidade ou perversões que identificam na racionalidade contemporânea.

Mudanças possíveis de serem observadas em uma manhã chuvosa de sábado na sobreloja de uma autoconstrução que se destaca na paisagem da favela pelos seus três andares e pelo tijolo baiano sem acabamento, onde um jovem ganha a vida em sua barbearia que imita a decoração daquelas da rica e descolada zona oeste – que por sua vez imitam a decoração das americanas. Ou no Campo Limpo, onde um armazém de alimentos orgânicos chama a atenção da classe média pelo seu potencial “impacto social”. E ao redor deles, muitos outros – motoristas de aplicativos, vendedores ambulantes, trabalhadores do mundo do crime – perpetuam a viração, agora positivada de acordo com as prescrições do conjunto empreendedorismo/empregabilidade. Os exemplos existem aos milhares, e mais ou menos bem-sucedidos, se identificam entre si pela necessidade de *gerar renda*, ou seja, o desafio de movimentar a economia em um lugar onde quase não há geração de valor endógeno.

Como diziam os Racionais MC’s em 2002, “o mundo é diferente da ponte pra cá”. Mas, passados quase vinte anos da sentença, a diferença já não é mais a mesma. Neste capítulo, investigo um recorte mais jovem de moradores da periferia da zona sul, de ativistas que têm levado adiante outra perspectiva de empreendedorismo que não apenas causa uma ruptura com o espaço de experiência popular, como se alimenta diretamente da ideologia que navega pelo planeta via instituições multilaterais. O modelo que cresce atualmente na periferia paulistana e cativa seus novos empreendedores são os *negócios de impacto social*. Segundo o Sebrae, estes são empreendimentos cuja “atividade principal deve beneficiar diretamente pessoas com faixa de renda mais baixas, as chamadas classes C, D e E [...] Portanto, viabilidade econômica e

preocupação social e ambiental possuem a mesma importância e fazem parte do mesmo plano de negócios”.⁸² Na proposta de Yunus, o lucro deve ser totalmente reinvestido na empresa e destinado à ampliação de benefícios socioambientais (cf. ROY, 2010).

Esses princípios desembarcaram no Brasil, evidentemente, e com bastante êxito. Especificamente na zona sul de São Paulo, formou-se um ecossistema de empreendedorismo social extremamente ativo, que reúne organizações e projetos sociais, escolas de negócios, universidades, aceleradoras e fundações. Ele reproduz princípios globalizados e com sucesso os difunde na ponta, entre jovens da periferia em busca de um lugar ao sol, e adultos que ainda veem esperança de autonomia tardia. Mais do que uma ideologia implementada de cima para baixo, ou uma razão neoliberal etérea, trata-se de uma estrutura de sentimentos que prospera a partir de uma insatisfação crescente com o mercado de trabalho. Entre os mais jovens, que são o foco deste capítulo, não são necessariamente as condições de empregabilidade que pioraram, mas sim a *percepção* de sua precariedade: são pessoas que não aceitam se colocar em situações de subordinação.

O período em que começaram a se questionar sobre seu lugar no mundo curiosamente coincide com o momento econômico favorável da transição de mandato entre Lula e Dilma, que foi de baixo desemprego e de baixa remuneração – 94,8% dos empregos criados na década de 2000 pagavam até 1,5 salário mínimo (cf. POCHMANN, 2012). Isso significa que o país não criava empregos de qualidade que absorvessem o aumento da escolaridade. Aqui, aliás, identifica-se o cerne da contradição presente nos discursos desses jovens politizados. É inevitável para eles que vejam o Prouni e o Fies como as grandes realizações do governo Lula e que justifiquem seu apoio ao ex-presidente, alguém que “olhou para a quebrada” e “colocou o pobre na universidade”. Mas o que desponta neste capítulo é que esses programas tiveram um grande impacto sobretudo na sua *autoestima*, afinal muitos dos jovens periféricos destacados aqui, via de regra, não terminaram a graduação, e apenas uma minoria teve acesso aos benefícios. “Que o que aconteceu num vai voltar pra trás, que o cara que fez o Prouni não vai ‘desprounizar’. Vai continuar, mano, e a gente só vai querer mais direitos”, me disse um deles, que apenas agora, na coincidência do rareamento dos programas sociais com as responsabilidades da vida adulta, começa a se preocupar em adquirir um diploma.

Não é um detalhe que esse jovens interlocutores não associem que, ao fim e ao cabo, esses programas existem para melhorar a empregabilidade, mas que o país nunca criou

⁸² Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-sao-negocios-de-impacto-social,1f4d9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

esses empregos qualificados, gerando em muitos deles frustração e ceticismo (cf. COSTA, 2015). Para a maioria dos seus contemporâneos, “o trabalho atua então como um fator de risco e se destaca para eles por sua ausência. É o desemprego, ou a falta de empregos, a faceta problemática do trabalho, sentida já praticamente em igual medida por todos os jovens, independentemente de sua condição em face do mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2005, p. 160).

De fato, há uma percepção comum entre gestores e público-alvo – os jovens da periferia atendidos por algum programa socioeducativo –, a de que o mundo não vai “voltar” a ser o que era, isto é, o vislumbre da cidadania regulada em que se busca qualificação, em seguida um emprego e uma carreira, está mesmo com os dias contados. Essa conclusão une as duas pontas: para o ecossistema do empreendedorismo social, conhecido também como *setor 2,5*, aquele que se coloca entre a empresa e seu objetivo de lucro e o propósito de transformação social das organizações não-governamentais, e que em parceria com universidades e empresas estimula o jovem a ter uma “visão” de como inovar e ser criativo, isto é, “empreendedor”; para esses jovens “empoderados”, que até podem ser a favor dos direitos incluídos na CLT, mas rejeitam o fato de que para ter carteira assinada, ser contratado para um emprego monótono é uma condição – na melhor das hipóteses. Desse modo, veem o mercado de trabalho como o próprio “sistema”, que os tenta enquadrar, suprimir seus sonhos e sua individualidade. A palavra “individualidade”, aliás, não costuma ser mencionada por eles, talvez porque não se encaixa bem em narrativas pessoais inspiradas em uma militância ativa de esquerda, ou de concepções de mundo cultivadas em paróquias, saraus, coletivos de cultura e laboratórios de organizações sociais (OSs) adornadas com frases de Paulo Freire. Mas também se trata disso, afinal esse empoderamento está diretamente vinculado a conquistas pessoais, pois como diz uma interlocutora, “minha vitória já é um impacto, porque não querem que eu vença”.

O maior obstáculo para essa transição, por sinal, é a cultura das famílias na periferia, que ainda não é “empreendedora”, segundo ouvi de um gestor. Dentro de uma residência de trabalhadores da periferia, é compreensível que queiram para seus filhos o que raramente tiveram: estabilidade e que eles não tenham, afinal, que viver de *se virar*. O problema é que, para o ecossistema do empreendedorismo social, saber se virar é justamente a principal qualidade, e assim esses jovens veem a si mesmos. Essa ressignificação da viração parte daquela constatação de falência do mundo do trabalho convencional, e cuja solução é o empreendedorismo, em que os discursos sobre o *protagonismo juvenil* são a regra. Mais do que isso, reverberam em suas cabeças a ideia de que seus pais estão fundamentalmente errados, ultrapassados e são até indignos por terem aceitado tal submissão pelo *sistema*.

À falta ou rejeição de referências e exemplos de vida na família, esses jovens se refugiam nas narrativas terapêuticas. Estas se entrelaçam às suas curtas trajetórias preenchendo o espaço esvaziado de experiências de trabalho, conforme suas vidas profissionais são empurradas para a frente, promovendo aspirações de autorrealização, ambientes de acolhimento e de resgate da autoestima. Uma hipótese a ser explorada é quanto essa indisposição familiar impacta esferas como cultura política, memória e expectativas de futuro, e se revertem no autogerenciamento enquanto desejo de autonomia.

Enredado nesse contexto, às vezes a contragosto, se encontra o *sujeito periférico*, este que se tornou, a partir da tese de Tiarajú D’Andrea (2013), um “tipo ideal” do jovem da periferia que participa de movimentos culturais, é engajado politicamente e circula pelos saraus da região exaltando sua origem e pertencimento. No hip hop, no samba e na literatura marginal encontraram seu meio de expressão, segundo D’Andrea, mas hoje outras formas de interação compartilham aspectos dessa cultura periférica, e esses sujeitos políticos veem-se no contexto quase inescapável do empreendedorismo social. Antigas referências discutem o tema em seus eventos respondendo à perda de expectativas de integração, e jovens contrariados o evitam, mas entre o discurso e a prática as contradições são implacáveis.

A cultura periférica reúne esse conjunto de ativistas, artistas e empreendedores sociais que nasce associada ao pertencimento ao território. “Poetas e escritores como Ferréz, Alessandro Buzo, Sérgio Vaz e os mais jovens Sacolinha e Allan de Rosa, tornaram-se artistas consagrados, que já começam a fazer parte dos programas de estudo escolares e das estantes das bibliotecas municipais”, conta Tommasi (2013, p. 15), remetendo à expressão “culturas de periferia” que ganhava repercussão no começo dos anos 2000.⁸³ D’Andrea (2013, p. 45) argumenta no sentido de que o alastramento do termo periferia teria um conteúdo crítico, de “subjetividade compartilhada e reconhecimento mútuo de uma condição”, ao mesmo tempo em que teria sublimado outras identidades, como as de *trabalhador e povo*.

Fundamentalmente pelo refluxo dos movimentos sociais e pelo avanço do neoliberalismo, o *fazer político* passa por um momento de crise nas grandes cidades naqueles 1990. Uma das implicações desse refluxo foi o crescimento de coletivos de produção artística nos bairros populares que, na falta de um referencial oriundo de

⁸³ Nas palavras de Elielson Leite (apud TOMMASI, 2013, p. 14): “uma denominação que até os anos 80 designava genericamente o amontoado de precárias residências que ocupam as franjas das grandes cidades. Hoje, a cultura de periferia vem na contramão da história, desmontando os estigmas e os estereótipos que pesam sobre os arrabaldes. Nos becos e vielas do subúrbio pulsa uma arte original, criativa e vibrante. [...] A cultura na periferia surge como elemento aglutinador da comunidade. [...] E a comunidade, diferente do movimento de tipo reivindicatório, se expressa em função do que tem e não por aquilo de que carece. Sendo assim sua manifestação tem um potencial mobilizador de grande intensidade. A cultura gera movimentação social, desperta consciências, embrenha processos políticos, promove transformações. [...] Na periferia, sem arte não há transformação.”

partidos políticos e de movimentos sociais, passaram a se agrupar ao redor de núcleos centrados na produção artística como forma de sociabilidade. Nessa dinâmica histórica, o movimento artístico foi um dos que melhor catalisou as impossibilidades da política, passando a fazer política por meio da atividade artística, consolidando *periferia* como um modo compartilhado de estar no mundo, um posicionamento político e um discurso ressemantizador sobre o que venha a ser *periferia* (D'ANDREA, 2013, p. 45, grifos do autor).

Caldeira (1984, p. 7) apontava que, já nos anos finais da década de 1970, a palavra *periferia* ganhava outras conotações que iam além de designar as franjas da cidade e sua característica precariedade e carência de serviços públicos e infraestrutura urbana, se tornando conhecida também porque “seus moradores, armados de faixas e cartazes e reunidos em grupos, aprenderam o caminho da prefeitura e de como exigir da administração pública aquilo a que tinham direito: ônibus, água, luz, posto policial etc.”.⁸⁴ Lugares conhecidos pela precariedade dos serviços públicos, pela ocupação não planejada e destino de milhares de trabalhadores imigrantes, os bairros que compõem a periferia da zona sul paulistana ganhavam visibilidade nos anos 1990 pela criminalidade violenta, que inflamou discursos policiaiscos e repressores, e pela expressão e vivacidade cultural que tematizaram justamente as iniquidades e injustiças contra sua população. A incorporação do termo periferia pelos coletivos de cultura na virada do século foi resultado do próprio desaparecimento progressivo da narrativa de inspiração marxista, dos movimentos sociais urbanos e da Teologia da Libertação. O fim dos núcleos de base do PT, assim como das CEBs, viria a decretar a interrupção definitiva com a geração que emergia (cf. FELTRAN, 2014; MACHADO DA SILVA, 2018; ROMÃO, 2013; SECCO, 2011; TELLES, 2010).

De modo que em muitas das narrativas periféricas consagradas pelo hip hop e que se reproduzem entre meus interlocutores, o antagonista que surge não necessariamente está em outro bairro ou classe social, mas se encontra ali mesmo entre seus vizinhos, ou seja, o zé povinho. Por ocasião da Semana de Arte Moderna da Periferia, organizada pela Cooperifa em 2007, o poeta e fundador do movimento cultural, Sérgio Vaz, sabia bem que a disputa teria que se dar primeiramente dentro de suas margens: “faremos um movimento reverso, da periferia para o Centro a fim de mostrar a arte e a cultura que a comunidade produz, sobre aquilo que acreditam. A efervescência cultural na periferia é enorme, por isso é preciso mostrar, principalmente para a própria periferia, que as coisas acontecem”. Por sinal, os conflitos que

⁸⁴ De acordo com D'Andrea, periferia foi um termo usado originalmente na produção acadêmica, que com a explosão populacional na cidade a partir da década de 1950 viu a necessidade de entender a questão urbana que emergia com a migração em massa, a industrialização e a urbanização, primeiro por um viés marxista e depois pela contribuição da antropologia (cf. D'ANDREA, 2013). Parte pela interlocução dos movimentos sociais e da Igreja Católica com a academia, vê-se nos anos seguintes a designação extrapolar a produção das ciências sociais.

emergiram a partir das ocupações das Fábricas de Cultura na zona sul de São Paulo em 2016, quando os próprios jovens atendidos resolveram levar a cabo seu “protagonismo”, geraram revolta tanto da comunidade quanto de outros “sujeitos periféricos”, que consideraram a atitude prejudicial aos empreendimentos culturais da periferia (cf. MACIEL, 2018).

A expressão “nóis por nóis”, assim mesmo, com a entonação da periferia da zona sul paulistana, tenta traduzir o ânimo do sujeito político e seu discurso de cooperativismo, inicialmente inspirado na economia solidária, mas também o ceticismo com as instituições políticas e com as possibilidades de integração à cidadania regulada.⁸⁵ Apesar de com frequência se posicionarem contra governos e políticos à direita, não é a conjuntura política que norteia a atuação desses empreendedores muito mais preocupados em criar estratégias de sobrevivência/emancipação independentemente do governante de plantão e da crise econômica, que faz escassear o dinheiro que circula na periferia, mas desaparece nos seus discursos engajados. Em certo sentido, o jargão liberal “não fale em crise, trabalhe” não chega a ser pronunciado, mas está presente de fato. Por um lado, o jovem periférico se coloca como parte de uma vanguarda do programa racionalizador, que tem levado a cabo um projeto de autogerenciamento mais ou menos deliberado de rompimento com o espaço de experiência popular; por outro lado, incorporam uma ânsia de desmercadorização das relações e de inconformismo com os abusos e explorações do mundo de trabalho, sua própria utopia de liberdade.

Impacto social

Conhecido há alguns anos como o bairro mais violento do mundo segundo um ranking produzido pela Organização das Nações Unidas,⁸⁶ o Jardim Ângela abrigou no mês de agosto de 2019 o 2º Fórum Negócios de Impacto da Periferia (NIP). Realizado pela produtora cultural local A Banca e pela aceleradora Artemisia, o evento teve apoio do Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV), do British Council, da Fundação Lemann e da Fundação Via Varejo, entre outros. Sediado na paróquia dos Santos

⁸⁵ O diagnóstico de Castel quanto a isso pode ser útil aqui: “[...] se certos grupos, ou certas regiões, são objeto de um suplemento de atenção e de cuidados, é porque se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária. De fato, sofrem de um *déficit de integração*, como os habitantes dos bairros deserdados, os alunos que fracassaram na escola, as famílias mal socializadas, os jovens mal empregados ou não empregáveis, os que estão desempregados há muito tempo... As políticas de inserção podem ser compreendidas como um conjunto de empreendimentos de reequilíbrio para recuperar a distância em relação a completa integração (um quadro de vida decente, uma escolaridade “normal”, um emprego estável etc.) (CASTEL, 2015, p. 538).

⁸⁶ Em 1996, a taxa de homicídios no distrito era de 98 para cada 100 mil habitantes, chegando a 123 em 2001 (cf. MONTEIRO FILHO, 2006).

Mártires, conhecido centro católico progressista da zona sul conduzido pelo padre irlandês Jaime Crowe – e que recebeu em 2018 os presidentiáveis Fernando Haddad e Manuela D’Ávila em ato de campanha –, o encontro contou com mesas de debate, apresentações de artistas locais, almoço e *coffee break* sustentáveis, discursos engajados e dinâmicas ao estilo corporativo, tudo observado por quadros do Papa Francisco, de Marielle Franco e Che Guevara.⁸⁷ A mistura de símbolos poderia parecer à primeira vista exótica, mas apenas para um observador com o olhar ainda nostálgico das antigas lutas populares. Dentro daquele espaço, as discussões não passavam por aqueles ícones, não os ignoravam nem os exaltavam, mas tentavam conciliar engajamento e empreendedorismo.

O amplo auditório da paróquia estava ainda esvaziado quando cheguei lá, pouco antes das 9h com temperatura amena em São Paulo. Nas extremidades do salão, um buffet de café da manhã preparado por empreendedores da periferia se posiciona do lado oposto ao palco, e estandes de livros de alimentação orgânica e de turismo na represa Billings dividiam a parede lateral. Nem a inscrição para o evento, nem as refeições eram cobradas. Os primeiros a chegar vem do outro lado da ponte, e conduzem uma espécie de *networking* atrapalhado pelo som alto e pela microfonia. Quem comanda a abertura é uma ativista d’A Banca, que abusa do vocabulário acadêmico e do termo “empoderamento”. Mas o tom, de modo geral, é positivo: como um evento feito *do centro para a periferia*, a ideia é engajar os novos empreendedores e não desanimá-los com política demais – as menções às conjunturas política e econômica praticamente não existem. O burburinho do *networking* não cessa com o começo dos trabalhos, barulho de liquidificador ecoa e celulares são sacados a todo momento para um novo registro fotográfico. Ao longo do dia, com chegadas e saídas, cerca de metade do auditório fica ocupado, menos da metade por candidatos a empreendedores, o público-alvo dos negócios de impacto social. “O maior empreendimento do Brasil hoje se chama *quebrada*”, anuncia um dos participantes.

A *afinidade eletiva* entre o empreendedorismo social e os coletivos de cultura da periferia, em que o repertório pós-estruturalista serve como fita aderente, é notável em eventos como o Fórum NIP. Lá, hip hop era tocado nos intervalos das atividades, falas engajadas

⁸⁷ Júlio também menciona a participação da Igreja no Movimento pela Paz no Grajaú, que no ano 2000 mobilizou atores sociais e jovens “protagonistas” contra a violência no distrito. Em entrevista a Leonardo Fontes, padre Jaime, com 71 anos à época, classifica os anos 2000 como os “anos do individualismo” em oposição ao interesse comunitário que vingara até o início da década de 1990. Fontes (2018, p. 183) argumenta que, em tempos de recrudescimento do individualismo, que teria deteriorado o modo de vida mais comunitário, a Paróquia Santos Mártires teria conseguido contornar a desmobilização imposta pela própria Igreja participando mais ativamente da formação da “segunda geração” do Jardim Ângela. De fato, o episódio que narro demonstra a atuação ativa da paróquia nas atividades da comunidade, porém ela acontece totalmente desprovida de crítica sobre o mercado da cidadania que se forma com os negócios de impacto social.

tentavam motivar os aspirantes a empreendedores periféricos e as conhecidas dinâmicas do mundo corporativo tinham como propósito identificar “privilégios” entre os participantes. Essas situações de “sensibilização”, bastante comuns nas atividades em torno do empreendedorismo periférico, são especialmente salientadas em momentos específicos de agitação, como as mesas de abertura e as apresentações de *casos de sucesso*, como o de uma criadora de turbantes que acabara de abrir uma filial na cidade de Boston, nos EUA.

Michael Löwy (2011) interpreta o uso weberiano do conceito de afinidade eletiva como o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – “entram, a partir de determinadas analogias significativas, parentescos íntimos ou afinidades de sentidos, em uma relação de atração e influência recíprocas, escolha mútua, convergência ativa e reforço mútuo”, em que ela é favorecida ou desfavorecida por certas condições históricas – fatores históricos, sociais e culturais necessários para que se desenrole “um processo de seleção recíproca, reforço mútuo e, até mesmo, em alguns casos, de ‘simbiose’ de duas figuras espirituais” (LÖWY, 2011, pp. 139-40).

A alquimia se completa com as falas vindas dos palestrantes. Como chegar ao sucesso? Uma *coach* presente na plateia dá a resposta: pé no chão, não deixe seu emprego no *call center*, estude de noite e empreenda nos finais de semana; e se “o propósito for forte”, seu negócio há de prosperar. A profusão de frases edificantes segue a todo vapor. “Tábuas de passar são pranchas de surfê que desistiram dos seus sonhos por um emprego chato”, solta outro dos participantes, que tenta pela via lúdica atender à ansiedade de gente quase sempre viradora e para quem a “adrenalina” do esporte deve ser comparada à busca incessante pela geração de renda.⁸⁸ À menção do termo *gig economy*, alguém esboça uma revolta: “é frila! É bico!”. Entre uma coisa e outra, homenagens a Marielle Franco se perdem na agitação que toma conta da volta do almoço, mas a apresentação de uma cerveja artesanal produzida por mulheres ganha mais comoção. A pergunta anônima vinda do público sobre como fica o “emprecariado” (“o uber que se acha empreendedor”) recebe uma careta e é logo descartada.

Nas sessões específicas, especialistas e *habitués* do circuito de empreendedorismo

⁸⁸ Alain Ehrenberg (2010) associou a ideologia empreendedora à cultura presente nas competições esportivas, baseada na lógica da aventura, desafio e superação pessoal, emprestada ao universo do trabalho e à retórica das empresas e trabalhadores como uma habilidade imprescindível ao mercado de trabalho. Segundo o autor, na nova configuração erigida pelo “culto da performance”, todos devem, independentemente da sua origem, “realizar a façanha de tornar-se alguém”. Na origem desse novo entendimento empreendedor está a prioridade atribuída a singularidade contra o “assujeitamento disciplinar” do fordismo, que transformava sujeitos em “números intercambiáveis”. “Cada um deve viver sua vida e ter sucesso nela, já que ela está sem um mais além político ou religioso”, diz Ehrenberg (2010, p. 174). Ainda nos anos 1970, órgãos multilaterais como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, e pensadores como Alain Touraine viam nesse diagnóstico características positivas, na medida em que alçava indivíduos a condição de “atores sociais” engajados em projetos individuais e “realistas” (cf. SOUZA, 2008).

social dividiam o microfone com empreendedores de quebradas diversas de toda a cidade, mas havia algum espaço para que os participantes colocassem suas dúvidas. Na mesa que acompanhei sobre Economia Criativa, revelava-se um pouco do rebaixamento do horizonte de expectativas.⁸⁹ Integrava a mesa o diretor do British Council no Brasil, Martin Dowle, britânico com boa fluência em português, que fez sua intervenção compartilhando a nobre motivação da criação do instituto britânico em 1934, quando a ascensão do nazi fascismo instigava a defesa da liberdade contra a opressão, no caso através da cultura e da educação. Cerca de uma hora depois, a sessão seria encerrada com a fala de outra palestrante, que exortava ouvintes angustiados com a aparente contradição entre “responsabilidade social” e busca mesquinha por lucro a não terem vergonha de ganhar dinheiro. Afinal, “rico não é bandido, apenas tem um negócio mais estruturado”, adverte.

A desconexão entre os discursos daqueles ideólogos do empreendedorismo e os demais participantes, que haviam se inscrito para o evento em busca de soluções práticas para iniciar os negócios – e que na maioria das vezes saíam frustrados, sem entender coisas básicas como estabelecer um preço para os produtos que confeccionam, distribuí-los, preparar uma planilha de custos etc. Tal discrepância expõe um dos maiores gargalos desses encontros: eles não são feitos para cumprir um papel de formação e orientação práticas que caracteriza, por exemplo, o Sebrae (que, aliás, não costuma aparecer na lista de apoiadores desses eventos), mas tentam *empoderar* e incentivar na superação das adversidades implicadas no viver nas periferias. Nessa empreitada, busca-se através do discurso terapêutico o convencimento de que na identidade a cultivar está a cura e a porta de saída do sofrimento, não sem provocar sentimentos de culpa em pessoas recém-iniciadas nos debates travados pela luta por reconhecimento e que têm dúvidas sinceras sobre se é correto vender produtos inspirados na herança ancestral para compradores brancos – o contemporâneo entendimento de “apropriação cultural”. Aqui, aliás, se manifesta outra fonte de sofrimento: os empreendedores iniciantes que participam desses circuitos buscam orientações para que seus negócios prosperem, mas sofrem com as definições fugidias e imprecisas; no caso, gostariam de poder destinar os frutos do seu trabalho aos sujeitos desmonetizados com quem compartilham a localidade periférica, mas na

⁸⁹ Inspirado nisso, Paulo Arantes (2014) percebeu no mundo contemporâneo uma “era de expectativas decrescentes” em que o estreitamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, sem o qual o outro não existe. Para Arantes, a *ruptura* provocada pela modernidade, pelas invenções, pelas grandes navegações e pela Revolução Francesa, faz com que o espaço de experiência saturado pela visão escatológica cristã – a espera pelo fim do mundo –, não mais responda às expectativas abertas por essas inovações. Os acontecimentos da segunda metade do século XX, entre elas a crise ambiental, a ameaça da guerra nuclear, a reestruturação produtiva do capitalismo e a crescente mecanização do processo de trabalho não apenas reduzem, mas subvertem a ideia de progresso contínuo, rebaixando as expectativas e estimulando uma cultura narcísica.

maioria das vezes, são os moradores do lado rico da ponte que os compram. No momento, como diz uma palestrante, não é possível escolher para quem vender, e na tentativa de mediar a frustração, ela os exorta a acalmar os sentimentos de culpa com o lugar-comum da “conscientização” do cliente.

Eventos como o mencionado são bastante comuns na zona sul com diferentes níveis de profissionalismo, mas foi a partir dos movimentos de cultura que o empreendedorismo passou a fazer parte da gramática local (cf. TOMMASI, 2013). A produtora A Banca nasceu diretamente deles. Criada em 1999 no próprio Jardim Ângela, ela começou como “um movimento juvenil que se organizava para fazer eventos de Hip Hop como forma de conquistar respeito, ter voz e sobreviver a dura realidade local”. Em 2007, A Banca passou pela Expedição Jovens Empreendedores promovida pela aceleradora de impacto social Artemísia, constituiu-se como uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) e se posicionou “no mundo como uma produtora cultural social de impacto positivo, que utiliza a música, a cultura Hip Hop, Educação Popular e a Tecnologia para promover a inclusão, fortalecer a identidade e o empreendedorismo periférico”.⁹⁰

Repetida invariavelmente nas falas dos seus integrantes, o dado sobre a violência no bairro encabeça também a seção “Nossa história” no site da produtora. Em novembro de 2019 visitei sua sede, um sobrado grafitado entre residências, terrenos baldios, oficinas mecânicas e botecos. O cenário típico da periferia nota-se com as favelas no horizonte e a escassez de aparelhos públicos. Fui até lá de ônibus – o que do Centro da cidade não demora menos que uma hora e meia –, pois não há estações de trem ou metrô nas proximidades, e caminhei mais alguns minutos sob calor e sol forte. No agradável escritório, em que trabalhavam três pessoas naquele momento, observei as paredes decoradas com discos velhos de vinil, frases de Paulo Freire e organogramas, e aguardei Leonardo, integrante d’A Banca e DJ, de 38 anos. Com uma trajetória marcada por episódios de trabalhos mais ou menos precários – foi motoboy de 2001 a 2008, e de 1996 a 2000 trabalhou em uma farmácia fazendo entregas e arrumando as gôndolas – o caminho de Leonardo do hip hop ao empreendedorismo é explicado pelo próprio:

O hip hop é a base desse trampo que a gente faz. Foi com ele que eu fortaleci a minha identidade, que eu achei uma identidade, foi com o hip hop que eu entendi os seus valores e transportei isso pra minha vida. Foi com o hip hop que eu conheci os meus melhores amigos, fui pros melhores lugares, que eu construí a minha família. Eu conheci minha companheira, foi por um elemento da cultura hip hop, conheci meus

⁹⁰ Disponível em: <https://www.abanca.org/nossahistoria>

parceiros por causa de um elemento da cultura hip hop. Então o hip hop é a base, entendeu?

E na mensagem do hip hop também?

Com certeza. Contra o sistema injusto, contra o racismo, a favor da felicidade, da igualdade, da liberdade de expressão...

(Leonardo, 38 anos, Jardim Ângela, empreendedor social e músico)

Um dos oradores da mesa de abertura do Fórum NIP, Leonardo se mostrava mais solícito e animado no evento, quando o conheci e tomei seu contato. Sisudo e de frases curtas, na entrevista, o diretor-executivo d'A Banca reproduzia aquela desconfiança recorrente neste grupo de interlocutores, justificado quando falava da sua indisposição com as ONGs e o terceiro setor (e com o pesquisador que lhe abordava). O esgotamento do modelo de pacificação pela terceirização das funções do Estado, que baseou a gestão do social a partir dos anos 1990, se revela nas falas de alguns dos empreendedores sociais entrevistados como ressentimento por terem feito parte do “laboratório de políticas públicas” por tanto tempo. Diz Leonardo sobre esse período que “eram ONGs que achavam que queriam *salvar* a gente por a gente estar numa situação ‘dessa’, ou eram jornalistas que queriam saber do que que aconteceu, era gente de faculdade que queria fazer tese, essas coisas todas”. Sua frase não fala apenas sobre quem parece não ser mais autoridade na quebrada, mas diante de quem se vê nos eventos d'A Banca, remete também a quem é recebido e em quais condições. No meu caso, fui atendido com gentileza, mas com justificado pouco entusiasmo, sendo que outros interlocutores foram mais diretos ao me perguntarem qual seria a minha “contrapartida social” – por sinal, a resposta que enaltecia o caráter público da pesquisa parecia a eles insatisfatória. A noção de contrapartida social (ou “troca” nas palavras de Leonardo) se aplica aqui não como forma de legitimação social para empresas e governos, mas como demanda dos próprios sujeitos, como se respondessem ao esvaziamento de sua agência pelo modelo de gestão terceirizada que marcara o período anterior.⁹¹ O cansaço do público-alvo se dirige por vezes para a rebelião (cf. MACIEL, 2018), mas é o autogerenciamento que ganha adeptos nas dimensões ordinárias da vida. Como apresenta Leonardo, ao levar poucos dias antes seu grupo de rap para tocar num lugar à primeira vista inusitado.

⁹¹ Marília Sposito e Maria Carla Corrochano (2005, pp. 160-161) apontam a ideia de contrapartida como um pressuposto recorrente em ações governamentais de transferência de recursos, para que elas escapem de um viés “meramente assistencialista” e um possível rompimento com a lógica da filantropia. No interior da crise do Estado-Providência, afirmam, “pretende-se restabelecer a solidariedade social a partir da ação pública, constituindo, além da transferência de renda, uma espécie de distribuição de responsabilidades que mobilize os cidadãos para a sua efetiva integração na ordem nacional”. Na prática, nos programas destinados aos jovens, a contrapartida pode compreender desde a frequência obrigatória à escola, “mas também pode incidir sobre a necessária presença em atividades de cunho socioeducativo e a participação em ações de engajamento comunitário, em geral propostas pelas instituições parceiras responsáveis pela execução do programa no âmbito local”.

A gente toca de vez em quando, tocamos sexta-feira passada na Fundação Lemann, na festa de Halloween deles, lá no escritório, foi bem legal... A gente toca de vez em quando. Já tocamos mais em diversos barzinhos pela cidade, hoje em dia a gente toca mais quando a gente consegue uma condição mesmo, ter também um trampo.

E como é que é tocar na Fundação Lemann?

É muito louco porque é um lugar que tem pessoas lá que são bem diversas do que há muitos anos foi. Por exemplo, o Cosme, que chama a gente pra fazer essa coisa lá, o cara é negrão, e tá numa posição legal dentro da empresa, então pra nós foi de muita honra e orgulho, pra usar os toca-discos, pra usar o microfone, a guitarra o baixo, mostrar nossas vozes, o que a gente sempre foi.

E como é esse contato com essas fundações, eles procuram vocês, vocês que chegam neles?

Cara, uns a gente procura. A maioria a gente procura, vai bater na porta de todo mundo pra conseguir grana, né, pra fazer as coisas, entendeu? Porque só o dinheiro de vendas a gente não consegue ainda fechar as contas, a gente tem que ir atrás de patrocínio, de parceiros que podem fazer investimento financeiro. Então é uma luta, véio, mas a gente segue sempre todas as burocracias necessárias pra ter esses parceiros hoje em dia, pra nós nunca foi uma barreira a coisa burocrática, jurídica pra ser parceiro das organizações, então hoje nós temos parcerias desde o Conselho Britânico e a Fundação Lemann, Fundação Setúbal, e cada um tem seu jeito diferente, jurídico de lidar com as coisas. A gente presta um serviço hoje pra Nexa Resources, que é um braço da Votorantim. Pra entrar ali tem todo um complexo, tem toda uma papelada que a gente precisa entregar. E hoje isso também é um grande aprendizado pra nós, a relação é sempre difícil conseguir, mas depois a gente não tem medo da burocracia, de desenrolar, porque a organização, ela está certinha.

[...]

Você chamaria isso de “criar ponte”?

Com certeza. Não criar ponte, mas usar as rotas da cidade como caminho de troca onde a gente possa ir e as pessoas possam vir e ter uma troca. Durante muito tempo o Jardim Ângela vivia a coisa do abuso, das pessoas virem até aqui na quebrada e não ter troca. Então a gente trouxe uma assinatura e uma potência porque não dá pra gente ficar se armando e indo pra cima armado etc. porque não funciona, e quem sempre perde somos sempre nós, nesses cemitérios, nas cadeias, está sempre cheios de gente de periferia, preto, pobre... então é um jeito de desconstruir esse mundo que está aí dado pra nós.

(Leonardo, 38 anos, Jardim Ângela, empreendedor social e músico)

Esse ecossistema que estimula e constrói o empreendedorismo na zona sul e em muitas outras quebradas pelo Brasil impressiona pelos nomes que frequentam as revistas e jornais de economia e que recheiam o PIB nacional. Jorge Paulo Lemann foi até 2017 o homem mais rico do Brasil e um dos 20 mais ricos do mundo, conduzindo, entre outras empresas, a cervejaria transnacional AB Inbev. Além de ser considerado um modelo mundial de empreendedorismo para milhares de alunos de Administração de Empresas mundo afora, Lemann faz da fundação que leva seu nome um “agente de impacto social” alinhado às mais modernas determinações de instituições multilaterais. Por sinal, sua contrapartida é bem mais palpável do que a oferecida por ONGs e pela “academia”: financiar uma infinidade de eventos

de formação para o empreendedorismo, uma iniciativa que, com o esgarçamento das políticas públicas, ganha contornos de aposta em uma nova forma de pacificação através do autogerenciamento. De todo modo, esse nova proposta que combina assistencialismo com empreendedorismo só seria possível pela adesão ativa do sujeito na ponta, que não se vê mais como vulnerável diante de instituições estranhas àquela mundo, mas como sujeito dotado de *potência* criativa e empreendedora.

Entre dois mundos

Era uma tarde chuvosa de fevereiro de 2019 no bairro da Bela Vista, na região central de São Paulo, quando conheci João Vicente, um jovem negro então com 30 anos de idade e referência em ascensão do empreendedorismo periférico. Em uma oficina em que participava como palestrante no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, ele foi observado com curiosidade por um público composto majoritariamente por senhoras brancas interessadas em alternativas de alimentação saudável. O ambiente exalava um clima de chá da tarde, com degustação de tomatinhos orgânicos, sorrisos despreocupados e preocupação com o meio ambiente. A primeira expositora, que coordenava uma ONG na zona oeste, parecia bastante familiarizada e se deslocava com fluidez, mas seu sucessor precisou se esforçar um pouco mais para trazer a *periferia* para aquele mundo autocentrado. Perguntado por uma das ouvintes com certo sarcasmo elitista sobre como se definia – o tom era de “quem é você? Por que está aqui?” –, João respondeu de braços abertos com um gracejo inesperado: “eu sou um alquimista!”.

Acostumado a lidar com todo tipo de personagens que habitam o universo do empreendedorismo da avenida Faria Lima ao extremo da zona sul, João Vicente viu sua trajetória ganhar uma direção definidora ao criar seu *coworking* no Campo Limpo ao qual se dedica integralmente. Seu *ethos* empreendedor foi beneficiado pelas dinâmicas cultural e econômica, que tiveram um impulso decisivo no contexto do lulismo com dois programas concomitantes do governo federal: os Pontos de Cultura, iniciativa do Ministério da Cultura de estabelecer convênios com projetos culturais locais através de editais públicos; e parcerias com a então Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Em uma delas nasceu no Jardim Maria Sampaio o Banco Comunitário, que, a partir dos princípios defendidos pela secretaria, tinha como meta estabelecer trocas de serviços através de moeda social própria.⁹² O *coworking*

⁹² Henrique Wellen apresenta uma crítica de inspiração marxista ao conceito de economia solidária. Segundo ele, “a solidariedade que é apresentada como uma qualidade que distingue essa proposta das empresas capitalistas

foi, assim, constituído a partir dessa experiência reunindo coletivos e profissionais da produção e circulação local de cultura. A atuação deles “é uma invenção, as ideias surgem e são postas em prática conforme as novas demandas apareçam” (BERGAMIN, 2015, p. 150). De fato, com sua atuação na área da cultura consolidada, a agência passou a se dedicar também ao conceito de alimentação saudável que grassava nos circuitos da classe média, instalando na garagem do imóvel um armazém de orgânicos de produtores locais e, posteriormente, investindo no restaurante que sua mãe passaria a comandar com a reforma do quintal, viabilizada por um *crowdfunding*.

Como você foi introduzido nesse mundo dos editais?

Uma primeira oportunidade foi no projeto Arrastão, né. De fazer o projeto e, porra, vi que aquilo ali era um enigma de um código pra decifrar várias coisas. Aí na União Popular de Mulheres me filiei ao PCdoB por conta da fundadora [...] e comecei a entender um pouco mais de como funciona um partido e uma política pública, tá ligado? A UNE me chamou pra várias coisas. E vários eventos, mano.

[...]

Aí foi mais a ideia de a gente começar a olhar a economia da cultura, né? Pra gente é super importante mapear o que a economia da cultura gera. E era alguns assuntos que a cidade não estava tão preparada pra lidar. Economia solidária, economia da cultura. Então a gente foi colocando esses termos e essas práticas e a gente apoiou muito a questão da cultura periférica. A tomar essa cara, essa força é a cultura periferia, apoiando esse empreendedores culturais. Aí a gente foi lá em 2012 no Sacolão das Artes, um sacolão ocupado pelos coletivos de cultura, no Jardim São Luís [...] Foi bem loco, colou o Sérgio Vaz, o Binho, toda a galera da cultura.
(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

Carismático e acelerado, João Vicente já foi matéria da revista *Piauí*, da *Folha de S. Paulo*, apareceu em telejornais da Rede Globo e em dezembro de 2019 foi capa com sua mãe da revista *Veja SP* sob o título “Multiempreendedorismo na quebrada”. É provável encontrá-lo vestindo camisa com estampas de inspiração africana e calça ou bermuda da marca de roupas Fundão, de empreendedores da favela de mesmo nome. Alto, se aproxima para falar com o interlocutor “na chinha”, mas frequentemente é interrompido pelo celular ou por algum conhecido (ou admirador), com quem articula ideias surgidas naquele momento, e encerra a conversa quase sempre com variações da frase “você tem meu WhatsApp?”. Não foi beneficiário de nenhuma política pública, começou um curso de Administração de Empresas em uma faculdade privada, mas não chegou a concluir quando o dinheiro faltou. No Projeto Arrastão, João recebeu educação formal e começou a se interessar por empreendedorismo. Em

serve, na verdade, muito mais como valor agregado à publicidade do que representa uma prática concreta” (WELLEN, 2008, p. 112).

2018, foi selecionado para participar do RenovaBR,⁹³ cuja bolsa ajudou a pagar a dívida da casa onde hoje funciona a agência e que corria o risco de perder para credores. Filiado ao PCdoB, preferiu nunca se candidatar a cargos públicos apesar dos reiterados convites, mas mantém as portas abertas para quem se dispuser a “correr junto”, sempre no interesse da periferia.

Sua marca registrada é a exortação incansável de que o jovem na periferia só quer *gerar renda*. Com disposição e paciência ferrenhas, seu objetivo no encontro do Sesc-SP, assim como em praticamente todos os espaços em que participa no Centro ou nos bairros da zona oeste, era, como ele mesmo define, “pragmático”: ganhar apoiadores e pessoas dispostas a levar recursos para o outro lado da ponte, consumindo alimentos saudáveis, prestigiando os artistas da periferia e comparecendo a seus eventos. O principal deles é o Festival que o *coworking* promove anualmente na praça do Campo Limpo com dezenas de empreendedores, de produtores de alimentos orgânicos a estilistas, chefes de cozinha conhecidos nos principais restaurantes da cidade e shows com artistas iniciantes e famosos identificados com a periferia.

A gente vem de uma origem muito humilde, assim, então desde cedo o jovem da periferia é... como eu posso dizer, *provocado a gerar renda*, né. E a gente sempre gostou de eventos, essas coisas. E eu lembro que foi uma festa do bairro, veio parquinho, todas essas coisas, e aí minha irmã seguiu o parque, foi junto. E aí nós gostava de ir, tinha uns brinquedos da hora, e a gente ia lá no final de semana tramar nas férias, tipo pegar bilhete pras pessoas entrarem, isso foi bem novo assim...

Quantos anos você tinha?

Eu tinha uns 11, 12 anos... muito novo assim. E aí a gente ia, mano, tramar. Minha irmã morava nesse parquinho, eu só ia lá nas férias, e ia pro Arrastão depois da escola. No Arrastão eu entrei com 10 anos. E aí comecei a entrar e sair de centros de juventude e comecei a ir pra cursos profissionalizantes. Fiz um curso que chamava “Jovens brincantes”, recreação de crianças, brincadeiras, tá ligado? E aí nesse curso eu conheci um professor que dava uma aula de empreendedorismo. Puta, mano! A aula dele era da hora, a aula dele era bem loca. E aí quando eu entrei no Arrastão com 10 anos tinha uma aula que era de Educação ambiental – sempre teve umas aulas [de perfil] social [...]

(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

O périplo de João Vicente pelo circuito do empreendedorismo social da cidade começou com 15 anos de idade, quando foi pela primeira vez para a Vila Madalena para um evento sobre negócios de impacto social. Apesar de ter como principal lembrança da ocasião o enquadro que tomou de um vigia que fazia a segurança da rua, ele não se intimidou. João já frequentava há cinco anos o Arrastão e se destacava nas aulas de empreendedorismo; ainda por essa época ele inscreveu seu primeiro projeto de educação ambiental e captou 20 mil dólares,

⁹³ Grupo “pró-renovação política”, também conhecido como “*startup* política”, que concede bolsas para quem quiser se candidatar ao Legislativo, idealizado pelo executivo Eduardo Mufarej, sócio da Tarpon Investimentos e ex-presidente da Somos Educação, e mantido com doações de empresários.

que se converteu em um programa pioneiro de descarte correto de lixo com foco no córrego Pirajuçara. Mas não só de miragens viveu João, e possivelmente, sem tal perseverança sua trajetória poderia ter sido distante das capas de revista e mais próximo de outros dois destinos bem conhecidos para ele, o do trabalho precário e o do mundo do crime, que afinal marcaram sua vida e de toda a família. Ele teve sua primeira ocupação aos 11 anos, ralando num parquinho de diversões em que também trabalhava sua irmã mais velha. “Trabalho braçal, situação muito deplorável”, diz da montagem e desmontagem dos brinquedos. Os 10 reais que ganhava por dia trabalhado João deixava com sua mãe, e a certa altura eles conseguiram “bater a laje” da casa dela, que ainda morava no município vizinho de Embu das Artes naquela época.

Para o irmão mais novo, foi a miragem do consumo que brilhou, para o qual o trabalho precário não dava esperança alguma. Nos idos de 2011, o rapaz foi morto pela polícia depois de um assalto a banco; ele já estava há alguns anos envolvido com roubo. “E, mano, a bala passou perto, pegou meu irmão e me passou, tá ligado? Eu tava lá no banco comunitário. ‘Saidinha de banco’ e eu tava no banco comunitário! Entendeu os *baguio*?” A metáfora que João faz sobre a bala que “passou perto” aponta para as experiências que ele e o irmão, apenas um ano mais novo, tinham em comum, mas o que o salvou foi um certo comedimento em contraste com o encanto do mais novo diante do mundo do consumo. João àquela altura já estava engajado no Banco União Sampaio e colhia seus primeiros êxitos como empreendedor social, mas estava longe de uma vida de luxos que, aliás, nunca chegou a ter. À crueldade da polícia, que matou o irmão com onze tiros, se seguiu a dos ex-colegas de roubo dele, que “ressarciram” os tênis do garoto de dentro da casa da sua família. João então se mudou com a mãe por um tempo para Ilha Comprida. Medo de represálias?, perguntei para ele, que apesar de não ter dado resposta negativa, alegou que não queria “compartilhar desse *resultado econômico*”.

Assim, [sou] ético na medida do possível, tá ligado? Tipo, a polícia chega lá e você tá curtindo o bagulho... Nós gosta do trampo que nem cê vê. Trampo certo. Então, eu mesmo fui morar com o meu pai no Campo Limpo. Eu já saí de casa, que nós [ele e o irmão] tava brigando muito. Vim morar com meu pai, aí aconteceu esse baguio com ele. Um dia ele foi até me visitar na casa do meu pai com moto, eu falei “mano, cê acha que a gente não sabe que você tá roubando?”. Ele trampava num lava-rápido aqui embaixo. O cara com uma [motocicleta] Hornet 600 cilindradas, vai comprar num... É isso né, mano. Por isso que a gente faz um debate econômico quando vai se falar de extermínio da juventude. Porque foi por *economia*, assim, ele quis comprar uma moto, tá ligado? Quis comprar um monte de coisas e quis fazer esse caminho mais rápido. Foi foda, tio.

(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

Tanto o convívio e o cursos do Arrastão quanto o episódio envolvendo seu irmão teriam “virado uma chave” na cabeça de João Vicente, que hoje se orgulha de ter sido o “primeiro jovem empreendedor do Arrastão” e da atividade que nunca mais deixou. Mas se o caminho mais rápido tomado pelo irmão “bandido” permitiu a ele *viver como um rei* por um período muito breve e que seria interrompido bruscamente,⁹⁴ a trajetória do irmão empreendedor promete algo pelo menos próximo disso? Ex-morador do Jardim Maria Sampaio, João se mudou para um condomínio no Campo Limpo com a esposa, a filha de um ano e o cachorro Martin, uma escolha condizente com uma certa *nova classe média* da periferia, assunto que abordei no primeiro capítulo. Compartilha de um estilo de vida moderado, que abarca sua religiosidade (católica não-praticante) e seu *habitus*, quem em nada se assemelha ao de um “rei”. Trabalho e lazer se misturam e ele é visto nos saraus da zona sul articulando parcerias enquanto divide uma cachaça com limão e troca mensagens no celular. Ele tem uma ambição genuína de se tornar referência do empreendedorismo social, mas que não se converte em ostentação material: tudo que ganha acaba investido na agência e no restaurante.

Apesar de não esquecer de mencionar os temas do “racismo estrutural” e do “extermínio da juventude”, seu pragmatismo o impele a, como ele mesmo diz, “fazer o debate econômico”, isto é, a entender a condição da juventude da qual faz parte espremendo alternativas de geração de renda que, em último caso, os tirem da mira da polícia. Uma reforma das instituições seria bem-vinda, obviamente, porém inesperada, de modo que João escolheu atuar *na ponta*, onde os resultados podem ser concretamente percebidos. Essas alternativas são, como é comum no discurso do empreendedorismo social, ambíguas. Seu sonho de tirar os jovens da quebrada do mundo do crime e das drogas esbarra no que João chama de falta de “escala”. Seu *coworking* abre espaço para algumas dezenas de candidatos, em número insuficiente na opinião dele, que faz uma associação curiosa para o que almeja, uma espécie de *fastfood* de jovens empreendedores. Ele se mostra absolutamente ciente das suas limitações, assim como entende o mundo do trabalho contemporâneo atravessado pelo mundo do crime, entrelaçado a ele na própria subjetividade desses jovens que ele testemunha “trampando na biqueira” em busca da sociedade de consumo, o “subproduto do capitalismo” rodando a todo vapor.

⁹⁴ Sobretudo a partir dos anos 1990, o mundo do crime passa a disputar com o trabalho os anseios da juventude pobre. Em Feltran (2011), a atração pela rápida ascensão social por meio do crime é vista como uma forma de distinção em relação à geração dos pais trabalhadores. Depoimentos marcantes nesse sentido podem ser encontrados no documentário *Notícias de uma guerra particular*, de Kátia Lund e João Moreira Salles, e nas letras dos Racionais MC's, sintetizadas no verso “Tempo pra pensar, quer parar / Que cê quer? / Viver pouco como um rei ou muito, como um Zé?”, de *Vida Loka parte 2*.

Olha, mano, vou te falar que eu acho que tá até aumentando a morte dos jovens. Acho que o nosso trabalho não tem tanta... a gente não tem tanta *escala*. Meu sonho é ter escala, é você chegar aqui e só ter jovem trampando, tipo o McDonald's. Meu sonho é esse, é aí que eu vou ver que eu to tirando o jovem mesmo do crime. Mas mano, a gente é uma ponta de agulha, nós num faz nada, entendeu? O crime tem um bagulho que seduz o jovem de uma forma que ele entra. Hoje nós vai numa biqueira, o jovem morre, amanhã já tem outro trampando. Eles não têm... sabe, mano... que nem nós, pra fazer um curso, não enche o curso, tá ligado? E eu vou falar procê, mano, é muito jovem! A gente vê todo dia velório de jovem. Todo dia não, todo final de semana, porque é de fim de semana que acontece. Demais, mano. As polícia mata mesmo. E eu tenho amizades que não são só [*coworking*], é *gente da quebrada mesmo*. Então o Facebook deles é tudo assim, não é *Facebook intelectual*, tá ligado? Eles ficam colocando, tipo, "saúde eternas"... Nossa, vários bagueio loco, tio. Eu vejo essas camisetas que eles colocam foto... cê já viu essas camisetas? Que coloca a foto do cara... Puta, um dia eu vou fazer uma exposição daquelas camisetas, que eu acho elas muito... é, sabe o que eles fazem, como homenagem quando morre alguém? Isso eu vejo várias! E é... uma busca incessante do jovem se incluir numa sociedade de consumo. A gente tá aqui no *subproduto do capitalismo*, é a favela, mano. O subproduto é o que, é o cara roubar ouro que nem nós tá vendo agora... onde esse dinheiro tá, tio? Onde que tá esse ouro? Deve tá em alguma quebrada, algum lugar, ninguém sabe! Então esse contraste do ouro e a pobreza, onde que eles pegaram aquele carro lá, clonado dos policial, naquele ambiente, entendeu?⁹⁵

(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

É uma visão bastante cética, no final das contas. João viu a violência bater à sua porta, entrar na sua casa e o expulsar para longe junto da mãe, a quem tem apego incondicional. Ao mesmo tempo, teve uma revelação com o incipiente empreendedorismo que se apresentava a ele através de um projeto social na periferia. Mas a experiência pessoal se combina à atenta observação da sua quebrada e de outras, que ele acessa pelos seus contatos espalhados pelo país e pelas redes sociais com um pé em cada canoa, na do empreendedorismo social descolado da zona oeste paulistana e no da barbárie social. No Facebook ele distingue os "intelectuais" e os amigos da quebrada, saturados de sociabilidade violenta, sugerindo que o faz para não perder o contato com o chão social. João diz que às vezes assiste, em momentos de inércia, vídeos compartilhados de matança em penitenciárias, como a que ocorreu em Altamira em meados de 2019 entre as organizações criminosas Comando Classe A e Comando Vermelho, que deixou 62 mortos. De violência extrema, aquilo lhe dá uma noção de onde a sociedade pode chegar, que ele resume como o "capitalismo-carnificina sinistra".

João sente a necessidade de mostrar pelo menos um aperitivo desse capitalismo para seus interlocutores. Convidado por ele, participei da vivência promovida pelo *coworking* em fevereiro de 2019; era sábado o dia da minha primeira visita. A madrugada dava lugar à

⁹⁵ Um evento muito noticiado em meados de 2019, quando fizemos essa conversa, foi o assalto ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, quando criminosos disfarçados de agentes da Polícia Federal levaram 770 quilos de ouro. Todos foram presos posteriormente.

manhã com frio e tempestade, o que gerava dúvidas sobre a realização do encontro, do qual eu ainda não tinha informação alguma. Chegando ao Terminal Campo Limpo, a chuva começa a ceder e na casa a cerca de meio quilômetro dali já aguardavam outros convidados para a vivência, a mãe de João, o sócio e outros colaboradores da agência. Nas paredes, referências aos Racionais MC's, ao poeta Solano Trindade e ao Mestre Moa do Katendê, assassinado alguns meses antes em Salvador por um apoiador de Jair Bolsonaro. Em destaque, uma frase de Edi Rock: “É necessário sempre acreditar que o sonho é possível, que o céu é o limite e você, truta, é imbatível”.

Doze pessoas, todas moradoras do Centro ou da zona oeste, participaram da atividade, que começou com um café da manhã na própria agência.⁹⁶ João Vicente nos serve café, sucos, pães de fermentação natural e frutas orgânicas, salientando a procedência periférica e sua disponibilidade no armazém de alimentação saudável que criou na garagem da casa. Na sequência, vestindo uma larga camiseta preta estampada com o ator Al Pacino em sua versão *Scarface*, seu sócio nos faz uma apresentação sobre o Festival e então partimos para uma caminhada pelo Jardim Maria Sampaio, colado ao município de Taboão da Serra. Às portas da favela, João propõe uma atividade de sensibilização que todos prontamente seguem, naturalmente: nos damos as mãos e fechamos os olhos para nos “conectarmos” ao objetivo proposto, e logo depois libera a nossa entrada com um disciplina do PCC. A chuva que caíra algumas horas antes ressaltava o aspecto de precariedade do local, onde uma imensidão de gatos molhados e esqualidos circulava por entre os barracos e pelo emaranhado de cabos e fios.

A estetização da precariedade é acompanhada pelo discurso de superação: próximo ao agressivo piscinão local havia alguns anos antes acontecido uma enchente severa, que derrubara os muros de contenção do córrego que passa por ali. Reconstruídos, os muros foram decorados com grafites, colorindo as margens do córrego Pirajussara, por iniciativa do grafiteiro Gamão, conhecido na zona sul e exaltado também como empreendedor que escapou do mundo do crime. Na volta, antes de nos alimentamos de feijoada vegana preparada por sua mãe, passamos por uma sessão de “descarrego”, novamente em roda e de mãos dadas, cada um repetindo palavras edificantes, seguidas em coro pelos demais. A alquimia de elementos por vezes externos misturados às características próprias que definem a cultura periférica, mas com uma breve interrupção que delata a origem popular (a menção ao descarrego, ato de exorcismo

⁹⁶ Outro interlocutor, cuja produtora cultural instalada no Jardim Ângela também promove essas vivências, descreveu assim o público para o qual a atividade é destinada. “A galera branca, classe média alta, trabalha em empresas que dão uma condição legal de grana e que nunca vivenciou uma quebrada, nunca teve essa oportunidade, só conhece de jornal, revista, rádio, essa coisa toda”.

recorrente em cultos evangélicos), se explica pelas múltiplas referências que conformam o empreendedor periférico, e que também atende ao interesse daquelas pessoas de classe média pelo *exótico*.

O propósito desse tipo de sensibilização, que é promovido também por outros coletivos de cultura da periferia, exhibe em boa medida a essência do empreendedorismo periférico com aspectos combinados por vezes de forma inusitada, mas que aponta diretamente para a ideia sempre reiterada de “construir pontes”. Elas são inspiradas no Estágio Interdisciplinar de Vivência promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde 2003, geralmente em assentamentos modelo e com estudantes universitários como público-alvo – por sinal, uma bandeira do MST decorava o quintal do *coworking* nas minhas primeiras visitas. No caso, são atividades mais curtas, de meio período e aos sábados, que comprometem pouco a agenda dos visitantes.

Como percebi ao longo dos anos, é sobretudo nos fins de semana que as pontes são construídas, começando pelo Festival. É evidente que João articula parcerias em tempo integral, mas o resultado delas se vê quando o tempo dos *outros* permite. Estive por dois anos consecutivos no Festival, que não voltou a ocorrer depois que a pandemia do novo coronavírus se instalou. A praça do Campo Limpo, bem próxima do terminal de ônibus, é bastante ampla e agradável, e os estandes dos expositores se espalham de maneira bem coordenada, divididos em corredores de gastronomia, moda e artesanato, exposições fotográficas, além das tendas de atrações infantis, roda de samba e rap e do palco principal, onde um grande show é realizado no período da noite. Também se notava naquela tarde a presença da chef Bel Coelho, bastante conhecida no circuito gastronômico da Vila Madalena, e do Greenpeace e seus voluntários. Foi interessante observar que nesta edição de 2018, ocorrida em novembro, um público majoritariamente de classe média aproveitava o domingo ensolarado, o que dava ao encontro um clima despreocupado e festivo. Já na edição seguinte, problemas de financiamento empurraram o Festival para dezembro, e o público reduzido foi notável, tanto visualmente quanto na avaliação de muitos empreendedores. Conforme a noite caía, a presença de moradores da região se destacava em relação ao ano anterior. Eu observava o movimento, quando um grupo de garotos atravessou meu campo de visão fantasiados de Coringa, o principal vilão dos quadrinhos do Batman. Enquanto isso, no palco o grafiteiro Gamão animava o público que aguardava o show do *rapper* Rael com frases que incentivavam o empreendedorismo, uma saída para fora do mundo do crime.

A dificuldade exposta nesse caso é que a ausência do público da zona oeste cria um vácuo na sustentabilidade do evento. De fato, cheguei a ouvir de um interlocutor qualificado

que João precisava tornar seu negócio sustentável em todos os dias da semana e não depender tanto dos eventos. Mas este é um sintoma evidente da atuação estratégica do *coworking*, que é vender a periferia para os circuitos endinheirados da cidade que veem nela oportunidades de negócio ou de marketing social. Não há nenhum juízo de valor nisso, e é plenamente compreensível que se busque recursos aonde eles estão quando a conjuntura histórica é de escassez de políticas públicas. Contudo, isso implica numa sensação constante de enxugar gelo, de ver altos investimentos de tempo e disposição terem retorno curto, de conviver com momentos de grande euforia intercalados com perrengues repetidos. Na agência, enquanto articula parcerias com determinação schumpeteriana, João e seus colegas se veem frequentemente às voltas com contas a pagar. Ainda em 2019, presenciei ele e o sócio comentarem sobre a dificuldade de organizar a edição seguinte do festival, pois ainda não haviam conseguido fechar as contas das anteriores e negociar com a prefeitura a disponibilização de palcos, banheiros químicos etc. “2017 foi foda, que a gente tá devendo até hoje. Vamos pagar, se Deus quiser este mês, os cinco conto que a gente tá devendo de 2017 ainda”, reiterou.

Apesar da convicção que exhibe quanto à sua vocação para o empreendedorismo, essas escolhas não foram fáceis para João, e ainda não são plenamente reconfortantes. Até os 18 anos de idade, conta, ainda não sabia o que queria ser profissionalmente. Sua esposa tem um emprego com carteira assinada, que afinal garante as contas da casa, mas seu perfil moderníssimo de trabalhador/empreendedor confunde mais do esclarece. “Pessoal acha que cê não tá trabalhando, que vivência é cachacinha. É também! Mas a arte do meu bagueio tá aí, entendeu?”. Agora, com a filha ainda nos primeiros anos da infância, assuntos sem o mesmo encanto dos que partilha nos seus papéis começam a pesar nos seus ombros, a criar dissonâncias em sua narrativa. Naquele momento, um debate sobre uma nova reforma da Previdência se intensificava na *opinião pública*, o que parecia trazer à tona, para João, o lado imprevisível das suas escolhas, no caso o fato de que uma aposentadoria não virá tranquilamente para ele. Afirma que só iria para a CLT “se fosse por muito dinheiro mesmo, papo de 10 mil, 20 mil por mês”, mas sente a pressão para ter um diploma de ensino superior que deixou pelo caminho e que, com a responsabilidade de pai, agora parece fazer falta para quando precisar de uma ocupação que lhe pague pelo menos o suficiente.

Então, mano, eu prego isso e faço isso. Recebo aqui o cara mais rico do mundo e hoje tinha lá um cara pedindo comida. Nós trouxe ele, deu comida pra ele, da mesma forma. Eu acho que nós tem que ser mais solidário um com o outro, dar as mãos. Esse bagueio da previdência aí, tanta empresa que deve, mano. Eu que sou pequeno devo pro país, imagine o Itaú! Ô mano, vamo pagar as dívidas aí! Vamos nos dar as mãos.

Ah, o problema da previdência é o governo. Que papo chato esse bagueio de previdência, mano! Num aguento mais, afe. Sabe o que eu entendi? Que cê se fudeu. Assim, ajuda a sua mãe, começa a se organizar, e fortalece a sua filha, mano! Cê num virou deputado, cê num é bagueio especial, nada! Esse bagueio aí de falta de humanidade eu vejo aí nesse bagueio da Previdência. Fico feliz que tô num ambiente da hora, de inovação, de ideias da hora, de dificuldade, mas nossa...
(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

Das situações de racismo que viveu no circuito de empreendedorismo ele obviamente faz a denúncia, mas também responde de maneira contida e, mais uma vez, pragmática. Ele solta uma gargalhada nervosa quando conta das vezes em que foi confundido com um entregador ao chegar para uma reunião com empresários, e então mais uma ambiguidade aparece: não é para “os de cima” que ele aponta suas queixas, mas para os pequenos poderes daqueles que controlam as entradas e saídas, ou seja, trabalhadores que frequentemente convivem na mesma quebrada que ele. Às vezes aflora nele um sentimento de revolta, de dar um basta em situações que lhe são verdadeiramente humilhantes, como um evento internacional, patrocinado pela montadora Audi, em que ele foi o único palestrante a não ser buscado em casa. “Só chama pra não ser criticado, só pra ser cota? Eu tenho a fala pronta, mas aí o que eu fiz? Que nem um cara da Globo falou pra mim: ‘mano, eu sei que é duro, mas dá risada. Mano, dá uma risada’”. De fato, sua resposta foi manter o “profissionalismo” e “dar seu melhor”, e seu comedimento tem lhe valido a possibilidade de muitos outros convites, para os quais se disciplinou para dormir e acordar cedo. Mesmo que ele não tenha esquecido o episódio.

Ah, cê chegar numa palestra e a pessoa achar que você veio entregar documento. Você é o palestrante zica da noite, aí se chega no bagulho é o quê? Entrega de documento? Cê chega pruma reunião com o diretor, com o presidente, que o cara vem aqui comer com você, aí cê chega numa reunião, “mas é o quê? É entrega? É motoboy?” Caraió...

E na hora, o que você pensa?

Ah, dá risada, que às vezes é uma pessoa igual nós! Entendeu? Uma pessoa igual a gente, mano. Me discrimina, mas pega ônibus comigo no mesmo ponto pra ir embora pra quebrada. É foda, que o bagueio é loco. Pra você ver como é a eficiência dos caras. É zica, mano. Institucionalmente, o racismo estrutural ele tem uma estratégia sinistra de neutralizar o outro, entendeu? É foda, várias vez.

[...]

Você acha que desde esse evento da Audi melhorou o tratamento com você?

Ah, melhorou, porque eu falei “mano, ceis não mandaram nem um carro pra mim?” depois que eu fiz mais sucesso do que o dono do evento no bagueio? Mano, todo mundo parava pra falar comigo, eu não tinha um minuto de sossego. Minha boca dóia, meu maxilar, de tanto que eu falava. Só que eu tô num momento da minha vida, com a minha filha, que eu não posso ficar pagando de vida loka no bagueio. Cê acha que eu não quero meter o Mano Brown? Mas não dá, olha o *bang* que nós tá envolvido, mano. O *bang* que nós tá envolvido é muito grande. Tem um cálculo.
(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

Há momentos em que João parece desanimado. Seu esforço de vender a periferia para o Centro tem seus momentos de frustração, sobretudo quando um evento que ele articulou não tem a adesão “do outro lado da ponte” que ele esperava. João espera atender as expectativas de quem procura o “autêntico” sujeito periférico, vítima da violência estatal, politizado nas lutas por reconhecimento, mas distante da “velha política”. E, evidentemente, o perfil empreendedor e otimista que, somado a outros como ele, promoverá a pacificação das quebradas. Aliás, a maneira como se refere aos seus vizinhos de periferia e aos universitários que *visitam* a periferia é curiosa. Perguntando sobre o impacto social que traz para a comunidade, ele usa os segundos como exemplo, que cruzam a ponte para conhecer sua tecnologia social – um sinal de que seu empreendimento tem alcance –, enquanto os primeiros ganham frequentemente o epíteto de “zé povinho”, à maneira dos Racionais MC’s.

Quando foi que você começou a perceber que estavam fazendo diferença?

Ah, mano, quando a gente começou a receber pessoas de outras classes sociais, né, no nosso dia-a-dia. Você marcar a vida de pessoas. Cê num sabe, a pessoa te encontrar outro dia e falar “nossa, depois daquele dia lá, mudou minha vida”. Caraio, mano, um bagueio que foi só uma cerveja! Tá de brincadeira, né? “não, mano, depois daquele dia lá, larguei tudo e hoje sou consultor e ganho mais dinheiro que você” Só falta falar isso, tá ligado? [risos]. Mas as pessoas têm gratidão.

[...]

O Mano Brown fala muito dessa coisa da inveja também...

É foda, caraio... E por causa dos bagueio lá do preconceito invertido, entendeu? [...] Ah, a pessoa te trata mal. Cê vai num restaurante, um garçom da quebrada, ele não aceita que ele tá te servindo, ele prefere servir um rico. Na cabeça dele, é melhor servir um rico que um pobre, porque ele queria estar ali também.

E o que causa isso?

É o racismo institucional, estrutural. Cê já viu *Corra?* Que que é o cara? É a mídia, é a meritocracia, “eu venci, eu sou foda, meu patrão é foda”. O Gamão? É chamado de vagabundo. Se ele tem 30 anos, 20 anos ele foi chamado de vagabundo, que não presta, cheirador de farinha, de maconha... por que você acha que a gente tem contato com a Globo? Nós coloca a Globo porque nós gosta de passar lá na Fátima Bernardes, que aí o zé povinho olha nós e fala “caraio!”. Esse é zé povinho, esse tá assistindo o bagueio. Quando nós aparece lá... que nem, procê ver como a gente usa o bagueio, *hackeando* o bagueio a nosso favor.

[Mostra uma reportagem no celular sobre o grafiteiro Gamão]

Olha quanta visualização! Então o zé povinho vê nós passando, “nossa, ó os cara!”. Num chama mais de vagabundo, entendeu? Falava que era bagueio de vagabundo, que era bagulho de maconheiro, que era bagulho de bandido... o prefeito falava que aquilo não era uma coisa legal... cê foi lá, cê viu!

(João Vicente, 30 anos, Campo Limpo, empreendedor social)

O impacto que parece valer a pena é o que é percebido pelo outro lado da ponte,

mas ele mesmo reconhece que essa tal classe média que o visita no Campo Limpo são pessoas *blasé*, que não se impressionam muito com ações importantes na quebrada como pintar o muro de uma escola. Sugere, assim, que para levá-las até lá é preciso realizar eventos que sejam interessantes para elas, e não necessariamente para a quebrada. O retorno para a periferia, espera ele, virá em outro momento e na forma de dinheiro e projetos, ou “contrapartida”, como prefere dizer. Contudo, o que mais impressiona é a sensação de que seus inimigos estão mesmo é do seu lado da ponte, os zé povinho que não acreditam no seu trabalho e a quem ele deve responder à altura, “hackeando” o sistema a seu favor – mas contra eles. João vive, assim, entre dois mundos, e seu *coworking* instalado bem no meio: quando se refere ao futuro do seu empreendimento, ele expõe uma visão utópica de um “*Woodstock*” da periferia, que é como todos que fizeram parte irão se lembrar. Mas diferente do seu modelo americano, um festival motivado pela luta contra uma guerra imoral do outro lado do mundo, o Vietnã de João fica logo ali, no “capitalismo carnificina sinistra” que ele vê pulular nas suas redes sociais.

Durante todo o tempo que acompanhei o trabalho de João Vicente, testemunhei seu talento para articular parcerias e, com seu carisma incomum, levar para a periferia nomes conhecidos no mundo do entretenimento, como jornalistas, atores, músicos etc. Em dezembro de 2021 foi a vez do chef Alex Atala fazer a sua aparição. No primeiro fim de semana do mês ele prepararia com a mãe de João um cardápio de moquecas de peixe e vegana cujo propósito seria arrecadar recursos para projetos de combate à fome. O convite informava que era preciso fazer reservas, que seriam aceitas até as 17h. Em relação às minhas primeiras visitas, o profissionalismo da equipe chamava a atenção. Cheguei por volta de duas horas antes, e na minha mesa repousava um bilhete escrito à mão com o recado “Henrique Sociólogo” em caneta azul, mas o evento não estava lotado, apesar da presença em pessoa do chef, que circulava sorridente pelo local atendendo a pedidos de *selfies*. Conforme a tarde avançava e uma roda de samba se organizava, o evento ficava mais vazio, restando os manos de João, empreendedores da quebrada.

Asas ao sonho

Desci do trem naquele domingo com uma sensação de desconforto que ia além do cansaço dos dias seguidos de trabalho de campo. Para deixar a atividade um pouco mais “desafiadora”, foi o dia mais frio do ano em São Paulo, com garoa e temperatura por volta de 12°C, mas na estação Grajaú da CPTM a intensa aglomeração de viradores era a mesma de sempre e não me permitia muitas queixas. A alguns quilômetros dali estava o meu verdadeiro

destino naquele dia tenebroso. Patrocinado pela companhia de bebidas Red Bull, aconteceu em agosto de 2019 no distrito da zona sul o Festival Amaphiko, que contou com palco para shows, um tablado que abrigou os debates da tarde, e um grande bar posicionado na entrada da praça que vendia os produtos da marca. Em uma arquibancada lateral, um público majoritariamente jovem e negro ocupava o espaço, e circulando pela praça o engajamento se via em praticamente tudo, com exceção daquela ilha de bebidas energéticas que lhe dava uma cara de balada. O debate reunia algumas figuras importantes do empreendedorismo periférico, em que a denúncia do racismo estrutural era acompanhada da exortação a enfrentá-lo pela inspiração “ancestral”. Por sinal, o evento, tinha como *slogan* a expressão Futuro Ancestral, e era acompanhado por muitos parceiros de aceleradoras e fundações.

Amaphiko, no idioma zulu, significa “asas”. Segundo o site do festival, “foi inspirada nessa palavra que a Red Bull iniciou um programa global com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de pessoas e projetos que podem gerar impacto positivo na sociedade”. Coincidentemente ou não, o *slogan* da empresa é “Red Bull te dá asas”. Anualmente, a empresa seleciona algumas dezenas de *fellows*, empreendedores que já tenham um projeto engatilhado ou em andamento, e que se destaquem pela inovação de suas propostas.⁹⁷

Na outra ponta dessa relação, a dificuldade de acessar esses espaços para a grande maioria dos empreendedores da periferia fica nítida. Relegados aos cantos e ruas laterais, não mais do que 20 empreendedores, entre artesanato, moda e gastronomia, disputavam algum destaque, fomentando protestos de alguns deles. O baiano Felipe, de 31 anos, é formado em design gráfico e estudou a vida toda em colégios particulares. Foi morar na zona leste de São Paulo já adulto, e faz o périplo das feiras de empreendedorismo social pela cidade. Felipe faz artesanatos que comercializa em uma loja colaborativa voltada para afroempreendedores enquanto tira dos frilas sua remuneração principal. Diz que passar a vida inteira tendo chefe “é complicado”. Sérgio, de 27 anos, não teve sua proposta selecionada pela organização do festival e fazia um bico como atendente em outra tenda. Com a companheira ele faz artesanato inspirado na estética negra em sua casa no Grajaú, onde nasceu e cresceu, e com apenas nove anos de idade já trabalhava em feira livre. “Já comecei com empreendedorismo *de menor*”, graceja. Trabalhou em uma loja do Burger King, e depois de cinco anos em diversos restaurantes, deixou a vida de assalariado pelo empreendedorismo. Também começou a se interessar por reciclagem ao ver a situação da coleta de lixo na periferia. Sérgio hoje acredita estar atrás de seu próprio

⁹⁷ Disponível em: <https://www.redbull.com/br-pt/projects/red-bull-amaphiko>

sonho: “carteira assinada tem mais segurança, porém, a gente não consegue viver direito trabalhando assim todo dia, todo dia, todo dia pra sustentar um sonho que não é seu... é meio constrangedor”. Nas palavras do artesão, o empreendedorismo se justifica pelo que tem de *político*.

Não se trata apenas de fugir da precariedade, diz o discurso disseminado no circuito do empreendedorismo periférico, mas de buscar “um sonho”. Para algumas das trajetórias narradas aqui, é o peso da realidade do trabalho assalariado que atormenta, e para o qual o empreendedorismo traz um remédio, que pode ser incerto, inconsequente, imaginário. Só que em alguns casos, é o que injeta no sujeito uma esperança num futuro que pelos menos o liberta de situações de opressão e de abuso. Ana Luiza, de 34 anos, e Carla, de 38, criaram uma marca de acessórios voltada para o público negro e para o “empoderamento infantil”. A primeira é mãe de três filhos e mora em Guarulhos e a segunda vive na zona norte da capital, e tem um filho; ambas são professoras. Elas veem o seu empreendimento não simplesmente como um negócio, mas sim como uma forma de ativismo. Além disso, Carla também é *coach* educacional; seu sonho um dia foi fazer artes cênicas, mas desistiu dele quando percebeu que “não trazia rentabilidade”. Ela conta que, como trabalhava com crianças com deficiência, se especializou em lidar com “inteligência emocional”.

Ana é mais cética com sua profissão. Ao contrário de sua sócia, seu sonho era mesmo o magistério, mas a experiência na sala de aula não foi como ela esperava. Com certo mistério e voz tremida, Ana conta ter tido depressão “por processos em sala de aula”, que ela prefere não detalhar. Seu marido estava desempregado e nada parecia se resolver. De modo que ela resolveu seguir um mantra do mundo contemporâneo – “*na crise, crie*”, diz ela com um largo sorriso a expressar otimismo. Ana já não vê carreira como professora: essa expectativa ela tem agora como empreendedora, apesar de ainda não ter deixado a escola definitivamente. Indiferente em relação aos rumos da economia ou da política institucional, Ana prega que “temos que sobreviver”.

Cerca de um ano depois, com muito preparo, confiança e carisma, Ana se apresentou como “fundadora e CEO” de sua marca de design no estúdio do *Shark Tank Brasil*. Com uma linha de “papeleria étnico inclusiva” e de bolsas funcionais, ela defendeu que seu empreendedorismo não era por necessidade, mas sim por “cura”: perguntada por uma das “*sharks*”, ela contou ter sido agredida por um aluno em sala de aula, fato que explicava a depressão mencionada na conversa comigo. Não foi por isso que Ana recebeu uma proposta no programa e vendeu 30% da sua marca em troca de um investimento de 280 mil reais. Foi pela perseverança que mantém a utopia do empreendedorismo a todo vapor.

Um lugar ao sol

Em uma noite quente de outubro de 2019, fui até Interlagos para encontrar Vitória, umas das organizadoras do festival Amaphiko e moradora do Grajaú. A cervejaria artesanal que ela propôs era de uns conhecidos que faziam parte de sua rede e que, por sinal, apresentaram-na para um pessoal da Red Bull que cuida dos negócios de impacto social da empresa. Ela logo me apresenta seu cartão, marrom claro e decorado com motivos africanos, em que constava sua atividade como “produtora cultural”, “designer de sustentabilidade”, “facilitadora” e “astróloga”. Com 27 anos, Vitória tem muitas atribuições, nenhuma delas muito convencional para ser encontrada na Classificação Brasileira de Ocupações. Isso porque ela se recusa a ter “rótulos”, o que a impele a aceitar, para resumir, o de produtora. Tommasi e Silva (2020, p. 202) notaram, por sinal, que muitos indivíduos que circulam pela cultura de periferia acabam assumindo a ocupação laboral de produtor, mesmo que a “heterogeneidade dos sujeitos que se autodeclararam produtores culturais (alguns exclusivamente empresários ou administradores, ou seja, os que gerem o calendário de shows, gravações, entrevistas, atividades das bandas; outros também músicos, cantores, sócios)”. Influenciada pela mãe, funcionária pública aposentada que frequentava os sambas do Grajaú, ela acabou encontrando sua “tribo” no Centro de Artes e Promoção Social (Caps), onde ela formou com articuladores e artistas, por volta de 2012, um fórum de cultura local.

À época da entrevista, ela trabalhava em *home office*, “através do Google Calendário, Google Drive, estudo, trabalho... Minha rotina é normal, mas não faço coisas pros outros, eu faço pra mim” e fazia bicos como fotógrafa. No festival de empreendedorismo que organizaram no ano seguinte, ela e uma sócia trabalharam na mesma barraquinha de artesanato e alimentação vegetariana, e descobriram que tinham “a maior potência juntas”; são parceiras até hoje. E assim, “foi crescendo, demorou até a gente entender o que a gente estava fazendo, o que a gente estava produzindo, porque não tinha uma base teórica, tinha a vontade de fazer e tinha, também, a força da rede”, conta. A seus colegas empreendedores, Vitória se refere como “potências”. Seu objetivo naquele festival era reuni-las e ganhar dinheiro. Com o objetivo alcançado, ela e seus colegas se animaram: em 2017 realizaram uma nova edição da feira na Ilha do Bororé – na verdade uma península na represa Billings coberta de Mata Atlântica. Com o suporte da Red Bull, as feiras passaram de cerca de dez empreendedores para o dobro. Seu estímulo inicial? “Ver que a periferia tem grana”, diz. Falar de dinheiro, para Vitória, é um problema que ela alega ter superado; antes, sentia que “não podia almejar o dinheiro”, e devagar

foi descobrindo meios de romper com esse “tabu”.

Porque, assim, uma que eu detesto rótulo, não gosto, não consigo, hoje eu me sinto facilitadora, uma pessoa que facilita encontros, que facilita relações, que facilita acesso, acho que é isso, assim, então eu acho que é difícil me colocar numa caixinha porque eu vou saindo dela. Mas se for pra me definir em uma palavra assim, por opção, me vejo nesse lugar, produtora e tal. Mas muito mais que isso, eu acho que incentivo pessoas a acreditarem nos próprios sonhos, a acreditar em vocês mesmos, porque eu acho que a partir do momento que você acredita em você, você pode ser o que você quiser, você vai ser facilitadora, você vai ser “não sei quê, não sei quê”, então hoje eu acredito em mim. Então, se for pra eu acreditar em mim, eu acho que eu não vou precisar de rótulo. Isso é muito a nova era que me traz, que eu tô muito no futuro, olhando pro que o futuro quer emergir. *E o futuro não quer caixinhas*, entendeu? Então é melhor eu fazer isso agora, do que chegar lá na frente e não tá... Ah, mas eu falei tanto que eu era isso aqui, vou usar o seu exemplo, sociólogo, sociólogo, sociólogo... Todo mundo me vendo assim, e se eu quiser mudar eu não posso, porque tá todo mundo falando que eu sou isso. Então eu acabo me convencendo que eu sou isso. *Só isso*. A vida tem muitos números, os universos...
(Vitória, 27 anos, Grajaú, produtora)

Apesar da pouca idade, Vitória tem algumas histórias inusitadas para contar. Seu primeiro trabalho foi com o pai na imobiliária que ele tem no bairro de Pinheiros. Trabalhou por alguns meses com telemarketing enquanto tentava conciliar com uma graduação em Psicologia na FMU, que não concluiu. Fez alguns estágios quando, através do coletivo de permacultura de que fazia parte, conheceu a agroecologia e se mudou para um assentamento do MST em São José do Campos com 22 anos. De volta ao Grajaú, resolveu ser empreendedora, curiosamente por estímulo do pai, com quem começou sua trajetória no mundo do trabalho em uma função bem mais convencional. Por sinal, a ambiguidade de Vitória em relação ao empreendedorismo não se encerra na relação conflituosa que tem com o pai, como veremos adiante. Há na sua fala uma dissociação entre o empreendedorismo que pratica em suas feiras na companhia de outras “potências” como ela, e aquele que seria o ambiente original dele, o das empresas que, maiores ou menores, têm um planejamento estratégico que visa, mesmo que no longo prazo dependendo da inovação a que se propõe, o lucro. Apesar de não ver mais um tabu no ato de ganhar dinheiro, Vitória parece esperar algo mais quando se fala em um pretensão impacto social que aparece muito nas cartilhas corporativas.

É tranquilo lidar com empresa?

Não é tranquilo. As pessoas são boas, as pessoas, os intermediários, assim, são gente boa, são gente massa, mas a própria empresa não está nem aí pra nós, nós sabe disso. É o capitalismo, gente, eles querem vender as latinhas deles, não dá pra achar que todo mundo faz o que a gente faz, entendeu? Esse laço, essa coisa, não rola desse jeito. Mas as pessoas são muito bacanas, eu aprendi bastante, foi uma oportunidade também incrível... Mas é isso, não dá pra esperar muito, infelizmente, porque se a empresa realmente apoiasse o empreendedor, o negócio, meu, a gente estaria muito mais longe. Mas é tudo muito descartável, eu acho.

Descartável?

Você serve, você não serve.

Já teve empresas que rolou contato, mas que depois pulou fora?

Eu já estou acostumada com isso. Não era pra eu estar acostumada com isso, eu acho. Você acaba se acostumando porque senão você surta, cara. Mas não estou falando da Red Bull, até porque a Red Bull, diferente de várias empresas, deixou muitas coisas boas. Reformou o Centro Cultural, ampliou o espaço, melhorou, deixou o espaço bacana, sabe, pintado, arrumou o elevador, as salas, colocou sistema de proteção, fez várias coisas para o Centro Cultural, que é o lugar que mais conecta pessoas. Então pra mim isso... Qual empresa que fez isso? “Ah, eu queria ajudar”... Nenhuma! Acho que eles ganham pontos por causa disso. Ao mesmo tempo que tem suas limitações por ser uma empresa, eles também ganham por ser uma empresa.

(Vitória, 27 anos, Grajaú, produtora)

Por mais que Vitória alimente certas expectativas com relação ao apoio empresarial às suas iniciativas, ela também sente uma urgência de fazer acontecer, e para isso ela mobiliza redes que mobilizam outras redes. Sua percepção é a de quem se sente por vezes sozinha, e seus desejos se encontram apartados da vida real da quebrada. Ela responde a isso exortando que o desafio neste momento seria *despertar* as pessoas, “porque o *plano* foi tão bem arquitetado que a gente acaba matando os nossos sonhos”. Que plano?, pergunto. O do “genocídio”, diz ela, se referindo aos segmentos subalternizados da população que são vítimas dele, mas que muitos de seus pares na quebrada, amortecidos pela televisão, ignoram. Vitória entende o genocídio de maneira ampla, não somente como a ação violenta do Estado contra segmentos subalternizados. Mas se trata de “sonhos”, afinal, cujo agente de seu impedimento, a mídia, trata de exterminar. Esse sonho é o da autonomia, aqui encarnado no empreendedorismo.

Eu vejo que a permacultura, que abrange vários conhecimentos, como a agroecologia, por exemplo, de plantar a sua própria alimentação, a gente já fazia isso aqui [na periferia]. *A quebrada é um quilombo moderno*, então eu fico imaginando como não era a estrutura desse ambiente, geograficamente dizendo, antigamente. Como que a gente se mantinha, como era isso? Porque a gente virou novamente escravo do sistema, porque a gente virou uma cidade-dormitório, que a gente só pá-pum, porque a gente tem que acordar... Nesses dias eu ouvi uma mana falar uma coisa que me tocou muito forte, tipo pra você ligar a televisão às nove horas da manhã e a Ana Maria falar “Acorda, menina!”, o seu café da manhã já tem que tá pronto. E quem preparou o seu café da manhã? Como que foi a chegada dessa pessoa? Enfim, várias reflexões mais profundas. Então eu vejo assim, que o fato de se despertar... Se a gente conseguir despertar pra isso, a gente vai ganhar muito mais assim. Mas é o desafio. Porque está tão preso dentro dessa caixinha de televisão midiática, né, que não entendeu muito bem, mas assim, tem muitos empreendimentos, se você pegar e visitar sem fazer o pá-pum, você vai ver que é empreendimento de ponta a ponta, na avenida principal, de ponta a ponta é empreendimento, a galera faz um puxadinho dentro de casa pra empreender dentro de casa, pra virar negócio, pra não ter que trabalhar pros outros. *Quem é que gosta de trabalhar pros outros*, pelo amor de Deus?

(Vitória, 27 anos, Grajaú, produtora)

A contrariedade de Vitória com o trabalho assalariado é notável, e reflete a de seus

colegas que participaram do Festival Amaphiko. Mais do que isso, é chave para a compreensão de um tipo de vislumbre emancipatório do qual reveste-se o empreendedorismo contemporâneo – a ânsia de não ter patrão. No caso dessa variação “social” de que tratamos neste capítulo, ele vem com um acréscimo, o de que o trabalho só tem dignidade se servir a um “sonho”. Como observei na Introdução a esta tese, a busca por autonomia do indivíduo subalternizado é algo que tem valor em si. O que aparece como novidade aqui é esse propósito eloquente de *desmercadorização* – para os empreendedores sociais que estão na ponta, atender a uma demanda do mercado por algum produto ou serviço pode justamente ser o oposto do que *sonham* para suas vidas, pois esse engajamento vem saturado de idealismo.

Eu não vou falar que eu nunca vou sair da quebrada, porque eu já saí várias vezes. Pode ser que ano que vem, por exemplo, você me encontre em outro país, em outro universo. Eu vou me sentir culpada por causa disso? Não vou, porque eu estou levando a minha quebrada para outros lugares, eu estou indo com um propósito de somar mais pra mim, porque a partir do momento que eu estou fazendo pra mim, as pessoas vão ver assim “porra, é a Barbara lá do Grajaú!”, entendeu? Então o meu avanço é o avanço das pessoas. Eu acho que tem várias formas de impactar. Eu só acho que a gente precisa entender, num nível mais profundo, o que é e como fazer, sabe, e criar esse espaço de impacto. Mas acho que a minha vitória já é um impacto, porque não querem que eu vença. Então é isso.

[...]

O que você acha que vai acontecer [no futuro]?

Vai. Já tá acontecendo. Mas é isso, assim, estar atento e embarcar dentro disso, estar atento e caminhar para que esse futuro aconteça. E é também muito louco pensar no futuro porque... eu falei isso numa palestra que eu fiz lá na Unibes [centro cultural na zona oeste de São Paulo], dessa questão do futuro. Eu pedi pra galera fazer um exercício assim: quando você pensa no futuro, o que você pensa do futuro? Aí pensou várias coisas. Dentro desse futuro que você pensou várias coisas, você vê pessoas trans dentro desse futuro? Se você pensou e não pensou nas trans, você não tá muito no futuro, sabe, que acolhe, participativo no geral... Enfim, eu acho que a gente tem que começar a pensar mais no futuro... porque é isso, quando tudo acabar, sei lá, pode acontecer tanta coisa, véi, mas a própria natureza já está dando indícios que ela não está suportando mais as nossas irresponsabilidades, as nossas ignorâncias.... Ela não está mais suportando isso, então, quem é mais sensível sente, quem é mais sensível também quer transformar, quer mudar, que eu acho que é isso que o futuro quer trazer. É isso que eu penso. Nisso eu tenho uma convicção assim, não sei como vai ser, mas eu tô tentando ao máximo fazer coisas no agora pra honrar o passado e também pra acolher mais o futuro. Porque a gente só pode mudar o futuro fazendo o agora. Então é isso, a gente está olhando pro futuro, o futuro desejável, onde eu estou inclusa, onde o meu povo não sofre mais genocídio, que as mulheres possam ir e vir na hora que quiser, com quem quiser e como quiser, sabe, então eu me sinto bem subversiva e bem diferente nesses ambientes assim. Às vezes eu me sinto até sozinha. Por que quem está falando sobre isso?

Você se sente sozinha às vezes?

Às vezes sim. Nesses discursos, não sei se a galera entendeu ainda, ou não sei se eu entendi também. Eu tô falando, falando, mas...

(Vitória, 27 anos, Grajaú, produtora)

Por sinal, seu pai pode ter sido sua primeira inspiração empreendedora e sua companhia nos seus primeiros passos, mas não mais. Em 2018 rompeu com o pai por ele ter votado em Jair Bolsonaro para presidente. Uma virada e tanto para esse ex-militante petista, do qual Vitória se lembra bem pelas fotos que guardou, carregada nos ombros e vestida de vermelho em eleições passadas. “Cara, é difícil dizer, porque meu pai não terminou o Ensino Médio, mas é uma das pessoas mais inteligentes que eu conheço, que ele lê muito. Autodidata. Aprendeu tudo o que é de negócios lendo. É muito inteligente. Eu acho que é por causa da televisão”. Ela especula ainda que ele e suas irmãs mais velhas, que moram no Butantã, na zona oeste, vivem outra realidade e não se consideram periféricos, refletindo nas suas escolhas eleitorais. Mas o que salta aos olhos na sua explicação é o tema da ditadura militar. Porque ele expõe aquele que é um dos principais conflitos contemporâneos, a oposição entre discurso competente diante do olhar aferrado ao concreto, ao vivido. Enquanto seus pais viveram o período da ditadura e passaram por ele sem traumas evidentes – pelo contrário, sua mãe passou em um concurso público e a avó conseguiu realizar o desejo da casa própria naquela época –, Vitória tem um conhecimento que é *teórico*, aprendido através dos livros didáticos. Para ela, há ignorância na opinião de seu pai, que ela justifica com a condescendência de quem tem “estudo”. Ele, por outro lado, não abre mão do que viveu, minimizando o que havia da porta de casa para fora.

Meu pai votou [em Bolsonaro]. Rompi total. Defendendo armamento. Como é que você dialoga com uma pessoa dessas? Falando “será que a ditadura foi tão ruim assim?” Você fala, “meu, eu não tava lá, você tava”... Mas é isso. A periferia não sentiu os efeitos tão grandes da ditadura. Minha avó conseguiu comprar a casa própria dela nessa época... Então, assim fica mais difícil, na periferia é sempre mais difícil, mais longe pra chegar... o Brasil já é esse lugar, então imagina a periferia – *o atrasado do atrasado*. Mas assim, eu vejo que é ignorância. Eu acho que o Brasil é um país que tem uma memória muito, sabe... uma perda de memória recente... a história foi apagada também, de muita coisa, então... a internet também proporciona uma enxurrada de informação, você fica “Ai...”. É muita televisão na cabeça da galera também... Então não tem como competir com isso, velho, não tem... Não tem... Então, o que você pode fazer é suas *microcoisas* ali, estimulando um a um, como você pode... (Vitória, 27 anos, Grajaú, produtora)

Pois essa pressão do discurso competente acomete, por fim, a própria subjetividade de Vitória. Ela enumera os cursos de graduação que gostaria de fazer (continuar Psicologia, Filosofia, Pedagogia) porque, afinal, “precisa do diploma”. Não que essa escolha não seja importante, ou que não sirva para ela, algum dia, procurar um emprego assalariado (que ela por ora rejeita). É para se sentir mais qualificada para o universo do empreendedorismo social em que eleger viver, “pra contribuir melhor, né? A sociedade te ouve de outra maneira. O fato de

ter um diploma. Infelizmente ou felizmente”. Ela remete aqui à “micropolítica” celebrizada por Foucault (2004) e muito mencionada no contexto militante contemporâneo. É notável, por outro lado, como essa interpretação da política em alguns casos resvala em certo niilismo. Vitória relata nunca ter votado em um candidato, qualquer que fosse sua proposta. Nas primeiras eleições que participou, votou nulo ou em branco, e na de 2018, em que despontava Bolsonaro, nem sequer saiu de casa, não se sentiu “estimulada”. Tem certo apeço por Lula – que também “não é santo” – e afirma reconhecer sua contribuição aos desfavorecidos; poderia ter votado nele, caso estivesse na urna eletrônica. Mas, a rigor, sua opinião é a de que “o sistema já faliu... Acho que já faliu há tanto tempo e a gente está só... Porque eles têm tanto apego lá ao lugar onde eles estão, que já está arruinado há muito tempo. Vai ficar protegendo esse circo aí? Porque isso aí é um circo”.

Mais uma vez, cabe esclarecer que suas opiniões sobre política são perfeitamente legítimas e não nos cabe julgá-las. O que importa nesta análise é o conjunto de ideias que ela propõe como possíveis, e mesmo desejáveis, nesta quadratura contemporânea em que o empreendedorismo, com ou sem propósito nobre, satura a estrutura de sentimento em que vivemos. Esta é preenchida pela necessidade de “teoria”, que ela diz precisar para tocar seu negócio (que também é uma loja online de bolsas e acessórios) e que ela absorve através de mentorias; e virar definitivamente as costas para o trabalho assalariado, uma “escravidão moderna”, afinal. O empreendedorismo, por sua vez, constitui-se de “novas embalagens para antigos interesses”, como diz a frase do cantor Criolo repetida por ela, e por mais que tenha perdido a “magia” ao virar moda, está no cerne do seu sonho de, ao vencer, “proporcionar ambientes mais saudáveis para pessoas menos favorecidas”.

Vitória espera do futuro paz de espírito, prosperidade, abundância e riqueza. Sabe que é muito jovem, mas acredita que há muito tempo vem aprendendo. Tem sua própria definição de empreendedorismo, que o aproxima de seus ideais de vida. Por fim, ela espera e anseia pelo seu “*lugar ao sol*”, aquele em que “possa empreender sem culpa, só pelo dinheiro”. Porque a sua vitória, justifica, já é uma vitória para a quebrada.

Nóis por nós

Fundado em 2001 pelo poeta Sérgio Vaz, a Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia) se reúne semanalmente no Jardim Guarujá. “O silêncio é uma prece”, manda o recado dado no início das apresentações, abertas a qualquer um disposto a mostrar sua arte ao público que lota o lugar. Para chegar ao sarau, o ônibus percorre um bom trecho da avenida Luiz

Gushiken, homenagem ao sindicalista e ex-deputado do PT, acusado e posteriormente inocentado na Ação Penal 470, conhecida como o escândalo do Mensalão. Caminhando mais algumas centenas de metros ladeira acima, passando por tranquilas ruas residenciais, chega-se ao bar do Zé Batidão, onde estive pela primeira vez para esta pesquisa em julho de 2019. Com a noite quente e seca despontando, acomodei-me no bar ainda deserto, mas com a aparelhagem de som já montada e forró e sertanejo se alternando no rádio do bar. Aos poucos a casa foi se enchendo e se notou a presença de Vaz, que cumprimentou todos os que lá se encontravam. Os frequentadores tiravam *selfies* diante da faixa da Cooperifa, até que o recinto estivesse totalmente lotado, tomando inclusive a rua e parte da pequena praça logo à frente.

As cenas se repetiram quase integralmente nas outras três ocasiões em que estive lá nos meses seguintes. As apresentações se seguiam com disciplina, e por vezes temas afetivos e interpretações de clássicos do cancionário nacional surgiam entre os raps engajados com denúncias do racismo, da desigualdade social e da violência policial. Nessa primeira visita, além de acompanhar o sarau, tinha como objetivo entrevistar João Vicente, o que só consegui meses depois. O “alquimista” se multiplicava entre os espaços, sempre solicitado e bem recebido nas mesas e rodas. Ao longo da noite fui percebendo que a entrevista que havíamos marcado não aconteceria, mas João, como bom anfitrião, apresentava-me para outros manos, alguns deles empreendedores, fazendo-lhes a propaganda.

Nos saraus da Cooperifa, um dos pilares da tese do sujeito periférico, encontram-se também outros perfis, mas de olho na afinidade eletiva entre a identidade periférica e o empreendedorismo, o coletivo acena também, inclusive como forma de legitimação, para a realidade imposta pelo colapso do lulismo e para o autogerenciamento como saída de emergência. Além dos saraus, a Cooperifa promove periodicamente há doze anos, com apoio de editais públicos estaduais e federais, do SESC-SP e da Fundação Via Varejo, sua Mostra Cultural, que ocorre em vários pontos da zona sul e dedicou na edição daquele ano uma mesa específica sobre empreendedorismo, o que não impediu que o assunto permeasse as demais. Em novembro de 2018 estive com cerca de 30 pessoas em um auditório na Fábrica de Cultura do Jardim São Luís para acompanhar a fala de Adriana Barbosa, criadora da Feira Preta e uma das principais referências quando o assunto é afroempreendedorismo. Nascida na zona norte da cidade, Adriana hoje roda o país dando oficinas sobre o tema, das quais eu ainda participaria duas vezes depois disso, e naquela sexta-feira vestia-se toda de branco, uma prática que remete às religiões afro-brasileiras. Dona de frases lapidares, Adriana exalta as “potências empreendedoras” e a “autenticidade para superar a concorrência”. Sugerindo claro entendimento com relação à cidadania regulada, afirma, citando como exemplo a avó

escravizada, que o “povo preto está empreendendo há 130 anos”, e que “consumir de empreendedor negro é um ato político”.

Barbosa foi uma das precursoras no Brasil do conceito de *black money*, que prega a circulação do dinheiro prioritariamente entre a comunidade negra.⁹⁸ Reivindicando e ressignificando a experiência de seus antepassados, ela crê que seus pais e avós, além de formados em “sevirologia”, a arte de *se virar*, foram também empreendedores, e é assumindo essa condição e não *esperando* a vontade alheia que se descobrirá um caminho de autonomia. Formada em comunicação, sua trajetória exemplar nasce em um brechó depois da experiência do desemprego – ela trabalhava em uma gravadora musical –, vendendo as roupas que confeccionava (e as suas próprias), em feiras alternativas na Vila Madalena, bairro de classe média paulistano que já foi reduto da boemia (cf. SILVA, 2017). As palavras de Adriana, que têm servido de inspiração para centenas ou milhares de pessoas dispostas a buscar um *lugar ao sol*, ecoaram até a revista Forbes, que a indicou como uma das vinte mulheres mais poderosas do Brasil em 2020.⁹⁹

Foi num sarau da Cooperifa que conheci Maria Rita, de 27 anos. Não exatamente no sarau, mas na pracinha que fica na frente do bar do Zé Batidão e onde muitos frequentadores mais jovens circulam, geralmente com um copo descartável com cachaça, mel e limão em uma das mãos e o telefone celular, na outra. Tanto a pracinha como as ruas no entorno ficam tomadas pelo burburinho de gente que acabou de se conhecer, e novas redes se formam. Foi assim que João Vicente me apresentou a essa jornalista afroindígena cujo trabalho de conclusão de curso (TCC) na FMU tinha sido justamente sobre empreendedorismo periférico. De opiniões incisivas e raciocínio ligeiro, Maria se equilibra entre trabalhos fixos e *freelances*, toca um jornal próprio e faz militância. Começou aos 14 anos como jovem aprendiz de auxiliar administrativa na USP, onde trabalhou nessa função por outros seis anos. Formou-se em comunicação social com financiamento do Fies e começou a atuar como repórter e assessora de imprensa para um deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Também faz matérias colaborativas abordando o cotidiano da periferia para o Mídia Ninja.¹⁰⁰

⁹⁸ Uma definição mais completa é a do Movimento Black Money, um *hub* de inovação para inserção e autonomia da comunidade negra, que define seu propósito como “a disseminação da filosofia de descrença dos poderes/intenção do Estado no sentido de justiça e equiparação racial, além da promoção do associativismo entre empreendedores negros e comunidade negra a fim de fortalecer o afroconsumo e impactar a qualidade de vida de todos nós negros dentro de uma visão Panafricanista”. Disponível em: <https://movimentoblackmoney.com.br/quem-somos/>

⁹⁹ Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2020/03/as-mulheres-mais-poderosas-do-brasil-em-2020/>

¹⁰⁰ O Mídia Ninja é um braço do Coletivo Fora do Eixo, que ganhou destaque em 2013 com as manifestações de junho. Segundo o agitador cultural, parceiro do coletivo, ex-coordenador de juventude da prefeitura de São Paulo

Recentemente, concluiu que “hoje, eu não trabalharia tão cedo, porque eu acho que é uma coisa que bloqueia várias outras coisas”. Essa “coisa”, no caso, é o *mercado de trabalho*. Há cerca de três anos, Maria criou seu próprio jornal online, o que lhe abriu algumas portas no universo do *mediativismo*. Ela conta que, “pondo na ponta do lápis”, valia a pena investir no trabalho por conta própria, “sem passar raiva, sem ficar aguentando chefe te enchendo o saco”. Mas seu envolvimento com a pauta política em um dos jornais que estagiou também lhe rendeu algumas oportunidades, como a assessoria que ocupava na ALESP e que, no limite, pagava suas contas. Apesar de ser seu primeiro emprego formal, Maria rejeita em absoluto a ideia de ter uma carreira no sentido convencional do termo, escalando postos em uma empresa e esperando ser reconhecida no longo prazo. Por sinal, ela acha que “a gente tem que acabar com essa cultura de que ‘você tem que entrar no mercado de trabalho’”, e não hesita em se definir como uma *empreendedora*.

O que o empreendedorismo significa pra você?

O que o empreendedorismo significa pra mim? Ir além do que tinham imposto, do que tinham mostrado, né, porque... O que tinham mostrado pra você como padrão, porque você tem que entrar numa empresa e fazer carreira, e o empreendedor, ele consegue ir além disso, fugindo desse padrão, e geralmente fazendo alguma diferença. Só de não estar no formato comum, a gente já está fazendo alguma diferença, então, pra mim, o empreendedorismo é isso: você aprender a conseguir sobreviver à sua maneira, e sendo, teoricamente, fora do sistema.

Você falou de carreira. Você acha que é uma coisa positiva? Negativa?

Carreira corporativa?

Carreira como nossos pais costumavam pensar...

Eu acho uma coisa extremamente negativa, porque eu acho que é uma coisa que bloqueia, é você sobreviver e só trabalhar para ter dinheiro, tem tudo envolvido. Tem o seu psicológico envolvido, tem a sua saúde envolvida, e as pessoas não têm saúde hoje, em um ambiente de trabalho comum. Cada vez mais buscando *coaching*, as empresas... porque está todo mundo surtando, e esse formato, pra mim, é uma coisa que não funciona, eu não consigo, todos os dias, acordar cinco horas da manhã e ir trabalhar. Eu não consigo. E eu tenho que entender que eu não sou obrigada a isso. Então eu, sendo empreendedora, eu consegui muito bem entender e me colocar: não, você tem direito, sim, de ter uma rotina mais saudável pra você, que faz mais sentido pra você... eu, por exemplo, prefiro mil vezes trabalhar à noite do que durante o dia, e eu pude me permitir isso. Não é fácil, não é, mas eu tenho certeza que tem pessoas que se matam todos os dias trabalhando, acordando super cedo, pegando trânsito e ganham igual ou menos do que eu. Não é tão simples, é uma coisa que você tem que construir, mas é possível.

E carteira assinada?

Ah, carteira assinada, pra mim, nunca fez muito sentido, na verdade. Ainda mais agora, com essa reforma da Previdência. Pra mim, é uma coisa que eu não acho tão

na gestão Marta Suplicy e atual secretário de Cultura, Alexandre Yousseff, “o Fora do Eixo cria, portanto, uma geração que se utiliza sem a menor preocupação ideológica de aspectos positivos da organização dos movimentos de esquerda e de ações de marketing típicas dos liberais. É, como disse, o teórico da contracultura Cláudio Prado, a construção da geração pós-rancor, que não fica presa às questões filosóficas e mergulha radicalmente na utilização da cultura digital para fazer o que tem que ser feito” (YOUSSEFF, 2011, s/p).

importante, na verdade, porque eu acho que a gente pode viver de meios alternativos, e vivendo desses meios alternativos que você buscou, que você quis, é muito mais... traz muito mais retorno do que uma aposentadoria.

E você exerce quantas atividades hoje em dia?

Algumas. Hoje eu trabalho como repórter, assessora de imprensa, eu faço gestão cultural, faço fotografia... e até administração também. Essa questão financeira do coletivo sou eu que tomo conta também. Então, olha só como é muito mais amplo do que eu só estar cumprindo uma função ali. A gente tem várias coisas que a gente consegue fazer, que a gente tem habilidade pra fazer, e não é porque eu estudei para uma que eu não posso fazer outra, né?

(Maria Rita, 27 anos, Taboão da Serra, comunicadora)

Maria verbaliza com muita precisão o impulso emancipatório que ela e outros de sua geração periférica veem no empreendedorismo. De fato, trata-se uma apropriação *política* de um conjunto de preceitos que são exóticos apenas na aparência. A impregnação empreendedora vem de um reforço individualista diante não da precarização do mercado de trabalho, mas da *consciência* dessa precariedade. Sua trajetória no mundo do trabalho é relativamente curta, mas ela o percebe como uma prisão; mais do que isso, trata-se do próprio *sistema*. Portanto, torna-se um raciocínio lógico o de que empreender é estar *fora* dele, “ir além do que tinham imposto”. Assim ela destaca também a educação financeira, que dá poder ao sujeito popular de seguir pelo caminho da autonomia.

Então a economia popular, cada vez mais vista e mais estudada, como está sendo, tem um potencial incrível, porque as pessoas não têm educação econômica na escola, por exemplo. A gente é treinado, a grande massa, pra você ir trabalhar, se matar e gastar todo o seu dinheiro no shopping. O lazer do pobre é shopping. Então ele vai lá gastar tudo o que ele trabalhou o mês inteiro. E, tipo, entender que tem algo além disso, entender que você pode gastar num lugar que vai ajudar outra pessoa, é muito importante, muito importante mesmo.

[...]

De um modo geral as pessoas pagam as contas. Pagam o aluguel, porque a maioria mora em lugar ocupado ou paga aluguel. Paga as contas, aí um mês deixa de pagar a de água, no outro mês deixa de pagar a de luz, porque tem que comer. Mas é isso. As pessoas trabalham simplesmente pra pagar conta. Não tem outra coisa. Não tem outra função o dinheiro, do que pagar as contas. É isso. Não é educado pra entender: “aqui é pra educação”, “aqui é pro lazer”, não. É pra pagar conta. Economia na quebrada é pra pagar conta.

(Maria Rita, 27 anos, Taboão da Serra, comunicadora)

Não é de espantar que tal percepção exista e esteja difundida com grande sucesso no mundo contemporâneo. Vemos ao longo de toda esta tese trajetórias de pessoas de perfis variados em busca de autonomia, ansiosos pela perspectiva de não se submeterem a um patrão e trabalhando exaustivamente em seus negócios próprios, como quem acaba de encontrar um oásis e se afoga em suas águas. Mas Maria, assim como os demais interlocutores que compõem

este capítulo, revelam aspectos muito particulares da experiência periférica. São nascidos em São Paulo, em média mais jovens, mas também começaram mais tarde a trabalhar, em ocupações não tão fatigantes quanto uma infância passada na roça, por exemplo, e resolveram muito cedo que não queriam para suas vidas uma carreira convencional, com direitos trabalhistas e uma aposentadoria. Veem o mercado de trabalho como uma conspiração para os manterem dominados, reprimindo seus talentos e sonhos. De modo que qualquer contexto em que participem e que exista uma situação de subjugo lhes causa grande sofrimento, “porque pra mim o capitalismo não é bom em nada. Ah, tem capitalismo consciente... Capitalismo sempre oprime alguém. E eu me sinto culpada de estar oprimindo alguém”, nas palavras de Maria.

A recusa a situações de subordinação, ocupações mal pagas e humilhação podem indicar alternativas muito poderosas à precariedade estrutural brasileira. Assim como é admirável que tal inconformismo se imponha à tradicional acomodação ao sofrimento, tão comum na classe trabalhadora encharcada de catolicismo popular. Contudo, há um aspecto não menos relevante que deve ser ressaltado e que está no âmago do empreendedorismo periférico: essa notável politização tem origem nas matrizes discursivas que Sader (1988) já havia identificado em meados de 1980, qual seja, a Igreja Católica, o sindicalismo e o marxismo acadêmico. Estão, portanto dentro de uma cultura residual que ainda perdura na zona sul na medida em que muitos daqueles “novos personagens” se mantiveram fiéis a suas causas o suficiente para transmiti-las a seus filhos. É o caso de Maria, hoje adepta da umbanda, mas que cresceu em uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em Taboão da Serra. “Hoje normal, mas, na época, tinha um padre super progressista, e aí ele trouxe o movimento eclesial de base pra igreja, e foi quando eu me envolvi com o MST, MTST, comecei a participar da Pastoral de Fé e Política, entender como funcionava”. Seu pai foi candidato a vereador pelo PT e ainda acompanha a política, assim como sua mãe. Maria, aliás, era filiada ao PSOL, lulista fervorosa e via nos programas sociais do governo do ex-presidente, sobretudo para a educação, projetos “revolucionários”. “Quando que você viu preto no Mackenzie?”, pergunta retoricamente.

Percebe-se pelas histórias destacadas aqui que uma boa parcela da legitimidade social conquistada pelo empreendedorismo na periferia advém de um sentido próprio, atribuído por jovens que tiveram na família alguma militância pretérita. A politização precoce de Maria instiga nela um espírito insubordinado, mas em uma conjuntura nacional de afirmação do reacionarismo, ela muitas vezes se vê falando entre poucos ao perceber que a pluralidade que existe na periferia não necessariamente é favorável às suas posições, assim como a cultura periférica. “Porque a cultura na periferia, apesar de estar na periferia, ela é elitizada. Não é todo mundo que tem acesso, e mesmo quando tem acesso, as pessoas não entendem aquilo como

cultura, não entendem como diversão, acham chato vir no sarau... o sarau está na quebrada, mas a pessoa da quebrada não vem no sarau”, lamenta.

Maria percebe na educação, não necessariamente a educação formal, o poder de reverter o que vê como falta de consciência política da população; assim como o jornalismo, que ela entende como uma “ferramenta de transformação social”. Tanto engajamento tem o efeito colateral de recrudescer um discurso competente que, além do mais, funciona como vetor de distinção social. No Brasil do final da década ela só via “calamidade” e motivo de vergonha, e se pudesse deixaria o país – apesar de admitir o clichê, iria mesmo para Cuba. Não que a tragédia a surpreenda, pois, como militante, “a gente sabe o que a gente encontra na rua todo dia”. Por que votaram em Bolsonaro?, pergunto. “Porque elas são alienadas”, ela responde sem sombra de dúvida. Maria minimiza as crises econômicas que o país vive desde 2015 mencionando o exemplo dos Estados Unidos, pois aqui foi “muito suave”. “Acontece”, diz, “isso é economia. As pessoas não têm noção de economia, e acham tudo um absurdo. Mas se a gente tivesse educação econômica, as pessoas teriam essa noção”. Concedendo a uma certa cautela, ela acrescenta que não os julga por isso, mas rompeu relações com parentes e amigos “porque votaram contra a minha vida. Sou preta, sou bissexual, e tipo, tudo o que eu sou... sou jornalista, tudo o que eu sou é um atentado pra eles”. Por fim, demonstrando inconformismo com seus conhecidos, ela crê que tem “vivência”, “experiência” e “caminhada”, e que eles não a ouvem por má-fé.

Sua postura combativa se explica diante da sua trajetória, militante desde cedo e observadora das violências cotidianas contra as minorias. A política como refúgio certamente a poupa das companhias inconvenientes, mas nem tudo se resolve com essa escolha. Tanto o PSOL quanto o Mídia Ninja, que apesar de garantirem visibilidade para seus textos, causam-lhe o mesmo desconforto, o de que “a maioria é branco, burguês. É muito fácil... Por exemplo, várias vezes eles pediram pautas pra mim, pra eu cobrir, e eu não tinha dinheiro pra condução. E, tipo, eles nem perguntam, porque não faz parte da realidade deles”. Mas mesmo com todas as adversidades, algumas dentro e outras fora da política, ela mantém a perseverança. Essa ela encontra, sobretudo, na sua comunidade de reconhecimento, empreendedores periféricos que distribuem sonhos pela pracinha diante do sarau da Cooperifa, que nos seus momentos mais comoventes, faz crer possível tomar de assalto o céu estrelado.

Cultura periférica é cultura que vem da periferia, que foge do que é padrão, que foge do que é bonitinho pros outros, que dá consciência e que mostra que, apesar de marginal, você tem o que oferecer. Apesar de não ter estudo, você tem os seus saberes. Os saberes não vêm só de forma acadêmica. Vêm de experiência, de vivência. De ancestral. E a cultura periférica traz tudo isso muito junto. E de uma forma, assim,

simples e rica, ao mesmo tempo. Cultura periférica eu acho que é o que vai salvar este país, ainda.
(Maria Rita, 27 anos, Taboão da Serra, comunicadora)

Anticapitalista

Encontrei Elisângela em uma noite agradável no Campo Limpo, em uma unidade relativamente recente do Sesc-SP em que se destacam as quadras de basquete e futsal e os containers coloridos, bem diferente das unidades centrais. Desde a minha primeira visita, ainda em 2018, vi muitos jovens se apropriando do local, praticando esportes e fazendo aulas de dança. Em um desses containers, que servia tanto de sala de estudo quanto de reuniões, conversamos sobre a trajetória que a levou ao empreendedorismo desde muito cedo. Por vocação ou por afinidade, Elis, de 24 anos, indígena e paulistana, desenvolveu uma habilidade notável para o mundo da gestão, que se manifesta em sua fala carregada de jargões empresariais, mas também numa percepção apurada da realidade da periferia e das estratégias adequadas para atingir seus moradores. O que chama atenção nela é justamente esse *pé no chão*: seus passos não são medidos por sonhos, e ela tem uma surpreendente disposição para esperar pelo momento certo para dar saltos maiores. Sua ambição é palpável, porque Elis sabe das suas limitações e do que precisará para superá-las. A principal é justamente aquela mais comum na quebrada, a insuficiência de capital para acelerar o negócio.

Elis tem um emprego fixo em uma instituição filantrópica que funciona no Capão Redondo, e lá ela trabalha com captação de recursos privados, além dos convênios com a prefeitura. É justamente a falta de capital que a força, neste momento, a ter um trabalho com carteira assinada. “Meu, eu não gosto de horário fixo, eu quero só empreender [...] mas eu gosto do dinheiro fixo. Viver sem ter certeza nesse momento pra mim eu não consigo”, declara, ciente das inseguranças que uma escolha pelo empreendedorismo traz. Outros motivos, contudo, se afirmam para ela, que não se baseiam na segurança da carteira assinada, mas em uma identidade que lhe parece moldada: “então ter um trabalho fixo hoje me garante poder ser empreendedora”.

Moradora do Jardim São Luís, Elis tem uma produtora de audiovisual com uma sócia fotógrafa e *videomaker*, mas que também é um brechó de moda sustentável. Elas adquiriram os equipamentos da produtora ao vencer um edital do programa VAI, cujo propósito era a criação de uma TV comunitária, e com o fim do projeto conseguiram manter a

aparelhagem.¹⁰¹ A partir daí, começaram a fazer pequenas produções locais e ensaios fotográficos exaltando uma estética periférica. A ideia do brechó nasceu da necessidade de “captar” mais recursos, já que os coletivos com que trabalhavam vivem no perrengue. No segundo ano de produtora, ela ainda funcionava muito à base da permuta por produtos e serviços com os comércios locais, uma prática que Elis valoriza muito, na medida em que permite driblar por ora a falta de verba de seus clientes. O dinheiro, diz, viria com a profissionalização do negócio.

Aí com os equipamentos que cresceram, a gente começou a tentar organizar de outras formas. Então antes era uma coisa muito marginal, era mais fotografia de evento de rap, de evento de skate, aí a gente começou a entender que não, que a periferia está em vários outros espaços desses. A gente continua frequentando os espaços culturais, eventos esportivos da comunidade, mas a gente tem tentado estar em outros lugares em que a periferia se encontra. Como por exemplo, a gente tá gravando uma vídeo-aula prum cara que tem uma empresa de marketing ali no centro empresarial, só que ele mora no Monte Azul [bairro próximo ao Campo Limpo], e a ideia dessas vídeo-aulas é como você montar o seu negócio com inovação. É um cara negro que tá fazendo uma aula de marketing pra poder vender o seu negócio. Então a gente vê um potencial pra onde a gente pode estar disseminando isso pra outras pessoas terem esse potencial também, e aí a gente começa a atingir outros públicos, além só da galera da cultura.

[...]

Aí falar um pouco do brechó. A gente tá tentando fazer editorial, fazer todo um kit... a nossa ideia é: “meu, se os boys consegue fazer, a gente também consegue fazer”, só que com a nossa cara, com a nossa identidade. A gente tá estudando o mundo deles, que é um mundo que na verdade é pra gente, porque eles ditam moda no [São Paulo] Fashion Week pra Brás poder vender adoidado. A transparência, sei lá, a moda é a transparência. A Fashion Week lança, os bolivianos costuram, e o Brás vende e a gente consome. Então como a gente olha pra essa transparência, constrói a nossa peça e a galera consome por um valor justo, sem estar explorando ninguém? Aí é um pouco disso. Tanto que o primeiro ensaio vai ser numa cooperativa de reciclagem, lá no lixo, é um pouco disso que a gente tem feito de negócio. Tem dado lucro? Não tem dado lucro, mas tem entrado uma remuneração, a gente tem pensado que é um investimento agora pra possível rentabilidade.
(Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

A trajetória de Elis é emblemática das transformações na vivência dos jovens da periferia na última década, que vão além da urbanização e do acesso a bens e serviços, já que esta sua geração conheceu esses avanços quando eles já estavam consolidados. Ela pertence a uma faixa formada *para a prática do empreendedorismo social*, essa em si uma mudança

¹⁰¹ O VAI TEC é um programa de aceleração de negócios promovido pela Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE Sampa) em colaboração com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Segundo o site da agência, “a Aceleração VAI TEC tem como objetivo apoiar e fortalecer empreendimentos que desenvolvem produtos ou serviços inovadores, que utilizem tecnologia como parte essencial do modelo de negócios. Serão selecionados até 24 projetos / empreendimentos que receberão mentorias, formação empreendedora, acompanhamento, acesso a redes de contatos e recurso financeiro de até R\$ 33.100,00 por projeto / empreendimento durante seis meses.”

vigorosa na relação das OSs com seus beneficiários.¹⁰² Frequentadora da Fundação Julita, OS sediada no Jardim São Luís, quando adolescente e beneficiada com uma bolsa para um curso pré-vestibular na Fundação Instituto de Administração (FIA), teve ali seus primeiros “*networks*” e “contatinhos”. Com 15 anos fez um curso de empreendedorismo em outra OS, em que terminou como “presidente da empresa” e sabendo o que era CNPJ, inscrição municipal, isenção de imposto, “tudo, porque a gente tinha que montar o contrato de abertura da empresa mesmo”. Aos 18, começou uma graduação em Relações Públicas na FAAP, pago pela empresa em que trabalhava na época como jovem aprendiz, “só que eu nunca me dei muito bem com hierarquia, e ao mesmo tempo [comecei a] pensar o valor do capital. Então quando você entende o valor de tempo dado e o dinheiro que não vem pra você, você começa [a pensar]: eu vou dar esse tempo inteiro pra mim”. Assim, fez apenas quatro meses de faculdade e largou o curso.

De volta ao seu bairro, começou a trabalhar como socioeducadora no Centro da Criança e do Adolescente (CCA) e a militar em um coletivo “anticapitalista” do PSOL, e essas experiências a animaram para o empreendedorismo. Para muitos observadores, essa afirmação pareceria contraditória. Na militância de extrema-esquerda, Elis conta que “foi pensando em estratégias de organização” e “entendendo como você consegue ‘gestionar’ as pessoas, porque eu acho que empreendedorismo e a gestão de negócios estão relacionados com as pessoas e como que elas se organizam pra fazer o interesse dar certo”. Adaptando e reunindo várias dessas experiências, ela passou a se especializar na captação de recursos, em que sua primeira iniciativa foi com um projeto social chamado Rede Jardim São Luís para fomentar coletivos que pensavam empreendedorismo na periferia, com financiamento das Casas Bahia. Assim, é importante apontar que, a despeito do incipiente saber escolar que nem chegou a completar, foi a *experiência prática* a principal motivação que levou Elis ao empreendedorismo.

Eu tive [empreendedorismo] na faculdade, mas eu tinha feito na Procter & Gamble quando eu tinha 15 anos. Eu fui selecionada. Gente, eu participo de tudo o que você pode imaginar, e eu achava nada a ver... Na faculdade eu tive Administração e empreendedorismo, um professor péssimo também, só que ali eu comecei a entender na prática porque tinha o dinheiro, ali eu comecei a ver como o dinheiro rendia ou não rendia também, tipo no que que ele estava sendo aplicado. E comecei a pensar em como esse dinheiro poderia ser benéfico pras ações reais. No coletivo na época esse era o foco. E aí comecei a ver que não ia dar certo eu ficar participando daquela rede, que era muito esforço pra pouco rendimento em coletivo, então eu fui pesquisar como fazer isso fora. Aí eu comecei a trabalhar na [organização social] Orpas, aí lá foi o boom dos dois pontos, tá? Por quê? Lá em entrei como educadora, só que nessa época eu já tava muito engajada em fazer alguma coisa que não fosse mais com crianças.

Eu já tava vendo que meu tempo com as crianças já tava dando, que eu tinha potencial

¹⁰² Como assentiu meu interlocutor do projeto Arrastão, para quem era uma imposição da realidade que a OS se reinventasse para esse objetivo.

pra outros lugares, já tinha estudado muito pedagogia periférica, já tinha feito muitos debates sobre isso, mas eu já tinha visto que não adiantava eu educar a criança se quando a criança crescesse ela não tivesse outras oportunidades na vida. Aí eu tive uma vivência na Biblioteca Djeanne Firmino, que é uma biblioteca popular, com o Tião Rocha, que é o maior educador do Brasil. Assim, pra mim, ele supera Paulo Freire.

[...]

Aí ele foi dizer que não adianta pensar a educação se você não pensa a economia. Porque a educação, no sistema que a gente tá hoje, ela tem um serviço, que é te colocar num mercado que vai garantir seus direitos a partir do capital, porque é assim que funciona. E aí ele começou a pensar formas criativas dessa galera se sustentar na própria cidade sem que eles precisassem sair. E aí eu fiquei pensando: poxa, meu, é real, eu vejo muita galera que tava com a gente, construindo saraus, construindo vários processos culturais e políticos, não estão fazendo mais porque tiveram que ir trabalhar. Trabalhar pra outras pessoas, trabalhar em empregos escassos... E eu não quero fazer parte dessa estatística.

(Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

Tião Rocha é antropólogo e educador popular, criador do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), e conhecido pela “pedagogia da roda”. Em 2007, recebeu o Prêmio Empreendedor Social Brasileiro, concedido pela Fundação Schwab e pelo jornal Folha de S. Paulo. De uma conversa com Rocha, Elis conta ter tido uma revelação a partir de um episódio contado pelo educador, em que jovens de uma cidade mineira saíam da escola aos 17 anos para trabalhar no corte de cana, em um ciclo contínuo de renovação de força de trabalho. A partir de então começou a notar entre seus próprios amigos o destino para ela lamentável que ouvira da boca de Rocha. A verdade é que, para Elis, importa pouco se um trabalho é com carteira assinada ou não, se ele for um trabalho precário – e para o jovem da periferia, é provável que seja. Assim, é da potência desperdiçada em ocupações que servem apenas para o mínimo sustento que ela interpreta o empreendedorismo.

Lá na ONG tinha um banco comunitário que funcionava, inclusive a Cooperifa aceitava a nossa moeda, e aí eu comecei a “gestionar” isso, a pensar como a economia do bairro funciona, como a gente deixa a economia aqui dentro, como a gente consegue fazer empréstimo, como a gente faz investimento, tudo isso, com essa moeda, que era o Quilombo, o nome era Quilombo. E aí também tinha alguns eventos que aconteciam e que, nesses eventos, a gente fazia venda de brechó, de livro, de disco, de CD, de comida, então como que a gente faz a galera gastar com a gente o que tá gastando com os outros? Em vez de você comprar um McLanche Feliz, por que você não compra o nosso hambúrguer que é artesanal? Aí eu comecei a pensar algumas coisas. Que é: a gente não tem consciência de consumo, a gente não sabe pra onde vai esse dinheiro, quando vê, já foi, e esse dinheiro está indo pras mesmas pessoas. E essas mesmas pessoas são as pessoas que nos contratam pra fazer o que a gente sabe fazer, e eles vendem. O cara que faz o hambúrguer pro McDonald’s, ele sabe fazer o hambúrguer, só que ele faz o hambúrguer pro McDonald’s. Então, como pensar formas de conscientizar a galera a abrir o seu próprio negócio?

(Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

Essa função utópica do empreendedorismo que satura a estrutura de sentimento de um conjunto crescente de jovens como Elis é o que escapa a muitas análises que ficam restritas à crítica da ideologia. De fato, ela passou por uma série de “aparelhos ideológicos” ao longo da sua curta trajetória que certamente tiveram alguma influência em sua subjetividade, mas foi a vida real, a vivência na quebrada com gente “pronta pra brilhar e passando fome”, com amigos que abandonaram seus coletivos de cultura ou de militância para fazer hambúrguer em um *fastfood*, que lhe acenderam um alerta. Militância, aliás, que lhe trouxe muitos aprendizados, mas também muitas frustrações, e essa experiência também ajudou a moldar seu modo de ver o mundo do trabalho. Seu coletivo era formado majoritariamente por universitários de classe média-alta, de acordo com Elis, de modo que eles não compreendiam as necessidades básicas de quem era da quebrada. Ela chama a atenção para comportamentos que, sugere, não faziam parte da sua cultura periférica e que lhe criavam certa contrariedade, como o “consumo liberal de drogas”; quando ela apontava a contradição, era chamada de “proibicionista”. Seu afastamento do coletivo também foi motivado pela incoerência que via em seus antigos colegas: depois de muitos anos de oposição de esquerda ao PT, com a prisão de Lula a posição mudou, para ela, repentinamente, e o apoio ao ex-presidente não lhe caiu bem. Com a vitória de Bolsonaro em 2018, Elis resolveu desistir. “Meu, será que é válido eu gastar minha energia ridicularizando as piadas que ele faz, ou será que é melhor eu, nesse meu universo particular, que eu resido, e que eu impacto, fazer algo que muda?”, pergunta, sem ter muita dúvida da resposta.

Como temos visto neste capítulo, a relação com os “boys” é sempre ambígua, alternando sentimentos de rejeição com uma espécie de “*networking*” necessário para que empreendimentos de maior valor agregado possam se estabelecer, como a produtora de audiovisual de Elis, que para começar a gerar capital, depende de ser contratada pelas agências que ficam no Centro/zona oeste. Nessa ambiguidade repousa tanto ironia quanto ressentimentos. Elis acreditava na proposta, se engajou, mas não deixava de reconhecer as incoerências, que em certo momento se tornaram insustentáveis. Seu único momento de empatia com seus ex-colegas, não à toa, ela dedica a um vizinho da quebrada, militante do mesmo coletivo e formado em Filosofia, que diferente dela, não prendeu seus pés ao chão.

Então, eu estudava na FAAP, e aí tinha um menino da minha turma [...], e ele era muito afobado. Tipo, “ai, o comunismo...”. Sabe, uma ideia... Não, me irritava... e ele tinha um apartamento da avó dele... dei uma regulada de verdade. Aí ele falou assim: “ah, meu, tem um grupo muito da hora, que tem uma galera do seu bairro”... “Do meu bairro?”... Ele falou uns nomes, eu não conhecia ninguém. Aí ele, “vou te apresentar”. Aí nós fomos pro [bar] Buraco do Padre. E aí tava geral, e aí tinha umas pessoas que

eu não conhecia e que eram realmente do meu bairro, tipo o [...], da rua de cima da minha casa. [Ele] é um moleque maravilhoso que, inclusive, está internado por saúde mental. Então, isso pra você entender o ritmo que o [coletivo] teve na nossa vida. [Ele] é branco, tem uma condição na quebrada melhor, estudou na USP, Filosofia, se formou... Mas ele era aquela pessoa que se dava pro rolê, ele acreditava na Revolução, então eu acho que o Bolsonaro deu um bagulho nele...

[...]

Por exemplo, pra eles era fácil fazer um ato às duas horas da tarde na Paulista na segunda-feira, porque eles não trabalham, porque eles moram do lado, porque eles têm dinheiro pra comprar a breja no boteco, no bar depois... E a gente não tinha, então a gente tinha que fazer muita campanha financeira pra poder... sei lá... ir pro Rio de Janeiro. Fui três vezes, mas nas três vezes tive que vender bombom, a gente teve que pedir no farol, sabe, várias coisas que hoje eu penso assim: “mano, pra que isso?” [...] Mas isso me fez pensar em como a gente consegue fazer a grana mesmo, é possível... (Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

O fato é que esses jovens aprenderam economia, a pôr as suas contas em ordem e planejar os próximos passos. Com essas experiências na bagagem, combinadas com seus conhecimentos de gestão, Elis se posiciona entre o ativismo e o negócio, pensando estratégias que sejam fiéis aos seus princípios de sustentabilidade – com um ou outro perrengue no processo –, mas que tenham também potencial de criação de mercado. São os chamados negócios de impacto social, ou setor 2,5, como vimos no começo do capítulo. Então, para ela, a conexão entre assegurar representatividade de gênero, raça, orientação sexual e local de moradia nas suas produções é não apenas uma forma de exaltação de princípios de justiça social, mas um *ativo*, uma garantia de autenticidade que dá um selo sustentável para seu empreendimento. Autenticidade que, afinal, também gera valor, como no caso de uma *rapper* com que trabalhou, ansiosa por exaltar uma identidade que considerava adequada com um clipe filmado em alguma favela de São Paulo. “Aí a gente falou que não ia fazer porque ela não é da favela”.

Eu falei: “eu entendo você ser do rap, você é do interior – ela é de Mogi das Cruzes –, e você tem essa visão que o rap precisa ser sempre feito na favela, mas pra gente é interessante que você, enquanto artista, demonstre quem você é, você está tentando demonstrar algo que é o rap, você compõe o rap, é diferente, então a gente pode, sim, fazer um clipe impactante, um clipe que atinja a massa periférica sem ter que ser na favela, onde você não mora. Então eu não vou locar uma favela pra gravar sendo que você nem conhece essa favela, porque aí existe todo um cronograma de acontecimentos que tem nessa favela que você não entende, pessoas que você não conhece...” Elas vão abrir lá pra você fazer porque, para a comunidade, ela é aberta. Mas pra gente acho que não faz sentido, então eu acho que compreender a conjuntura dos fatos com os clientes e ser muito sincero é um diferencial nosso. (Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

Um notável senso de oportunidade também tem seu lado pragmático, como quando aceitaram fazer um ensaio para uma pastelaria, e a relação com a dona do estabelecimento foi

das piores. Mas, por ora, ela topa fazer o trampo mesmo quando ele não atende aos seus critérios de sustentabilidade. Ela sabe bem que, para tentar saltos maiores, precisa de um bom portfolio, por exemplo. Outro motivo decisivo é que a sócia de Elis não tem um emprego fixo e tira toda a sua renda da produtora. “É muito complicado... Mexer no dinheiro dela é muito complicado, e é esse contexto mesmo, periférico, que precisa do dinheiro pra subsistência, então não fechar o trabalho é não ter dinheiro pra ela”, reflete Elis, que mesmo assim se culpa pela “má gestão”, por ainda não ter uma solução para isso. Nem sempre é possível, e isso é claro para Elis, pois seu trabalho não pode ser desvalorizado, e muitos empreendedores surgem a cada dia se sujeitando a ganhar pouco por um serviço que é qualificado. Ela se chateia, mas entende que, de um ponto de vista mais ampliado, “quando a gente vê um país com 15 milhões de pessoas desempregadas, e aí a gente vê fotógrafos que fizeram faculdade, que têm uma câmera ótima, que tem potencial, cobrando abaixo do preço dele, a gente entende que tem um aluguel pra pagar...”.

São contradições que lhe causam alguns desconfortos. As marcas do passado militante ainda são sensíveis para Elis, que acabou se afastando também dos coletivos de cultura e se voltando sobretudo para a “galera dos negócios”, com quem não tem questões pessoais a serem debatidas, “e eu tô mais preocupada com o resultado do produto, de quantas pessoas estão sendo impactadas, que tipo de renda está sendo gerada...”. Com apenas 24 anos, Elis conseguiu formatar para si um estilo de vida que considera sustentável, que a permite apoiar as causas que lhe são caras, mas tirando de si as responsabilidades imputadas pelos outros, como os coletivos de militância e de cultura. Se esforça também para eliminar a tutela do trabalho assalariado. “As pessoas poderiam não trabalhar, né? Nessa ideia de trabalho, de lucro, de remuneração, se fosse outro modo de vida... mas como a gente tá nesse modo de vida hoje, dentro dessa sociedade e dentro dessa ideologia que tá dada, o trabalho, ele é dignidade”. Assim ela define sua situação hoje, e como vê a sociedade de modo geral, em que o empreendedorismo é um exercício de afirmação utópica de liberdade.

Algumas pessoas que tendem a realmente viver só fora desse estilo [assalariado] conseguem atingir a gente, conseguem conversar, porque o estímulo desse processo atual é você olhar pra quem tá com problema e falar “coitado, preciso ajudar”, e eu não acho que é “coitado, preciso ajudar”. É: olha esse potencial sendo desperdiçado, pra mim é esse o olhar. “Ai, meu Deus, preciso dar a cesta básica porque a pessoa não tem o que comer”. Não! Como eu auxilio essa pessoa a proporcionar o alimento dentro da casa dela? Esse é a virada da chave que os partidos não entendem. Acho que eles entendem na teoria, né, quando falam de políticas públicas pra emprego, pra abertura de mercado, pra assistência social.

[...]

Mas eu não acho que elas [pessoas em situação de rua] estão fora da sociedade porque elas estão em situação de rua, e sim porque elas não estão trabalhando. E não estar trabalhando, na situação delas, pode ser por diversos motivos, às vezes não tem a ver com estudo, não tem a ver com falta de experiência, de família. Muitos largam tudo e vão pra essa situação por conta de um contexto de não identificação com esse contexto de sociedade mesmo, eu não consigo entender, que são os resquícios dessa *mega faturação da vida*. Você fatura tudo, a grama vira faturamento, então eu não consigo ser faturamento, eu não tô dentro.
(Elisângela, 24 anos, Jardim São Luís, produtora)

Mas Elis não consegue se ver livre de todas as pressões da sociedade, ainda. É uma estrutura de sentimentos que atua do começo ao fim de sua narrativa, em que o empreendedorismo está no centro de um projeto de autonomia, com pitadas de discurso terapêutico. Pois Elis, aliás, tem sim um sonho, que é prestar Medicina – uma virada na vida que ela ainda não está disposta a fazer. De modo que, pragmaticamente, ela planeja tentar Administração de Empresas no próximo vestibular.

Sujeito periférico

O sujeito periférico é, frequentemente, um sujeito desconfiado. Em quase todas as entrevistas que fazem parte deste capítulo, percebi logo de cara, às vezes antes mesmo do primeiro contato pessoal, que minha posição de pesquisador criara algum ruído. Isso porque a “academia” não parece estar no auge da sua popularidade entre eles, muito pelo contrário. Assim como outras instituições sociais como as empresas de comunicação, que foram arrastadas para a vala comum no imaginário popular, as universidades públicas sofrem de rejeição semelhante entre os ativistas da quebrada. De modo que minha busca por esses novos “sujeitos políticos” – na expressão de Sader (1988) usada livremente aqui –, quando a abordagem não acontecia no próprio trabalho de campo, naufragava muitas vezes em um e-mail ou ligação nunca retornada. Em alguns casos minha paciência foi recompensada, não sem algum tipo de justificativa de agenda cheia seguida de uma advertência sobre a contrapartida social da pesquisa – lugar-comum do empreendedorismo social que foi, aliás, uma das minhas primeiras descobertas em campo.

Em uma bem-sucedida dessas tentativas – um mês e meio depois do primeiro contato e impreterivelmente naquele dia de setembro de 2019 –, cheguei na sede de uma “produtora de jornalismo da quebrada” tocada por três ex-colegas de faculdade moradores da periferia da zona sul, em deles o jornalista Júlio, que me recebeu depois de alguma insistência à porta do sobrado. O dia era nublado e a casa não muito perto da estação Grajaú da CPTM, a cerca de uma hora e meia do Centro da cidade, mais 25 minutos de caminhada pela avenida

Belmira Marin. Apesar de contar com os mesmos *fastfoods* e conhecidas redes de varejo das vias mais ao norte da periferia, a avenida é degradada, não conta com empreendimentos imobiliários e veículos em péssimo estado expõem toneladas de fumaça negra a cada quarteirão.

O entorno do sobrado de cor bege e muro alto aparenta o de um tranquilo bairro residencial, mas meu interlocutor fala da violência do Grajaú carregando nas tintas. O distrito quase no extremo da cidade, espremido pelas represas de Guarapiranga e Billings, é o maior da cidade de acordo com o Sistema Seade de Projeções Populacionais, com mais de 390 mil pessoas.¹⁰³ Segundo Júlio, a grande exposição que o Jardim Ângela e o Capão Redondo tiveram na década de 1990 teria ajudado a reduzir os índices de violência nesses distritos e alçado o Grajaú ao posto de região mais perigosa. A percepção da violência talvez seja maior do que a realidade dos números, que continuam apontando o Capão e outros três distritos vizinhos como os campeões de homicídios na capital.¹⁰⁴ Afastar a ideia de que a periferia não é apenas pobreza e violência, mas “cultura e potência” é uma pilar da cultura periférica, que contrasta com a reiteração da periferia como um espaço, basicamente, de insegurança, o que de todo modo se constituiu em estratégia discursiva (cf. D’ANDREA, 2013).

No ano 2000 um padre aqui da região e um grupo de jovens da igreja começaram a... ano 2000 foi logo depois que o Jardim Ângela, o Capão Redondo tavam muito em evidência por conta da parte de violência e aí teve muito investimento assim do poder público, várias organizações, empresas, todo mundo tava lá, fazendo projeto lá e aí por conta da mobilização popular também, né? E aí os índices de violência caíram mesmo, consideravelmente, e o Grajaú se tornou o bairro mais violento de São Paulo entre aspas e era mesmo assim, tinha gangues de rua...
(Júlio, 32 anos, Grajaú, comunicador)

Nascido e criado no Grajaú, Júlio, de 32 anos, fez graduação em comunicação social na Unisa (Universidade Santo Amaro). Sua trajetória no mundo do trabalho começou aos 14 anos como empacotador e depois balconista em um supermercado. Quando entrou na universidade conseguiu um estágio em uma conhecida ONG de defesa do consumidor sediada na zona oeste, onde ele teve contato prático com temas voltados à cidadania. Depois disso, estagiou também em uma redação de tecnologia e finanças, em um site de anúncios imobiliários, em uma revista de tecnologia e negócios como repórter e, finalmente, em um site de notícias sobre a América Latina. Há cerca de dez anos ele e outras duas colegas de faculdade

¹⁰³ Disponível em: <https://populacao.seade.gov.br/evolucao-populacional-msp/>

¹⁰⁴ Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em 2017 os cinco distritos com mais homicídios dolosos cometidos na capital foram, nesta ordem, Capão Redondo, Parque Santo Antônio, Campo Limpo, Parelheiros e Jardim Herculano.

decidiram fundar a produtora, descontentes em atuar no mercado de jornalismo em que não se viam representados. Desde então, Júlio atua como gestor de conteúdos na produtora e faz outros trabalhos *freelance*, nenhum deles com carteira assinada.

Cursou a faculdade com uma bolsa do sindicato dos comerciários e foi com essa experiência que ele e suas colegas começaram a questionar a representação da periferia feita pela mídia tradicional. “Que mídia é essa pra qual eu tô servindo? Que mídia é essa pra qual eu tô trabalhando? Que imaginário é esse que eu tô ajudando a construir exatamente falando de negócios, né?”, incômodo que ele estende também para a universidade. Enquanto exhibe os traços comuns de politização dos movimentos estudantis, Júlio carrega na defesa de suas pautas mais contemporâneas por reconhecimento, mas, por outro lado, vive uma realidade que desafia esses códigos. Ele mesmo admite isso, salientando o quanto a universidade lhe “aumentou o repertório” e o afastou, por exemplo, da sua primeira militância na Igreja Católica – lentes que passaram a acompanhá-lo também em seus trabalhos com jornalismo, quando ele precisava pegar o trem e encarar novamente a precariedade na volta para casa. Familiarizado com o circuito da cultura periférica da zona sul, ele remete ao poeta Sérgio Vaz em sua defesa de uma comunicação “deselitizada” e democrática, assim como a poesia que emana dos saraus do Cooperifa. A conversa caminhava para que ele contasse um pouco da iniciativa de começar a produtora (que é também uma agência de notícias) e qual seria a motivação do negócio, se equilibrando entre pragmatismo e idealismo.

O que a gente faz não é novidade, acho que o que tem de novo é o acesso à universidade que permitiu que a gente acessasse teoria e outros conhecimentos. Assim, o acesso à internet, que também permitiu que a gente se conectasse, por exemplo, com outros coletivos de comunicação que estão fazendo isso em outros lugares do país e essa articulação em rede. Então é isso – que aí tem questões – acesso a direitos, acesso a universidade de você conseguir ter um acesso maior, o aumento da renda que houve nesse período, isso permite a gente. Das próprias políticas públicas, a política do VAI, por exemplo. Hoje você passa em qualquer quebrada você vê o pessoal com computador, com câmera, isso daí foi tudo adquirido com política pública cultural, isso permite que a gente tenha acesso a esses meios de produção, que a gente consiga fazer coisas a partir disso, construir uma trajetória. Isso que foi uma transformação gigantesca, o boom dos saraus, né? Da cultura periférica como um todo...

(Júlio, 32 anos, Grajaú, comunicador)

O reconhecimento da periferia como pertencimento deu origem à cultura periférica, como vimos anteriormente, mas nesta tese chamei Júlio de *sujeito periférico* por um motivo mais específico: em certo momento da entrevista, ele próprio usa o termo para descrever a si mesmo. Provocado sobre o assunto, o jornalista da quebrada remete à tese de doutorado *A formação do sujeito periférico: cultura e política na periferia de São Paulo*, do sociólogo

Tiarajú D'Andrea, defendida em 2013 na USP e já mencionada aqui.¹⁰⁵ Com ela, D'Andrea parece ter confeccionado um código em que sujeitos políticos como Júlio pudessem se ver.

Como é que faz pra esse negócio ser sustentável?

Então, não sei. Ser sustentável de que forma? Porque tem um lugar que a gente quer chegar, que a gente acredita, que a gente questiona o sistema capitalista e tudo mais, a gente não acredita que... A gente acredita na nossa emancipação enquanto *sujeitos periféricos* e a gente não acha que isso vai se dar nesse sistema que é capitalista, é racista, que é machista, que é LGBTfóbico, que tem uma série de divisões, então a nossa busca é por superar isso. Mas, por outro lado, é o sistema em que a gente tá inserido também, então é muito contraditório, a gente fica tentando encontrar um meio termo, porque é isso, também não... no momento atual também a gente não espera que vai haver uma grande ruptura assim e os boletos chegam, né? Eu acho que uma necessidade que existe seria de mudança de imaginário a respeito do que a gente tem feito, sabe? Porque tem muitas barreiras que a gente está ultrapassando ao longo desses dez anos de, por exemplo, conseguir chegar nessas fundações [empresariais]. Conseguiu chegar, conseguiu acessar, a segunda é conseguir dialogar, a terceira é conseguir fazer com que eles entendam e ainda tem outra – que a gente ainda tá nessa, eu acho, de fazer com que eles entendam – e eu acho que a próxima seja fazer com que a gente seja remunerado com... conseguir convencê-los a nos pagar pra fazer o que a gente faz e que paguem bem, que também não dá pra dizer que a gente é bem remunerado. O que a gente costuma dizer é que *o nosso longo prazo é de três meses*, então a gente consegue se manter pelos próximos três meses e aí a gente tá correndo pra conseguir os próximos três, sabe? Como que a gente alarga esse longo prazo? Um longo prazo mais longo, porque ele tá muito próximo. Então é isso, é sustentável? Não sei, ele é sustentável por três meses, sabe? Mas de três em três meses a gente tá aí há dez anos.

[...]

Me explica, o que é o sujeito periférico?

O sujeito periférico, aí falando a partir do conceito do Tiarajú, Tiarajú D'Andrea, em que coloca o sujeito periférico como uma pessoa moradora, oriunda de periferias e que a partir do entendimento desse lugar que ela ocupa, ela começa a agir politicamente para transformar sua realidade. Hoje eu me entendo como sujeito periférico também.

(Júlio, 32 anos, Grajaú, comunicador)

É curioso, contudo, que esse seja um código sobretudo acadêmico e acessível a aqueles que detêm o conhecimento de sua decifração, no caso os universitários. Assim, Júlio reúne duas características não necessariamente contraditórias, mas que parecem vindas de dois universos constantemente em tensão, a periferia e a universidade. Na sua quebrada, ele admite ter ainda um “longo caminho” para que a produtora alcance um público maior; apesar de alegar falta de estrutura e recursos para isso, é na sua linguagem militante que parece se erguer o muro que o separa de seus vizinhos. Júlio tenta convencer (a mim ou a ele mesmo) que chegar na “Dona Maria, que vai na igreja do lado” é meramente uma questão técnica, de quem tem internet

¹⁰⁵ Feltran (2011) também já havia notado essas “modulações” características entre alguns de seus entrevistados, muito deles preparados para citar autores e teorias quando alertados de que se tratava de uma pesquisa de doutorado ou pós-doutorado.

adequada etc., mas o fato é que, mesmo superando esses obstáculos, “hoje ainda a gente fala com um público muito específico, que é um público que também é de movimento, é de coletivo, ou já tem um engajamento político, ou teve acesso ao ensino superior ou, enfim, é servidor público, tem muitos professores que acompanham a gente”. E assim, rapidamente sua preocupação com a Dona Maria se esvai e reencontra novamente o foco “nas questões subjetivas”, pois “a nossa luta é por devolver uma humanidade que o tempo todo nos negam”.

De fato, Júlio atende a um “critério básico” do sujeito periférico, o de que “estes jovens, ao não mais se sentirem representados por organizações políticas clássicas, como partidos, sindicatos e movimentos sociais, passam a fazer críticas sociais e a se organizarem politicamente por meio de coletivos de produção artística” (D’ANDREA, 2013, p. 136), reivindicando a legitimidade da representação de sua *realidade*. Para D’Andrea, o atributo “periférico” teria se superposto aos de “*suburbano, pobre, negro, e fundamentalmente, trabalhador*” (Idem, p. 142, grifos do autor), em que o reconhecimento da desigualdade urbana a partir dos anos 1990 em um contexto de desemprego crescente e neoliberalismo teriam eliminado o trabalho como categoria identitária central no horizonte popular. Embora a categoria “subúrbio” tenha seu valor explicativo para as ciências sociais, é forçoso reconhecer que ela não é “nativa” na São Paulo contemporânea, enquanto “periferia” é amplamente reconhecida.¹⁰⁶ Já a questão racial, pelo menos entre meus interlocutores que fazem parte do universo do empreendedorismo social, também costuma entremear as falas de exaltação da identidade periférica.

Contudo, “pobres” e “trabalhadores” funcionam em outra chave. Sem dúvida, para os mais jovens que “entraram em um mundo já revirado”, como diz Telles (2006), a afirmação de D’Andrea faz algum sentido, mas mesmo entre eles isso não é uma obviedade. Enquanto o sujeito de sua tese se caracteriza pela politização germinada do ativismo em coletivos de cultura ou na passagem pelo ensino superior, essa experiência passa longe de ser uma regra na periferia, como vimos nos capítulos anteriores. Assim, “sujeito periférico”, para Júlio, talvez seja uma identidade mais contemporânea, mas o que satura seu depoimento de conteúdo é mesmo a sua identidade de trabalhador, mesmo que ele seja MEI há muitos anos. Sobre seu passado com carteira assinada, ele ainda se vê como alguém de sorte em uma carreira marcada pela precariedade recente. “Eu meio que acertei na loteria, assim, e registraram minha carteira, mas a maioria das pessoas era PJ, essa sempre foi uma realidade pra jornalista, pra comunicação no geral”. Na CLT ele não vê desvantagem alguma, desviando o olhar do fato de que, para ter

¹⁰⁶ D’Andrea (2013) observa que a afirmação da identidade periférica pode ter sido também uma forma de diferenciação em relação aos punks, que inspirados pela luta de classes, preferiam se ver como suburbanos.

direitos trabalhistas, é condição no capitalismo ter um empregador; na dúvida, ele dispensou ambos. Por sinal, ele considera o epíteto “empreendedor” uma mentira, mas a realidade é que a sua escolha por deixar a CLT e não trabalhar mais para um mercado que o “desumaniza” e no qual não se vê representado, parte do mesmo desejo utópico por liberdade que impulsiona o empreendedorismo como estrutura de sentimentos. Assim, Júlio ressignifica a noção de empreendedorismo por necessidade, não mais uma saída de emergência para quem foi jogado no desemprego repentino, mas a busca por um sonho que não está no mercado de trabalho. Este se encontra, no fim das contas, na autonomia que está na base da ideologia contemporânea.

Faz muita diferença [não ter carteira assinada]. Eu hoje falo: eu não sei se eu vou me aposentar. É isso, não tenho essa ilusão mais, não consigo imaginar. Eu acho que faz toda diferença, eu sou trabalhador e eu acredito que os trabalhadores têm que ter seus direitos garantidos, mas assim, no meu caso foi uma escolha estar aqui e aí feita essa escolha... a gente não tem carteira assinada, mas a gente pensa muito em como que a gente garante minimamente a nossa segurança no trabalho, a nossa *saúde*. A gente tá em uma situação muito vulnerável, mas assim, é isso, foi uma escolha e a nossa luta é pra que isso seja cada vez... que tenha uma regulamentação maior, que a gente caminhe pra essa regulamentação maior. É isso, é um trabalho, se eu fico doente, o que que acontece.

[...]

Eu não me considero empreendedor apesar da gente... no nosso caso, a gente criou um negócio do zero, mas assim, é porque a gente fala que a gente criou o nosso trabalho, a gente criou o nosso emprego. Mas “nossa, é um negócio, que vamos lucrar, expandir e ter um modelo”, não, tudo o que... porque somos empreendedores natos, não. É fruto de uma necessidade, o trabalho que a gente quer não tá no mercado, então a gente criou o nosso trabalho e aí a gente busca meios pra conseguir se manter trabalhando com isso.

E o que você acha desses eventos de empreendedorismo social na periferia?

Eu acho que quem tá no corre, tá no corre, sabe? Tipo, assim como a gente tá, a gente tá buscando viabilizar o que a gente faz e acredita e que a gente sabe que tem uma motivação por trás disso que é *política*. Agora de quem financia eu não, eu não sei qual é exatamente o objetivo de quem financia. Quem faz eu não vou criticar, tá fazendo, sabe? É importante fazer, mas eu acho que tem que existir uma reflexão da nossa parte sobre quem tá financiando, não tô dizendo que “ah, não vou aceitar o negócio com o Itaú”, não, vamos conversar, vamos entender o que vocês querem, vamos ver se faz sentido e se não fizer sentido a gente tem que ter a possibilidade de falar que não faz, sabe? De negar e de dizer não, acho que esse é o... por isso que tem que ser feita uma reflexão.

(Júlio, 32 anos, Grajaú, comunicador)

Também é uma espécie de ceticismo aquele que abre mão do mundo ao seu redor, construindo uma realidade virtual em que temas recorrentes no imaginário progressista se tornem artificialmente a regra. É o que parece acontecer em alguns momentos com Júlio e seus colegas “sujeitos periféricos”, para quem a política, por mais bem-intencionada que ela seja, não serve para fazer a disputa da sociedade, mas para criar distinções e rótulos adequados para

a criação de câmaras de ressonância para onde o empreendedorismo social também aponta e ressignifica, penetrando nessas subjetividades. Cabe aqui a pergunta, se esses sujeitos periféricos de fato “hackeiam” o sistema, ou se estão sendo eles, na verdade, os hackeados. Mas na tensão entre a teoria que ele aprendeu na universidade e no ativismo e o pragmatismo que ele tenta relegar, algum elemento crítico sempre escapa. “Então, a gente tem que trazer isso pra essa reflexão coletiva, assim, o que que tá sobrando pra gente, né? De novo, o que que sobra? Sempre sobraram migalhas, né?”, diz das parcerias com empresas que são a marca registrada do empreendedorismo social, mas que ecoam também as opiniões de Ivan, da hamburgueria de Paraisópolis, para quem a Rede Globo não teria deixado nenhum “legado” para a favela.

A sensação de violência crescente na periferia não é exclusiva de Júlio e aparece em falas de outros interlocutores, e por fim ajuda a explicar a conduta do sujeito periférico nesta segunda década do século XXI. Pouco importa para eles se as estatísticas não confirmem, o que lhes é sensível é que o mundo lá fora anda muito perigoso, e enfrentá-lo, cada vez mais exaustivo. Júlio dá sinais de certo cansaço, o que também não é novidade diante da hostilizada escancarada nas periferias, como já notaram Camila Rocha (2013) e Feltran (2011). Nesse purgatório, eles se encolhem e se apoiam entre semelhantes, tentam se fortalecer com mais que migalhas. Um dos projetos gestados na produtora de que Júlio se orgulha tem a ver, novamente, com questões subjetivas. Ele conta histórias de vida de mulheres que participaram de movimentos de luta por direitos na região do Grajaú, revelando seu protagonismo e sua resiliência. E por que trazer esta pauta?

Também nesse sentido de partir pra questões mais subjetivas porque a gente percebe no nosso público também, e também uma inquietação nossa, é de que *parece que tá tudo acabado*, sabe? Que não tem saída, e aí a gente falar das pessoas que vão pra rua ou falar... chamar pra um ato na rua ninguém quer ir, as pessoas tão cansadas, assim, dessa luta. As pessoas tão fazendo a sua luta ali na sua casa, ali de conseguir se manter vivo, sobreviver, então como que a gente parte pra essa questão que não é do aqui e do agora, mas de ampliar esse espaço de tempo. Trazer a história dessas mulheres, por exemplo, é a gente voltar 30, 40 anos, mostrar o que elas fizeram lá atrás quando era tudo mato, literalmente, aqui.

(Júlio, 32 anos, Grajaú, comunicador)

Pendurados por um fio

Nas últimas décadas, constituiu-se na periferia de São Paulo um emaranhado que inclui fundações e institutos empresariais e sociais, escolas de negócios e projetos sociais, alguns deles liderados por gestores criados na própria quebrada, que se propõe a fazer a ponte entre a precariedade e o empreendedorismo “ensinando a pescar”. Aqui, não se trata de gerar

mais empresários em um mundo supercompetitivo, mas de descaracterizar e renovar o perfil do trabalhador sob uma nova cultura empreendedora, isto é, incidindo diretamente em seus modos de agir e pensar *como força de trabalho*.¹⁰⁷ Para o trabalhador que adentra o universo dos negócios de impacto social, assumir uma proposta de inovação é ver neste lugar-comum corporativo uma chance de ascensão social que, em todo caso, o requalifica para o mercado de trabalho. Tal demanda gera também frequentemente ansiedade e sofrimento devido à busca pela diferenciação diante do imenso contingente de novos empreendedores que surgem conforme o mercado de trabalho se degrada ainda mais.

Trabalhar com o que se gosta e o que se sabe fazer parecia, para muitos daqueles jovens, ser sinônimo de trabalhar com “arte e cultura” e como trabalhador autônomo. Hoje, com a multiplicação de editais e cursos de formação que visam promover “jovens empreendedores culturais”, parece que os desejos daqueles jovens estejam se concretizando. Tornar-se um “trabalhador da cultura” parece ser uma “oportunidade” que se abre mesmo para os jovens de classe popular. Uma alternativa alcançável para escapar ao desemprego ou ao emprego em funções subalternas. Uma alternativa, inclusive, que não está sujeita à necessidade do diploma universitário para conseguir um nível de remuneração decente (TOMMASI, 2016, p. 101).

Geralmente associado a classe média, atualmente representado pelo mundo das *startups* e dos bilionários do Vale do Silício, o empreendedor schumpeteriano é cada vez mais um modelo almejado por jovens das periferias brasileiras. Fugir de um “destino operário”¹⁰⁸ e enriquecer facilmente criando “inovação”, muitas vezes desprezando o conhecimento ensinado nas escolas e faculdades, parece para muitos um fio de esperança a se apegar diante do cotidiano estafante de trabalhos precários, de alta rotatividade e salários baixos, conciliados com dificuldade com os cursos universitários. A exigida qualificação pelo ensino superior, vista como obstáculo, não lhes dá garantias de uma carreira promissora, ao mesmo tempo em que repetem incessantemente o discurso da empregabilidade (cf. LÓPEZ-RUIZ, 2004).

O entrecruzamento entre cultura periférica e negócios de impacto social foi possível

¹⁰⁷ Ao analisar a estrutura produtiva, Maria Cristina Cacciamali (2001, p. 16) afirma que a dinâmica das empresas capitalistas, junto dos marcos institucionais criados por volta da década de 1970, redimensiona e reformata todos os espaços econômicos, inclusive as formas de organização da produção que não se baseiam em mão de obra assalariada, ou seja, as atividades realizadas por meio do trabalho por conta própria ou de microempresas. O empreendedorismo ressurgiu neste contexto, segundo Cacciamali, como um meio de estimular a “empregabilidade” de trabalhadores precários ou informais, ao mesmo tempo que serve como eficaz discurso ideológico.

¹⁰⁸ Para Bourdieu, a questão da herança é a do filho que, para “fazer a vida”, deve negar a trajetória do pai, “recusando, pura e simplesmente, herdar e ser herdado e anulando assim retrospectivamente toda a empresa paterna, materializada na herança rejeitada”. Este efeito de limitação das ambições, diz o sociólogo, traz toda a sua força quando o pai ocupa “uma posição dominada, seja do ponto de vista econômico e social (operário, pequeno funcionário), seja do ponto de vista simbólico (membro de um grupo estigmatizado) e por isso está inclinado à ambivalência com respeito ao sucesso de seu filho e como com respeito a ele mesmo” (BOURDIEU, 2012, p. 589-90).

sobretudo pela intermediação de projetos socioeducativos que se instalaram nos anos 2000 em bairros como Jardim São Luís e Capão Redondo, ou que já existiam há muitos anos e modularam seus portfólios para os novos termos em voga, notavelmente o empreendedorismo. O projeto Arrastão, por exemplo, é uma OS que existe no Campo Limpo desde 1968 e tem sua origem nos clubes de mães da zona sul e na atuação de militantes católicos. Essas mães, segundo um interlocutor que atua no projeto, levaram a demanda da geração de renda e começaram a trabalhar em seus próprios negócios de costura. Sader (1988) conta em seu livro um pouco dessa história, que envolveu além de autonomia (a “organização por elas mesmas”), uma tomada de consciência que as fez trocar o assistencialismo pela luta contra a injustiça, em conjunto com a atuação de agente pastorais. Seus filhos foram pioneiros no ensino de educação infantil do Arrastão, e com a sucessão das gerações, o projeto se expandiu. Através de convênios com as secretarias municipais de Educação e de Serviço Social, faz o atendimento à crianças e adolescentes, além de projetos independentes do poder público, financiados sobretudo por fundações. Cerca de 800 crianças, adolescentes e jovens frequentam o espaço, mais uma centena de adultos.

Em 2006, o Arrastão criou uma área de intervenção social, na qual se destacou uma incubadora de empreendedorismo social,¹⁰⁹ mas foi em 2014 que a demanda por um espaço de formação para o empreendedorismo foi notada. À época, segundo meu interlocutor, uma parceria com a Fundação Telefônica para a criação de projetos de impacto social resultou em relativo fracasso: os jovens da quebrada tinham dificuldades para acompanhar o ritmo das aulas e a demasia de termos técnicos que permeiam esse universo. Desse “desencontro do método com o público”, os agentes chegaram a uma agenda de trabalho que atribuía à Fundação a capacitação técnica dos professores que o próprio Arrastão, com sua expertise de atendimento aos jovens da periferia, disponibilizaria. A experiência trazida pelo primeiro ciclo lhes trouxe alguns aprendizados daquilo que consideraram uma *quebra de expectativas* em relação ao público-alvo: estudantes secundaristas ainda não estariam preparados para desenvolver seu próprio negócio; a prioridade seria então os universitários, com parcerias com instituições privadas de ensino nas áreas de Administração e Tecnologias da Informação (TI).

Aqueles que decidem pelo empreendedorismo têm um acompanhamento subsequente visando “validar” seu produto e inseri-lo no “ecossistema”. É o que chamam no

¹⁰⁹ Uma referência para as cooperativas populares, a ITCP-USP é um programa de extensão universitária fundado em 1998 por Paul Singer e segundo a concepção de educação de Paulo Freire, servindo de modelo para outras incubadoras pelo Brasil, e cuja proposta é a de que o processo de incubação “consiste na educação permanente, visando a autonomia e a emancipação dos grupos incubados, bem como o desenvolvimento de novas relações de produção e de trabalho”. Disponível em: <https://prceu.usp.br/programa/itcp-usp/>

Arrastão de “pré-aceleração”: “prototipar” e fazer experiências de vendas, para que depois de cinco meses o negócio tenha sido minimamente testado para a busca de um investidor. Na aceleração propriamente dita, também há uma assessoria que acompanha o empreendedor, além de um investimento para que o negócio tenha o pontapé inicial. “Para viabilizar estes desafios utiliza as metodologias de educação ativa e criativa, como: *design thinking*, *maker*, *Do it Yourself* (DIY) e pedagogia por projetos”, informa o site da instituição.

Essa via de mão dupla entre a demanda do mercado espelhada pelas universidades privadas – cujo foco é a empregabilidade, como analisou Macedo (2019) – e o projeto social indicam um tipo específico de formação para o trabalho. No exemplo do Arrastão, a maioria dos adolescentes que procura os cursos oferecidos quer uma qualificação tradicional, pois “chega perdido” e “desconhece seus talentos”. A informação que me chega é a de que a cultura das famílias na periferia ainda não é “empreendedora”, e que seu estímulo é para que seus filhos arrumem um emprego o quanto antes e cresçam na empresa. A velha perspectiva de carreira. De modo que, para meu interlocutor, não é a técnica que deve ser buscada, pois “mais importante nesse momento é ampliar sua visão, recuperar a autoestima e sua capacidade de *sonhar*”.

De fato, na incorporação da flexibilidade nos processos de trabalho contemporâneos emerge o trabalho em grupo (*teamwork*), ou em células, que se tornaria trivial não apenas nos contextos fabris: ao contrário da cooperação que alega incentivar, na célula o trabalhador é ainda mais individualizado, pois é justamente no autogerenciamento que se esconde o destino de um operário que esteja prejudicando a meta da célula – por incapacidade de acompanhar o ritmo intenso, por exemplo –, e que transforma “soberania” em dessolidarização. Trata-se de uma imposição do coletivo particularizado (a célula) sobre o todo da categoria, pois se elimina a experiência de classe em nome da produtividade (cf. MELLO E SILVA, 2007). Nisso, o jovem da periferia “leva vantagem” nesse mercado de trabalho renovado, afirma meu interlocutor. Isso porque ele não ganhou nada pronto, foi mais exigido e “sabe se virar”; por outro lado, fica atrás no aprendizado de outras línguas e no acesso à informação e a bons professores. De modo que a proposta do Arrastão é de que o adolescente que ali desembarca adquira uma *visão* de como alavancar sua vida profissional e desenvolver sua criatividade, ou a tendência é que ele permaneça “na base da pirâmide”.

Uma demanda por produtos “inovadores” criou perspectivas de empreendedorismo para esse público, especialmente na área de alimentação. Opções veganas e sem glúten são especialmente lembradas como nichos que vêm crescendo. Mas o intercâmbio não se resume a quem compra e quem comercializa. Com a não tão recente mobilidade social que mudou a cara

do bairro, o projeto Arrastão não só foi cercado por condomínios como passou a ser procurado por crianças e jovens da “nova classe média” que apareceu nas periferias. Para meu interlocutor, justamente aí está a resposta tanto para a continuidade do projeto como para uma utopia: *a superação das classes sociais*. atividades que misturam jovens do Campo Limpo e do Morumbi já foram testadas, para que vejam “o que têm em comum”. Ele vê também uma “luz no fim do túnel” na mudança de postura das escolas públicas, que têm flexibilizado a resistência ferrenha que tinham às parcerias com OSs. Percebem finalmente, segundo ele, que aquele “esquema fechado não os protege da violência social”.

Muitos jovens e adultos já passaram pelos cursos do Arrastão, e dos que tiveram êxito com seus negócios, alguns mantêm contato – por sinal, estão com seus empreendimentos do outro lado da ponte. Dicotomia, diz meu interlocutor, com a qual romperam.

A administração da precariedade do mundo do trabalho, que há poucos anos se fazia pelas políticas públicas que ora definham, se faz agora pelo autogerenciamento, que se espalha pelas subjetividades periféricas, e mesmo as entidades tradicionais de contenção da precariedade e da violência a ela associada buscam formas de legitimação oferecendo cursos de formação para o empreendedorismo. No Jardim São Luís, um dos poucos espaços de *inclusão* é justamente a Fábrica de Cultura. Já havia visitado o local que abriga o programa criado pela Secretaria de Estado da Cultura, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e gerido pela Organização Social Poiésis, em minha primeira ida a campo para esta pesquisa, em setembro de 2018. Ela é uma das duas unidades instaladas na zona sul (a outra fica no Capão Redondo) e se destaca na paisagem, há poucos metros das vielas dominadas por comércio amontoado e trânsito indominável que caracterizam o bairro. No dia cinza e nublado, crianças e jovens corriam e dançavam no local, que abriga salas de aula, laboratórios, horta, auditório e uma pequena biblioteca, em que se encontravam alguns livros clássicos e best sellers, quadrinhos, jornais, revistas como *Le Monde Diplomatique Brasil*, *Caros Amigos*, *Galileu*, *Atlas do Agronegócio*, *Fala Guerreira* e o *Amarelinho*, um jornal popular de empregos e concursos. Nas paredes dos espaços abertos, grafites e a mensagem de “bemvindx”¹¹⁰ atrás de alguns jovens que ensaiavam passos de dança. Como *tecnologia social de pacificação* (cf. MACIEL, 2018), o programa tem acompanhado as tendências normativas e valorativas que incidem diretamente na subjetividade do trabalhador e que passaram da qualificação profissional para as *competências e habilidades*.

¹¹⁰ Por sinal, a chamada “linguagem inclusiva” é bastante comum em eventos de empreendedorismo periférico, como no Festival Amaphiko, que em sua programação visual também saudava o público com “Bem-vindx”.

Os modelos tradicionais de qualificação estariam sendo substituídos por outra matriz formativa na qual não bastam as habilidades operatórias – atenção, iniciativa, agilidade manual e precisão; demanda-se uma qualificação real de múltiplas faces – técnica, sócio-motivacional, comportamental e cognitiva capaz de desenvolver a capacidade de aprender (a perspectiva do aprendizado contínuo), a vontade de crescer profissionalmente, a flexibilidade e o gosto pelos riscos e desafios e pela conquista (COLBARI, 2007, p. 86).

O que se nota é que o modelo do mercado da cidadania proposto nos anos 1990 parece próximo do esgotamento, mesmo que o discurso ainda se apegue ao potencial “transformador” da cultura. De todo modo, ele caminha progressivamente para uma inspiração “*startup*” de estímulo ao autogerenciamento, como reitera um interlocutor, gestor cultural da Fábrica de Cultura há oito anos. Ele começou como aprendiz na Casa dos Meninos e aos 16 anos assumiu a parte cultural da casa (“que tinha muito essa questão do protagonismo juvenil”), e com a ONG ganhou o primeiro Ponto de Cultura da cidade, entregue pessoalmente pelo ex-ministro da Cultura Gilberto Gil.

Explica um pouco a ideia do empreendedorismo. Tem um pouco a ver com cultura, em algum momento as coisas acabam se cruzando também, né?

Tem coletivos especializados nisso. Não sei se você conhece a Solano Trindade... Porque a Solano Trindade é uma referência nesse sentido de startup, de empreendedorismo e até de comércio local, usando as ferramentas da periferia mesmo e as pessoas da periferia fazendo tudo, desde produção de palco a aluguel da barraca e da produção dos produtos que são vendidos. Então isso cresceu de uns dez anos pra cá pela necessidade da autossustentabilidade, com as problemáticas de você ser CLT e de ter poucos recursos. E na área da tecnologia, da música, a gente também notou um grande crescimento com a profissionalização de vários artistas, da facilidade da criação do MEI, isso ajuda muitos artistas locais por conta de fazer contratação; a chegada do SESC Campo Limpo também, que deu uma mexida culturalmente na região importante porque deu mais recursos ainda, mais ferramentas pros artistas trabalharem.

[...]

Onde tem cultura e arte é comprovado que afasta a criminalidade, e até a própria galera que vende drogas nas bocas também não quer estar perto e respeita esses locais. É muito latente, você vê esses meninos, que estão bem na faixa que o programa tem que atender [8-21], muitos tiveram os pais assassinados. A gente visita as casas, fala com os pais, porque não tem como fazer o atendimento sem conhecer a realidade deles.

(Gestor, 36 anos, Jardim São Luís).

Na fachada do prédio, próximo a entrada, um banner verde e amarelo anunciava uma nova turma para o curso de “capacitação e gestão de negócios” para empreendedores de 18 a 35 anos, que já têm um negócio “ou precisa de apoio para crescer”. Um detalhe é que a Fábrica do Jardim São Luís já teve seu modo de *gerir pessoas* questionado pelo seu próprio público-alvo, quando das ocupações por educandos contra as ameaças da OS de demitir arte-

educadores da unidade (cf. MACIEL, 2018).¹¹¹ A escola tradicional, por outro lado, não é valorizada, enquanto a ideia de que é pela educação que se consegue ascensão é unânime entre os entrevistados, indicando que se almejam outros tipos de aprendizado, como as Fábricas de Cultura e o Projeto Arrastão parecem ter constatado, ao se distanciarem da mediação pelo terceiro setor que caracterizou os anos 1990 e modularem sua atuação em direção ao setor 2,5.¹¹²

São, portanto, formas de positivar a viração praticadas pelo próprio público-alvo, em conformidade com as demandas de empresas e governos, que não necessariamente convergem, mas é nítido o esforço das instituições de tornar harmônico, através do discurso do empreendedorismo, o colapso econômico e institucional. Esforço que se torna a regra em um mundo que limita dramaticamente as possibilidades de planejamento e de projetos para o futuro, aprisionando subjetividades precárias em uma viração constante, pois esconde as dificuldades cotidianas de milhares de trabalhadores por conta própria, que pela própria viração constante a que estão submetidos, não podem contar com algo corriqueiro para empreendedores de classe média: capacidade de se planejar e ter horizontes de crescimento e reconhecimento. Esses engajamentos em projetos de curto prazo remetem novamente a Sennett (2012): como resistir à corrosão das qualidades de caráter, como lealdade, compromisso, propósito e resolução, que são características de longo prazo?

É inegável que para os empreendedores periféricos, o empreendedorismo, longe de significar um modo de vida que lhes impõe aviltamento econômico, competição entre subalternos e oportunidades de negócios para “o outro lado da ponte” (apesar dos discursos engajados que o antagonizam), aparece neste momento em sua dimensão utópica para subjetividades inconformadas com o velho mundo do trabalho. E ainda assim, a crítica ao trabalho alienado está presente de maneira bastante politizada, dando uma volta dialética inesperada para se pensar em projetos políticos. Sugere ainda que a gestão lulista da precariedade, ao estimular a inclusão pelo consumo, eliminou o vislumbre que ainda havia na periferia de acesso à cidadania pela via dos direitos. Com o seu colapso, a precariedade reemerge, já definitivamente alijada do projeto do trabalhador.¹¹³

¹¹¹ Maciel (2018) ressalta um ponto importante para refletir sobre a pressão da dessolidarização social contra o discurso de identidade periférica: muitos das personalidades e coletivos de cultura da zona sul se colocaram contra as ocupações, alegando que a Fábrica era uma “conquista” da periferia que não poderia ser colocada em risco. Além disso, muitos deles estão também “pendurados por um fio”, em editais de políticas públicas.

¹¹² Como ouvi de um palestrante no 2º Fórum NIP, a “onguização não acabou, evoluiu”.

¹¹³ Nos termos de Feltran (2007), o projeto do trabalhador foi constituído e sustentado por moradores destes bairros durante as décadas de 1970 e 1980, e consistia na ascensão social via participação em movimentos sociais, autoconstrução da moradia e trabalho fabril.

A afirmação da identidade periférica, sempre lembrada em expressões como “da ponte pra cá” e referências aos Racionais MC’s, esbarra, inevitavelmente, nessas contradições. Na Mostra da Cooperifa eu já havia me deparado com um certo deboche com as soluções que vem de fora da periferia, pois o discurso do “empoderamento” envolve necessariamente a criação de um antagonismo. Neste caso, ele é bastante evidente e já fazia parte da narrativa compartilhada pelo hip hop e que acaba sendo reforçada no contato com outras classes, em especial no ambiente universitário. O inconformismo de Elisângela e Maria Rita com seus colegas de militância demonstra bem o abismo que os separa.

Parte 2 / SÍNTESIS

4 / RECONFIGURAÇÕES

O que explica o êxito recente dos discursos de exaltação do empreendedorismo? Se há mais de um tipo, no que eles se aproximam, e no que se repelem? É possível usar a mesma expressão para experiências tão diferentes como as que relatei nesta pesquisa? Estas são perguntas adequadas, que precisei repetir para mim mesmo inúmeras vezes. Neste capítulo, procuro responder a elas descrevendo esses novos modos de vida que se criaram nas periferias, a partir das margens da cidade. Com o crescimento do trabalho por conta própria, ao qual precedeu alguma mobilidade social, novas formas culturais naturalmente se estabeleceriam nos interstícios do rompimento com o espaço de experiência popular, as quais analiso a seguir.

Como apontei na Introdução, os caminhos da pesquisa me levaram a diversificar o perfil das trajetórias que, em alguma medida, se relacionam com o tema. Com isso redescobri um *ethos* muito anterior à estrutura de sentimentos contemporânea, na qual o empreendedorismo tem papel central, e que escapava à classificação “neoliberal” que predomina no debate acadêmico. As experiências que saturam o cotidiano das classes populares, e especificamente nos casos narrados nesta tese, são marcadas pelo pressuposto normativo da vida sem salário, que defini aqui, acompanhando Denning (2010, p. 81), como aquela em que o “desemprego precede o emprego, e a economia informal precede a formal, tanto historicamente quanto conceitualmente”. Assim, são formas de ganhar a vida fincadas na história das classes populares brasileiras, muito anteriores ao assalariamento e ao paradigma da Consolidação das Leis do Trabalho. Existem assim *não em relação a CLT*, mas de forma independente.

Analiso essas trajetórias de maneira transversal, recorrendo às suas experiências de vida sem salário, que em sua diversidade guardam um *ethos* do trabalho autônomo contemporâneo na periferia da metrópole. As condutas individuais são reelaborações de um *ethos* cuja formação não acontece espontaneamente, mas é transmitida por gerações e experiências alheias, conformando o que Koselleck (2006, p. 309) chamou de espaço de experiência, “aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”. Nele se preservam costumes e conhecimentos acumulados e não totalmente superados pelo avanço do racionalismo, formas culturais residuais que são preservadas com maior ou menor vigor enquanto mantêm sua inteligibilidade no contexto popular, conformando um “passado na medida em que está presente”.

Esses modos de vida foram constantemente revigorados nas periferias, onde uma

circulação endógena se relaciona com as atividades capitalistas apenas ao atravessarem a ponte e de maneira subordinada, enquanto a economia popular está assentada sobre atividades informais. Partindo da interpretação clássica de Oliveira (2003), em que o crescimento destas atividades se deu *alinhado* à industrialização, nota-se o quanto a modernização da economia brasileira continua atrelada ao rebaixamento do custo da mão de obra entre meus interlocutores, recorrentemente ocupados em certas categorias dedicadas à comercialização de produtos de baixo valor agregado. Portanto, a precariedade combinada com subordinação se mantém.

Mas para onde leva essa fuga? Do ponto de vista da macroeconomia, o trabalho por conta própria cresce vertiginosamente, estimulado por legislações que visam facilitar formas de microempreendedorismo. As altas taxas de desemprego dos últimos anos, além disso, empurram muitos ex-assalariados para o empreendedorismo por necessidade. Este, contudo, não é o principal foco desta pesquisa, apesar de abordar personagens que sim, tiveram seu primeiro impulso empreendedor pela necessidade de obter ou complementar renda. Pela perseverança alguns prosperaram ou continuam tentando, e é essa aptidão que interessa aqui. Para outros, pelo contrário, não falta trabalho – na verdade, uma vida inteira de exploração e abusos extrapolaram há muito sua capacidade de absorver o sofrimento. “*Um dia eu boto um restaurante, não sei quando, nem que seja na minha casa*”, me contou Estela, com 61 anos de muitas privações nas costas.

É dentro dessa cultura popular presente nas periferias de São Paulo, e do país de maneira geral, que se misturam pequenos comerciantes, trabalhadores por conta própria, ex-assalariados ou pessoas com carteira assinada que precisam complementar a renda com biscates, que se reproduz a viração, o individualismo e um certo incômodo com formas de subordinação. A experiência da formalização, por sinal, com frequência é depreciada pelas inúmeras situações de exaustão e exploração, em uma parcela da população que, além do mais, é muito mal remunerada. Essas formas de reprodução social convivem também no interior das famílias, que acomodam sujeitos com ocupação fixa e viradores e, com mais intensidade na década de 1990, membros envolvidos com o mundo do crime (cf. FELTRAN, 2011b) com fluidez constante. Na vida comunitária, sobretudo nas regiões mais afastadas, o trabalhador por conta própria e o pequeno comerciante se misturam à classe trabalhadora *stricto sensu*, compartilhando os mesmos modos de vida, na medida em que “famílias fordistas” se tornaram cada vez mais raras.

Assim, meus interlocutores elencados no Capítulo 1 entendem seus sonhos como *projetos*, como me disse Eduardo. Na sua busca por autonomia, esses sujeitos populares têm ambições que se enquadram numa definição modesta de conforto material, como a

possibilidade de desfrutar um período de folga. Eles pouco se permitem criar ilusões, pois suas experiências com o trabalho, que para a maioria deles começara ainda na infância, os prende fortemente a terra firme, implicando em riscos calculados. Sueli, por exemplo, fala em “*metas possíveis*”, que ela define por melhorar um passo de cada vez, começando por objetivos pequenos. “Eu não pretendo enriquecer, mas ter o mínimo de conforto eu pretendo ter, né? Pra poder dar pra sobreviver bem, não precisar ficar tão apertada. Mas não tenho pretensões milionárias, que é bom se manter [com] o pé no chão. Tem que ter expectativas que você consiga cumprir, não uma coisa que seja impossível”, comenta ela, rindo da própria ambição.

Assim, as trajetórias relatadas nos capítulos 1 e 2, junto da observação participante, me permitiram orientar a análise do micro ao macro, como ensina Burawoy (2009), e com o auxílio da literatura pertinente, tive condições de agregar experiências em que, em suas particularidades, emerge o *ethos* do trabalho autônomo enraizado na cultura popular. É importante observar que não se trata simplesmente de *continuidades*, como se tais personagens pudessem ser encontrados em qualquer outra época. Pelo contrário, a tese que exponho aqui reflete sobre características fundamentais da experiência do trabalho por conta própria no Brasil que, diante da evolução dos meios técnicos de autogerenciamento e do acesso a produtos e serviços antes indisponíveis para grande parte da população mais pobre, só poderiam se aprofundar. Faz parte dele uma persistente referência ao *mérito* individual, à crença no trabalho que com afinco e honestidade (e para a graça de Deus) será recompensado. Essa é uma cultura ainda arraigada que, junto da experiência prática, a racionalização busca desprezar fortalecendo uma ideia de mérito fundado em conquistas abstratas, que vou abordar mais adiante.

4.1 / *Modos de vida: família, comunidade e classes sociais*

Esse individualismo não é absoluto. Entre meus interlocutores com mais de trinta anos e instalados nas regiões mais periféricas – Vargem Grande é o melhor exemplo – percebe-se uma resiliente relação comunitária, em que o pequeno comerciante é percebido e se entende como uma referência no bairro, casos de Renato, Delei, Lígia, entre outros. Veem seus clientes como amigos, e são comuns os acenos entre vizinhos. Aqui, é notável um valor de *reconhecimento* que não mais se vê no mundo do trabalho subordinado e que impulsiona o trabalho por conta própria e o pequeno comércio, em que há uma relação muito integrada entre eles e os demais trabalhadores na comunidade, semelhante àquela observada por Hoggart (2009) entre membros da classe trabalhadora inglesa em meados do século XX. Condições de desenvolvimento específicas dessas regiões periféricas, muito endógenas para os padrões de

uma metrópole, permitem tal comparação sem torná-la excessiva. Por outro lado, Hoggart também teve uma intuição quanto aos pequenos comerciantes que trabalhavam longe de seus locais de moradia, e observou o quanto se sentiam inferiorizados e subalternos ao atenderem clientes de classe média em seus bairros. Na região de comércio popular de Santo Amaro pude constatar situações em que a distância da casa para o trabalho frustrava relações comunitárias e os faziam mais céticos e desconfiados.

Em grandes comunidades da zona sul, como a favela de Paraisópolis, a magnitude dos conflitos é proporcional à sua diversidade, que mistura situações de vulnerabilidade, regulação da entrada e saída de alguns pontos pelo PCC, e sua relevância no imaginário tanto dentro como fora dela. Colado ao Morumbi, distrito de classe média-alta em que muitos dos moradores de Paraisópolis trabalham (e estudam, sempre com bolsa), as oposições óbvias presentes nessa relação entre os bairros muitas vezes escondem a maneira como os moradores da favela veem os próprios vizinhos. Por exemplo, nota-se certa hostilidade de quem mora ou tem comércio próximo ao Morumbi, como meu interlocutor Celso, em relação aos frequentadores do “meião”, no entorno da rua Ernst Renan, onde o vibrante comércio local toma inclusive as ruas. Lá também acontece o Baile da Dz7, um dos maiores *fluxos* (bailes funk) da cidade, onde em dezembro de 2019 uma intervenção policial gerou pânico e causou a morte de nove jovens. As opiniões em relação a tragédia revelam a ambiguidade com que os fluxos são percebidos pela própria comunidade: muitos interlocutores se equilibram entre condenar a ação da polícia e rejeitar com veemência os eventos, que acontecem de quarta-feira a domingo e não terminam antes do amanhecer. Entre o ultraje moral e o desespero com a rotina inescapável, o único ponto positivo visto por eles são as oportunidades que o fluxo cria para alguns negócios locais. De modo que a fuga de realidades vistas como insuportáveis tem estimulado, por um lado, a proliferação dos condomínios, onde situações desagradáveis possam ser evitadas e experiências de classe possam ser mimetizadas; por outro, gera reações de incompreensão e conflito.

No mundo popular, na expressão de Machado da Silva (2018), a tradição volta e meia é uma forma de resistência à modernidade. No contexto estudado por Thompson (1998), o avanço da economia de mercado entre os trabalhadores camponeses da Inglaterra do século XVIII gerou, por assim dizer, uma “economia moral” própria. Willis (1981) também percebeu que, na cultura contraescolar e na posterior escolha por trabalhos manuais nas fábricas pelos estudantes secundaristas que entrevistou, havia uma forma poderosa de resistência à maneira como a escola tentava transformá-los em trabalhadores domesticados. De maneira análoga no Brasil, se mobiliza a insatisfação de uma parcela da população despojada de seu sentido de

existência coletiva pela ameaça à sua estabilidade individual e familiar. Família, sem dúvida nenhuma, marcada ainda pelo patriarcalismo, cujos hábitos mudaram muito desde os anos 1950, mas não em sua essência (cf. SOUZA-LOBO, 2011; MELLO; NOVAIS, 1998).¹¹⁴

Os elementos reunidos de renovação da importância da família e de manutenção de ocupações baseadas em saberes práticos e manuais têm sua base no apego ao concreto e na realidade vivida que comanda a reprodução social entre classes populares periféricas. Diante do aumento das incertezas, é no universo palpável dessas esferas que se prende o trabalhador por conta própria. Assim, percebe-se entre meus interlocutores uma certa razão prática a governar seus atos que não se resumem a cálculos monetários, mas privilegiam o bem-estar da família. Essas escolhas não são, como sugeriria Marshall Sahlins (2003), meramente utilitárias, evocando uma teoria da práxis em que o conforto material justificaria uma lógica dos meios e fins. Justamente o contrário, são “razões significativas” que os governam, nos próprios termos de Sahlins, eventualmente hostis à racionalização imposta pelo mercado de trabalho, pelas empresas e pelo discurso do empreendedorismo, visto com curiosidade e ao mesmo tempo desconfiança.

As referências à família entre meus interlocutores que têm entre 30 e 40 anos, são não apenas reiteradas, mas percebidas em situações de campo, em que a presença de filhos mais jovens criava situações curiosas de afeto misturadas a tentativas de coibir comportamentos considerados erráticos ou excessivos, como teimosia ou hiperatividade. Também se percebe que a formação da família impulsiona decisões pragmáticas mesmo entre aqueles que exaltam o empreendedorismo como princípio. Por exemplo, João Vicente, com uma filha na primeira infância, transita entre uma posição de empreendedor convicto (e de renda instável) e o questionamento sobre a necessidade de ter um diploma que lhe ponha em condições de, eventualmente, disputar vagas no mercado, reproduzindo uma convenção de gênero de homem provedor. Segue em direção oposta à das mulheres que, na mesma faixa de idade, acabam fazendo a escolha pela casa, pela criação próxima aos filhos e, para complementar a renda familiar, pelo trabalho por conta própria. Como nos exemplos de Sueli e Keila, essas situações podem levar a um empreendedorismo engajado. No caso de Carolina, há ainda o critério da proximidade com o domicílio, que a permite trabalhar em sua loja em Paraisópolis e visitar o

¹¹⁴ Esse aspecto era reforçado mutuamente no interior do mercado de trabalho. Elisabeth Souza-Lobo (2011, p. 65) via na hierarquização dentro da fábrica um “complexo mecanismo cultural” que obedece a critérios não técnicos, que atribuem qualificações às tarefas e aos executores. Assim, se define arbitrariamente que há, por exemplo, “cursos [técnicos] de mulher” e, para além disso, “relações hierárquicas e de qualidade distintas entre os sexos, representações de responsabilidades e de adequação, que por sua vez remetem a relações de poder fundadas no saber técnico”.

filho pequeno a apenas algumas quadras de distância.

Na relação com os pais, esse interlocutores demonstram grande deferência, em respeito à origem humilde, aos desafios da imigração para São Paulo e ao rigor com que foram criados. Este aspecto contraditório é ressaltado sobretudo quando o interlocutor tem filhos, o que frequentemente os leva a refletir sobre a própria infância e adolescência, vendo a si mesmos na posição em que seus pais estiveram. Keila, por exemplo, repete várias vezes que o agravamento nas condições de sociabilidade na periferia seria resultado do definhamento do respeito/autoridade entre pais e filhos. Ela mesma foi mãe muito jovem e, agora com três filhos, sente o peso dessa responsabilidade. Uma razão prática aparece aqui na própria exaltação do rigor contra as perversões do mundo contemporâneo, notadamente a internet no caso de Ronaldo, e no “acesso fácil”, como comentou Otávio em referência ao consumo de drogas que ele vê como permissivo em Paraisópolis, de onde se mudou justificado pela vontade de preservar os filhos. Essas considerações têm, evidentemente, forte carga moral e se acentuam quando remetem aos bailes funk, mas também se assentam nas próprias experiências com o crime, a adição ou a gravidez precoce, situações que alegam não querer para os filhos. Com a chegada das suas crianças à adolescência, esses discursos se tornam ainda mais securitários, com o medo do despreparo para a vida adulta e a sensação iminente de perda de controle sobre eles. De fato, aqui se manifesta algo que meus interlocutores mais jovens se queixam com frequência, a imposição do trabalho assalariado como uma forma de controlá-los e reprimir seus desejos.

A preocupação com a segurança dos filhos é verificável pelo crescimento no número de condomínios que tiveram impulso com o programa Minha Casa Minha Vida com foco na “nova classe média” emergente nas periferias das metrópoles, como vimos detidamente no Capítulo 1. Esses enclaves fortificados, na expressão de Caldeira (2000), passaram a se destacar na paisagem onde antes predominavam as autoconstruções. Estas existem em imensa quantidade, obviamente, mas começam a desaparecer em distritos como o Campo Limpo. Por sinal, essa nova conformação urbanística estimula o empreendedorismo em duas direções: como resultado do aumento do padrão de vida local, produtos e serviços antes considerados elitizados passam a fazer parte do cardápio periférico, como os alimentos orgânicos, as hamburguerias e cervejarias artesanais, lugares que visitei no trabalho de campo e cujos donos foram interlocutores importantes. Ouvi ainda o relato dessas mudanças de pessoas que acompanham tais tendências na periferia, como o *influencer* Maicon.

A segunda consequência da proliferação dos condomínios é a possibilidade que eles abrem para um comércio intramuros, mimetizando relações de confiança e solidariedade

comunitárias que se tornam escassas fora deles. Tive como interlocutores muitos moradores desses lugares que abraçaram o empreendedorismo inicialmente por necessidade, mas que encontraram nessa vivência isolada da cidade os próprios consumidores de seus restaurantes caseiros. Novamente a família aparece aqui, dividindo todas as tarefas do negócio: por exemplo, Eduardo cozinhava, sua esposa Raphaela cuidava das contas e a filha mais velha fazia as entregas dentro do condomínio. Naturalmente, eles apostaram na diferenciação do gosto, resultado do aumento no padrão de vida local. Assim, com currículo feito em restaurantes voltados para a classe média-alta das regiões mais ricas da zona sul, Eduardo reproduziu essa experiência para seus vizinhos com preço mais acessível. De fato, tanto para sua família como para um caso aparentemente distante, o da hamburgueria de Paraisópolis, percebe-se a consagração da razão prática na clareza com que entendem as demandas dessa “nova classe média”, ávida pelos produtos e serviços disponíveis do outro lado da ponte, mas com renda muito inferior. Assim, reproduzem essas “experiências” dentro da periferia e têm tido êxito – não sem alguns sacrifícios pessoais típicos do *ethos* empreendedor, como jornadas extensas e, paradoxalmente, pouca atenção à família.

Essas configurações institucionais geram experiências ao longo dos ciclos de vida que reforçam certos modos de pensamento e ação, e prejudicam outros. Não são redutíveis, portanto, a interesses materiais, pois incluem também diferenças em seus *habitus*. É nesse aspecto que essas famílias *batalhadoras* que agora vivem em condomínios, criam seus negócios, consomem produtos e serviços antes indisponíveis na periferia e formam uma classe média aspirante cuja mobilidade ascendente nos últimos anos a afasta da classe trabalhadora, mas que também difere de seus análogos tradicionais, que vivem nas regiões centrais da cidade ou em condomínios de alto padrão. Não é uma diferença trivial: a passagem para a classe média depende ainda da aquisição de “teoria”, como já havia observado Willis (1981), no que um importante símbolo distintivo, o diploma universitário, já não é mais suficiente. Cada vez mais, pós-graduações, MBAs e sobretudo experiências internacionais tornam-se esses diferenciais, aumentando o sarrafo para os demais (cf. MÉNDEZ, 2008).

A relação ambígua que se estabelece entre a classe média tradicional e a periferia, por sinal, com frequência é ilustrada pela metáfora da *ponte*. Mais do que um simples acaso geográfico que lhe calhou pela posição do Rio Pinheiros no mapa da cidade, a ponte é também realidade em concreto armado da divisão entre classes em São Paulo. As outras periferias da cidade, especialmente a zona leste, se desenvolveram na mesma lógica da desordem, retomando o conceito de Kowarick (1980), mas nenhuma delas conta com esse simbolismo explícito. Enquanto empreendedores “importam” e adaptam o *habitus* de classe média para a periferia,

para milhares de trabalhadores, “atravessar a ponte” significa entrar em espaços de subordinação – pode ser uma fábrica ou um comércio, mas são também casas e apartamentos onde muitas mulheres trabalham como domésticas. Essa é uma relação dialética, contudo, explicitada pela interlocutora Aparecida, consciente do fato de que a gestão desses espaços da classe média é feita por trabalhadoras do lado periférico da ponte. Mais do que isso: ela nota com muita perspicácia que essas pessoas subordinadas são *evangélicas* como ela.

4.2 / O ethos empreendedor popular

Nas periferias das grandes cidades, baixos salários e alta rotatividade diluem as fronteiras entre o formal e o informal e entre o permanente e o temporário, sobretudo para aqueles que chegaram ao mercado de trabalho no período entre 1995 e 2005 (cf. TELLES, 2006). Ainda em 1972, Oliveira percebia no desenvolvimento moderno do país o resultado da acumulação apoiada no primitivismo da agricultura, na persistência de formas de economia de subsistência na cidade grande, e no “inchaço” do setor terciário, elementos que mantinham o baixo custo da reprodução da força de trabalho. Por sinal, já no novo século, Oliveira via no trabalho informal um conjunto de trabalhadores transformado “em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente” (OLIVEIRA, 2003, p. 136). Com a mesma premissa, Cibele Rizek (2012, p. 41) vê um “conjunto mais ou menos recente de transformações, em que a experiência do trabalho – para além do trabalho fabril – e da cidade – para além das referências dualizadas como centro e periferia, presença ou ausência do Estado, lugar de trabalho e lugar de moradia – se embaralharam”. Feltran (2011, p. 33) comenta que para uma geração nascida e crescida nos anos 1990, os modos de vida já são, “majoritariamente, conformados pela permanência dessas crises e de sua inescapabilidade”.¹¹⁵

Na classe trabalhadora paulista, isso já se manifestava na percepção dos operários de que as exigências de qualificação profissional aumentavam a cada ano, fazendo com que investissem no limite de suas possibilidades na escolarização e formação profissional de seus filhos. Kimi Tomizaki (2005) observou que tal investimento carregava uma série de

¹¹⁵ Contudo, é importante apontar, acompanhando Koselleck (2006), que essas experiências não ocorrem com a mesma velocidade a depender de outros fatores sociais como a posição de classe dos sujeitos. Karl Mannheim (1993) utiliza a categoria de *unidades geracionais* para descrever indivíduos que desenvolvem perspectivas e reações diferentes em relação a um mesmo contexto geracional. Também abordei essas clivagens em minha dissertação de mestrado, em que dois grupos de estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) da mesma universidade em São Paulo apresentavam respostas e perspectivas opostas ao acesso ao diploma de ensino superior (cf. COSTA, 2015).

ambiguidades: é impossível compreender essa relação entre pais e filhos e a maneira como eles, por meio de conflitos e alianças, têm construído um projeto para o futuro dos membros da família, sem considerar o processo de mobilidade social que marcou seus percursos e transformou seus modos de vida. Os jovens operários do ABC paulista entrevistados pela socióloga compartilhavam um sentimento comum em relação à sua condição: de que se tratava de uma situação provisória que pretendiam ultrapassar conquistando credenciais escolares mais valorizadas. Assim, o alongamento dos estudos fez com que eles passassem para o “outro lado” da barreira que divide, no Brasil, aqueles que têm acesso à escolarização e os que ficaram à margem dela, como seus pais (cf. TOMIZAKI, 2005; COSTA, 2015).

Nas experiências captadas aqui essas tendências não apenas se confirmaram, mas se aprofundaram com meus interlocutores mais jovens. Mas ao contrário de se lamentarem por seus azares, esses autointitulados empreendedores, em sua maioria envolvidos com negócios de impacto social, entendem a autonomia como uma revolução para si mesmos e para suas periferias. Veem com muita contrariedade o mercado de trabalho, comparando-o em alguns casos a um “plano” para os enquadrarem em ocupações precárias, e mais do que isso, para reprimir seus *sonhos*.

Contraditoriamente, esses jovens têm uma visão muito negativa quanto ao mercado de trabalho, mas não sobre o trabalho em si – Elis faz ressalvas, mas admite que “dentro dessa sociedade e dentro dessa ideologia que tá dada, o trabalho, ele é dignidade”. É comum nos negócios de impacto social que eles exerçam essas atividades em modo *full time*, entrecruzando trabalho com momentos de lazer. A diferença é que o veem *como empreendedorismo*: isso significa para eles uma ruptura com um conjunto de normas que incluem horários fixos de trabalho e com a submissão a um patrão. Esse desejo de ruptura é manifestado por todos os meus interlocutores, mas aqui há uma ambição diferente, não por acaso expressa na ideia de sonho, isto é, do trabalho como realização de desejos e lugar de satisfação pessoal. Essa ambição também se traduz, de maneira sintomática, na valorização do *mérito*, cuja ressignificação – de uma recompensa pelo esforço e pelo afinco para um reconhecimento de saberes abstratos – gera novas formas de ansiedade e sofrimento. Neste caso, a própria inserção no mercado de trabalho postergada para essa geração pode ser vista como causa e consequência dessa contrariedade: enquanto os mais velhos começaram a trabalhar ainda na infância, positivando essa experiência e *determinando* seu reconhecimento social, a exigência do mérito pelos mais jovens é calcada em critérios muito mais subjetivos; além disso, a própria experiência do desemprego juvenil reforça a percepção de que o mercado de trabalho convencional não foi feito para eles.

O que caracteriza o mundo contemporâneo é o fato de o desemprego juvenil retardar as trajetórias dos jovens, empurrando o emprego para cada vez mais tarde na biografia dos indivíduos, enfraquecendo com isso a coincidência entre vida adulta e independência financeira, e com esta a responsabilidade pelo provimento de si e de sua própria família. Com isso, a *débâcle* do desenvolvimentismo, iniciada na década de 1990 e ainda em consolidação, não significou o fim da precariedade do processo de transição da escola para o trabalho. Ao contrário, aumentou, e muito, as incertezas dos jovens quanto a seu lugar na ordem social (CARDOSO, 2008, p. 571).

A constatação desse fato implicaria na proposição por parte do poder público de mecanismos de inclusão social que pudessem “facilitar” essa transição. Ainda em 2001, a prefeitura de São Paulo, sob a gestão Marta Suplicy, desenvolveu duas categorias de programas sociais, então inovadores: os “Redistributivos” – programas de renda mínima condicionados a frequência escolar e de alocação no mercado de trabalho para recortes “vulneráveis”, sobretudo desempregados; e os “Emancipatórios”, que tinham como um de seus objetivos “*a formação de empreendimentos coletivos e autogestionários*” (ABÍLIO, 2005, p. 8, grifo meu).¹¹⁶ A categorização de cada programa não deixa dúvidas quanto ao diagnóstico público sobre o declínio da sociedade do trabalho assalariado, na prática não muito diferente do contido na expressão “inempregáveis”, proclamada em 1997 por Fernando Henrique Cardoso.¹¹⁷ Pois parte-se do pressuposto de que há uma população que já não têm perspectivas de integração à cidadania regulada, a ser gerida através de programas sociais de transferência monetária condicionada (*conditional cash transfer programs*) (cf. LAVINAS, 2013), ou pelo autogerenciamento que o “emancipe” dos fios do Estado, com foco sobretudo na geração recente que investiu esperanças no acesso ao ensino superior. Parte considerável da energia empreendida pelos últimos governos brasileiros, aliás, deu-se nessas bases. Em 2004, o Ministério do Trabalho lançava o programa Jovem Empreendedor, desenvolvido junto ao Sebrae e voltado a estimular a entrada de jovens no mercado de trabalho com o propósito de “oferecer capacitação para acessar créditos, elaborar um plano de negócios e acompanhamento pós crédito. Mas fracassa em seus intentos, principalmente pela dificuldade, para os jovens, de ter acesso a créditos” (cf. TOMMASI, 2016, p. 111).

¹¹⁶ Para todos os programas era necessário ter renda familiar inferior a meio salário mínimo per capita. Com exceção do Renda Mínima, “o recebimento estava atrelado à participação em algum dos programas Emancipatórios. Firmava-se assim uma estratégia de concessão de uma renda mensal e de encaminhamento dos beneficiários para algum tipo de capacitação ou outra atividade” (ABÍLIO, 2005, p. 8).

¹¹⁷ Naquele ano, FHC usou a expressão “inempregáveis” para se referir a um contingente de 40 milhões de trabalhadores que, segundo o ex-presidente, havia sido engolido pelo desenvolvimento tecnológico, não tendo mais lugar natural na economia e que, portanto, não teria mais condições de integrar-se como cidadãos (cf. GIELOW, 1997).

A marcha imparável da racionalidade instrumental, por sua vez, se faz em benefício desse desenvolvimento de base capitalista periférica. Ela está presente nos currículos escolares, mas não se resolve no mercado de trabalho, que cria empregos de baixa qualificação e remuneração, por sua vez ocupados por jovens com saberes escolares superiores ao que a ocupação exige, reproduzindo uma disfuncionalidade que atinge também aqueles que interromperam seus estudos no ensino médio (cf. GEORGES, 2009; COSTA, 2015).¹¹⁸ Uma parcela destes, como analisei aqui e em minha pesquisa de mestrado, avaliam com ambiguidade a própria formação, ora com ceticismo pelo esforço e investimento que veem como redundantes, ora com aflição pelo acúmulo de responsabilidades que vêm com a idade adulta, em que ter uma formação superior lhes parece a garantia de *alguma coisa*.¹¹⁹ De modo que o avanço da racionalidade instrumental os corrompe pelos dois lados: se não há racionalidade na aquisição do diploma, tampouco há no engajamento no mercado de trabalho. Por sinal, ao viverem o trabalho como uma forma de engajamento, “a ausência de educação formal não representa um empecilho, ao contrário, gera reconhecimento, graças ao acúmulo de um conhecimento específico. Nomear-se produtor cultural é, nesse contexto, uma forma de legitimação social” (TOMMASI; SILVA, 2020, p. 203). Por sinal, a ocupação “produtor cultural” é bastante recorrente entre meus interlocutores reunidos no Capítulo 3.

É preciso destacar que esses percursos de classe estão fortemente condicionados por aqueles que, tendo completado o colegial, nunca chegaram a cursar o ensino superior. Se desconsiderarmos esses últimos, o quadro muda bastante. Dos graduados nascidos em 1980, por exemplo, 80% estavam nas classes superiores ou médias urbanas aos 25 anos. Dos nascidos em 1970, essa proporção era de 78%. Logo, o que parece estar ocorrendo é o fechamento gradativo das posições superiores da hierarquia social aos não portadores de diploma universitário, combinado com o aumento da proporção de titulados na população total, que parece estar aumentando a competição por aquelas posições (CARDOSO, 2008, p. 600).

Se a precariedade se mantém em suas balizas históricas, o que começou a mudar foi a *percepção* dessa precariedade. O aumento da escolarização, sobretudo no acesso ao ensino superior, e a democratização de meios técnicos de autogerenciamento já era perceptível desde

¹¹⁸ Como alertava Castel, ao elevar o nível das qualificações exigidas, ela impede que jovens que “há vinte anos teriam sido integrados sem problemas à produção acham-se condenados a vagar de estágio em estágio ou de um pequeno serviço a outro” (CASTEL, 2015, p. 519).

¹¹⁹ Para Souza e Lamounier (2010), a educação seria o símbolo por excelência da identidade de classe média e é vista como um dos principais fatores de ascensão social. Uma das conclusões a que chegaram os autores é que o diploma universitário, por conta de um certo “descrédito” quanto a sua utilidade prática, é insuficiente para tal. Essa constatação não parece suficiente para reduzir a demanda por educação, mas a consciência de que o diploma de curso superior por si só não garante emprego nem salário motiva a busca por maior especialização, visando conquistar uma posição compatível com a titulação formal (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 63). Os autores se baseiam na *Pesquisa sobre Classe Média 2008*, pesquisa quantitativa realizada entre os dias 8 e 12 de novembro de 2008. Foram realizadas entrevistas com 2002 eleitores de 16 anos ou mais, em 141 municípios do país.

os anos 1990 e se acentuaram brutalmente na última década. Ao mesmo tempo em que o ensino superior se proletarizava e se privatizava, movimento que continuava a tendência notada por Prandi (1982), as universidades investiam no ensino do empreendedorismo, sobretudo como *um novo tipo de força de trabalho* para as empresas. Na noção de capital humano, a manutenção da empregabilidade pelo próprio trabalhador é essencial, e em diversos relatos aqui vimos esse intercâmbio, como no caso de Elis, moradora do Jardim São Luís, que com apenas 16 anos já frequentava oficinas de empreendedorismo e que no momento da nossa conversa tentava viabilizar uma dedicação definitiva à sua produtora de audiovisual. De fato, se o mercado de trabalho mal é capaz de absorver essa geração, postergando sua incorporação, o poder público e o setor 2,5 tratam de remendar isso com o estímulo ao empreendedorismo, tanto como uma forma de administração dessas populações, quanto para lhes dar algum meio de inserção no lugar da experiência prática, que dificilmente terão.

Há aqui um componente geracional importante. Por um lado, é certo que essa absorção de um princípio racional a guiar as perspectivas, em oposição a elementos populares de reprodução social como a família, ganha mais ênfase entre interlocutores com menos de 30 anos. Muitos se tornam empreendedores exercendo experiência prática para seus próprios fins, e não para um terceiro, e não há grande reflexão política necessariamente, apenas a vontade de autonomia. Conforme as idades caem, nota-se o peso da influência dos processos de formação contemporâneos, que enfatizam cada vez mais o empreendedorismo e a percepção negativa sobre o trabalho assalariado. Nos casos que apresentei no Capítulo 3, destaca-se então uma exaltação de formas cada vez mais abstratas de autorreconhecimento, como a “ancestralidade” e a “autenticidade”, e menos assentadas na experiência prática. Por exemplo, Maria Rita se revolta com a família, que não respeita sua “caminhada”. João Vicente não tinha diploma, mas esnobava o zé povinho com suas participações em programas da Rede Globo. São jovens que não veem, pelos menos nessa fase da vida, *racionalidade* na aquisição de diplomas e certificados, e sim tentativas de moldá-los.

A questão da formação, por sinal, parece sofrer uma reviravolta nas expectativas subjetivas desses jovens. No argumento de Erik Olin Wright (1989), a aquisição de credenciais implica em privilégios que se traduzem na forma de rendas (*credential rents*), distinguindo os estratos dentro da classe trabalhadora. Mas na reprodução de um mercado de trabalho que demanda pouca qualificação (apesar de exigir o diploma como forma de seleção dos

candidatos),¹²⁰ o ceticismo com a formação se propaga largamente. A busca por qualificação foi sempre tortuosa no Brasil e entre os operários da indústria paulista, o nível de escolarização permaneceu baixo por muitas décadas. Leôncio Martins Rodrigues (2009 [1970]) observou que em relativamente poucos casos a baixa escolaridade era compensada com cursos técnicos, mas de modo geral o aprendizado “na prática” era bastante comum. Guimarães (2004, pp. 163-165) percebeu na indústria química paulista que atributos biológicos de sexo e idade se revelaram mais eficazes na distribuição das oportunidades de emprego naquele contexto de reestruturação das firmas do que a escolaridade, sintetizando “representações sociais acerca do indivíduo ‘adequado’ e/ou da remuneração ‘justa’ para um posto de trabalho”. Portanto, a qualificação profissional se revelou menos importante para a permanência em posições ocupacionais na indústria; por conseguinte, “os mais jovens, os menos instruídos, aqueles com menos tempo de emprego e do sexo feminino, quase só se mantiveram empregados nas piores paragens das indústrias químicas: nas pequenas”.

De fato, por mais que essas observações não façam referência direta à vida sem salário que descrevi nesta tese, elas certamente afetaram as perspectivas de muitos. Não por acaso, os mais jovens se ressentem não só pelas oportunidades insatisfatórias oferecidas pelo mercado de trabalho, como ignoram em grande medida a importância da qualificação, e esses sentimentos aparecem sobretudo entre as mulheres, que veem questões de gênero lhes “desqualificar”, como vimos no caso de Letícia, preterida a um cargo superior por um homem branco da mesma idade, mas com desempenho escolar e profissional inferior. Ela mantém o interesse em se qualificar, mas por um senso de vocação que compartilha com sua nova ocupação de empreendedora. De modo que o mercado “vende” a qualificação como porta de entrada, mas fecha a porta por critérios não relacionados à ela – gênero, raça, classe etc., revertendo no ceticismo manifestado por esses jovens.

Assim, reaparece o tema da fuga do “destino operário”, como apontaram Stéphane Beaud e Michel Pialoux (2009), em que a política de massificação do ensino médio e o paradigma educacional oferecido para os jovens da classe trabalhadora francesa provocaram um processo de “desoperarização” das classes populares, de enfrentamento geracional com a

¹²⁰ Segundo Lima, no que se refere à relação entre função desempenhada e qualificação, o acesso ao diploma não garante a colocação em ocupações que efetivamente demandem tal qualificação. Entre os fatores destacados por ela estão a má qualidade de cursos e instituições e a utilização de estratégias de manutenção do emprego nas quais o ensino terciário funciona de forma defensiva, como um recurso de manutenção do emprego e, talvez, de progressão na carreira, mas em ocupações menos complexas e que não demandam qualificação específica (LIMA, 2012). A pesquisa cita como exemplo que, para o operador de *telemarketing* “progredir na carreira” e se tornar um gerente de *telemarketing* muitas vezes é necessária uma graduação. Entretanto, essa graduação pode ser tanto em administração quanto em gerontologia.

identidade operária e de imitação de aspectos da juventude burguesa, avivando o conflito entre esses diferentes *ethos*. Segundo os sociólogos, “a participação na cultura adolescente, a descoberta no colegial da ilegitimidade de certo número de práticas populares e a adoção (sob forte limitação orçamentária) de um estilo de vida colegial acarretam um certo distanciamento do meio de origem” (BEAUD; PIALOUX, 2009, p. 181),¹²¹ ainda que este destino operário, no Estado de bem-estar europeu, seja menos repulsivo que a realidade do trabalho precário entre nós. Mas para quem empreende essa fuga, o obstáculo passa a estar na dimensão da integração social, na medida em que a própria classe média, como apontou Robert Kurz (2013), depende da existência de uma economia industrial em expansão – que demanda setores qualificados e os remunera redistribuindo mais-valor. Com a desindustrialização em escala crescente, essa realidade atinge também o Estado e sua capacidade/disposição de promover instituições que formem e empreguem setores qualificados, restando espaços residuais e extremamente concorridos de prestígio social.

Alguns conseguem. João Vicente mantém uma agenda intensa de palestras, oficinas e feiras em vários pontos da cidade, apesar disso não resolver todas as suas dificuldades; sinal de que ele também está atento ao que se passa ao redor dele, observei algumas vezes no *coworking* uma tenda de cadastro no programa Minha Casa Minha Vida instalada na laje. Mas destaco aqui especialmente o caso de Letícia, que incluí no primeiro capítulo mesmo que ela se posicione em diálogo com o universo dos negócios de impacto social. Com apenas 26 anos no momento da entrevista, economista com pós-graduação pela UFABC, ela já tinha uma empresa consolidada de consultoria voltada para o público negro e periférico. Sua metodologia inovadora, que se propõe a falar de educação financeira fazendo uso de letras dos Racionais MC's, tem cumprido com êxito seu propósito de ajudar a periferia a romper a barreira da economia monetária. Seu principal mantra é a questão do endividamento, que impede de imediato qualquer iniciativa empreendedora. Ela parte de sua própria experiência de ter sido barrada em sua evolução na carreira, e cedo decidiu pela autonomia. Letícia identificou não só uma demanda, mas um problema social, ao qual respondeu associando sua expertise com ímpeto empreendedor. Ela não se ilude, compreende temas como o funk ostentação como um desejo de acesso, porém vê em alguns excessos consumistas um sintoma do próprio capitalismo. Junto ela conserva um *ethos* popular que prende seus pés ao chão, tanto na conduta pessoal

¹²¹ Não trato aqui da cultura operária, mas como observei nesta tese, esta compartilhou com o trabalho por conta própria certos aspectos éticos, entre eles o valor à experiência prática e ao ofício manual. Trabalhei esse tema também por ocasião de minha pesquisa de mestrado com bolsistas do Prouni (cf. COSTA, 2015). Assim como Braga (2009) descreve situações semelhantes em sua pesquisa com operadores de telemarketing.

quanto no próprio objeto de sua empresa.

Não só ela aprendeu a “fazer conta” na periferia. Maria Rita, por exemplo, é muito consciente da necessidade de educação financeira que dê ferramentas para a autonomia. Elis sabe bem o que precisa fazer para sua produtora de audiovisual decolar, tem objetivos bem definidos e talento para a captação de recursos. No seu caso, até a experiência com a militância de esquerda lhe serviu para visar metas palpáveis – e principalmente, para evitar as roubadas. Ana Luiza foi exaurida pelo magistério, começou a empreender desenhando papelaria inspirada na temática negra e conseguiu, participando do *Shark Tank Brasil*, um investimento para se dedicar integralmente à empresa, da qual se descreve como “CEO”. São modelos emblemáticos de como o empreendedorismo embala o desejo de autonomia do jovem periférico e, eventualmente, cria de fato grandes histórias, sobretudo quando eles dialogam com a realidade concreta do mundo popular.

Por outro lado, há contextos em que o discurso empreendedor, com ou sem o verniz social, é desafiado pela realidade. Tais situações acontecem justamente quando ele ganha dimensões concretas em ofícios que requerem, afinal, habilidade prática. Nesses casos, o “saber fazer” mantém sua importância, como indicam os exemplos de Celso e Keila, esta ávida por cursos que ensinem a “mão na massa”. Maicon, aliás, com ambições de abrir um restaurante, manifesta certa desilusão com o curso de gastronomia em que se matriculou, que teve que cancelar as aulas práticas por conta da pandemia de Covid-19. De modo que a certificação, nesses casos, é menos importante para eles do que a capacidade de trabalhar com competência seus negócios.

A clivagem simbólica entre ocupações manuais e intelectuais existe tanto no universo do trabalho por conta própria quanto entre os assalariados, pois se trata de uma distinção social e cultural. Não é neste ponto que incide a ideologia do empreendedorismo. Na questão geracional, por sua vez, ressaltam-se os programas de formação para os mais jovens, ministrados por organizações sociais e mais recentemente pelo ensino formal, por meio da reforma do Ensino Médio e da BNCC, metodologias de readequação e administração de uma juventude precária já sem perspectivas de inserção salarial. As próprias instituições que promovem esses cursos têm tratamentos diferentes para cada geração: para os adultos, o foco é nas aulas práticas e em técnicas para estruturar o produto; para os mais jovens, importa resgatar a autoestima e a capacidade de “sonhar”, como assentiu meu interlocutor do Projeto Arrastão.

Situações de exploração e abuso vividas por trabalhadores de todas as idades têm a pungência necessária para desafiá-los a arriscar uma tardia busca por autonomia. É à estrutura de sentimentos que o empreendedorismo remete.

5 / UTOPIA E SOFRIMENTO

A cultura popular contemporânea floresce a partir das formas residuais e dos constrangimentos do presente. Ela é *determinada* não em uma relação automática, mas a partir do estabelecimento de limites e exercendo pressões na vida social, no sentido de Williams (2011). As relações sociais são sempre dinâmicas e formas culturais emergentes fazem da cultura popular um constante campo de tensões. O empreendedorismo aparece aqui como essa forma cultural emergente, que emana da cultura dominante e incide sobre aquele *ethos* residual do trabalho autônomo com novas imposições racionalizadoras (cf. HALL, 1981; GIDDENS, 1991). Esse encontro crítico é o que chamo de empreendedorismo popular.

Neste capítulo, discuto os aspectos ideológicos desse fenômeno e seus efeitos nas subjetividades entre meus interlocutores. Se no capítulo anterior busquei reconstituir os modos de vida do trabalhador por conta própria, à luz das reconfigurações socioeconômicas e espaciais na periferia da zona sul, aqui tenho como foco repercussões psicológicas determinadas por esse modo de vida contemporâneo, com consequências que atingem do autogerenciamento à sociabilidade. Contudo, partindo do pressuposto de que “nenhuma outra técnica para a condução da vida prende a pessoa tão firmemente à realidade como a ênfase no trabalho, que no mínimo a insere de modo seguro numa porção da realidade, na comunidade humana” (FREUD, 2011, p. 24).

O empreendedorismo presente no discurso hegemônico divide o mundo popular impondo a racionalidade instrumental sobre o costume, universo em que as práticas e normas se reproduzem lentamente, como diz Thompson (1998, p. 14), e um “vocabulário completo de discurso, legitimação e expectativa”. Na essência dos costumes estão os saberes práticos e manuais, o “saber fazer”, como me definiu o interlocutor Geraldo, e que parte da experiência acumulada por anos ou décadas na prática de um ofício. Esses sujeitos se amparam na segurança representada por um ofício profundamente incorporado e praticado, às vezes em um emprego assalariado, mas importante sobretudo quando a viração se torna necessária, garantindo o sustento familiar. O governo da casa (a *oikonomia* em sentido aristotélico), por sua vez, é feito de cálculos que nem sempre são monetários, pois a presença na educação de um filho muitas vezes supera a estima por uma ocupação fixa exaustiva. O sentimento de bem-estar que um pequeno comerciante adquire na comunidade pode ter mais “valor” do que a impessoalidade de um emprego de vigia noturno. São portanto alternativas às várias formas de sofrimento infligidas pelo trabalho e cujo reconhecimento não é garantido (cf. DEJOURS, 1999).

A aceitação da forma cultural empreendedorismo, nos seus termos modernos e racionalizadores, só é possível pela promessa de *liberdade* que carrega. Todas essas experiências se equilibram entre os dois polos que constam no subtítulo desta tese, qual sejam, utopia e sofrimento. Entre eles, a realidade do mundo do trabalho contemporâneo, que em maior ou menor grau espreme seus corpos e consciências. Contudo, para além desta contraposição à exaustão do trabalho assalariado, os empreendedores populares encontraram no trabalho por conta própria também um lugar de reconhecimento na comunidade, uma oportunidade de negócios, uma identidade e um anseio de emancipação. É nesse ideal de liberdade que o empreendedorismo lança âncora, prometendo uma fuga possível da centralidade negativa do trabalho.

5.1 / *Sufrimento e autoajuda*

O contínuo aumento do número de trabalhadores por conta própria espelha no presente não apenas o *ethos* individualista, mas também situações de incerteza e indeterminação próprias dessa categoria. Sobretudo entre aqueles que ainda estão no mercado de trabalho formal, ou que apenas recentemente se viram desempregados, colocar novos negócios de pé exige não apenas iniciativa “empreendedora”, pois conhecimentos práticos nem sempre fizeram parte das trajetórias periféricas, e sem experiência precisam muitas vezes se virar. Esse desafio tem sido “facilitado” pela introdução de meios tecnológicos cada vez mais avançados, no que a década de 1990 forneceu – ao mesmo tempo em que eliminava empregos na indústria (cf. GUIMARÃES, 2004) – recursos de autogerenciamento que permitiram, por exemplo, a difusão da cultura do hip hop para além das periferias, ainda antes do advento da internet. Júlio, por exemplo, é bastante enfático ao afirmar a importância do *acesso* a esses meios para a formação da cultura periférica. Meios que permitiram também a constituição de uma indústria cultural evangélica, com seus estúdios e canais próprios, como apontei na Introdução.

Temos acompanhado uma incrível aceleração desse processo na última década com a introdução da telefonia móvel e da internet no cotidiano das classes populares. De acordo com dados da PNAD-Contínua do IBGE, em 2019 a parcela das residências em que havia aparelho celular alcançou 94%; da população com 10 anos ou mais de idade, 81% tinha telefone móvel celular para uso pessoal. O uso domiciliar de internet chegou a 82,7%, e o acesso a ela era feito em 98,6% dos casos pelo telefone celular.¹²² Objetivamente, é razoável afirmar que a telefonia

¹²² Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf

celular *faz parte* da vida do brasileiro, que a utiliza para se comunicar, para entretenimento e, evidentemente, para trabalhar.

No debate contemporâneo sobre autogerenciamento, o foco tem sido sobretudo nas questões subjetivas do trabalho plataformizado (ou uberizado), característico de um capitalismo financeirizado em que se proliferam “autogerentes subordinados” às plataformas, desprovidos de direitos e organizados através de sofisticados algoritmos (cf. ABÍLIO, 2020; GROHMANN, 2020). O neoliberalismo aparece aqui basicamente sob duas matrizes teóricas, a foucaultiana, em que se ressalta a internalização de lógicas empresariais, constituindo empresários de si; e gramsciana, que o vê como um sistema de subordinação classista. De modo que para várias dessas análises, o empreendedorismo seria “um novo modo de vida representativo da sociedade neoliberal”, e que “isso não deriva de escolhas por eles [indivíduos] realizadas, mas são próprias de um novo modo de organização produtiva pautado pelo autocontrole, autoeficiência e autometas” (AMORIM; MODA; MEVIS, 2021, pp. 8-9).

Na pesquisa que desenvolvi, o tema da uberização é tratado apenas *en passant*. O fato de que esses trabalhadores de plataformas são, na verdade, subordinados por essas empresas, que lhes aplicam formas dispersas de gestão do trabalho, não está em questão – portanto concordo que são trabalhadores subordinados e desprovidos de garantias sob controle de uma retórica empresarial conveniente a essas corporações. A telefonia móvel é justamente o *meio técnico* que conecta esses algoritmos ao trabalhador precário e que, portanto, viabiliza sua “plataformização”, apesar de tal meio permanecer oculto nas análises. Sigo aqui por outro caminho. Como descrevi ao longo desta tese, as formas de autogerenciamento são múltiplas, anteriores às inovações tecnológicas e estão presentes de alto a baixo na sociedade, por isso as classifiquei como *populares* nos casos narrados aqui.

Por que, então, os dados que apresentei acima são importantes? Primeiro, porque o recurso à tecnologia digital se destaca com frequência nos relatos que apresentei. Ronaldo é assalariado, mas recorre aos aplicativos de transporte para complementar a renda insuficiente. Fernanda, Eduardo e Raphaela, Mercedes, a hamburgueria de Paraisópolis, Diego, Maicon e Geraldo, além de todos os meus interlocutores do Capítulo 3, tem no WhatsApp e no Instagram ferramentas essenciais para seus negócios – funcionam para dar publicidade aos seus produtos, e recentemente também para o atendimento de pedidos por *delivery*.¹²³ Também tem

¹²³ Em outubro de 2020, o Banco Central do Brasil introduziu um novo meio de pagamento eletrônico instantâneo e gratuito para pessoas físicas e jurídicas, a plataforma online *Pix*. Infelizmente não foi possível captar em profundidade os efeitos dessa inovação para esta pesquisa, mas é razoável aferir que seu impacto foi significativo: até fevereiro de 2022, 122 milhões de brasileiros possuíam essa ferramenta, e mais de 1 bilhão de transações haviam sido realizadas (cf. VALENTE, 2022).

possibilitado a Estela, aos 61 anos, vender seus bolos caseiros. Mas sobretudo porque, além dessas constatações, a tecnologia precisa de um *propósito*, como alerta Williams (2016). Assim como o advento da televisão, a telefonia móvel existe como uma forma cultural específica de relações sociais em determinados lugares e momentos históricos. Por si, dizia Marcuse (1999, p. 74), a técnica “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez como a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo”. São os processos sociais que determinam a sua função. Portanto, se trata aqui de evitar o determinismo tecnológico compreendendo esse propósito, e não ignorando essas ferramentas.

Em outro exemplo pertinente que vale a pena abordar, Eva Illouz (2007) percebeu na difusão dos livros de bolso nos Estados Unidos, em 1934, a popularização do discurso terapêutico, que poucos anos antes tinha sido inaugurado por Freud. O pai da psicanálise lamentava que o seu ofício estivesse restrito à classe média, em condições de arcar com os altos custos das sessões de análise. Illouz mostra como alguns de seus seguidores tiveram êxito em atravessar as fronteiras de classe da psicologia ao ampliar significativamente o campo das patologias e, além disso, reforçar o papel do indivíduo na solução de problemas mentais. Assim, deu-se impulso a um imenso mercado tanto para as terapias como para a literatura de autoajuda. Nesse sentido, uma inovação nas condições materiais de difusão foi essencial para um “resgate” do Eu pelo indivíduo, recurso de imensa abrangência até os dias de hoje.¹²⁴

Illouz (2007) considera que o discurso terapêutico *funciona* no mundo contemporâneo, isto é, tem efeito em traumas psicológicos e sofrimentos que ocupam o centro das narrativas individuais, diagnosticados por psicólogos profissionais, e administrados em seus casos “simples” pelo recurso à autoajuda. Além de engajar uma série de atores (o Estado, psicólogos e psiquiatras, a indústria farmacêutica, a indústria cultural etc.), o discurso terapêutico passa a fazer parte do cotidiano ordinário transformando indivíduos com problemas mentais mais ou menos graves em pessoas funcionais, preparadas para enfrentar as explorações e abusos do capitalismo contemporâneo. Minhas interlocutoras Elis e Maria Rita, por exemplo, falam várias vezes em “saúde mental” para explicar situações próprias ou de terceiros. Sobretudo, a autoajuda incide na individualização, reconhecendo “problemas” e vendendo as soluções, isto é, possibilidades de “autorrealização” (cf. ILLOUZ, 2007; MARTELLI, 2010).

Nesse sentido, a desmassificação que Brown (2019) atribui aos teóricos do

¹²⁴ De acordo com a pesquisa Painel de Varejo de Livros no Brasil, feita pela Nielsen BookScan para o Sindicato Nacional do Editores de Livros (SNEL), a venda de livros no país aumentou 29,36% de 2020 para 2021. Os dois livros mais vendidos do ano foram *Mais esperto que o Diabo*, de Napoleon Hill, e *Do mil a um milhão*, de Thiago Nigro, ambos de autoajuda. Ao analisarem uma literatura não acadêmica sobre empreendedorismo, Elaine Leite e Natália Melo (2008) observaram um nela “um conjunto de princípios ideais de bom comportamento”.

neoliberalismo tem mais a ver com a tremenda difusão do discurso terapêutico: o fato de que esse discurso apresenta resultados palpáveis no plano individual reafirma um tipo de conduta individualista. A evolução dos recursos tecnológicos aprofunda as técnicas de autoajuda e expandem o alcance do autogerenciamento, em que se encontra, afinal, o seu propósito. O autogerenciamento, portanto, é uma dimensão desse projeto de autorrealização. O sucesso das narrativas de autoajuda certamente dialoga com um individualismo originário e cava no íntimo do sujeito a ambição pela autorrealização. Assim como a popularização dos livros de bolso nos anos 1930, a introdução da telefonia celular no cotidiano revela-se fundamental para o fortalecimento dessas narrativas. “Quando vivem apenas na mente as ideias culturais são fracas”, observa Illouz (2007), de modo que elas precisam se encarnar nas práticas da vida cotidiana.

Na pesquisa que desenvolvi aqui, obviamente sem a pretensão de esgotar o assunto, o discurso terapêutico aparece de duas formas, naturalmente integrado ao tema do empreendedorismo: nos eventos e oficinas que divulgam o empreendedorismo social, sobretudo com foco nos públicos negro e periférico; e nos cultos de prosperidade, em especial os da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). No primeiro caso, são espaços com caráter de acolhimento, em que pessoas que aspiram ter negócios próprios não aprendem prioritariamente os meandros práticos e burocráticos – apesar de existir essa demanda –, mas buscam fortalecer a autoestima, debater trajetórias e expor experiências de sofrimento e superação. Silva (2017, p. 175) traz vários relatos dessas atividades, em que na confecção de um produto (roupas, acessórios etc.) há uma desconstrução de “paradigmas de beleza e ‘sentimentos de desajuste’” com objetivo de empoderamento – em um dos casos mencionados, uma empreendedora define seu ateliê como uma “fábrica de sonhos”. No Fórum Negócios de Impacto Social (NIP) que aconteceu no Jardim Ângela e que descrevo no Capítulo 3, as pausas entre as mesas de discussão eram preenchidas por histórias como essas, em que mulheres empreendedoras contavam suas trajetórias de superação e sucesso, permeadas pelo discurso terapêutico de “cura” e autorrealização, o que de todo modo algumas de minhas interlocutoras também manifestaram durante as entrevistas. Essa vinculação se vê, por exemplo, na fala de Vitória, que deixou a faculdade alegando preocupação com sua saúde mental (além de ver o mercado de trabalho formal uma força antagonista), e de Ana Luiza, que viu no empreendedorismo uma cura para a depressão trazida pela trabalho escolar.

No caso do universo do empreendedorismo social, as temáticas da ancestralidade estão muito presentes, em que o elemento mágico aparece nas referências às religiões de matriz africana. Mas o discurso terapêutico aparece fortemente também nos Congressos para o Sucesso

da Universal, que acompanhei no Capítulo 2, obviamente com adaptações discursivas que colocam o cristianismo e a família como essência do argumento. Dialogando com a cultura, mas se diferenciando do catolicismo popular, caracterizado pela exaltação do simples e do humilde, a Universal promove a ideia do indivíduo “diferenciado”, que não aceita a humilhação, se revolta com as injustiças e se coloca abaixo apenas de Deus. Por sinal, esses cultos se destacam justamente pelo tom de autoajuda, levando ao altar fiéis que superaram dramas pessoais e que, ao se colocarem no centro (a serviço somente de Deus), empreenderam negócios de sucesso. Episódios de ostentação, no caso, são justificados pela condenação do endividamento, no plano terreno, e no sacrifício do dízimo. O pastor faz as vezes de palestrante, e como sinal da eficiência do discurso terapêutico, exhibe grandes filas de pessoas que pagaram suas dívidas, recuperaram seus casamentos etc.

A Universal tem como *slogan* a frase “Pare de sofrer”, o que de fato mobiliza seus seguidores, que, ao reverem suas trajetórias de humilhações, buscam recuperar a autoestima e se livrar de seus grilhões, em um processo de superação que apresenta o empreendedorismo como saída.¹²⁵ Atendendo a um público muito diversificado, a igreja foi bem-sucedida em encontrar nesse denominador comum a base para seu discurso terapêutico. Contudo, é notável seu esforço para eliminar os vestígios de submissão presentes no catolicismo popular, primeiramente o acolhendo por ser ele ainda uma referência para a cultura popular, mas o subvertendo na iniciativa empreendedora que busca induzir.

Mafra, Swatowski e Sampaio (2012) analisaram a originalidade e habilidade de Edir Macedo em transformar uma teologia evangélica norte-americana de tendências fortemente liberais, cujas raízes repousam sobre uma economia afluyente e de *ethos* individualista consolidado, em um projeto pastoral *popular* adaptado às condições de um país periférico em contexto pós-colonial. Macedo consolidou “um discurso moral que refuta o individualismo corrupto e narcisista, e, em seu lugar, oferece rituais que promovem empreendedores sacrificiais mesmo entre seguidores que se encontram em diferentes momentos do processo de individuação” (MAFRA; SWATOWISKI; SAMPAIO, 2012, p. 82). De fato, a arquitetura do Templo da Fé é pensada para que o indivíduo se sinta insignificante diante da exuberância do espaço, que afinal simboliza o próprio Deus e a doutrina da igreja, mas não suprimindo por completo a individualidade em um mundo globalizado e mediado pela

¹²⁵ Nas palavras de Rui (2010, p. 60), “trata-se de evocar o intolerável limiar da dor: o ponto final de destruição, de dor física, moral, de dignidade e de ética que torna possível ‘aceitar o programa’. Só com a dor é possível aceitar que o controle da vida foi perdido e que há a necessidade de ajuda.”

comparação. Estrategicamente, a Universal se distingue do tradicional catolicismo popular,¹²⁶ no seu apego idílico ao cândido e desafetado mundo rural, oferecendo às camadas populares “uma composição ousada de empreendedorismo, revolta e inquietude” (Idem, p. 88). Assim, administra expectativas e ansiedades, estimulando o acesso aos bens de consumo de uma modernidade que sempre foi negligenciada para os mais pobres, porém impondo limites ao narcisismo em nome do “bem comum” evangélico.

Para o clero católico brasileiro (muitas vezes composto por estrangeiros), as camadas populares aproximam-se da alteridade “pura” e “inocente”. Em contrapartida, Edir Macedo concebe o “popular” como aquele que busca os signos de riqueza, opulência, cosmopolitismo e globalização. A IURD dirige-se a essa audiência apresentando-se como o canal social que garante de maneira eficiente o acesso e a distribuição dos signos de modernidade “a quem quer que a procure”. Não se imputa uma relação de oposição entre “ser popular” e “modernidade”, nem se atribui, ao popular, um lugar social de inferioridade do ponto de vista simbólico (MAFRA; SWATOWISKI; SAMPAIO, 2012, p. 88).

Tanto no *neopentecostalismo* quanto no empreendedorismo social há mais ou menos tacitamente a premissa de que os pais nada têm a ensinar. Na IURD, curiosamente, a exaltada defesa da família raramente remete à herança parental (moral e financeira), ausência notável também nos eventos de empreendedorismo, como um aspecto do discurso terapêutico de estímulo à autoajuda. A busca pela constituição de um modo de vida baseado na autorrealização e no empreendedorismo deve remeter a tempos imemoriais, distantes da experiência concreta, por isso a base do discurso é, no primeiro caso, o Antigo Testamento, e no segundo, a ancestralidade. São sintomas do rompimento com o espaço de experiência popular, por um lado; por outro, uma sinalização de autogerenciamento individualista como expectativa.

Em suma, a evolução da tecnologia transforma discurso terapêutico em autogerenciamento. Enquanto a expansão das modalidades de patologias permitiu a difusão de grupos de apoio e a individualização das técnicas de autoajuda, à essa estrutura de sentimentos só faltavam os meios técnicos adequados para que a autorrealização do Eu se convertesse em horizonte empreendedor. Não só possibilitando a necessária estabilidade psíquica laboral, mas dando ao indivíduo a opção de rejeitar o mercado de trabalho por completo. Nisso se vê o propósito da inovação da telefonia móvel: permitir ao indivíduo privado de cidadania agir por conta própria.

¹²⁶ Essas distinções são cuidadosamente calculadas pela elite da igreja, que em outras circunstâncias rearticula crenças, ritos e práticas da religiosidade popular como forma de facilitar a evangelização e a adesão de novos fiéis (cf. MARIANO, 2008).

5.2 / Reinterpretando trajetórias pela narrativa terapêutica

Marcuse (1999, p. 97) dizia que “racional é aquele que mais eficientemente aceita e executa o que lhe é determinado, que confia seu destino às grandes empresas e organizações que administram o aparato”. No impulso racionalizador que determina formas culturais de conduta e sociabilidade, movimentos contraditórios desafiam indivíduos à adaptação ou ao esgotamento. Se, por um lado, o individualismo é revigorado pelo discurso terapêutico, possibilitando ao indivíduo seu autogerenciamento, por outro recrudescer no sujeito popular um sentimento de inadequação ou fuga para a frente. Sua contrariedade não se encontra no individualismo em si, mas no discurso terapêutico em que é embalado. Este não se destina prioritariamente a eles, pequenos comerciantes ou trabalhadores por conta própria, que valorizam o individualismo *vivido* e aprendido na batalha concreta pela manutenção de seus modestos padrões de vida, que implicam tanto na sua visão de mérito como reconhecimento do trabalho duro e honesto, como na minimização da dor e do sofrimento, os quais tentam manter em sigilo, restritos ao âmbito privado.

A metáfora da ponte volta e meia reaparece no discurso do sujeito periférico. Ela se adequa perfeitamente para a definição de minha interlocutora Maria Rita, para quem “da ponte pra cá tudo é mais difícil. Da ponte pra cá, as oportunidades são diferentes. Quem é da ponte pra cá é visto de forma diferente. Quem mora nos bairros mais nobres tem outras oportunidades, tem outras vivências, tem outros acessos. E quem mora da ponte pra cá não tem”. Uma das implicações da dimensão estética e política disso é o interesse despertado *no lado de lá* da ponte, que observei sobretudo nos eventos de negócios de impacto social e seus protagonistas periféricos. A mudança na relação se constata pelos questionamentos enfrentados pelo terceiro setor, cujas estratégias de atuação nas periferias sofreram o impacto de uma crise de legitimidade notável entre meus interlocutores, ademais admitida também por gestores de organizações sociais das periferias (cf. FELTRAN, 2011).

O espaço aberto por elas foi amplamente ocupado por fundações empresariais, aceleradoras e escolas de negócios, em parceria com empreendimentos sociais *locais*, geridos por atores da cena hip hop e referências importantes para a juventude da periferia. Esse ecossistema do empreendedorismo social conhecido como setor 2,5 tem articulado com muita competência temas como sustentabilidade e diversidade, mas ainda enfrenta obstáculos na *tradução* desses princípios políticos para o mundo popular. Nas palestras, oficinas e vivências que acompanhei para esta pesquisa, uma juventude engajada na luta por reconhecimento de

identidades periféricas e raciais se encontra com pessoas adultas e idosas, muitas vezes desempregadas, em busca de um lugar ao sol – a ideia de consumo “consciente”, contudo, muitas vezes os confundia.

No âmago da relação entre o sujeito periférico e instituições como a Fundação Lehmann e a Fundação Via Varejo, o British Council e a FGV, está a contrapartida social, tópico em que *negociam* seus interesses. Trata-se, por um lado, de uma afirmação de autonomia e de consciência do interesse que despertam para o marketing social das empresas; por outro, essa contrapartida é racionalizada, em termos weberianos: no cálculo desses sujeitos, o uso do seu tempo e de suas identidades periféricas tem um valor, no caso monetário, mas que se converte também em contatos e oportunidades do outro lado da ponte. Para o bloco de empresas e aceleradoras, tampouco há ingenuidade, pois conseguem a legitimação para implementar um poderoso instrumento de hegemonia. Por sinal, também a indústria cultural se engaja nesse processo, como vimos na análise do reality show *Shark Tank Brasil*.

Os jovens que entrevistei com idade inferior a 30 anos têm em comum, com exceção de Carolina e Leticia, uma trajetória de ativismo cultural e político, em que se destacam os saraus e coletivos de cultura. Desse rico contexto em atividade na zona sul se formou a cultura periférica, que a partir dos anos 1990 narrou as vivências desses jovens em busca tanto de reconhecimento quanto de oportunidades de ganhar a vida (cf. TOMMASI, 2006). Desde então, a cultura periférica se institucionalizou, aparelhos públicos e privados foram erguidos em vários cantos da região e, com a sustentação das políticas públicas do período lulista, muitos desses jovens passaram a viver de *cultura*, movimento em parte interrompido com a descontinuidade do PT no governo federal. Sobrevive pelo seu discurso ativista, pelo aprofundamento das afinidades com as empresas, e porque uma de suas principais premissas se manteve no contexto de rompimento com o espaço de experiência: a de serem importantes espaços de acolhimento para quem perdeu as referências concretas.

O discurso terapêutico, como explica Illouz (2007), prega o contrário do resguardo do sujeito popular. Nas narrativas que costumam acompanhá-lo, a ressignificação do sofrimento nas trajetórias individuais serve frequentemente como justificativa antecipada para as frustrações previstas com um mercado de trabalho que não pode mais prover projetos de carreira. Illouz observa que, para que mais e mais situações sejam patologizadas (e portanto tratadas por profissionais da área), até mesmo características que costumavam ser socialmente valorizadas passam a ser vistas como inconvenientes. Nas narrativas terapêuticas, sentimentos negativos como vergonha, culpa, medo ou insuficiência vêm ao primeiro plano. Além disso, esses sentimentos devem ser tratados publicamente, discutidos e debatidos, e é assim que o

sujeito participa da esfera pública, sob pena de ser visto como “recalcado” e incapaz de lidar com seus sentimentos. Portanto, a autorrealização passa a ser o objetivo da sua história de vida, mesmo que a vida já pareça realizada – de fato, o discurso se destina principalmente para a classe média. Por isso, para Illouz, as narrativas terapêuticas são escritas retrospectivamente e desprovidas de julgamento moral, em que a “culpa” recai sempre em um terceiro. O empenho no trabalho, sobretudo, é reinterpretado como “compulsivo” e justificado por algum trauma – portanto, passível de autoajuda.

Já no mundo popular, o sofrimento no trabalho costuma ser visto com certo orgulho, porque aprendido na prática. Por exemplo, aquele que se tornou um lugar-comum do discurso terapêutico, o da “resiliência”, é visto na sua concretude nas trajetórias que destaquei nesta tese. Os relatos de trabalho infantil aqui são comuns, sobretudo entre imigrantes: Sueli, Toni, Delei, Mari, Geraldo, Estela e Aparecida trabalharam na roça, migraram na adolescência para São Paulo e para se estabelecerem, enfrentaram trabalhos precários, dificuldades de adaptação, violência e superação. Guardam na carne e na memória o que tiveram que passar. Tássio, que também migrou muito jovem com a família para Paraisópolis, se emociona ao lembrar de como os pais chegaram na cidade, ergueram o primeiro barraco e depois a casa de alvenaria. Não por acaso, veem na eventual ascensão ou na simples sobrevivência o mérito do esforço individual e de cicatrizes que não foram em vão.

Contra essa “compulsão” para o trabalho se insurgem meus interlocutores mais jovens, paulistanos sem empregos estáveis, sem filhos e ativistas engajados. Já comentei sobre a desilusão que eles enfrentam com o mercado de trabalho, que destina aos jovens da periferia empregos precários e/ou mal remunerados, sem esperança de carreira e muito menos de autonomia. De modo que a saída para o empreendedorismo reveste-se de única opção para eles. Mas para isso, o recurso às narrativas terapêuticas se torna um escape necessário, porque é ele que “compensa” a falta de experiência prática (ou de credenciais) que tanto é valorizada pelo trabalhador por conta própria. Narrativas performativas são então elaboradas, em que o sofrimento aparece com destaque.

Essas narrativas se diferem muito das que ouvi de meus interlocutores do Capítulo 2, sobretudo. Diferentemente de Estela, evangélica da Assembleia de Deus para quem o relato do sofrimento *é o que é*, chegando ao cúmulo de interpretar seus terríveis episódios quase que como acontecimentos banais, a narrativa terapêutica satura os depoimentos dos mais jovens. Estes adentraram o mundo do trabalho tardiamente e absorveram o discurso terapêutico consolidado, presente fortemente no mundo corporativo, na indústria cultural e agora, também, nos currículos escolares, em que o conceito de “inteligência emocional” aparece até em livros

didáticos para o público infanto-juvenil (cf. ILLOUZ, 2007; CATINI, 2020).¹²⁷ Com ele, o jovem pobre e desenganado aprende a “controlar” suas emoções, reorganizar sua narrativa de vida e se tornar um trabalhador disposto a enfrentar novamente, com o auxílio da autoajuda, as angústias do presente e do futuro. O discurso terapêutico chega então às classes populares, e inclusive a sujeitos rejeitados pela sociedade que descobrem na reavaliação de suas biografias uma mercadoria, às vezes a única de que dispõem, como os pregadores da rua Conde de Sarzedas, protagonistas do relato de Côrtes (2014).

Por sinal, o personagem da cultura *pop* que retrata bem a relação entre sofrimento e “superação” é justamente o Coringa, que aparece em grafites e na maquiagem de meninos periféricos que brincavam durante um festival no Campo Limpo em 2019. Poucas semanas antes, Todd Phillips estreava seu filme inspirado no personagem; o longa-metragem se tornou um sucesso de bilheteria nos cinemas, contando a história de um comediante fracassado e com a saúde mental debilitada que, exausto de humilhações, extravasa com violência contra seus aviltadores. Pavez (2015, p. 236), ao trabalhar com jovens envolvidos com o mundo do crime, viu na recorrência dessa figura “a dimensão do aleatório e do azar”. Mas o sofrimento é um elemento que parece ter se associado a esses significantes com o sucesso do filme, e mais do que isso, a explosão de violência que o “regenera” é em si terapêutica.

Lasch entendia, acompanhando Freud, que arranjos sociais sobrevivem no indivíduo mesmo depois de terem se tornado objetivamente indesejáveis. A ética da autopreservação e da sobrevivência psíquica está enraizada, diz, “não apenas em condições objetivas de guerra econômica, taxas crescentes de crime e caos social, mas na experiência subjetiva de vazio e isolamento” refletindo a convicção de que a inveja e a exploração dominam até mesmo as relações mais íntimas, como uma projeção de ansiedades internas e uma percepção de realidade inabalável. Na percepção do mundo como um lugar perigoso, lastreada por uma consciência realista da insegurança da vida social contemporânea, a projeção narcísica se direciona para o exterior, incorporando uma incapacidade absoluta de se sentir parte de algo maior, como a sociedade ou a história, resultando em um sujeito mínimo narcisista.

O enfraquecimento dos laços sociais, que se origina no atual estado de guerra social, ao mesmo tempo reflete uma defesa narcísica contra a dependência. Uma sociedade guerreira tende a produzir homens e mulheres que, no fundo, são antissociais.

¹²⁷ Existem exemplos às centenas, mas um caso interessante é o do psicopedagogo Leo Fraiman e da sua Metodologia OPEE, que “auxilia crianças e jovens a chegarem à melhor versão de si mesmos, construindo projetos de vida nobres e transformadores”. No livro *Projeto de vida e atitude empreendedora*, voltada para a educação infantil (4 a 5 anos), Fraiman (2021) destaca como primeiro tópico o tema “Descobrir os sentimentos”; na coleção para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o foco é na vida financeira. O objetivo da coleção, por sinal, é o “desenvolvimento de competências socioemocionais”.

Portanto, não devemos nos surpreender ao descobrir que, embora o narcisista se conforme com as normas sociais por medo de retaliação externa, ele muitas vezes se considera um fora-da-lei e vê os outros da mesma maneira, como basicamente desonesto e não confiável, ou apenas confiável por causa de pressões externas (LASCH, 1991, p. 51, tradução minha).

Como diz meu interlocutor gestor de uma organização social no Campo Limpo, a cultura das famílias da periferia “ainda não é empreendedora”. Mais do que uma constatação, trata-se de uma avaliação que vai além da mera formação para o trabalho. Ela corresponde à insistência das famílias em *conservar* seus hábitos populares, o peso que seus saberes práticos têm para elas, e os valores que os revestem, como um modo de vida espartano que lhes garanta o mínimo de conforto e minimize os riscos do futuro; que não altere significativamente uma estrutura familiar que exalta a masculinidade do trabalho pesado e a providência da mulher que cuida da casa (mesmo quando trabalha fora); e por fim – e isso fica bastante evidente nas entrevistas com pais e mães de adolescentes, como Otávio, Mari e Ronaldo – que seus filhos não se metam em problemas, quer seja o mundo do crime e das drogas, quer seja uma gravidez indesejada. Nunca declarada – é bom ressaltar certa intimidação que perpassa a relação do pesquisador com seus entrevistados –, a homofobia fica implícita em vários desses relatos.

O neopentecostalismo também cumpre seu papel, mas com uma ambiguidade que lhe é bem própria, adaptando o discurso terapêutico, mas mantendo suas principais premissas. Pois na visão da Universal, enquanto o espaço de experiência continuar saturado pelo catolicismo popular e sua opção pela humildade, uma população pobre nunca poderá aproveitar os benefícios da sociedade de consumo. Um rompimento então é necessário, e apesar da contrariedade que ainda provoca nas demais denominações pentecostais, o projeto da Universal ganha adesão e poder, instigando a rebeldia e o inconformismo, um projeto revolucionário de autorrealização cujas consequências sociais e políticas ainda não apareceram plenamente.

O empreendedorismo popular nasce desse contexto saturado de contradições, em que a cultura popular vai sendo bombardeada pelos “novos” discursos em voga, já consolidados no universo da classe média familiarizada com a cultura globalizada, mas apenas recentemente aplicados à administração do trabalho precário nas periferias, pessoas jovens demais ou velhas demais, ambas vivendo suas incertezas e reagindo com ceticismo. Aqui retomo especialmente o caso de Geraldo, baiano, pedreiro e cozinheiro de acarajés que depois de 61 anos de trabalhos mais ou menos precários, começa a ver o corpo arriar. No empreendedorismo de impacto social ele vê uma porta de saída para um trabalho menos desgastante, e que lhe garanta a renda para uma velhice mais tranquila. Convencido pelos professores de seu curso de empreendedorismo, realizou a façanha da inovação, um acarajé vegano que é ele mesmo resultado de um discurso

terapêutico que se expandiu até a culinária mais tradicional. Do acarajé que fazia, primeiro como oferenda aos orixás e depois como viração, Geraldo agora quer tentar o empreendedorismo, mas não pode deixar uma experiência toda que carrega nas costas e na memória pelo caminho. Ele ainda precisa do “saber fazer”.

Diante desse rebaixamento de expectativas, essas subjetividades autogerenciadas se encontram sob a ideologia do empreendedorismo, o horizonte final da utopia da autonomia e do fim da subordinação. Já condicionadas pelo discurso terapêutico, eliminam as últimas dúvidas sobre o caminho a perseguir, e todos os demais passam a ser vistos com ceticismo. Curiosamente, é nesse sentimento que se reencontram a cultura da vida sem salário, formada pelos resíduos do capitalismo brasileiro, firmemente apegada às convicções nos saberes práticos e na ambiguidade desconfiada diante da cultura emergente e globalizada, e uma juventude periférica que tomou as rédeas do discurso empreendedor.

Não se trata aqui de aplicar um verniz ao empreendedorismo e descrevê-lo de maneira romantizada como um projeto político de autonomia para os mais pobres. Trata-se apenas de descrevê-lo em sua realidade concreta, em que casos de êxito não apenas legitimam situações de precariedade disfarçadas de autonomia, mas de fato reescrevem histórias marcadas por sofrimento.

Considerações finais / POLÍTICA NA SOCIEDADE DOS EMPREENDEDORES

Era agosto de 2020 quando, na semana em que o Brasil ultrapassaria a marca dos primeiros 100 mil mortos pelo Covid-19 e o fim da pandemia ainda sequer aparecia no horizonte, Jair Bolsonaro protagonizou uma de suas tradicionais *lives* na rede social Facebook. No lúgubre cenário de estética improvisada em que costuma aparecer semanalmente, o presidente ensaiou lamentar o fato, mas não recuou quanto à sua determinação de manter a economia funcionando e os trabalhadores nas ruas, fábricas e comércios. Firmemente contrário a qualquer medida de isolamento social, Bolsonaro, acompanhado de seu então ministro da saúde, o general Eduardo Pazuello, achou por bem aconselhar a população a “tocar a vida”, enquanto buscava “uma maneira de se safar desse problema”. Por obtusa que a declaração possa parecer, e irresponsável que de fato foi, ela expressou exatamente o que fez a quase totalidade dos trabalhadores brasileiros, contrários ou não à controversa autoridade máxima do país, com ou sem vacina. Mesmo desdenhando a doença, seus críticos e os especialistas, muitos concordaram com ele.¹²⁸

Cerca de dois anos antes, Bolsonaro seria eleito com grande apoio de uma categoria em especial. Entre aqueles que tinham preferência por ter um salário mais alto como autônomo e impostos mais baixos, mesmo sem benefícios trabalhistas, o capitão do Exército chegava a 60% de intenção de voto.¹²⁹ Apesar de não ter o mesmo destaque que outros recortes estatísticos, como o religioso, esse dado parecia conter grande potencial especulativo em um campo pouco explorado, pois apontava para o chamado “empreendedorismo”, uma curiosa maneira de atribuir virtude à viração de todo dia e uma nova lente para trabalhadores, assalariados e autônomos, enxergarem oportunidades para ganhar a vida.

Por sinal, políticos de vários perfis embarcaram no discurso nos últimos anos, que de maneira arrebatadora desembarcou no senso comum nacional. Dilma Rousseff dedicou seu pronunciamento televisivo do Dia Internacional das Mulheres de 2014 ao tema do empreendedorismo, destacando que “das 20 maiores economias mundiais somos, proporcionalmente, a que tem mais mulheres empreendedoras [...] Somos um país líder no empreendedorismo feminino. Porque a mulher brasileira tem a sensibilidade de perceber que,

¹²⁸ Em pesquisa divulgada em 14 de agosto de 2020, o Datafolha mostrava uma elevação do índice de ótimo e bom do governo Bolsonaro de 32% para 37%, o melhor patamar desde o começo do mandato, em janeiro do ano anterior.

¹²⁹ Pesquisa Datafolha de outubro de 2018.

abrindo um negócio próprio, ela pode administrar melhor sua vida e a de sua família”. Não foi a primeira vez que Dilma se referiu às mulheres empreendedoras, invariavelmente lembradas em seus pronunciamentos por ocasião da data. Ademais, a postura de Dilma fazia eco a sua representação enquanto “gestora”, parte de uma mesma matriz discursiva com a qual foi eleita em 2010. Nadando numa raia mais à direita, dois anos depois João Dória venceria em primeiro turno as eleições municipais de São Paulo reiterando certo perfil *outsider*. “Quero continuar sendo gestor. Não sou político, estou político. Não sou carreirista” (cf. AGOSTINE, 2018), dizia já em 2018, na disputa pelo governo do Estado, como se a própria noção contemporânea de “carreira” não fosse ela própria um *ethos* da corrida incansável, um *non-stop training* que o próprio Dória provaria ser inevitável.

Neste início da década de 2020, esses apelos já parecem banais. Políticos de todo o espectro fazem acenos ao eleitorado destacando que vão incentivar o empreendedorismo criando estímulos fiscais, cortando impostos etc.¹³⁰ Tomam carona na estrutura de sentimentos saturada pelo desejo de autorrealização individual, e que ganha a contemporânea forma cultural de empreendedorismo. Tanto os dados divulgados pelo Datafolha quanto as muitas menções analisadas nesta tese permitem concluir que Bolsonaro foi quem teve mais êxito nesta tarefa até o momento. Mas o discurso bolsonarista tem ampla repercussão justamente porque remete também ao individualismo popular, esse *ethos* amarrotado que continua dando frutos.

Na cultura popular que o acolhe, o individualismo embala os anseios de pessoas como Toni, que aos 41 anos se vê pleno de satisfação, casado, com um filho garoto, apartamento e carro próprios – símbolos máximos de autonomia no capitalismo liberal, que aliás ele enaltece com suas capas de estampa ianque. Mantém seu salão de cabeleireiro com dignidade, lidando com as exasperações típicas do comércio popular e com a concorrência emergente, mas não se queixa, lembrando sempre que “o sol brilha para todos”. Sua esposa Sueli completa o ideal do casal empreendedor popular com seu respeito à instituição familiar, para a qual a autonomia é justificativa e a ela se endereça. Esses dois imigrantes nordestinos, cristãos de religiosidade flexível, passo a passo construíram uma vida em São Paulo com ocupações mais ou menos precárias e períodos vivendo em favelas. E veem, por suposto, mérito na sua ascensão social.

Trajetórias como essa têm grande lastro social e histórico. Previsões sobre o fim das religiões podem ser mapeadas por toda a modernidade, e a família tampouco escapou a

¹³⁰ Na corrida pela prefeitura de São Paulo em 2020, Guilherme Boulos, do PSOL, abordou o tema em debates e em seu Twitter, direcionando-o especificamente para a população negra e periférica: “Vamos ainda fomentar o empreendedorismo periférico por meio da criação de Centros de Oportunidade. Os Centros de Oportunidade são equipamentos públicos regionais onde os jovens a partir de 12 anos vão desenvolver suas potencialidades”. Disponível em: <https://twitter.com/guilhermeboulos/status/1328764794007130112>

condenação (cf. WEBER, 2004). Mas o fato é que ambas as instituições persistem, e talvez mais fortes do que nunca (cf. HOCHSCHILD, 2018; BROWN, 2019). O crescimento vertiginoso do pentecostalismo no Brasil simboliza essa persistência, em que junto da devoção à Deus, o recurso à família se mostra indispensável para o autogerenciamento desses indivíduos. Por sinal, a angústia, indecisão e desespero que permeiam as relações familiares, ao contrário de implodi-las, recrudescem situações de dependência e autoritarismo, resultado do temerário mundo público onde predomina a “matriz discursiva do crime”. Jovens que buscam deliberadamente romper com a sabedoria parental, vista como antiquada, se veem enlacrados quando a nada nem ninguém podem recorrer quando se tornam *eles* os pais e mães.

É o próprio processo modernizador que bombardeia esses costumes arraigados no mundo popular. A recusa da racionalização pode não ser ativa como no contexto oitocentista inglês estudado por Thompson, mas simplesmente expressa em ceticismo e negligência na opressiva realidade brasileira do século XXI, em que os conflitos no âmago do mundo popular são ressaltados pelo retraimento do indivíduo a si e a sua família. Assim, trabalhadores nas periferias veem na evasão do trabalho assalariado, que cada vez mais castiga e lhes rouba tempo para o lazer, para os filhos ou mesmo para o trabalho doméstico (sobretudo no caso das mulheres), uma possibilidade de governar o próprio tempo, mesmo que isso implique na perda de benefícios trabalhistas. “Na sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, *utilizado*; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’” (THOMPSON, 1998, p. 298). São pequenos e silenciosos manifestos individuais que contrariam a lógica do capital, evidentemente com um preço a ser pago. Thompson via naquela cultura plebeia a maneira como os costumes eram mobilizados nessa tentativa de frear o avanço da racionalização, que afinal vinha da camada superior da sociedade como imposições produtivas. Ali o historiador percebeu um paradoxo, o de uma cultura que era tradicional e *rebelde*, ao mesmo tempo.

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como os cercamentos, a disciplina de trabalho, os “livres” mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes [...] Em outro sentido, os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes,

também a organização familiar dos papéis produtivos. Por isso, podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume. (THOMPSON, 1998, pp. 21-23).

Os embates no interior das famílias são o resultado do acúmulo de tensão que existe entre o apego à experiência vivida dos pais e certo desprezo dos filhos por ela. Remete à influência entre os jovens de uma cultura burguesa transmitida sobretudo pela escola e que os faz rejeitar a cultura de uma classe trabalhadora quase sempre de perfil manual, e que no seu íntimo é *contraescolar*, como analisaram Bourdieu (2012), Beaud e Pialoux (2009), Willis (1981) e Tomizaki (2005). Por suposto, há profundas contradições nessa rebeldia conservadora, e isso se aplica tanto para o estudo de Thompson quanto para esta pesquisa. Na cultura popular que busquei descrever a partir da periferia de São Paulo, os meios técnicos que aceleram o avanço da racionalização são os mesmos que permitem o autogerenciamento pelo sujeito popular engajado no trabalho por conta própria. Mas é especificamente na política que o embate entre costume e inovação ganha visibilidade, em que uma apropriação popular de meios técnicos criados para o autogerenciamento psíquico e laboral redefine seus usos – a internet, criada para realizar o autogerenciamento, “substitui” o conhecimento especializado ou consagrado, tornando-se possibilidade de autorrealização do indivíduo popular cujo reconhecimento já vinha progressivamente em declínio no mundo do trabalho. No conflito contemporâneo, uma parte fundamental é preenchida pela busca implacável por evitar o sofrimento.

Tais conflitos tornam-se mais intensos quando se tratam de jovens *ativistas*; isso porque há uma disputa entre eles pela *memória*, que no caso dos pais foi vivida, mas para os filhos foi transmitida sobretudo pelos livros didáticos, pela indústria cultural e por políticas públicas de “memória e verdade”. Isso se aplica aqui especialmente nas referências à ditadura militar: se jovens como Vitória, Júlio e Maria Rita aprenderam na escola sobre as violações cometidas pelo regime, os mais velhos não só frequentaram a instituição no período militar (quando frequentaram), como viviam na periferia, que não era o foco da repressão *política*; com a comunicação limitada pela indústria cultural da época, pouco sabiam sobre ela. E se pode dizer que alguns não têm tanto do que reclamar, como relata Vitória sobre as conquistas da família, que adquiram a casa própria pelo antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), o pai tocava uma imobiliária e a mãe era funcionária pública. De fato, entre os interlocutores acima dos 30 anos o período militar é ignorado ou relativizado.

Sue Iamamoto, Rani Teles e Luciano Santos (2022) entendem essas memórias

como forças motrizes para novos ativismos, um prisma através do qual a ação coletiva atual é concebida; seus interlocutores de esquerda, por exemplo, vinculam diretamente a violência policial do presente com a repressão pelo regime militar. De modo que o conflito se torna insolúvel quando os filhos deliberadamente rompem com o espaço de experiência no qual seus pais se movem e o substituem por “teoria”; e estes se recusam a reavaliar suas experiências à luz da historiografia e dos preceitos éticos e humanitários que se afirmaram após a redemocratização. Meus interlocutores mais jovens procuram poupar as mães, mas de modo geral, acusam não só o pai, mas tios e primos de ignorância, teimosia e desrespeito com suas trajetórias. Simbolizam essas diferenças, sobretudo, no embate político que se radicalizou com a vitória de Bolsonaro em 2018. Muitos alegam que romperam relações, ou as mantêm muito estremecidas.

É curioso que a maioria deles, apesar de visceralmente contra o presidente de extrema-direita, mal tenham se engajado no processo eleitoral, e alguns nem mesmo saíram de casa para votar. Elis conta que “desistiu” depois da eleição do capitão, e Vitória é muito crítica aos políticos: “vai ficar protegendo esse circo aí?”, acusa retoricamente. O desencanto do sujeito periférico com a política tradicional é notável nas entrevistas e nos eventos de empreendedorismo social, onde menções ao governo Bolsonaro, contra ou a favor, são solenemente relegadas. Esse ecossistema se vê como um mundo apartado da política dos movimentos sociais tradicionais e dos parlamentos, sinal de que a expectativa da cidadania regulada se exauriu. Apesar de não fechar portas para vereadores e deputados que eventualmente queiram apoiar suas iniciativas, e mesmo quando assume tons militantes, como no caso de João Vicente, que mantém uma bandeira do MST e uma *wiphala*¹³¹ decorando diferentes lugares do seu *coworking*, a política reveste-se de pragmatismo. Vitória teve até mais afinidade com os movimentos sociais de esquerda, mas resume sua relação à seguinte frase: “quando eu conheci o MST, eu realmente acreditei nisso. Mas eu era nova, novinha de tudo, não sabia muito das coisas...”. Como a realidade sempre deixa escapar algo do controle, nesses jovens se vê também implicações desconhecidas até aqui, um anseio de desmercadorização das relações que não deixa de soar esperançoso, e talvez um efeito colateral do discurso terapêutico. Dessa “mega faturação da vida”, Elis não aceita participar.

O detalhe é que esses ativistas periféricos têm investido cada vez mais na “micropolítica”, enquanto alguns deles, mesmo “prontos pra brilhar”, na expressão de Elis, caem irremediavelmente num trabalho precário, formalizado ou não. O mundo ao redor talvez

¹³¹ Bandeira de origem inca que representa os povos indígenas bolivianos.

não seja mais opressivo do que foi para a geração anterior, mas a percepção dessa realidade é agora quase insuportável. O momento, aliás, é de “capitalismo carnificina sinistra”, como refletiu João Vicente. Por outro lado, o projeto de diluição da sociedade em núcleos familiares, atomizados através da substituição de programas públicos de combate às desigualdades e pelo incentivo à filantropia e ao endividamento familiar, foi uma estratégia em que grandes esforços públicos e privados foram empreendidos, como demonstraram Hall (1979) no momento de ascensão do thatcherismo, e Cooper (2017), ao refazer a trajetória da aliança entre neoliberais e novos conservadores nos Estados Unidos, o que, em todo caso, não se atinge sem consentimento. Bolsonaro tem sido uma tentativa de implementar esse alinhamento, e para isso conta com a adesão de indivíduos populares indiferentes à cidadania regulada, mas ansiosos por “desburocratizar” e pagar menos impostos; em busca dos produtos e serviços exclusivos da classe média, mesmo sem o *status* e as credenciais; e, por fim, dispostos a rejeitar a sociedade em sua acepção essencialmente política, isto é, *participativa*.

Schwarz (1999, p. 220) questionou nos anos 1990 se não “estaríamos nos tornando uma sociedade sem classes, sob o signo da delinquência”, em um momento em que a participação ainda estava em voga.¹³² A sociabilidade violenta a ganhar proporções ingovernáveis durante aquela década, a proliferação dos enclaves fortificados inclusive nas periferias, e a desilusão com o mercado de trabalho saturaram o cotidiano popular, instaurando o que Freire Costa (1988) chamou de “cultura narcísica da violência”. Assim, sob o guarda-chuva do discurso terapêutico, o individualismo não só é revigorado como se reafirma como a conduta correta diante dos perigos representados pela sociedade. Com perspectivas limitadas de futuro, “a saída apresentada é a fruição imediata do presente; a submissão ao *status quo* e a oposição sistemática e metódica a qualquer projeto de mudança que implique cooperação social e negociação não violenta de interesses particulares” (COSTA, 1988, s/p).

Respondendo à introspecção do sujeito, as técnicas terapêuticas, dos livros de bolso ao telefone móvel, evoluem e aceleram as possibilidades de autogerenciamento (cf. ILLOUZ, 2007). Alcançam jovens e idosos, independentemente de classe, raça e gênero, distribuindo democraticamente a esperança de eliminação do sofrimento pela autonomia. Analisei nesta tese como esses discursos se materializam em livros, palestras, cursos e programas de televisão, de

¹³² Para Evelina Dagnino, a “ressignificação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada ‘participação solidária’ e a ênfase no trabalho voluntário e na ‘responsabilidade social’, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. A própria ideia de ‘solidariedade’, a grande ‘bandeira’ dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral” (DAGNINO, 2004, p. 151).

coaches a instituições multilaterais. São, por sua vez, técnicas e discursos que *funcionam*, isto é, servem para acalmar consciências e fazê-las novamente disponíveis para o trabalho. A ideologia do empreendedorismo, portanto, se alimenta das duas perspectivas: do sofrimento (a ser evitado); e da liberdade (a ser conquistada).

Diante da pesquisa que apresentei aqui, sustento que esse diagnóstico só se aprofundou com a expansão das saídas empreendedoras. Quem por convicção abraça o autogerenciamento, mesmo do seu lugar popular em que prima o “saber fazer”, acende a chama do empreendedorismo com sua ambição pela estabilidade de sua nova identidade de classe, de padrão de vida elevado para a periferia, mas impedidos pelo *habitus* de acessar os espaços físicos e simbólicos da classe média tradicional. Quem, por necessidade e pela fuga do sofrimento, pela ansiedade com o presente e incerteza pelo futuro, busca o autogerenciamento, vê nos primeiros os exemplos concretos de que sim, é possível pela autonomia uma vida que valha a pena. O empreendedorismo popular é o espaço que ambos os personagens habitam.

Há de fato um plano de superação das classes sociais levado a cabo pelo universo do empreendedorismo social e que acompanhamos no Capítulo 3, cujo objetivo é romper com a oposição entre os dois lados da *ponte*; fazendo assim a tradução da estrutura de sentimentos direcionando-a para o propósito da racionalização, que por sua vez é uma demanda essencialmente capitalista e cosmopolita. Mas este também preenche o projeto de Edir Macedo (cf. MAFRA, 1999). Em comum eles baseiam seus programas em um individualismo justificado pelas narrativas de sofrimento e na utopia do fim dos grilhões, que prendem o indivíduo à mediocridade e à subordinação: o trabalho assalariado. Os métodos da Universal são naturalmente rejeitados por outras denominações religiosas,¹³³ mas têm uma vantagem em relação a qualquer outro projeto (religioso ou não). Ele é voltado para o *popular*, para o individualismo que caracteriza a vida sem salário.

Por sinal, há ainda uma outra iniciativa a ser devidamente explorada. Em outubro de 2021, surgiu a notícia de que o G10 Favelas firmara um convênio com a Brasil Paralelo (BP),¹³⁴ que previa a concessão de 500 assinaturas gratuitas do conteúdo da produtora gaúcha para moradores de Paraisópolis. Antes especializada na produção de documentários de viés conservador e de defesa da família, a empresa fundada nas ideias de Olavo de Carvalho

¹³³ Por sinal, minha interlocutora Estela é da Assembleia de Deus e lulista convicta, o que sugere grandes ambiguidades no mundo evangélico (cf. VALLE, 2018).

¹³⁴ A BP foi criada em Porto Alegre em 2016 e já produziu mais de 50 documentários, grande parte veiculados gratuitamente em plataformas de *streaming*. Sua produção mais conhecida é o documentário *1964: o Brasil: entre armas e livros*, que propõe uma revisão conservadora do Golpe Militar de 1964, e em março de 2022 atingia cerca de 10 milhões de visualizações no Youtube. Outra vertente de atuação são os cursos online, em que se destaca o Escola da Família.

diversificou seu conteúdo, oferecendo programas de entretenimento e filmes consagrados que convirjam com seu perfil ideológico (cf. ZANINI, 2021). Gilson Rodrigues, do G10, afirma querer que o morador da favela tenha liberdade de escolha para formar suas opiniões. Trata-se, contudo, de um movimento baseado em “contrapartida”, em que o interesse da BP é evidente: disputar o empreendedor popular para suas posições conservadoras. Para o G10, ainda não está claro se esse interesse é uma expressão de afinidade eletiva, ou algo mais.

Curiosamente, o empecilho para tais projetos continua sendo justamente a família, obviamente por motivos diferentes. Fundamental para a narrativa neopentecostal, não há resposta quando a própria família é a âncora do indivíduo; para o empreendedorismo periférico e engajado nas lutas por reconhecimento, porque a instituição familiar permanece para sujeitos acuados o porto seguro de relações humanas contra a opressão que veem na racionalização. Pouco importa para esta análise se a família ainda representa ou não a *norma*, pois esta não se dissocia das condições objetivas de existência. Se sentimentos de desagregação social e consequente reação espasmódica estão presentes ao longo da história, é porque uma quantidade significativa de pessoas decide reagir ao que vê como ameaça, algo que Polanyi (1972) interpretou como um *movimento de autoproteção da sociedade*. Para ele, a generalização da autorregulação mercantil resultaria no “desmoronamento da sociedade”, colocando-a à mercê do “moinho satânico” representado pela administração do poder de compra unicamente pelo mercado. Ao dispor da força de trabalho, o sistema disporia também da entidade física, psicológica e moral do sujeito.

Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas [...] (POLANYI, 1975, p. 95).

Assim como no contexto europeu do início do século XX, essa ambígua resistência dos costumes não encontra agora seu inimigo na dicotomia entre pobres e ricos. No plano “micro” do cotidiano popular, ela se direciona a filhos e vizinhos em processo de rompimento com o espaço de experiência, mantendo latente avanços e recuos no processo de racionalização. Trata-se, portanto, de um conflito que acontece no âmago da cultura popular, em que diante dos discursos hegemônicos, as classes que vivem do trabalho se diluem. Esse conflito gira em torno da conservação contra a racionalização, mas não se expressa na forma

de luta de classes, que forjaria assim uma consciência na luta, como esperaria Thompson (2012). Conflito que dilacera o mundo popular por dentro, entre um renitente apego ao individualismo e à família de quem olha *para dentro*; e de jovens que buscam atravessar a ponte, e para isso levam adiante a racionalização e o modo de vida tipicamente burgueses. Entre os dois grupos os laços se rompem, expressos em memórias vividas contra memórias aprendidas; entre experiências práticas e o acesso à “teoria”.

O individualismo seria apenas uma reminiscência de tempos antigos de fuga da miséria e das violências perpetradas pelo Estado se situações concretas não o reafirmassem a todo tempo para essas pessoas. Elas vivem o encolhimento de suas subjetividades aos próprios interesses, angústias e incertezas pelo que pode vir, seus ensinamentos não mais são úteis. Por sua vez, as expectativas dos mais jovens, à falta de ensinamentos passados, voltam-se para o exótico, para a cultura globalizada.

Entretanto, Koselleck observa que “também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto”. Fazem parte da expectativa “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Assim, existe ainda um espaço de movimento e de possibilidades de consenso que não apelem para a eliminação do alheio; no caso, uma ainda tímida consciência do poder da economia popular, da educação financeira dos pobres e de formas de desmercadorização que ofereçam uma possibilidade de autonomia, porém solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila C. “Uberização: A era do trabalhador *just-in-time*?”. **Estudos Avançados**, vol. 34, n. 98, pp. 111-126, 2020.
- _____. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo**. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, São Paulo, 2005.
- ALENCAR, Gedeon. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância (1911-1946)**. São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- ALMEIDA, Ronaldo. **A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- _____. “Religião na metrópole paulista”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 56, out. 2004.
- AMARAL, Aiko I. **Identity, work, and mobility amongst Bolivian market vendors in El Alto and São Paulo**. Tese de doutorado. University of Essex, 2018.
- AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. “Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2015.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at large: Cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARAÚJO, Angela. “O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada”. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. Recife: Editora Massangana, 2011.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BECK, Ulrich. **The brave new world of work**. Cambridge: Polity Press, 2014.
- BERGAMIN, Marta. “Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade”. **Cadernos Adenauer XVI**, n. 1, 2015.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- _____. “As contradições da herança”. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.

- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. “A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo”. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. “From the Union Hall to the Church”. **Jacobin**, 4 jul. 2019. Disponível em: <https://www.jacobinmag.com/2019/04/bolsonaro-election-unions-labor-evangelical-churches>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Politeia, 2019.
- BURAWOY, Michael. **The extended case method: Four countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- CACCIAMALI, Maria C. “Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México”. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 12, n. 1(19), 2001.
- CALDEIRA, Teresa P. R. **A política dos outros: cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CAMPOS, Felipe. **Cultura, espaço e política: um estudo da batalha da Matrix de São Bernardo do Campo**. Dissertação de mestrado. EACH-USP, 2019.
- CANDIDO, Antonio. “Dialética da malandragem”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 8. São Paulo, 1970.
- _____. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Edusp, 2017.
- CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2 ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.
- _____. “Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas”. **Dados**, Rio de Janeiro, nº 3, vol. 51, 2008.
- _____. “Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual”. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010.
- CARLEIAL, Liana; AZAÏS, Christian. “Mercados de trabalho e hibridização: uniformidade e diferenças entre França e Brasil”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, set./dez. 2007.

- CARNEIRO, Silvio. “Vivendo ou aprendendo... a ‘ideologia da aprendizagem’ contra a vida escolar”. In: CÁSSIO, F. (org.). **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CATINI, Carolina. “Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação”. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, out./nov./dez. 2020.
- CHAPUS, Quentin. **L’émergence des “startupper” au Maroc: institutions, trajectoires, réseaux sociaux**. Tese de doutorado. HESAM Université, 2020.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.
- COLBARI, Antônia. “A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira”. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 75-111, 2007.
- COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério J. “Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil”. **Novos Estudos**, n. 91, nov. 2011.
- COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- CÔRTEZ, Mariana. “O mercado pentecostal de pregações e testemunhos: formas de gestão do sofrimento”. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 34(2), 2014.
- _____. **Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença**. Curitiba: Appris, 2017.
- COSTA, Henrique. “Entre o ‘home office’ e a vida loka: o empreendedorismo popular na pandemia”. **Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social**. Rio de Janeiro, pp. 1-19, set. 2020.
- _____. **Entre o lulismo e o ceticismo: um estudo de caso com prounistas de São Paulo**. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2015.
- COSTA, Henrique; LEITE, Marcia; LINDÔSO, Raquel. “A ressignificação do trabalho autônomo e a retórica empreendedora na França e no Marrocos: Entrevista com Christian Azais e Quentin Chapus”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, set.-dez. 2021, pp. 971-987.
- COSTA, Jurandir F. “Narcisismo em tempos sombrios”. In: BIRMAN, J. (org.). **Recursos na História da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Taurus, 1988.
- DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. **Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, n. 5, out. 2004.
- D’ANDREA, Tiarajú. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2013.

- DAS, Veena. "The signature of the State: the paradox of illegibility". In: DAS, V.; POOLE, D. **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/James Currey, 2004.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- DE L'ESTOILE, Benoît. "“El dinero es bueno, pero un amigo es mejor”: Incertidumbre, orientación al futuro y ‘la Economía’". **Cuadernos de Antropología Social**, n. 51, 2020.
- DENNING, Michael. **A cultura na era dos três mundos**. São Paulo: Francis, 2005.
- _____. "Wageless life". **New Left Review**, n. 66. 2010.
- DUNKER, Christian. "A lógica do condomínio ou: o síndico e seus descontentes". **Revista Leitura Flutuante**, vol. 1, n. 1, 2009.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- EDINGTON, Jadson. **50 tons para o sucesso: conselhos para uma vida próspera**. Rio de Janeiro: Unipro, 2015.
- EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- _____. "O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo". **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, p., set./dez. 2014.
- _____. "‘Trabalhadores’ e ‘bandidos’ na mesma família". In: CABANES, R. *et al.* (orgs) **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- _____. "Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo". **Lua Nova**, São Paulo, n. 72, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes, vol. 2**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
- FONTES, Paulo. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel paulista (1945-1966)**. Tese de doutorado. IFCH-Unicamp, 2002.
- FONTES, Leonardo. **O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo**. Tese de doutorado. IESP-UERJ, 2018.
- FORTES, Alexandre. "“Miríades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson". **Tempo Social**, v. 18, n. 1, jun. 2006.

- FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade”. In: **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.
- FRAIMAN, Leo. **Projeto de vida e atitude empreendedora**. São Paulo: Editora FTD, 2021.
- FRANCO, Maria S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e valores políticos na periferia de São Paulo**. São Paulo: 2017.
- GAGO, Veronica. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- GEORGES, Isabel. “Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil”. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- GIAVAROTTI, Daniel M. **Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2019.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GILL, Lesley. **Teetering on the rim: global restructuring, daily life, and the armed retreat of the Bolivian state**. New York: Columbia University Press, 2000.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **2020/2021 Global Report**. London, 2021.
- GUIMARÃES, Nadya A. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- _____. “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?”. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. (orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GROHMANN, Rafael. “Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal”. **Revista Eptic**, Aracaju, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.
- HALL, Stuart. “Notes on deconstructing ‘the popular’”. In: SAMUEL, R. **People’s history and socialist theory**. New York: Routledge, 1981.
- _____. “The great moving right show”. **Marxism today**, jan. 1979.
- HAMBURGER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In:

- História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HIGHMORE, Ben. “Formations of feelings, constellations of things”. **Cultural Studies Review**, vol. 22, n. 1, set. 2016.
- HIRATA, Daniel. “Vida loka”. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. **Saídas de emergência.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOCHSCHILD, Arlie R. **Strangers in their own land: anger and mourning on the American right.** New York: The New Press, 2018.
- HOGGART, Richard. **The uses of literacy.** London: Penguin, 2009.
- IAMAMOTO, Sue; TELES, Rani; SANTOS, Luciano. “The authoritarian prism: the impact of memories of the Dictatorship on young activists in contemporary Brazil”. In: LIMA, V.; PANNAIN, R. N.; MARTINS, G. P. **The consequences of the social movements in Brazil.** Londres: Routledge, 2022 (no prelo).
- ILLOUZ, Eva. **Intimidades congeladas: las emociones en el capitalismo.** Buenos Aires: Katz, 2007.
- JAMESON, Fredric. **Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX.** São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 2007.
- _____. “Reification and utopia in mass culture”. In: **Signatures of the visible.** New York: Routledge, 1992.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- _____. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2019.
- KRASTEV, Ivan. “Majoritarian futures”. In: GEISELBERGER, H. **The great regression.** Cambridge: Polity Press, 2017.
- KURZ, Robert. **O colapso da modernização.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. “O declínio da classe média”. **Folha de S. Paulo**, 19 set. 2004.
- LASCH, Christopher. **The culture of narcissism.** New York: WW Norton, 1991.
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo: ensayo sobre la sociedad**

- neoliberal**. Barcelona: Gedisa, 2013.
- LAVINAS, Lena. “21st century Welfare”. **New Left Review**, n. 84, nov./dez. 2013.
- LEITE, Elaine S.; MELO, Natalia M. “Uma nova noção de empresário: a naturalização do ‘empreendedor’”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 35-47, 2008.
- LIMA, Jacob. “Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?”. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 158-198.
- LIMA, Márcia. “Acesso à universidade e mercado de trabalho: o desafio das políticas de inclusão”. In: MARTINS, H.; COLLADO, P. (orgs.). **Trabalho e sindicalismo no Brasil e Argentina**. São Paulo: Hucitec; Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2012.
- LINHART, Danielle. “Modernização e precarização da vida no trabalho”. In: ANTUNES, R. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, vol. 3**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Tese de doutorado. IFCH-Unicamp, 2004.
- _____. “Somos todos capitalistas? Del obrero al trabajador-inversor”. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 202, p. 87-97, mar./abr. 2006.
- LÖWY, Michel. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. “Sobre o conceito de ‘afinidade eletiva’ em Max Weber”. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2011, pp. 129-142.
- MACEDO, Márcio. “Hip-hop SP: transformações entre uma cultura de rua , negra e periférica (1983-2013)”. In: KOWARICK, L.; FRÚGOLI, H. **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- MACEDO, Renata. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2019.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)”. In: CAVALCANTI, M.; MOTTA, E.; ARAUJO, M. (orgs.). **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.
- MACIEL, Danielle. **A rebelião do público-alvo e a crise da tecnologia social de pacífica: luta no Programa Fábricas de Cultura**. Tese de doutorado. ECA-USP, 2018.
- MAFRA, Clara. **Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais**. Tese de doutorado. MN-UFRJ, 1999.
- MAFRA, Clara; SWATOWISKI, Claudia; SAMPAIO, Camila. “O projeto pastoral de Edir Macedo: uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos?”. **Revista Brasileira de**

- Ciências Sociais**, vol. 27, n. 78, fev. 2012.
- MANNHEIM, Karl. “Funções das gerações novas”. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.
- _____. “El problema de las generaciones”. *Reis*, n. 62, 1993.
- MARCUSE, Herbert. “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”. In: **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- _____. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARIANO, Ricardo. “Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos”. **Revista de estudos da religião**, pp. 68-95, dez. 2008.
- _____. “Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal”. **Estudos Avançados**, 18 (52), 2004.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTELLI, Carla G. “Autoajuda e o ‘espírito de nossa época’”. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 195-220, jul./dez. 2010.
- MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, vol. 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MELLO E SILVA, Leonardo. “Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe”. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENDES, Conrado M. “A nova classe média em I Love Paraisópolis: efeitos de sentido do social”. **Galaxia**, n. 36, set./dez. 2017, pp. 125-145.
- MÉNDEZ, María Luisa. “Middle class identities in a neoliberal age: tensions between contested authenticities”. **The Sociological Review**, 56:2, 2008.
- MIAGUSKO, Edson; JARDIM, Fabiana; CÔRTEZ, Mariana. “Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas”. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018.
- NERI, Marcelo C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010.
- OLIVEIRA, Acauã S. “O evangelho marginal dos Racionais MC’s”. In: RACIONAIS MC’S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco. **Collor, a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- _____. **Crítica à razão dualista / O ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática”. In: REIS, F. W.;

- O'DONNELL, G. **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OTSUKA, Edu T. “Espírito rixoso: para uma reinterpretação das Memórias de um sargento de milícias”. **Revista do IEB**, n. 44, fev. 2007.
- PAVEZ, Thais. **Crime, trabalho e política: um estudo de caso entre jovens da periferia de São Paulo**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2015.
- PEREIRA, Alexandre B. “Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política”. **Revista Pensata**, v. 3, no 2, mai. 2014.
- PIALOUX, Michel; BEAUD, Stéphane. “Permanentes e temporários”. In: BOURDIEU, P. (coord.). **Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. “A direita mora do outro lado da cidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 10, out. 1988. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_03.pdf. Acesso em: 24 de nov. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 67, jun. 2008.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. “Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo”. **Cadernos IHU Ideias**, n. 278, vol. 16, 2018.
- POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO Jr. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRANDI, Reginaldo. “O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso”. **Estudos Avançados**, n. 18 (52), 2004.
- _____. **O trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- _____. **Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- RANGEL, Felipe. **A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente**. Tese de doutorado. UFSCar, 2019.
- RIDENTI, Marcelo. “Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960”. **Tempo social**, São Paulo, v.

- 17, n. 1, jun. 2005.
- RIZEK, Cibele Saliba. “Trabalho, moradia e cidade: zonas de indiferenciação?”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27 n. 78, fev. 2012.
- ROCHA, Camila. **Encontros e desencontros entre petismo e lulismo: classe, ideologia e voto na periferia de São Paulo**. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2013.
- RODRIGUES, Leôncio M. **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ROMÃO, Davi. **Jornalismo policial: indústria cultural e violência**. Dissertação de mestrado. IP-USP, 2013.
- ROY, Ananya. **Poverty capital**. New York: Routledge, 2010.
- ROY, Arundhati. **O Deus das pequenas coisas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RUI, Taniele Cristina. “A inconstância do tratamento: no interior de uma comunidade terapêutica”. **Dilemas - Revista de estudos de conflito e controle social**, vol. 3, n. 8, abr./mai./jun. 2010, pp. 45-73.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SCHWARZ, Roberto. “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”. In: **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. “Um romance de Chico Buarque”. In: **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza**. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2009.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- _____. “O sentido da informalidade”. **A terra é redonda**, 27 abr. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-sentido-da-informalidade/> Acesso em: 6 set. 2021.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: TEM, Senaes, 2006.
- SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Agenda Juventude Brasil 2013**. Brasília: 2013.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

- SILVA, Gleicy. **Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em São Paulo**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2017.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- SOUZA, Regina M. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. “A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil”. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, nov. 2005.
- TAKAHASHI, Henrique. **Evangelho segundo Racionais MC'S: ressignificações religiosas, políticas e estético-musicais nas narrativas do rap**. Dissertação de mestrado. UFSCar, 2014.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal**. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 2012.
- TELLES, Vera da Silva. “Mutações do trabalho e experiência urbana”. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, jun. 2006.
- _____. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- TOMMASI, Livia de. “Culto da performance e performance da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos”. **Crítica e sociedade**, mai. 2016.
- _____. “Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político”. **Política & Sociedade**, vol. 12, n. 23, jan./abr. de 2013.
- TOMMASI, Livia de; SILVA, Gabriel M. “Empreendedor e precário: a carreira ‘correria’ dos trabalhadores da cultura entre sonhos, precariedades e resistências”. **Política & Trabalho**, n. 52, jan./jun. 2020, p. 196-211.
- TOMIZAKI, Kimi. **Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora**. Tese de doutorado. FE-Unicamp, 2005.
- THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- UNGER, Roberto M. “Prefácio”. In: SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VALLE, Vinicius S. M. **Religião, lulismo e voto: a atuação política de uma Assembleia de Deus e seus fiéis em São Paulo**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2018.
- VIANNA, Hermano. “Paradas do sucesso periférico”. **Sexta-Feira**, São Paulo, n. 8, 2006.
- VIANNA, Silvia. **Rituais de sofrimento**. Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2011.
- VOIVODIC, Amanda. **Manancial de contradições: O conflito entre o morar e as políticas de preservação**. Dissertação de mestrado. PPGH-USP, 2017.
- WACQUANT, Loïc. “Crafting the neoliberal state: workfare, prisonfare, and social Insecurity”. **Sociological Forum**, vol. 25, n. 2, jun. 2010.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Economia e sociedade, vol. 1**. Brasília: Editora UnB, 2012.
- WELLEN, Henrique. “Contribuição à crítica da ‘economia solidária’”. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.
- WELLER, Wivian. “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 25, n. 2, mai./ago. 2010.
- WILLIAMS, Raymond. “Base e superestrutura na teoria da cultura marxista”. In: **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. “Culture is ordinary”. In: **Resources of hope: culture, democracy, socialism**. London: Verso, 1989.
- _____. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. **Marxism and literature**. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- WILLIS, Paul. **Learning to labor**. New York: Columbia University Press, 1981.
- WILLIS, Paul; TRONDMAN, Mats. “Manifesto pela etnografia”. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 27, 2008.
- WRIGHT, Erik Olin. “Rethinking, once again, the concept of class structure”. In: WRIGHT, E. O. *et al.* **The debate on classes**. London: Verso, 1989.

Sites e reportagens consultados

- AGOSTINE, Cristiane. “Não sou carreirista e quero continuar sendo gestor, afirma Doria”. **Valor Econômico**, 11 jun. 2018. Disponível em

- <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/06/11/nao-sou-carreirista-e-quero-continuar-sendo-gestor-afirma-doria.ghtml> Acesso em: 06 set. 2021.
- BERNARDO, Jessica; SANTOS, Cléberon. “Paraisópolis faz 100 anos e aposta no comércio local para se recuperar da pandemia”. **Folha de S. Paulo**, 15 set. 2021.
- BOTTO, Camila. “I Love Paraisópolis chega ao fim com recorde de audiência no horário”. **Correio**, 1 nov. 2015. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/i-love-paraisopolis-chega-ao-fim-com-recorde-de-audiencia-no-horario/>. Acesso em: 13 out. 2021.
- CESAR, Marília. “G10 Favelas procura empreendedores”. **Valor Econômico**, 2 ago. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/08/02/g10-favelas-procura-empresarios.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2021.
- FADDUL, Juliana. “Coworking da quebrada”. **Piauí**, n. 143, ago. 2018.
- FERRASOLI, Dante. “Condomínios com mais de uma torre se destacam no Campo Limpo, em SP”. **Folha de S. Paulo**, 25 fev. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/02/1957973-condominios-com-mais-de-uma-torre-se-destacam-no-campo-limpo-em-sp.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- FONSECA, Mariana. “Este é o bairro de São Paulo que tem mais microempreendedores (MEIs)”. **Exame**, 6 ago. 2019. Disponível em: <https://exame.com/pme/este-e-o-bairro-de-sao-paulo-que-tem-mais-microempresarios-meis/> Acesso em: 18 ago. 2020.
- GIELOW, Igor. “Economia cria ‘inempregáveis’, diz FHC”. **Folha de S. Paulo**, 8 abr. 1997.
- LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz Guilherme. “No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado”. **G1**, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/08/11/no-brasil-40percent-dos-jovens-com-ensino-superior-nao-tem-emprego-qualificado.ghtml> Acesso em: 6 set. 2020.
- MÁXIMO, Luciano. “Fies e Prouni já respondem por 31% de matrículas de universidades privadas”. **Valor Econômico**, 11 mar. 2014.
- MONTEIRO FILHO, Maurício. “Das manchetes policiais para a revolução social”. **Repórter Brasil**, 12 jan. 2006. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2006/01/das-manchetes-policiais-para-a-revolucao-social/> Acesso em: 22 jan. 2022.
- MOTA, Denise. “‘Começamos o movimento não de ocupar lugares, mas de construí-los’, diz Kondzilla”. **Folha de S. Paulo**, 13 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/12/comecamos-o-movimento-nao-de-ocupar-lugares-mas-de-construi-los-diz-kondzilla.shtml>. Acesso em: 9 mar. 2022.

- ÖBERG, Bárbara. “O segredo da ‘cozinha afetiva’: nostalgia e bom tino para negócios”. **Veja SP**, 21 mai. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/vida-boa/comida-afetiva/>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- RODRIGUES, Artur; HERNANDES, Raphael; MARIANI, Daniel; BERGAMO, Marlene. “Mapa da morte em SP vai da Suécia até o México; locais dos crimes se repetem”. **Folha de S. Paulo**, 12 out. 2017. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/mapa-da-morte/introducao/mapa-da-morte-em-sp-vai-da-suecia-ate-o-mexico-locais-dos-crimes-se-repetem.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane. “A corrida pelo primeiro unicórnio da favela atrai políticos e empresários a Paraisópolis”. **El País**, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-11-22/a-corrida-pelo-primeiro-unicornio-da-favela-atrai-politicos-e-empresarios-a-paraisopolis.html>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- SCINOCCA, Ana Paula. “Lula elege Casas Bahia como modelo de desenvolvimento para o Brasil”. **O Estado de S. Paulo**, 29 abr. 2006.
- VALENTE, Jonas. “Pix bate recorde de transações diárias”. **Agência Brasil**, 6 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/pix-bate-recorde-de-transacoes-diarias>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- WHEATLEY, Jonathan. “Popular retailer moves into Brazilian favela”. **Financial Times**, 14 nov. 2008. Disponível em: <https://www.ft.com/content/58425fc0-b1cd-11dd-b97a-0000779fd18c>. Acesso em: 7 nov. 2021.
- YOUSSEFF, Alexandre. “O partido pós-rancor”. **Revista Trip**, n. 199, 12 mai. 2011.
- ZANINI, Fábio. “Produtora conservadora Brasil Paralelo oferece filmes e ‘escola da família’ a Paraisópolis”. **Folha de S. Paulo**, 19 out. 2021. Disponível em: <https://saidapeladireita.blogfolha.uol.com.br/2021/10/19/produtora-conservadora-brasil-paralelo-oferece-filmes-e-escola-da-familia-a-paraisopolis/>. Acesso em: 8 mar. 2022.